INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Espaço Público: As Dinâmicas do Conflito

Ana Rosa Gomes Cravinho do Nascimento

Doutoramento em Estudos Urbanos

Orientadora:
Doutora Teresa Madeira da Silva, Professora Associada com Agregação, Investigadora Integrada DINÂMIA'CET-Iscte
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:
Doutor Andrea Pavoni, Investigador Integrado DINÂMIA'CET-Iscte
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2025

Espaço Público: As Dinâmicas do Conflito

Ana Rosa Gomes Cravinho do Nascimento

Doutoramento em Estudos Urbanos

Júri:
Professor Doutor Carlos José Cândido Guerreiro Fortuna, Professor Catedrático Emérito, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;
Professor Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros, Professor Catedrático, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa;
Professor Doutor Luís António Vicente Baptista, Professor Catedrático, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
Professora Doutora Débora Sanches, Professora Catedrática, Universidade Presbiteriana Mackenzie;
Professora Doutora Teresa Madeira da Silva, Professora Associada com Agregação do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa;
Professor Doutor Bernardo João Pizarro de Campos Miranda, Professor Auxiliar do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (Presidente).

Dezembro, 2025

Tese desenvolvida com o apoio financeiro de uma Bolsa de Investigação BI/14/2021, FCT/MCTES, DINÂMIA'CET-Iscte, referente ao Projeto de Investigação UrbanoScenes. Post-colonial imaginaries of urbanisation: A future-oriented investigation from Portugal and Angola (ref. PTDC/GES-URB/1053/2021), DOI: https://doi.org/10.54499/PTDC/GES-URB/1053/2021

dinamia 'cet _ iscte

iscte INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Às Mulheres da minha vida,

Donatília,

Anabela,

Leonor

Agradecimentos

Ao longo do percurso de escrita desta Tese, foram inúmeros os momentos em que me senti como Bastian Balthasar Bux, a criança sonhadora protagonista da obra de Michael Ende: "A História Interminável", dando por mim em locais inesperados, no meio de uma pandemia, em becos sem saída e diante de questões surpreendentes. Foi uma jornada longa e, por vezes, difícil, em que o caminho a seguir nem sempre foi claro e imediato. No entanto, foi a viagem em si, através dos personagens e dos locais inusitados onde fui acostando, que me levou a lançar a âncora no destino final. A esses personagens gostaria, desde já, de expressar a minha mais sincera gratidão. São eles:

Teresa Madeira da Silva, a minha orientadora, que desde o início embarcou nesta viagem comigo e me ajudou a encontrar o meu rumo. Sempre com uma palavra de motivação, um olhar crítico e uma exigência desafiante, permitiu-me crescer, evoluir, focar, simplificar, e acima de tudo, encontrar um porto seguro, e, **Andrea Pavoni**, o meu coorientador, pela sugestão de leituras;

Centro de Investigação **DINÂMIA'Cet-Iscte**, por me ter acolhido e apoiado, e onde, no âmbito do Projeto de Investigação UrbanoScenes, desenvolvi a maior parte desta Tese;

Professor **Miguel Chaves**, pela orientação e revisão crítica e acompanhamento rigoroso na área da Sociologia, determinantes para a solidez científica desta Tese, bem como pelas sugestões de caminhos exploratórios e autores, que enriqueceram de forma significativa a reflexão desenvolvida ao longo de todo este percurso;

Arquitetos **Graça Azevedo, Luís Ruivo** e **Vasco Martins**; historiadores **Nuno Campos** e **Rui Matos** e Arqueólogo **Pedro Miranda** da Câmara Municipal de Lisboa, por facultarem toda a informação técnica necessária à compreensão dos casos de estudo;

A minha irmã artista, **Nini**, pela ajuda no tratamento de imagem e nas sínteses gráficas dos casos de estudo. A sua criatividade, perseverança e altruísmo foram decisivos na elevação da qualidade gráfica desta Tese;

Colegas de Doutoramento, pelos encontros e tertúlias frutíferas, cheias de questões, dúvidas, boa comida e bebida. As colegas **Irina Costa Gomes** e **Madalena Lobo Antunes**, o meu agradecimento pela preciosa ajuda na recolha de elementos sobre o caso de estudo miradouro de Santa Catarina e sobre todo o processo de contestação entre interesses públicos e privados de que foi alvo;

Amigos, que me perdoaram o *seppuku* social a que me remeti no último ano, sem julgamentos ou cobranças, apenas com palavras de encorajamento, resiliência e saídas q. b., verdadeiras boias salva-vidas para manter a sanidade mental. O meu querido amigo e "maninho" **José**, que, mesmo nos momentos de maior dúvida e incerteza nunca me deixou vacilar nem perder a fé em mim própria;

E, muito especialmente a minha avó **Donatília** (*in memoriam*), que sempre me incentivou a ir mais longe e a nunca desistir dos meus sonhos, a minha **mãe**, cuja paciência para me ouvir e aconselhar foi uma bússola para os meus pensamentos e a **Leonor**, cuja força e rebeldia me permitiram, de forma desafiante, equilibrar a realidade com a narrativa;

A todos eles, bem-Hajam!

Resumo

A presente Tese analisa criticamente os efeitos das políticas públicas nas transformações dos espaços urbanos públicos da cidade consolidada de Lisboa, centrando-se na praça de São Paulo e no miradouro de Santa Catarina. Examina como políticas implementadas entre 2005 e 2025 impulsionam transformações morfológicas e funcionais, desencadeando dinâmicas territoriais - gentrificação, homogeneização, mercadorização, privatização e turistificação - que fragilizam o carácter coletivo destes espaços e aprofundam processos de segregação socioespacial, evidentes nas assimetrias de acesso, permanência e uso.

Sustenta-se que os espaços urbanos públicos são simultaneamente lugares de apropriação, encontro e disputa, onde morfologia, diversidade social, práticas quotidianas e regulação coexistem em tensão. Inspirada numa leitura Simmeliana, a Tese considera o conflito como dimensão estruturante da vida urbana, gerando transformação, resistência e participação, mas também reproduzindo desigualdades e interesses hegemónicos.

A metodologia adotada é qualitativa, assente em estudo de casos, revisão bibliográfica e análise documental. O trabalho de campo inclui entrevistas, observação participante e uma matriz de indicadores do espaço urbano público. A análise segue três eixos analíticos: (1) conflito na produção do espaço público; (2) avaliação das políticas e instrumentos de planeamento; e (3) manifestações empíricas do conflito. Os resultados mostram que, apesar da reabilitação e dinamização económica, as políticas reforçam exclusão, especialização funcional e controlo, afetando a mobilidade e a copresença. Emergem, contudo, práticas de resistência e apropriação, evidenciando o espaço público como território em disputa permanente. Conclui-se, que preservar o carácter coletivo dos espaços urbanos públicos, exige políticas inclusivas, reconhecimento do direito à cidade e regulação orientada para a justiça espacial.

Palavras-Chave: Cidadania; Conflito urbano; Dinâmicas territoriais; Espaço urbano público; Políticas Públicas; Segregação socioespacial.

Abstract

This thesis critically analyses the effects of public policies on the transformation of urban public spaces in the consolidated city of Lisbon, focusing on praça de São Paulo and miradouro Santa Catarina viewpoint. It examines how policies implemented between 2005 and 2025 have driven morphological and functional transformations, triggering territorial dynamics—gentrification, homogenisation, commodification, privatisation and touristification—that weaken the collective character of these spaces and deepen processes of socio-spatial segregation, evident in asymmetries of access, presence and use.

The thesis argues that urban public spaces are simultaneously sites of appropriation, encounter and dispute, where morphology, social diversity, everyday practices and regulation coexist in tension. Drawing on a Simmelian perspective, it understands conflict as a structuring dimension of urban life, generating transformation, resistance and participation, while also reproducing inequalities and hegemonic interests.

The methodology adopted is qualitative, based on case studies, a literature review and documentary analysis. Fieldwork includes interviews, participant observation and an indicator matrix of urban public space. The analysis is structured around three analytical axes: (1) conflict in the production of public space; (2) the assessment of policies and planning instruments; and (3) the empirical manifestations of conflict. The results show that, despite processes of rehabilitation and economic revitalisation, public policies reinforce exclusion, functional specialisation and control, affecting mobility and co-presence. Nevertheless, practices of resistance and appropriation also emerge, highlighting public space as a territory of permanent contestation. It is concluded that preserving the collective character of urban public spaces requires inclusive policies, recognition of the right to the city and regulation oriented towards spatial justice.

Keywords: Citizenship; Urban Conflict; Territorial dynamics; Public urban space; Public Policies; Socio-spatial segregation.

Índice

Agradecimentos i
Resumo iii
Abstract v
Índice vii
Índice de Figuras ix
Índice de Quadros xix
Abreviaturas xxi
Glossário xxiii

Introdução 1
Motivação e Enquadramento Geral 1
Definição da Problemática 2
Objetivos 4
Estrutura da Tese 6
Metodologia 7

Capítulo 1. Contributos Teóricos - Revisão da Bibliografia 15
1.1. Espaço Público 17
1.2. Conflito 25
1.3. Cidadania 38
1.4. Matriz de Indicadores do Espaço Urbano Público 44
1.5. Dinâmicas Territoriais 47
1.5.1. Gentrificação 50
1.5.2. Homogeneização do Espaço Urbano Público 54
1.5.3. Mercadorização do Espaço Urbano Público 55
1.5.4. Privatização do Espaço Urbano Público 57
1.5.5. Turistificação 58
1.5.6. Segregação Socioespacial 63

Capítulo 2. Evolução das políticas públicas na cidade de Lisboa 69

Capítulo 3. Casos de estudo 85
3.1. Praça de São Paulo
Análise histórica, morfológica, social e do edificado 87
3.1.1. Síntese do trabalho de campo 103
3.2. Miradouro de Santa Catarina
Análise histórica, morfológica, social e do edificado 119
3.2.1. Síntese do trabalho de campo 138
3.3. Discussão de Resultados 153

Considerações finais e conclusão 159

Referências Bibliográficas 163

Anexos
A1. Leitura de ortofotomapas de secção e subsecção da praça de São Paulo (2011 e 2021) 177
A2. Evolução dos usos comerciais e/ou serviços na envolvente da praça de São Paulo, desde o início do século XX até ao presente 185
A3. Leitura de ortofotomapas de secção e subsecção do miradouro de Santa Catarina (2011 e 2021) 187
A4. Evolução dos usos comerciais e/ou serviços na envolvente do miradouro de Santa Catarina, desde o início do século XX até ao presente 193
A5. Questões éticas e legais 195
A6. Guião das entrevistas aos utilizadores dos espaços urbanos públicos em análise 197
A7. Caracterização dos entrevistados 199
A8. Grelhas de análise do conteúdo das entrevistas 205
A9. Diário de campo gráfico - alguns exemplos 213

Índice de figuras

Fig. 1.1.
Flyer movimento "Pelo direito ao sentar", 22 de setembro de 2023 (fonte: https://eventos.coletivos.org/event/pelo-direito-ao-sentar) 43
Fig. 1.2.
Praça Paiva Couceiro. Movimento "Pelo direito ao sentar" (fonte: Matilde Fieschi, setembro de 2023, Público, https://www.publico.pt/2023/09/22/local/reportagem/mesas-cadeiras-voltaram-paiva-couceiro-protesto-virou-festa-2064345) 43
Fig. 2.1.
Plano Diretor de Urbanização de Lisboa. Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa. Etienne de Groer, 1948 (fonte: Sítio Internet https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/evolucao) 70
Fig. 2.2.
Plano Estratégico de Lisboa. Modelo Urbano - Zonas. Autor desconhecido, 1992 (fonte: https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/evolucao) 73
Fig. 2.3.
Rua cor-de-rosa. Vista da praça de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, 2024) 78
Fig. 2.4.
Rua cor-de-rosa (fonte: Ana Cravinho, 2024) 78
Fig. 2.5.
Rua cor-de-rosa. Vista da rua do Alecrim (fonte: Ana Cravinho, 2024) 78
Fig. 2.6.
Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha de Lisboa. Frente Ribeirinha de Lisboa | Santos / Santa Apolónia. Autor desconhecido, 2008 (fonte: https://www.lisboa.pt/fileadmin/portal/temas/urbanismo/planeamento_urbano/ft_ribeirinha/FR_Planta_PropostaSantosStaApolonia.pdf) 81
Fig. 3.1.
Planta da Freguesia de S. Paulo: A - Igreja de São Paulo, na sua localização e orientação originais, Sargento-mor José Monteiro de Carvalho, s. d. [fonte: Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa (1756? - 1768?), Torre do Tombo] 89
Fig. 3.2.
Painel "Grande Panorama de Lisboa" (pormenor). Em primeiro plano visualiza-se a igreja se São Paulo na sua localização e orientação originais, autor desconhecido, c. 1618-99 (fonte: Ana Cravinho, a partir do original localizado no Museu Nacional do Azulejo) 91
Fig. 3.3.
Praça de São Paulo no início do século XX, Armando Maia Serôdio, s.d. (fonte: Arquivo Fotográfico da CML) 92

Fig. 3.4.
Praça de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, dezembro de 2018) 92
Fig. 3.5.
Praça de São Paulo no final do século XIX e início do século XX, autor desconhecido, entre 1885 e 1910 (fonte: Arquivo Fotográfico da CML 93
Fig. 3.6.
Praça de São Paulo no final do século XIX e início do século XX, Joshua Benoliel, 1907 (fonte: Arquivo Fotográfico da CML) 93
Fig. 3.7.
Vista para a rua de São Paulo a partir da igreja de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 94
Fig. 3.8.
Perfil da rua de São Paulo, onde podemos ver fachadas do tipo A (*Ibidem*) (fonte: Ana Cravinho, a partir de fotografias e peças desenhadas do AHML) 94
Fig. 3.9.
Perfil da praça de São Paulo, onde podemos observar fachadas do tipo A (*Ibidem*) (fonte: Ana Cravinho, a partir de fotografias e peças desenhadas do AHML) 94
Fig. 3.10.
Vista para a Travessa de São Paulo a partir da igreja de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 94
Fig. 3.11.
Vista para a praça de São Paulo a partir da rua de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 95
Fig. 3.12.
Perfil da praça de São Paulo, onde podemos ver fachadas do tipo B (*Ibidem*) (fonte: Ana Cravinho, a partir de fotografias e peças desenhadas do AHML) 95
Fig. 3.13.
Planta da Parte Principal de Lisboa antes do terramoto de 1755 (pormenor). A castanho, os "Edifícios que ficaram destruidos ou quasi destruídos", autor desconhecido, s.d. (fonte: Revista de Obras Públicas e Minas, GEO) 96
Fig. 3.14.
Planta da cidade de Lisboa (pormenor), Eng. Silva Pinto e Alberto Sá Correia, março de 1856 [fonte: Levantamento de Silva Pinto (1904-1911), GEO] 96
Fig. 3.15.
Planta da cidade de Lisboa (pormenor), autor desconhecido, 1954 (fonte: Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico e Cadastral em 1954, GEO) 96
Fig. 3.16.
Fotografia da vista aérea da praça de São Paulo e da sua envolvente (pormenor), autor desconhecido, s.d. (fonte: GEO) 96
Fig. 3.17.
Quarteirão contíguo à praça de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, dezembro de 2018) 99

Fig. 3.18.
Edifício contíguo à praça de São Paulo, parcialmente devoluto (fonte: Ana Cravinho, dezembro de 2018) 99
Fig. 3.19.
Rua de São Paulo n.º 65, Loja de roupa *Musi*, inaugurada em 2023 (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 100
Fig. 3.20.
Rua de São Paulo n.º 98 - 102, Loja de Decoração Branco sobre Branco, inaugurada em 2000 (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 100
Fig. 3.21.
Rua de São Paulo n.º 102, Loja de roupa portuguesa *Fairly* Normal, inaugurada em 2022 (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 100
Fig. 3.22.
Praça de São Paulo. Apropriação do espaço urbano público por esplanadas de estabelecimentos de restauração (fonte: Ana Cravinho, dezembro de 2018) 101
Fig. 3.23.
Rua de São Paulo. Apropriação do espaço urbano público por esplanadas de estabelecimentos de restauração (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 101
Fig. 3.24.
Praça de São Paulo e sua envolvente, durante a pandemia Covid-19 (fonte: Ana Cravinho, março de 2020) 102
Fig. 3.25.
Vista da praça de São Paulo para a rua Cor-de-Rosa, durante a pandemia Covid-19 (fonte: Ana Cravinho, março de 2020) 102
Fig. 3.26.
Praça de São Paulo e sua envolvente, após a pandemia Covid-19 (fonte: Ana Cravinho, abril de 2023) 103
Fig. 3.27.
Praça de São Paulo. Vista da rua de São Paulo para a praça, após a pandemia Covid-19 (fonte: Ana Cravinho, abril de 2023) 103
Fig. 3.28.
Praça de São Paulo, artistas de rua (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 104
Fig. 3.29.
Praça de São Paulo, turistas (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 104
Fig. 3.30.
Praça de São Paulo e sua envolvente, consumo de bebidas e comida (fonte: Ana Cravinho, abril de 2023) 105
Fig. 3.31.
Praça de São Paulo e sua envolvente, conversação (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 105
Fig. 3.32.
Praça de São Paulo e sua envolvente, atividade de sem-abrigo (fonte: Ana Cravinho, abril de 2023) 105

Fig. 3.33.
Praça de São Paulo e sua envolvente, atividade de sem-abrigo junto ao adro da igreja (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 105
Fig. 3.34.
Planta da praça de São Paulo - Dimensão Morfológica. Localização do mobiliário e equipamento urbanos (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML) 107
Fig. 3.35.
Praça de São Paulo à noite. Fotografia ilustrativa da insuficiente iluminação presente na praça, vista da rua de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 108
Fig. 3.36.
Praça de São Paulo à noite. Fotografia ilustrativa da insuficiente iluminação presente na praça, vista do adro da igreja (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 108
Fig. 3.37.
Rua de São Paulo, onde é possível observar a rua totalmente preenchida de lugares de estacionamento automóvel (fonte: Ana Cravinho, janeiro de 2019) 109
Fig. 3.38.
Rua de São Paulo, as inclusões de pináculos, junto aos passeios, impedem o estacionamento de automóveis (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 109
Fig. 3.39.
Planta da praça de São Paulo - Dimensão Funcional, com indicação dos tipos de usos dos edifícios contíguos (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML) 111
Fig. 3.40.
Praça de São Paulo, quarteirão integralmente devoluto contíguo à praça de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 112
Fig. 3.41.
Rua de São Paulo, edifício parcialmente devoluto contíguo à praça de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 112
Fig. 3.42.
Planta da praça de São Paulo - Dimensão Funcional, com indicação dos fluxos de pedestres, bicicletas e automóveis e zonas de estar/permanecer (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML) 113
Fig. 3.43.
Praça de São Paulo, esplanadas e degraus do chafariz, como zonas de permanência (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 113
Fig. 3.44.
Praça de São Paulo, bancos como espaços de permanência e convívio (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 113
Fig. 3.45.
Planta da praça de São Paulo - Dimensão Ambiental. Análise dos parâmetros: qualidade paisagística e qualidade ambiental (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML) 115

Fig. 3.46.
Praça de São Paulo e sua envolvente, indivíduo a dormir durante o dia (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 118
Fig. 3.47.
Praça de São Paulo e sua envolvente, comida deixada nos bancos da igreja para quem precisa, recolher (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 118
Fig. 3.48.
Praça de São Paulo e sua envolvente, atividade ilícita (fonte: Ana Cravinho, abril de 2023) 118
Fig. 3.49.
Praça de São Paulo e sua envolvente, lixo deixado no chafariz (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 118
Fig. 3.50.
Planta da Freguesia de S.ª Catarina: A - Igreja de Santa Catarina, Sargento-mor José Monteiro de Carvalho (fonte: Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa (1756? - 1768?), Torre do Tombo) 121
Fig. 3.51.
Panorâmica de Lisboa tirada do Alto de Santa Catarina, Armando Maia Serôdio, 1965(?) (fonte: AHML) 122
Fig. 3.52.
Monumento ao Adamastor, Fernando de Jesus Matias, 1927 (fonte: AHML) 122
Fig. 3.53.
Perfil longitudinal do miradouro de Santa Catarina. Vista para a Trv. de Santa Catarina (fonte: Ana Cravinho, a partir de fotografias e peças desenhadas do AHML) 123
Fig. 3.54.
Vista para o quiosque de restauração localizado no miradouro de Santa Catarina (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 123
Fig. 3.55.
Perfil transversal do miradouro de Santa Catarina. Extremidade oeste do miradouro (fonte: Ana Cravinho, a partir de fotografias e peças desenhadas do AHML) 124
Fig. 3.56.
Miradouro de Santa Catarina, extremidade oeste (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 124
Fig. 3.57.
Perfil transversal do miradouro de Santa Catarina. Extremidade este do miradouro (fonte: Ana Cravinho, a partir de fotografias e peças desenhadas do AHML) 124
Fig. 3.58.
Miradouro de Santa Catarina, extremidade este (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 124
Fig. 3.59.
Planta da cidade de Lisboa (pormenor), Eng. Silva Pinto e Alberto Sá Correia, 1856 [fonte: Levantamento de Silva Pinto (1904-1911), GEO] 125

Fig. 3.60.
Planta da cidade de Lisboa (pormenor), autor desconhecido, 1954 (fonte: Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico e Cadastral em 1954, GEO) 125
Fig. 3.61.
Fotografia da vista aérea do miradouro de Santa Catarina e sua envolvente (pormenor), autor desconhecido, s.d. (fonte: GEO) 125
Fig. 3.62.
Fotografia da vista aérea do miradouro de Santa Catarina e sua envolvente (pormenor) (fonte: *Google Earth*, abril de 2023) 125
Fig. 3.63.
Planta do miradouro de Santa Catarina com indicação dos equipamentos hoteleiros a laranja e estabelecimentos de AL (**AL**), localizados através das plataformas digitais: Booking.com e airbnb.pt (fonte: Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML) 127
Fig. 3.64.
Largo de Santa Catarina antes da Requalificação Urbana do Alto de Santa Catarina, 2018 (fonte: PROAP, 2011) 129
Fig. 3.65.
Largo de Santa Catarina depois da Requalificação Urbana do Alto de Santa Catarina (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2025) 129
Fig. 3.66.
Miradouro de Santa Catarina, antes das últimas obras de requalificação (fonte: PROAP, 2011) 130
Fig. 3.67.
Miradouro de Santa Catarina, após as últimas obras de requalificação (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 130
Fig. 3.68.
Miradouro de Santa Catarina, antes das últimas obras de requalificação (fonte: Dicas de Lisboa, 2024). https://dicasdelisboa.com.br/pontos-turisticos/miradouro-de-santa-catarina-em-lisboa/) 130
Fig. 3.69.
Miradouro de Santa Catarina, após as últimas obras de requalificação (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 130
Fig. 3.70.
Miradouro de Santa Catarina. Colocação da vedação temporária em redor do miradouro (fonte: Público, 2018). https://www.publico.pt/2018/07/26/local/noticia/miradouro-de-sta-catarina-fechado-para-obras-o-resto-do-verao-1839230 131
Fig. 3.71.
Miradouro de Santa Catarina, objeção pública face à restrição de acesso ao miradouro (fonte: O Corvo, Sítio de Lisboa, 2018). https://arquivo.pt/wayback/20180904204851/https://ocorvo.pt/aumenta-contestacao-a-colocacao-de-uma-vedacao-no-miradouro-de-santa-catarina/ 131

Fig. 3.72.
Miradouro de Santa Catarina. Acesso ao miradouro através do quiosque de restauração (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 133
Fig. 3.73.
Miradouro de Santa Catarina. Acesso ao miradouro através do seu extremo este, junto ao *Noobai*, *Rooftop* Bar e Restaurante (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 133
Fig. 3.74.
Miradouro de Santa Catarina. Iniciativa de contestação, 2019 (fonte: Libertem o Adamastor! https://www.facebook.com/groups/2041316469220022/media) 133
Fig. 3.75.
Miradouro de Santa Catarina. Cartaz afixado na vedação, 2018 (fonte: Libertem o Adamastor! https://www.facebook.com/groups/2041316469220022/media) 133
Fig. 3.76.
Miradouro de Santa Catarina. Iniciativa de contestação, José Silveira, 2018 (fonte: Libertem o Adamastor! https://www.facebook.com/groups/2041316469220022/media) 134
Fig. 3.77.
Miradouro de Santa Catarina. Marcha de contestação, 2019 (fonte: Libertem o Adamastor! https://www.facebook.com/groups/2041316469220022/media) 134
Fig. 3.78.
Miradouro de Santa Catarina. Artistas de rua a atuar (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 139
Fig. 3.79.
Miradouro de Santa Catarina. Grupos de jovens a confraternizar (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 139
Fig. 3.80.
Miradouro de Santa Catarina, exemplo das atividades de consumo de comida e contemplação (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 139
Fig. 3.81.
Miradouro de Santa Catarina, exemplo das atividades de conversação e consumo de bebidas (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 139
Fig. 3.82.
Planta do miradouro de Santa Catarina - Dimensão Morfológica. Localização do mobiliário e equipamento urbanos (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML) 142
Fig. 3.83.
Miradouro de Santa Catarina. Placa que indica o horário de abertura e fecho do espaço público (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 143
Fig. 3.84.
Miradouro de Santa Catarina. Acesso do miradouro fechado às 11h30. Os diversos utilizadores que pretendem aceder ao miradouro, fazem-no através do quiosque de restauração (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 143

Fig. 3.85.
Planta do miradouro de Santa Catarina - Dimensão Funcional, com indicação dos tipos de usos dos edifícios contíguos (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML) 144
Fig. 3.86.
Planta do miradouro de Santa Catarina - Dimensão Funcional, com indicação dos fluxos de pedestres, bicicletas e automóveis e zonas de estar/permanecer (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML) 146
Fig. 3.87.
Miradouro de Santa Catarina. Ocupação do miradouro, ao final da tarde. Vista da esplanada do quiosque (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 146
Fig. 3.88.
Miradouro de Santa Catarina. Ocupação do miradouro e esplanada, ao final da tarde. Vista do restaurante/bar *Noobai* (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 146
Fig. 3.89.
Miradouro de Santa Catarina. Ocupação da esplanada, ao final da tarde (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 147
Fig. 3.90.
Miradouro de Santa Catarina. Ocupação da esplanada, ao início da tarde (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 147
Fig. 3.91.
Planta do miradouro de Santa Catarina - Dimensão Ambiental. Análise dos parâmetros: qualidade paisagística e qualidade ambiental (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML) 149
Fig. 3.92.
Miradouro de Santa Catarina. Grupo de jovens que se protege da exposição solar (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 150
Fig. 3.93.
Miradouro de Santa Catarina. Iluminação presente no miradouro (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023) 150
Fig. A1.1.
Praça de São Paulo e quarteirões limítrofes. Ortofotomapas de secção e subsecções 00508, 00602, 00603, 00604, 00605, 00606 e 00705, Francisco Caldeira (fonte: SGI do INE, Censos 2011) 178
Fig. A1.2.
Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00508. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011) 179
Fig. A1.3.
Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00602. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011) 179
Fig. A1.4.
Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00603. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011) 179

Fig. A1.5.
Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00605. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011) 179
Fig. A1.6.
Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00606. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011) 179
Fig. A1.7.
Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00705. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011) 179
Fig. A1.8.
Praça de São Paulo e quarteirões limítrofes. Ortofotomapas de secção e subsecções 00606, 00610, 00611, 00612, 00613 e 00614, Francisco Caldeira (fonte: SGI do INE, Censos 2021) 180
Fig. A1.9.
Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00612 (2021), anterior 00508 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021) 182
Fig. A1.10.
Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00614 (2021), anterior 00602 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021) 182
Fig. A1.11.
Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00613 (2021), anterior 00603 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021) 182
Fig. A1.12.
Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00610 (2021), anterior 00605 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021) 182
Fig. A1.13.
Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00606. Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021) 182
Fig. A1.14.
Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00611 (2021), anterior 00705(2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021) 182
Fig. A1.15.
Praça de São Paulo e sua envolvente. Variação do número de alojamentos vagos entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021 183
Fig. A2.
Planta de localização da praça de São Paulo e da sua envolvente, com indicação dos números de polícia (fonte: Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML) 185

Fig. A3.1.
Miradouro de Santa Catarina e quarteirões limítrofes de secção e subsecções 00106, 00302, 00408 e 00902, Francisco Caldeira (fonte: SGI do INE, Censos 2011) 188
Fig. A3.2.
Miradouro de Santa Catarina e sua envolvente na subsecção 00106. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011) 189
Fig. A3.3.
Miradouro de Santa Catarina e sua envolvente na subsecção 00302. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011) 189
Fig. A3.4.
Miradouro de Santa Catarina e sua envolvente na subsecção 00902. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011) 189
Fig. A3.5.
Miradouro de Santa Catarina e quarteirões limítrofes. Ortofotomapas de secção e subsecções 00805, 01502, 01504 e 01506, Francisco Caldeira (fonte: SGI do INE, Censos 2021) 190
Fig. A3.6.
Miradouro de Santa Catarina e sua envolvente na subsecção 01502 (2021), anterior 00106 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021) 191
Fig. A3.7.
Miradouro de Santa Catarina e sua envolvente na subsecção 00805 (2021), anterior 00302 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021) 191
Fig. A3.8
Miradouro de Santa Catarina e sua envolvente na subsecção 01504 (2021), anterior 00902 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021) 191
Fig. A3.9.
Miradouro de Santa Catarina e a sua envolvente. Variação do número de alojamentos vagos entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021) 191
Fig. A4.
Planta de localização do miradouro de Santa Catarina e da sua envolvente, com indicação dos números de polícia (fonte: Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML) 193

Índice de quadros

Quadro 1.
Matriz de indicadores quantitativos e qualitativos do espaço urbano público [fonte: Ana Cravinho, a partir de Colombo *et al.* (2021), Moro (2011), Silva *et al.* (2010) e Szczepańska & Pietrzyk (2019)] 10
Quadro 3.1.
Caracterização do Espaço Urbano Público [fonte: Ana Cravinho, a partir de Moro (2011)] 86
Quadro 3.2.
Caracterização do Espaço Urbano Público - praça de São Paulo [fonte: Ana Cravinho, a partir de Moro (2011)] 88
Quadro 3.3.
Dimensão Morfológica - praça de São Paulo e envolvente [fonte: Ana Cravinho a partir de Moro (2011) e De Angelis & Castro (2004)] 106
Quadro 3.4.
Dimensão Morfológica - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho) 110
Quadro 3.5.
Dimensão Funcional - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho) 114
Quadro 3.6.
Dimensão Ambiental - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho) 116
Quadro 3.7.
Dimensão Social - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho) 117
Quadro 3.8.
Caracterização do Espaço Urbano Público - miradouro de Santa Catarina [fonte: Ana Cravinho, a partir de Moro (2011)] 120
Quadro 3.9.
Dimensão Morfológica - miradouro de Santa Catarina e envolvente [fonte: Ana Cravinho a partir de Moro (2011) e De Angelis & Castro (2004)] 141
Quadro 3.10.
Dimensão Morfológica - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho) 141

Quadro 3.11.
Dimensão Funcional - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho) 148
Quadro 3.12.
Dimensão Ambiental - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho) 151
Quadro 3.13.
Dimensão Social - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho) 152
Quadro A2.
Síntese dos usos comerciais e/ou serviços da praça de São Paulo e sua envolvente (fonte: Ana Cravinho, a partir de dados do AHML) 185
Quadro A4.
Síntese dos usos comerciais e/ou serviços do miradouro de Santa Catarina e a sua envolvente (fonte: Ana Cravinho, a partir de dados do AHML) 193
Quadro A6.
Guião de Entrevista [fonte: Ana Cravinho a partir de De Angelis & Castro (2004), Moro (2011) e Szczepańska & Pietrzyk (2019)] 197
Quadro A7.1.
Caracterização dos entrevistados - técnicos superiores e especialistas da CML 199
Quadro A7.2.
Caracterização dos entrevistados - utilizadores dos espaços públicos em análise 200
Quadro A8.
Grelhas de Análise de conteúdos das entrevistas [fonte: Ana Cravinho a partir de Guerra (2014)] 205

Abreviaturas

AHML	Arquivo Histórico Municipal de Lisboa
AL	Alojamento Local
AML	Área Metropolitana de Lisboa
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CML	Câmara Municipal de Lisboa
GEO	Gabinete de Estudos Olissiponenses
GEOTA	Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitetónico
MAAT	Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia
PDM	Plano Diretor Municipal
SGI	Serviço de GeoInformação
SRU	Sociedades de Reabilitação Urbana

Glossário

CIDADANIA "...o conjunto de direitos [e deveres] cívicos, políticos, sociais e culturais adscritos aos cidadãos num determinado contexto histórico e geográfico." (Carmo & Estevens, 2008: 2).

CONFLITO A resultante da interação entre duas ou mais partes em situação de competição (Carmo & Estevens, 2008), quer sob a forma velada, quer sob a forma expressa.

DINÂMICAS TERRITORIAIS
Conjunto de processos de transformação e organização do espaço geográfico, influenciados por múltiplos fatores - sociais, económicos, políticos e ambientais, que se manifestam de forma integrada e evolutiva.

ESPAÇO PÚBLICO
Espaço de uso comum e posse coletiva (Brandão, 2011), dentro do território urbano, que pertence ao poder público, de livre acesso (Madanipour, 2010), que potencia o encontro (Gehl, 2011), a celebração, a ação política (Delgado, 2004) e onde as trocas sociais, económicas e culturais se processam.

GENTRIFICAÇÃO Processo de substituição da população proveniente de grupos de estatuto social mais baixo, por grupos de estatuto social mais elevado (Glass, 1964), com a consequente deslocação das populações originais (Marcuse, 1985; Smith & William, 1986) e envolvendo também, formas de transição social, económica, cultural e política (Hamnett, 1991).

HOMOGENEIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PÚBLICO
Uniformização das formas e paisagens urbanas independentemente da sua localização geográfica. Esta uniformização é essencialmente, consequência da globalização e reflete-se sobretudo nos padrões económicos, culturais e arquitetónicos dos espaços urbanos (Sassen, 1991).

MERCADORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PÚBLICO
Transformação do espaço urbano em mercadoria, *i. e.* um bem que pode ser comprado, vendido ou comercializado (Estevens, 2014).

MORFOLOGIA URBANA

"Disciplina que estuda o objecto - a forma urbana - nas suas características exteriores, físicas, e na sua evolução no tempo." (Lamas, 2007: 38).

PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PÚBLICO

Transferência do controlo, gestão e exploração do espaço urbano público para entidades privadas (Estevens, 2014).

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Separação intencional no espaço geográfico, dum grupo de indivíduos, de acordo com critérios raciais, culturais, políticos ou socioeconómicos. "Tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia" (Castells, 1983: 210).

TURISTIFICAÇÃO Fenómeno de transformação socioeconómica de determinadas zonas, turísticas ou com potencial para o turismo, que envolve a criação de alojamentos temporários, a implementação de novas estruturas de apoio, a requalificação do património imobiliário e, consequentemente, a alteração do perfil populacional residente (Porto Editora, 2020, março). Fenómeno responsável por três formas de deslocamento: "a deslocação residencial, a deslocação comercial e a deslocação local. [...] Neste sentido, a deslocação é económica, mas também cultural e deve estar ligada à introdução de novos estilos de vida que comprometem o valor de uso dos bairros como espaços residenciais."[1] (Cocola-Gant, 2018: 2).

[1]No original: "residential displacement, commercial displacement and place-based displacement. […] In this regard, displacement is economic, but also cultural and it has to be linked to the introduction of new lifestyles that undermine the use value of neighborhoods as residential spaces."

Introdução

Motivação e Enquadramento Geral

Ao longo da minha atividade profissional, dediquei-me sobretudo à reabilitação, requalificação e manutenção de edifícios e monumentos de uma forma singular. Durante este percurso, apercebi-me que, para além do valor intrínseco de cada objeto arquitetónico, este materializa-se num contexto muito mais vasto - a cidade. Na cidade, existe igualmente um ritmo, uma melodia - os indivíduos. E foi assim, que gradualmente, comecei a olhar para a cidade de forma inquieta e interrogativa: de que modo se processa a interação entre edifício, cidade e indivíduos? Como se escreve esta melodia no território? Na observação dos fluxos e ritmos urbanos, um espaço em particular despertou a minha atenção: o espaço público - enquanto lugar de encontro, de coexistência e de vivências plurais. Um espaço comum, atravessado por tensões e diferenças, que espelha em si, a complexidade da vida urbana. Foi esta inquietação que me levou a ingressar no Doutoramento em Estudos Urbanos, com o propósito de desenvolver uma reflexão crítica e interdisciplinar sobre as questões urbanas, articulando contributos da Sociologia, da Antropologia, da Arquitetura, da Geografia, da História, da Economia, do Urbanismo, entre outros.

No decorrer da Pós-Graduação, concluída em 2019, e do Doutoramento iniciado nesse mesmo ano, aprofundei o estudo da relação entre indivíduos e espaço urbano público, na cidade de Lisboa, com especial enfoque na freguesia da Misericórdia. Nessa análise, procurei compreender as dinâmicas territoriais de ocupação e apropriação do espaço, e de que forma estas influenciam os processos de transformação espacial e os estilos de vida urbanos. Esta primeira análise revelou a presença de dinâmicas de conflito territorial, expressas nas múltiplas apropriações e usos do espaço por diferentes grupos sociais, e evidenciou fenómenos que têm marcado profundamente Lisboa nas últimas duas décadas e que são o resultado das políticas urbanas, implementadas durante o mesmo período: perda de residentes e de comércio tradicional; fluxos migratórios; gentrificação; reabilitação intensiva do edificado e crescimento das tipologias ligadas ao turismo, com impacto na segregação espacial.

Estes fenómenos não se esgotam no contexto local, mas refletem transformações mais amplas. O alargamento das formas de socialização, para além do espaço urbano público nomeadamente, para as plataformas digitais; a desindustrialização e a consequente reorganização produtiva e económica das cidades, e, mais recentemente, os desafios da

descarbonização, da digitalização e da mobilidade suave, são alguns dos fenómenos que influenciam profundamente a organização do espaço urbano. O reconhecimento empírico e teórico destes processos, estimularam o meu interesse pelas dinâmicas do conflito no espaço urbano público, espelhadas na apropriação e utilização desigual do espaço público e pela exclusão de certos grupos do usufruto pleno destes espaços.

O espaço urbano público sempre desempenhou um papel essencial na vida das cidades. Mesmo quando desvalorizado ou relegado a funções secundárias, foi sempre um lugar de circulação, de encontro, de comércio e de convivência. Com o crescimento urbano, estes espaços foram-se tornando mais complexos e multifuncionais, acolhendo expressões de poder, rituais coletivos, atividades económicas e manifestações culturais. No entanto, as transformações profundas que atravessam as sociedades contemporâneas, económicas, sociais, tecnológicas e culturais, têm alterado significativamente a forma como vivemos e entendemos o espaço urbano público. Hoje, estes espaços são palco de tensões e disputas: entre diferentes modos de apropriação; entre interesses públicos e privados e entre modelos de cidade mais inclusivos ou mais mercantilizados. As dinâmicas territoriais que resultam destes processos, como a gentrificação, a turistificação ou a privatização do espaço urbano público, revelam-se não apenas como fenómenos urbanos, mas como expressões visíveis de desigualdades sociais, económicas e políticas. É nesse cruzamento entre espaço urbano e conflito que se inscreve esta Tese.

Definição da Problemática

A presente Tese procura refletir criticamente sobre os efeitos das políticas públicas urbanas nas transformações espaciais dos espaços urbanos públicos da cidade consolidada. O foco incide em compreender **de que modo as políticas públicas em vigor, influenciaram processos de transformação morfológica e funcional nos espaços públicos da cidade consolidada de Lisboa, induzindo dinâmicas territoriais que comprometeram o seu carácter coletivo, acentuaram assimetrias no acesso e agravaram os conflitos socioespaciais, colocando em risco os princípios de equidade e o direito à cidade.**

Parte-se da hipótese de que, nas últimas duas décadas (2005-2025), as políticas urbanas implementadas em Lisboa favoreceram um conjunto de dinâmicas territoriais como, a gentrificação, a homogeneização, a mercadorização e a privatização do espaço urbano público, que contribuíram significativamente para a transformação dos espaços urbanos públicos da cidade consolidada e para a segregação socioespacial. Estas dinâmicas não apenas moldaram a

ocupação, os usos e os comportamentos nesses espaços, como também tiveram impactos estruturantes na coesão territorial e no direito de todos à cidade.

Neste contexto, a Tese propõe analisar de que forma tais dinâmicas, fortemente influenciadas por orientações político-urbanísticas, produziram novos conflitos urbanos, redefiniram relações sociais e espaciais e criaram processos de exclusão e resistência no espaço urbano público. A análise empírica recai sobre dois casos de estudo paradigmáticos localizados no centro histórico da cidade de Lisboa, a praça de São Paulo, o miradouro de Santa Catarina e as suas áreas envolventes, permitindo observar com detalhe as interações entre políticas públicas, práticas sociais e dinâmicas territoriais.

A problematização parte de alguns pressupostos:

- O espaço urbano público é, por definição, um espaço de conflito, onde diferentes interesses, usos, identidades e poderes se cruzam e confrontam (Pena & Junior, 2011);
- As dinâmicas espaciais de privatização e mercadorização do espaço urbano público moldam profundamente os seus usos contemporâneos (Carmo & Estevens, 2008);
- A forma como os espaços urbanos públicos são utilizados reflete-se na organização do território e nos modos de ocupação urbana;
- Os espaços públicos, ao contrário dos espaços privados, são palco de copresença e interação entre desconhecidos, o que introduz uma dimensão de imprevisibilidade e potencial tensão nas interações (Andrade & Baptista, 2015);
- A distância social e a distância cultural entre grupos de utilizadores, pode dificultar ou impedir a interação no espaço urbano, reforçando barreiras simbólicas e práticas (Andrade & Baptista, 2015);
- Existem espaços urbanos públicos marcados pela copresença sem interação, o que evidencia formas subtis de segregação mesmo em contextos fisicamente partilhados;
- Os conflitos urbanos manifestados nos espaços públicos estão ligados à formação de territorialidades, à redefinição de relações de poder e à reivindicação do direito à cidade (Simão & Gonçalves, 2019).

Ou seja, parte-se do pressuposto de que os espaços urbanos públicos são lugares de apropriação, encontro e representação social, mas também de confronto, negociação e disputa. A morfologia do espaço, a diversidade de utilizadores, os modos de apropriação e os regimes de regulação institucional coexistem e tensionam-se, revelando como o espaço urbano público é simultaneamente palco de inclusão e de exclusão.

Inspirando-se numa leitura Simmeliana (Simmel, 2005 [1903]), considera-se o conflito não apenas como força desagregadora, mas como fator estruturante da vida social urbana, uma força que pode gerar transformação, resistência e participação, mas que também pode ser instrumentalizada para consolidar desigualdades e reconfigurar os espaços em função de interesses hegemónicos.

Neste quadro, a Tese interroga os efeitos concretos e simbólicos das políticas públicas na constituição dos espaços urbanos públicos contemporâneos, procurando perceber em que medida a sua gestão favorece a coexistência e o direito à cidade, ou, pelo contrário, acentua processos de fragmentação social e territorial.

Assim, a problemática da Tese estrutura-se em torno de três eixos analíticos:

1. **A constituição do conflito como elemento estruturante do espaço urbano público**, na articulação entre apropriação, regulação institucional e estrutura social;
2. **A leitura crítica das políticas urbanas e dos instrumentos de planeamento**, avaliando a sua eficácia e o impacto na gestão do conflito e na promoção (ou bloqueio) de formas de inclusão urbana;
3. **A análise empírica de manifestações concretas do conflito** nos casos de estudos, visando compreender como se expressam, se negociam (ou não) e que efeitos produzem na configuração dos espaços públicos e no quotidiano urbano.

A Tese avança, assim, no sentido de compreender o espaço urbano público não como um cenário estático, mas como campo de forças em disputa, onde se refletem e se reconfiguram continuamente as contradições da vida urbana, e, o conflito, como força estruturadora da cidade, promovendo negociação, transformação e reorganização dos espaços comuns.

Objetivos

O objetivo geral desta Tese consiste na reflexão sobre fenómenos contemporâneos de segregação e inclusão, encontro e conflito, nos espaços públicos da cidade consolidada. A partir desta premissa, propõe-se a análise das dinâmicas do conflito, nestes espaços, a partir dos casos de estudo, já referidos anteriormente, com o intuito de compreender as suas causas, as suas formas de manifestação, os utilizadores envolvidos e os efeitos na produção e uso do espaço. Adicionalmente, pretende-se explorar as articulações entre formas de apropriação, regulação institucional e transformações morfológicas, funcionais, espaciais e sociais. A Tese, procura também, por um lado, contribuir com uma leitura crítica do espaço urbano público, destacando o papel dos conflitos na sua constituição e transformação, e, por outro, produzir dados teóricos

e práticos que permitam desenhar políticas públicas mais inclusivas e conscientes da complexidade das disputas urbanas.

Como objetivos específicos, pretende-se:

- Contextualizar historicamente a evolução do conceito de espaço público e a sua materialização no caso da cidade de Lisboa, com especial enfoque nas dinâmicas políticas, urbanísticas e socioculturais.
- Explorar o contributo das teorias sociológicas e urbanas contemporâneas (nomeadamente a Sociologia do Conflito, a Teoria da Estruturação e a Escola de Chicago) para a compreensão das tensões e contradições nos espaços urbanos públicos;
- Analisar criticamente as políticas públicas urbanas e os instrumentos de planeamento que afetam os espaços públicos na cidade de Lisboa, com enfoque na sua capacidade de regular, intensificar conflitos ou promover inclusão, participação e direito à cidade, sobretudo no período entre 2005 e 2025;
- Estudar empiricamente os espaços urbanos públicos - praça de São Paulo, miradouro de Santa Catarina e suas envolventes, através de uma grelha de análise multidimensional (morfológica, funcional, ambiental e social), complementada com entrevistas e observação participante;
- Enunciar as principais dinâmicas do conflito que ocorrem nos espaços analisados, identificando os principais agentes e práticas de apropriação, exclusão e resistência, procurando compreender como os conflitos urbanos se manifestam e são (ou não) geridos no quotidiano.;
- Investigar como diferentes grupos sociais experimentam, percecionam e interagem com o conflito no espaço urbano público;
- Avaliar como os conflitos podem reconfigurar o espaço público, questionando a sua posse coletiva e analisando os seus impactos sobre as práticas e os paradigmas do planeamento urbano;
- Analisar as novas práticas sociais e estilos de vida que emergem em contextos de conflito socioespacial.

Estrutura da Tese

Para além da **Introdução**, onde se procura contextualizar o trabalho de investigação desenvolvido e o que motivou a opção pelo tema, a definição da problemática e dos objetivos gerais e específicos, a estrutura de Tese e a síntese da metodologia utilizada na pesquisa, a Tese divide-se em mais três capítulos, seguidos pelas considerações finais, conclusão e sugestões para estudos futuros, bibliografia e oito anexos.

O primeiro Capítulo - Contributos Teóricos - Revisão da Bibliografia, estabelece os fundamentos teóricos da Tese, a partir de uma abordagem multidisciplinar que cruza contributos da Arquitetura, Geografia, Sociologia Urbana e Estudos Urbanos, com o objetivo de compreender a complexidade do espaço urbano público e as dinâmicas de conflito nele inscritas. São aprofundados três conceitos estruturantes: espaço público; conflito e cidadania, enquanto chaves de leitura das dinâmicas socioespaciais que se manifestam nos territórios urbanos. O espaço público é entendido como palco de sociabilidade, diferença e disputa, onde se cruzam apropriações formais e informais, lógicas de exclusão e dinâmicas de controlo. O conflito é mobilizado como lente analítica que revela tensões territoriais e desigualdades, sendo interpretado não como disfunção, mas como oportunidade de leitura crítica da cidade. A cidadania, por sua vez, é analisada numa perspetiva relacional e territorial, a partir das práticas de uso, resistência e reivindicação do espaço urbano. O capítulo inclui ainda uma matriz analítica desenvolvida para orientar a leitura empírica dos casos de estudo, articulando dimensões físicas, sociais e simbólicas do espaço urbano público.

O segundo Capítulo - Evolução das políticas públicas na cidade de Lisboa, analisa a forma como as políticas públicas urbanas moldaram Lisboa nas últimas duas décadas, com impacto direto nos espaços urbanos públicos. Parte-se da premissa de que o território urbano é também produto de decisões políticas e estratégicas de planeamento, sendo fundamental compreender como essas decisões moldaram a cidade contemporânea. O capítulo examina as principais orientações das políticas urbanas implementadas desde os anos 1990, identificando tendências como a reabilitação urbana centrada na atratividade turística, os processos de gentrificação, a transformação dos usos do solo e a perda de funções residenciais e comerciais tradicionais no centro histórico. Este enquadramento procura evidenciar como tais políticas contribuíram para a redefinição das dinâmicas urbanas e das formas de apropriação do espaço público, influenciando diretamente os fenómenos de exclusão, conflito e fragmentação territorial observados nos casos de estudo. A análise contextualiza também os enquadramentos

legais e programáticos que sustentam estas estratégias, destacando o papel do Estado, da administração municipal e de atores privados na produção do território urbano.

O terceiro Capítulo - Casos de estudo, apresenta a análise empírica de dois casos de estudo situados na cidade de Lisboa, referidos anteriormente. Através de uma abordagem territorial e multiescalar, são exploradas as dinâmicas sociais, espaciais e simbólicas presentes nestes espaços públicos, com especial enfoque nas formas de apropriação, nos usos e nos conflitos emergentes. A análise combina observação direta, trabalho de campo e leitura crítica das transformações urbanas, identificando como as políticas públicas, os interesses privados e as práticas dos utilizadores contribuem para a produção de tensões e para a redefinição do espaço urbano.

Por fim, a conclusão sintetiza os principais contributos teóricos e empíricos da Tese, destacando como os espaços urbanos públicos, enquanto lugares de encontro e tensão, revelam dinâmicas complexas de inclusão, exclusão e disputa. Defende-se que o conflito, longe de ser um elemento disruptivo, pode ser motor de transformação e reconfiguração urbana. Através da análise dos casos de estudo, evidencia-se o papel central do espaço público na construção da cidadania urbana e das identidades coletivas. Enunciam-se ainda reflexões finais sobre o papel das políticas públicas, as lógicas de apropriação e regulação do território, e propõem-se caminhos de investigação futura sobre as dinâmicas urbanas contemporâneas.

Metodologia

Para responder à problemática desta Tese, adotou-se uma metodologia de investigação predominantemente qualitativa, assente em estudo de casos, revisão bibliográfica e análise documental. A proposta metodológica inspira-se na abordagem multidisciplinar de Setha Low[2] (2000): "*On the Plaza. The Politics of Public Space and Culture*", onde a autora, utilizando a praça como objeto de estudo, analisa a interação entre espaço físico e atividades culturais presentes no mesmo, mostrando como a vivência e apropriação cultural moldam os espaços urbanos públicos e como estes, enquanto objeto, condicionam as relações económicas e sociais da cidade onde se inserem. Esta perspetiva analítica e interpretativa procura reconstruir o sentido das práticas sociais, articulando o significado subjetivo das ações, os atos objetivos e o

[2]Doutorada em Antropologia Cultural pela Universidade de Berkeley, na Califórnia e atualmente professora de Psicologia Ambiental e Antropologia na Universidade de New York e Diretora do Grupo de Pesquisa em Espaço Público, do Centro de Pós-Graduação da mesma universidade. Os seus principais interesses de pesquisa são a Antropologia do espaço e lugar, Etnografia e Metodologias Qualitativas.

contexto social em que ocorrem (Guerra, 2014). Para o estudo de caso, a recolha de dados foi conduzida numa abordagem flexível e dinâmica, assentando em métodos qualitativos, nomeadamente, entrevistas semi-diretivas e observação participante, complementadas por um diário de campo gráfico, mapas de fluxos, mapas de apropriações espaciais e a aplicação de uma matriz de indicadores do espaço urbano público. Esta abordagem privilegia a compreensão dos comportamentos e experiências sociais de grupos específicos, num determinado recorte territorial (Creswell, 2007; Marvasti, 2004; Neuman, 2014; Perecman & Curran, 2006) e é sustentada numa perspetiva de 'perto e de dentro' (Magnani, 2002). As entrevistas, semi-diretivas, seguem uma lógica de estrutura flexível combinando diretrizes definidas com espaço para o desenvolvimento livre das respostas. A amostragem foi intencional, ou seja, foram selecionados utilizadores com diferentes perfis sociais, em funções de critérios previamente estabelecidos, e por contraste (Guerra, 2014). Em complemento, recorreu-se ao levantamento de dados estatísticos, com o objetivo de enriquecer a análise qualitativa. Na análise de dados elegem-se os métodos qualitativos: análise de conteúdos e, de forma complementar, interpretação visual.

A fundamentação teórica da Tese articula as áreas da Arquitetura, dos Estudos Urbanos, da Geografia e da Sociologia Urbana, como referido anteriormente, o que permite a construção de um quadro analítico multidisciplinar (ver Capítulo 1. Contributos Teóricos - Revisão da Bibliografia). Neste contexto, a revisão da bibliografia contribuirá para a definição do referencial teórico que será mobilizado na análise comparativa com os dados empíricos (Creswell, 2007). A Tese incide sobre dois casos de estudo, previamente referidos, e selecionados pela sua relevância enquanto espaços urbanos públicos de grande diversidade de usos e utilizadores. Através desta amostra territorial, procura-se observar e descrever, de forma densa, práticas sociais, fluxos e interações espaciais, identificando fenómenos de encontro e conflito, segregação e inclusão.

Importa sublinhar, que o trabalho de campo não constitui o principal fundamento das conclusões desta Tese. Embora tenha sido inicialmente concebido como etapa exploratória para captar dinâmicas locais e caracterizar práticas sociais, o trabalho de campo assumiu sobretudo um papel ilustrativo e complementar, permitindo exemplificar e densificar fenómenos identificados na análise das políticas públicas. As conclusões finais derivam, assim, predominantemente da leitura crítica dos instrumentos de planeamento, das políticas implementadas e dos seus efeitos estruturais, enquanto o material empírico contribui para contextualizar e aprofundar a interpretação desses processos.

Deste modo, a metodologia concretiza-se por cinco etapas, cada uma delas compreendendo diferentes tarefas:

1. **Pesquisa exploratória, bibliográfica e documental**

Esta etapa inclui o levantamento e a sistematização de um conjunto articulado de fontes, com especial destaque para a pesquisa bibliográfica — artigos científicos, livros, teses e outros contributos académicos — que constitui a base interpretativa da análise. A esta centralidade juntam-se fontes primárias, como iconografia, cartografia e documentação histórica, bem como fontes secundárias complementares (media, artigos científicos, entre outros), permitindo construir um quadro crítico e contextualizado sobre os casos de estudo e as suas envolventes. Este processo de recolha incluiu:

- Visualização de seis documentos videográficos na Videoteca da CML;
- Consulta de 16 processos de obra no AHML, para análise do contexto morfológico e edificado dos espaços em estudo (ver Anexo A2. Evolução dos usos comerciais e/ou serviços na envolvente da praça de São Paulo, desde o início do século XX até ao presente e Anexo A4. Evolução dos usos comerciais e/ou serviços na envolvente do miradouro de Santa Catarina, desde o início do século XX até ao presente);
- Levantamento das políticas públicas de ordenamento do território e urbanismo, através dos PDMs, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor disponíveis no Centro de Informação Urbana de Lisboa;
- Análise dos acervos do GEO, com vista à caracterização morfológica e histórica dos recortes territoriais;
- Recolha de informação dos arquivos das extintas Secretarias-Gerais dos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, com foco nas freguesias de São Paulo e Santa Catarina, entre o século XVI e o século XIX;
- Consulta de documentos na Torre do Tombo, nomeadamente o livro das plantas das freguesias de Lisboa (c.1756-1768) e recolha de elementos da Hemeroteca Digital, designadamente, os Anais (1938-1968);
- Análise de dados estatísticos do INE (Censos de 1864 a 2021) e leitura de ortofotomapas, para avaliação da evolução sociográfica dos residentes nos territórios em análise [ver Anexo A1. Leitura de ortofotomapas de secção e subseção da praça de São Paulo (2011 e 2021) e Anexo A3. Leitura de ortofotomapas de secção e subseção do miradouro de Santa Catarina (2011 e 2021)].

2. Preparação do trabalho de campo

Incluiu:

- Definição dos perfis-base de utilizadores e elaboração do guião de entrevistas, cujas diretrizes baseiam-se em recolha bibliográfica (ver Anexo A6. Guião das entrevistas aos utilizadores dos espaços urbanos públicos em análise);
- Levantamento arquitetónico detalhados dos recortes territoriais, produção de mapas de fluxos e mapas de apropriações espaciais, e construção de uma matriz de indicadores quantitativos e qualitativos do espaço urbano público (ver subcapítulo 1.4. Matriz de Indicadores do Espaço Urbano Público), para leitura empírica dos casos de estudo.

A matriz estruturou-se em torno de quatro dimensões:

Quadro 1. Matriz de indicadores quantitativos e qualitativos do espaço urbano público [fonte: Ana Cravinho, a partir de Colombo *et al.* (2021), Moro (2011), Silva *et al.* (2010) e Szczepańska & Pietrzyk (2019)].

Dimensão		**Indicadores**
(1) Morfológica	**Indicadores Quantitativos**	1. Tipos de acessos (ruas contíguas): 1.1. Largura dos passeios 1.2. Pavimento dos passeios 1.3. Tipo de pavimentos 1.4. Estado de conservação dos pavimentos 2. Edifícios circundantes: 2.1. Fachadas 2.2. Tipologia construtiva 2.3. Volumetria 2.4. Cores 2.5. Texturas 2.6. Existência de edifícios de referência/monumentos 2.7. Estado de conservação dos edifícios 3. Mobiliário urbano (bancos, iluminação, papeleiras, caixotes, bebedouros, recetáculo de correio, sinalização, degraus) 4. Equipamentos urbanos (WC públicos, paragens, táxis, desporto, estacionamento, quiosques, espaços seniores)
	Indicadores Qualitativos	1. Clareza de leitura do espaço urbano público 2. Identidade do lugar 3. Atratividade do lugar (pontos focais) 4. Inserção na malha urbana (continuidade/permeabilidade)
(2) Funcional	**Indicadores Quantitativos**	1. Tipo de usos nos edifícios: 1.1. Serviços 1.2. Habitação 1.3. Comércio

Dimensão		Indicadores
		1.4. Usos noturnos 2. Fluxos: 2.1. Pedestres (diurno/noturno) 2.2. Automóveis (diurno/noturno) 2.3. Bicicletas (diurno/noturno) 3. Zonas de permanência 4. Zonas de atravessamento
(3) Ambiental	**Qualidade Paisagística** **Indicadores Qualitativos**	1. Exposição solar 2. Proteção ao vento 3. Zonas de sombra e abrigo 4. Árvores/cobertura vegetal 5. Pontos de água
	Qualidade Ambiental **Indicadores Qualitativos**	1. Segurança pública (iluminação, videovigilância) 2. Recolha de lixo 3. Poluição sonora
(4) Social	**Indicadores Qualitativos**	1. Caracterização dos utilizadores (tipo, género, idade, profissão, instrução, proximidade à residência) 2. Densidade de ocupação 2.1. Frequência de uso (dias e horários) 3. Formas de apropriação: 3.1. Individual 3.2. Coletiva 3.3. Comunitária (identidade sociocultural) 4. Sensação de bem-estar 5. Sensação de segurança 6. Fenómenos de exclusão 7. Fenómenos de inclusão 8. Diversidade cultural

3. Trabalho de campo

Realizou-se uma pesquisa de natureza descritiva e explicativa, através de:

- Observação participante, onde se procurou a integração em atividades, nomeadamente, frequência nos espaços comerciais e de restauração, para estabelecer relações de proximidade e confiança com alguns utilizadores e assim, facilitar o acesso a informação privilegiada que permitisse uma melhor compreensão das dinâmicas e interações observadas;
- Aplicação da matriz de indicadores do espaço urbano público e elaboração de mapas de fluxos e mapas de apropriações espaciais;
- Condução de entrevistas semi-diretivas (sempre que possível, o mínimo de dez por tipo de utilizador incidindo em diferentes características nomeadamente, género,

idade, habilitações académicas e atividade ocupacional) (ver Anexo A7. Caracterização dos entrevistados);

- Elaboração de diário gráfico com notas substantivas, registo de eventos e interações (ver Anexo A9. Diário de campo gráfico - alguns exemplos).

O trabalho de campo decorreu em quatro períodos distintos: janeiro de 2019; abril de 2020; abril de 2023 e agosto de 2023, com visitas em diferentes dias da semana e horários (manhã, tarde e noite).

Paralelamente, realizaram-se entrevistas a técnicos e especialistas da CML:

- Arq. Vasco Martins (19/05/2023), sobre o projeto para a "Envolvente ao Mercado da Ribeira";
- Arq.ª Graça Azevedo e o Arq. Luís Ruivo (26/09/2023), sobre o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Bairro Alto e Bica;
- Historiador Nuno Campos (27/01/2024), sobre a evolução morfológica e histórica dos espaços em análise;
- Historiador Rui Matos, o Arqueólogo Pedro Miranda e o Arq. Vítor Carmo (31/01/2024), sobre as intervenções urbanas no miradouro de Santa Catarina e na sua envolvente, nos últimos 20 anos.

4. Tratamento e análise de dados

Incluiu:

- Transcrição e análise das entrevistas com base em grelhas interpretativas (ver Anexo A8. Grelhas de análise do conteúdo das entrevistas), destacando-se tópicos relevantes e sua relação com a problemática da Tese;
- Análise narrativa, segundo a abordagem indutiva de Demazière & Dubar (1997), centrada na construção de significados a partir das experiências relatadas;
- Organização do diário de campo e dos mapas de fluxos e mapas de apropriações espaciais em suporte informático, para cruzamento de dados qualitativos com elementos visuais, sintetizados em plantas produzidas, com recurso aos *softwares* AutoCad e Adobe Illustrator.

5. Sistematização dos resultados

A última etapa consistiu na construção de uma síntese analítica:

- Identificação de padrões recorrentes nas entrevistas e agrupamento temático de problemáticas;
- Construção de tipologias por semelhança, com base em tipos de utilizadores (residente, turista, etc.), permitindo categorizar diferentes perceções sobre os espaços urbanos públicos em análise;
- Aplicação da análise categorial (Guerra, 2014), para determinar variáveis explicativas de fenómenos, como a segregação socioespacial ou a perceção de insegurança sentida por alguns utilizadores.

CAPíTULO 1

Contributos Teóricos - Revisão da Bibliografia

Este capítulo apresenta os principais contributos teóricos que sustentam a análise desenvolvida ao longo da Tese, partindo de uma base disciplinar enraizada na Arquitetura e articulada com os Estudos Urbanos, a Geografia e a Sociologia Urbana. Esta orientação multidisciplinar justifica-se pela complexidade inerente ao objeto de estudo: o espaço urbano público em conflito e pelo entendimento de que a cidade é uma realidade multifacetada e que "dificilmente pode permanecer contida dentro dos limites epistemológicos de qualquer uma das disciplinas convencionais das ciências sociais e/ou humanas." (Fortuna, 2020: 24). Entende-se por isso, que as dinâmicas do conflito, nos espaços urbanos públicos, não podem ser plenamente compreendidas a partir de uma única disciplina, pois envolvem dimensões físicas, sociais, políticas, simbólicas e legais do espaço urbano. A multidisciplinaridade, neste contexto, não constitui apenas uma escolha epistemológica, mas uma necessidade metodológica e analítica. Ela permite olhar para o espaço urbano público, como uma realidade plural, em constante negociação e disputa, oferecendo um olhar mais rico e crítico sobre as dinâmicas urbanas contemporâneas e sobre o papel do espaço público na construção da cidade e da cidadania. Importa sublinhar que, ao longo da redação desta Tese, não se reivindica autoridade exclusiva a nenhuma das disciplinas convocadas. Antes se pretende evidenciar a sua relevância para a compreensão do espaço urbano público e das dinâmicas de conflito que nele se manifestam, dinâmicas essas que, sem o enquadramento e o olhar plural destas áreas do saber, ficariam inevitavelmente incompletas.

A presente Tese, parte da premissa de que os espaços urbanos públicos não são apenas suportes físicos, mas também, construções sociais, políticas e simbólicas, profundamente marcadas por relações de poder, práticas territoriais e disputas em torno do uso e significado do espaço. Para compreender estas dinâmicas, recorre-se a três conceitos estruturantes: espaço público; conflito e cidadania. O conceito de espaço público (Brandão, 2011; Carr *et al.*, 2009; Delgado, 2004; Frampton, 1992; França, 1987; Gehl, 2011 [1971]; Hertzberger, 2015; Jane Jacobs, 2014 [1961]; Kostof, 1988; Krastev, 2020; Le Goff, 1998); Lynch, 1999 [1960]; Madanipour, 2003; 2010; Madeira da Silva, 2001; Marcús & Peralta, 2021; Mora, 2009; Mumford, 1965; Ochoa, 2003; Portas & Travasso, 2011; Rossi, 2001; Sack, 1986; Salgado, 2014; Sander & Coimbra, 2024, janeiro 12; Santos, 2005; Sennett, 2006; Teixeira, 2001 e

Tonkiss, 2005) é central nesta Tese e funciona como o eixo articulador da análise empírica dos casos de estudo. Reconhecido como o lugar de encontro e expressão da vida coletiva, o espaço público é também o palco da convivência e da diferença, convertendo-se, por vezes, num campo de tensões entre apropriações coletivas e dinâmicas de privatização, turistificação e controlo social. A partir de uma leitura crítica da bibliografia, problematizam-se as fronteiras entre o público e o privado, as lógicas de acessibilidade, apropriação e exclusão, bem como os usos formais e informais que moldam o quotidiano urbano. Compreender o que define um espaço urbano como público, e quem tem efetivamente direito a usá-lo, é fundamental para interpretar as tensões que emergem nos contextos urbano contemporâneos.

O conceito de conflito (Aelbrecht & Stevens, 2023; Beck, 1992 [1986]; 2007; Bourdieu, 1986; 1990 [1980]; 2015; Bourdieu & Wacquant, 1992; Brenner, 2019; Castells, 1983; Cocola-Gant *et al.*, 2023; Collins, 2001; Coser, 2001; Dahrendorf, 1958; Giddens, 1991; 2002; 2008; Guerra, 1987; Harvey, 1976; 2012; 2013; Holston, 2019; Kozen, 2011; Lefebvre, 1991; 2002; 2011; Malheiros & Madeira, 2023; Marcuse & Madden, 2016; Marques, 2016; Santos, 2004; Simmel, 1904; 2003; 2013; Wacquant, 2023 e Weber, 2004) é mobilizado como lente analítica para observar e interpretar os impactos socioespaciais que se manifestam no espaço público. Inspirada nas contribuições da Sociologia do Conflito, esta abordagem afasta-se de uma visão negativa ou disfuncional do conflito, encarando-o como um elemento produtivo, revelador e potenciado por desigualdades, interesses divergentes e disputas pela visibilidade, reconhecimento e acesso ao espaço urbano público. Os conflitos são entendidos como momentos críticos de fricção, mas também como oportunidades para revelar as lógicas subjacentes à produção e gestão do espaço urbano público.

O conceito de cidadania (Arendt, 2001; Borja & Muxi, 2003; Cabral, 2008; Cacciari, 2010; Lee, 2015; Seixas, 2008; 2013; Seixas & Antunes, 2019; Tulumello & Mendes, 2022; Vaz, 2022 e Vieira, 2008) é utilizado numa perspetiva relacional e territorial, enquanto prática que se concretiza (ou se nega) no espaço urbano. A análise da cidadania ultrapassa o seu enquadramento legal ou institucional, focando-se nas formas como os indivíduos e grupos sociais exercem o direito à cidade, reivindicam o usufruto do espaço e lutam pelo reconhecimento dos seus modos de habitar e usar o espaço público. A cidadania é, assim, observada através das práticas espaciais e das estratégias de resistência ou afirmação que marcam os lugares em análise.

A estes três conceitos articula-se a reflexão sobre as dinâmicas territoriais e os mecanismos de apropriação, regulação e controlo do espaço urbano público. Esta reflexão é essencial para a Tese, porque permite compreender como o espaço urbano público é continuamente produzido,

apropriado, disputado e regulado por múltiplos agentes e práticas. A análise destas dinâmicas permite observar como diferentes agentes: públicos, privados, coletivos ou individuais, produzem e negociam o território, contribuindo para processos de inclusão, exclusão ou transformação do espaço urbano público. Estas dinâmicas operam tanto morfologicamente (na configuração física e funcional dos espaços) como simbólica e socialmente (nas representações, significados e usos atribuídos a cada lugar), sendo centrais para o entendimento dos conflitos urbanos que emergem nos espaços urbanos públicos.

Como contributo metodológico, este capítulo apresenta ainda, uma matriz de indicadores do espaço urbano público (ver Metodologia), desenvolvida como ferramenta analítica para a leitura empírica dos casos de estudo. A matriz integra dimensões físicas, sociais e simbólicas do espaço, permitindo avaliar, de forma sistematizada, aspetos como a acessibilidade, o uso, a permanência, a vigilância, entre outros. Esta ferramenta pretende apoiar a observação, descrição e interpretação das práticas espaciais e das dinâmicas de conflito, assegurando coerência entre os fundamentos teóricos e a análise empírica desenvolvidas na Tese.

1.1. Espaço Público

O espaço público, ao longo da história, sempre desempenhou um papel estruturante na organização das cidades, apresentando-se como "um espelho das complexidades das sociedades urbanas"[3] (Madanipour, 2010: 1, tradução da autora). Através dele, é possível apreender a forma como a sociedade onde se insere está organizada e as heterogeneidades territoriais e sociais que nela se manifestam. Apesar de nem sempre ter sido valorizado como espaço nobre, desde cedo se configurou como lugar de encontro, de trocas e de convivência, palco privilegiado para a circulação de pessoas, bens e ideias, bem como para a expressão de práticas religiosas, comerciais e de lazer (Teixeira, 2001). Com o crescimento das cidades, os espaços públicos tornam-se elementos-chave na estruturação e dinamização das cidades e adquiram uma importância crescente, assumindo diversas funcionalidades, nomeadamente, espaços de poder, espaços ligados ao culto, espaços de comércio ou espaços de manifestações culturais.

Neste subcapítulo, propõe-se uma reflexão sobre a evolução do conceito de espaço público, enfatizando o seu papel nas cidades contemporâneas, como elemento agregador e articulador entre diferentes componentes do tecido urbano. O espaço público é aqui considerado, não apenas como lugar de encontro e convivência, mas também como elemento que promove: a

[3]No original: "mirror the complexities of urban societies:"

articulação entre diferentes espaços da cidade e o reforço do papel dos pisos térreos; a continuidade territorial e funcional da cidade; a acessibilidade universal; a fácil manutenção e versatilidade na adaptação a diferentes usos, experiências e, proporcionando, segundo Lynch (1999) [1960], diferentes estímulos visuais e sensoriais aos utilizadores.

Neste contexto, e a partir de uma pesquisa bibliográfica de natureza transdisciplinar no âmbito dos Estudos Urbanos, procura-se clarificar o conceito de espaço público, convocando contributos de diferentes campos disciplinares. No domínio da Arquitetura, destacam-se Brandão (2011); Carr *et al.* (2009); Gehl (2011) [1971]; Hertzberger (2015); Lynch (1999) [1960]; Madanipour (2003; 2010); Mora (2009); Portas & Travasso (2011) e Rossi (2001). Da Antropologia, Delgado (2004). Da Sociologia, Marcús & Peralta (2021) e Tonkiss (2005). Da Geografia, Sack (1986). Acresce ainda a perspetiva crítica de Jane Jacobs (2014) [1961], cuja reflexão, simultaneamente teórica e ativista, permanece central para a compressão da vida urbana e das contradições do espaço público. Para a análise da evolução histórica do espaço público, com enfoque na cidade de Lisboa, recorre-se ao contributo dos arquitetos: Frampton (1992); Madanipour (2003); Madeira da Silva (2001); Ochoa (2003); Salgado (2014); Santos (2005) e Teixeira (2001); dos historiadores França (1987); Kostof (1988); Le Goff (1998); Mumford (1965) e Sennett (2006); do politólogo Krastev (2020), bem como dos jornalistas Sander & Coimbra (2024, janeiro 12).

A ideia de espaço público conhece uma referência histórica inicial, mas fundamental, na Grécia antiga, constituindo a *Ágora*, o espaço público por excelência. Tratava-se de um espaço aberto, delimitado por edifícios de carácter público e mercados, onde os cidadãos se reuniam para debater, trocar ideias, exercer a cidadania e resolver questões judiciais (Kostof, 1988; Mumford, 1965). De acordo com Mumford (*Ibidem*), a função social da *Ágora*, foi herdada por outros países latinos através da *plaza*, campo, *piazza*, *grand-place*: "pois é no espaço aberto, com seus cafés e restaurantes em volta, que os encontros, conversas, discussões face a face, bem como os encontros fortuitos têm lugar, não formalizados, mesmo quando habituais." (p. 199). O *Forum Romanum* surge como sucessor da *Ágora*, mantendo, como um dos seus papéis centrais, o de proporcionar sociabilidade urbana (Sennett, 2006). Era um espaço de congregação multifuncional, usado tanto para o culto, como para o comércio, a administração e a justiça, concentrando um maior número de atividades comparativamente com a *Ágora* (Mumford, 1965). Para Sennett (2006), a principal diferença residia na forma mais definida e controlada do espaço, um recinto retangular, enquadrado por edifícios, que organizava diferentes populações.

Na Idade Média, as praças dos mercados preservam a herança do *Forum Romanum* (Mumford, *Ibidem*), mas de acordo com Le Goff (1998), o seu estatuto altera-se. Segundo este autor, a praça pública deixa de ser o lugar por excelência da deliberação cívica, passando a ser substituída pelo átrio das igrejas. Em Portugal, os espaços públicos medievais apresentavam grande diversidade na forma, função e tamanho, surgindo frequentemente associados a edifícios singulares ou localizados em terrenos baldios, à margem da malha urbana, servindo como locais para feiras ou eventos (Teixeira, 2001; Ochoa, 2003). Com o Renascimento e os Descobrimentos, nos séculos XV e XVI, surgem novas exigências de segurança, salubridade e estética nas cidades, reflexo de uma transformação na conceção de espaço urbano (Teixeira, 2001). De acordo com Madeira da Silva (2001), durante os séculos XV e XVI as cidades passam a ser pensadas a partir de preocupações urbanísticas mais sistematizadas, influenciadas pelos modelos italianos. A autora, destaca a regulamentação da vida urbana e a inovação dos traçados, como marcas deste período. A cidade setecentista adota uma lógica racional, ordenada, baseada em ruas retilíneas, praças regulares e malhas ortogonais, resultando numa expansão urbana estruturada (Teixeira, 2001). Assim, a principal mudança trazida pela cidade setecentista, prende-se com a expansão da cidade, através da sua: "estrutura urbana original e segundo regras que nela já estão implícitas." (*Ibidem*, p. 83), ao contrário do processo de crescimento das cidades de períodos anteriores, cujo crescimento se baseava na construção de contínuas malhas urbanas, cada um delas com características singulares (*Ibidem*).

No caso de Lisboa, com o terramoto de 1755, surge a oportunidade de construir parte da cidade de raiz, nomeadamente as zonas mais afetadas, sendo o caso mais paradigmático a zona baixa de Lisboa. A destruição desta zona permitiu a sua reconstrução de uma forma planeada, orientada por princípios iluministas. Através da ação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o nome ao qual ficou para sempre associada a Reconstrução de Lisboa, então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e mais tarde Marquês de Pombal, e com os projetos elaborados pelo arquiteto Eugénio dos Santos e o tenente-coronel Carlos Mardel que lhe sucedeu, implementou-se uma nova conceção de cidade e de espaço público (França, 1987). Este surge agora como espaço racional, funcional e simbólico, palco de vida social e manifestação de poder secular (Santos, 2005). À Reconstrução Pombalina ficam também associados princípios e processos técnicos inovadores, como a estandardização, a prefabricação e o processo construtivo "gaiola", estrutura de madeira embutida nas paredes e cuja elasticidade permitia uma resistência superior a um possível sismo (França, *Ibidem*).

No final do século XIX, com o crescimento populacional da capital portuguesa, Lisboa expande-se para norte, com a abertura das grandes avenidas, a avenida da Liberdade e a avenida

Almirante Reis. Neste período, o espaço público conquista um novo lugar à cidade, criam-se os passeios públicos e ruas dotadas de passeios largos e arborizados. Os jardins e rotundas substituem as praças como elementos centrais (Teixeira, 2001), e a cidade industrial, com a construção dos caminhos de ferro e a abertura de múltiplas fábricas e oficinas, altera a composição social e espacial da cidade, transformando-a num lugar de centralidade, mobilidade social, densidade e diversidade, alterando práticas sociais. O crescimento urbano, segundo Madanipour (2003), transforma os fundamentos das relações sociais, substituindo os vínculos de parentesco por laços contratuais e comerciais.

No decorrer do século XX, a cidade de Lisboa é fortemente urbanizada. O predomínio do automóvel, molda o desenho urbano da cidade, levando à apropriação do espaço público pela infraestrutura viária (Salgado, 2014). Como observado por Camillo Sitte (1889), e citado em (Frampton, 1992), na sua obra: "*Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*", as praças vão perdendo vitalidade, tornando-se, em alguns casos, parques de estacionamento, desconectadas dos edifícios que as circundam. O final do século XX e início do século XXI são marcados pela intensificação da perda de centralidade do espaço público: a deslocalização da indústria; o aparecimento de novas tecnologias de conhecimento; a concentração do comércio em grandes superfícies; a turistificação e o incremento de garagens privativas, que não contribuem para a criação de relações de vizinhança e consequentemente para a vivência coletiva, afetam a forma como os espaços são vividos e apropriados.

Mais recentemente, no início de 2020, com a pandemia Covid-19, assistiu-se a um esvaziamento abrupto e prolongado dos espaços públicos, consequência direta das medidas de confinamento impostas pelo Estado. A experiência da pandemia, embora marcada pela ausência física e pela restrição da sociabilidade urbana, veio reforçar a centralidade do espaço público enquanto dimensão essencial do bem-estar físico, emocional e social das populações. A valorização de espaços abertos e acessíveis, como jardins, praças e miradouros, tornou-se evidente não apenas como alternativa ao isolamento, mas também como suporte de práticas coletivas fundamentais para a saúde e para a coesão social. Ao mesmo tempo, a pandemia expôs desigualdades preexistentes no acesso a esses espaços, revelando a vulnerabilidade de determinados grupos sociais e o peso das assimetrias urbanas (Krastev, 2020).

Com o fim da pandemia, a 5 de Maio de 2023, registou-se uma retoma acelerada das atividades culturais e turísticas (Sander & Coimbra, 2024, janeiro 12). Essa reativação trouxe consigo um processo de reapropriação intensa do espaço urbano por diferentes agentes. Entre eles, os turistas, cuja presença massiva nos centros históricos reconfigurou ritmos, usos e funções dos espaços públicos, muitas vezes gerando conflitos com residentes e limitando

práticas quotidianas tradicionais. Outro grupo emergente é constituído pelos estafetas das plataformas digitais, como *Uber Eats*, *Glovo* e *Bolt*, que transformam os espaços públicos em áreas de circulação e espera, redefinindo a sua funcionalidade e contribuindo para novas formas de pressão sobre a infraestrutura urbana. A estes somam-se ainda os veículos de mobilidade turística, como os *tuk-tuks*, particularmente visíveis nos meses de verão, que, ao ocuparem ruas e praças, produzem impactos diretos na paisagem sonora, ambiental e social das áreas centrais da cidade. Assim, tanto os efeitos da pandemia como as dinâmicas pós-pandemia não diminuíram a importância do espaço público; pelo contrário, mostraram a sua relevância enquanto recurso coletivo indispensável e, simultaneamente, revelaram as tensões e disputas decorrentes das novas formas de apropriação urbana.

Como evidenciado, o espaço público tem-se transformado historicamente em função das mutações sociais, políticas, económicas e culturais, refletindo em cada época "modos de pensar e de criar, actores dominantes e concepções de poder, representações da sociedade, critérios de eficácia, formas de organização e, obviamente, princípios e modos de concepção e de organização do território." (Ascher, 2012: 26). Se outrora o espaço público se configurava como centro da vida cívica, no presente, confronta-se com novos desafios e exigências, decorrentes da intensificação da globalização, da heterogeneidade social e da diversidade de práticas urbanas. Assume-se nesta Tese, que a cidade contemporânea, ao integrar fluxos globais e comunidades heterogéneas, atribui ao espaço público uma função ampliada, que vai além da sua conceção clássica como simples lugar de encontro. Sustenta-se que o espaço público deve ser entendido também, como arena de coexistência, negociação e expressão coletiva, constituindo-se como dimensão central da vida democrática urbana e como palco das tensões e disputas inerentes à produção social do espaço.

Seguindo a perspetiva de Madanipour (2010), considera-se que o livre acesso constitui uma condição essencial, para que um espaço ser entendido como público: "Sem ser acessível, um lugar não pode tornar-se público."[4] (p. 6, tradução da autora). Esta acessibilidade pressupõe três condições: (1) que o espaço esteja sob jurisdição das autoridades públicas; (2) que se encontre aberto ou disponível a todos os indivíduos e (3) que seja utilizado ou partilhado por todos os membros da sociedade. Por oposição, espaço privado é definido pelo mesmo autor (*Ibidem,* 2003) como:

> "uma parte da vida que está sob o controlo do indivíduo a título pessoal, fora da observação e do conhecimento públicos e fora do controlo oficial ou estatal [...] uma

[4]No original: "Without being accessible, a place cannot become public".

> parte do espaço que pertence ou é controlada para uso exclusivo de um indivíduo, mantendo o público afastado"[5] (p. 35, tradução da autora)

No entanto, o autor reconhece, que a cidade não se constitui apenas por espaços exclusivamente públicos ou exclusivamente privados e que, por isso, a fronteira entre estes dois espaços nem sempre é clara ou legível. Também Portas & Travasso (2011), refletem sobre a ambiguidade da definição de espaço público, afirmando que nem sempre a propriedade coincide com o uso: "Os espaços de uso público nem sempre são realmente públicos e os espaços públicos nem sempre estão abertos à comunidade." (p. 36). Para Hertzberger (2015), por sua vez, as fronteiras entre público e privado são, na maior parte das vezes convencionais e dependem das relações com os espaços adjacentes: "convenção, que é respeitada por todos." (p. 15).

Este autor, acrescenta ainda ao carácter de livre acesso, um outro elemento, a seu ver, fundamental: "a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente." (p. 12). Na mesma linha Rossi (2001), entende o espaço público como parte integrante da estrutura física da cidade, referindo que "O que existe de comum refere-se ao carácter público, colectivo [...]; esta característica de coisa pública, feita pela colectividade para a colectividade, é de natureza essencialmente urbana." (p. 127). Para o autor (*Ibidem*), a cidade nasce e constrói-se em torno do coletivo, sendo que o público e o privado mantêm uma relação próxima, sem que a polarização entre ambos se dissolva. O que não puder ser entendido como público ou privado, perde significado. O mesmo é reforçado por Lynch (1999) [1960], ao afirmar que a qualidade de uma cidade depende da legibilidade das suas partes constituintes, sendo "a legibilidade crucial na estrutura citadina." (p. 13). Da mesma forma Jacobs (2014) [1961], sublinha que as ruas de bairros prósperos devem apresentar "nítida separação entre espaço público e o espaço privado." (p. 34).

Contudo, para alguns autores, a definição de espaço público não está necessariamente associada à propriedade pública. Delgado (2004), por exemplo, considera que este espaço pertence, na verdade, ao poder político que o controla: "o espaço público não pertence ao público, mas a uma ordem política que assumiu a função de o controlar e impor os seus significados."[6] (p. 3, tradução da autora). Esta leitura aproxima-se dos conceitos de território e territorialidade apresentados pelo geógrafo Robert Sack (1986), para quem o território é a área

[5]No original: "a part of life that is under the control of the individual in a personal capacity, outside public observation and knowledge and outside official or state control […] a part of space that belongs to, or is controlled by, an individual's exclusive use, keeping the public out".

[6]No original: "el espácio público no es del público, sino de um orden político que se há autoarrojado la función de fiscalizalo e impornele sus sentidos".

geográfica socialmente construída e um instrumento de controlo espacial: "A territorialidade nos seres humanos é mais bem entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar recursos e pessoas, controlando a área"[7] (p. 1, tradução da autora). Segundo este autor, o poder político é um dos principais agentes a acionar intensionalmente estas estratégias de controlo espacial: "A territorialidade é uma estratégia para estabelecer diferentes graus de acesso a pessoas, coisas e relações."[8] (p. 20, tradução da autora). Este tipo de apropriação é bem ilustrado por Marcús & Peralta (2021), no seu estudo sobre os usos legítimos e ilegítimos do espaço público na cidade de Buenos Aires. Estas autoras, mostram que as esplanadas são percecionadas pelos transeuntes, como extensões à propriedade privada, apesar de ocuparem o espaço público, sendo a sua presença legitimada pelo poder político, argumentando que essas práticas, configuram formas de regulação e exclusão, revelando uma lógica de gestão do espaço urbano orientada para a segregação de determinados grupos sociais.

Considera-se, a partir do exposto, que a complexidade da realidade urbana contemporânea exige uma compressão tipológica mais abrangente e flexível do espaço público. Brandão (2011) propõe, justamente, uma classificação por afinidade de valor ou sentido urbano, salientando que as tipologias assim delineadas são dinâmicas e refletem as transformações estruturais que atravessam a cidade. Neste sentido, distingue os "espaços - traçado", que promovem o encontro e a circulação, os "espaços - "paisagem", que promovem o lazer e a contemplação, os "espaços - deslocação", que promovem o transporte e o estacionamento, os "espaços - memória", que promovem a memória e a arqueologia e os "espaços comerciais semi-interiores e semi-exteriores" (p. 34). Mora (2009), por sua vez, apresenta uma tipologia que abrange a praça, a rua, o parque, a frente de água e o espaço público interior e o espaço público informal. Para esta autora, os espaços públicos urbanos devem "para além da integração dos diferentes cidadãos e das suas atividades, permitir o encontro, a estadia, o lazer, a expressão cultural e o contacto do ser humano com a natureza."[9] (p. 4, tradução da autora). Neste sentido, a análise tipológica proposta por Brandão (*Ibidem*) e Mora (*Ibidem*) evidencia não apenas a diversidade morfológica e funcional do espaço público, mas também a sua dimensão social e simbólica,

[7]No original: "Territoriality in humans is best understood as a spatial strategy to affect, influence, or control resources and people, by controlling área".

[8]No original: "Territoriality is a strategy to establish different degrees of access to people, things, and relationships".

[9]No original: "permitir además de la integración de los diferentes ciudadanos y con sus actividades, propiciar el encuentro, la estadía, la recreación, la expresión cultural, el contacto del ser humano con lo natural".

sublinhando a centralidade destes lugares enquanto suportes materiais e imateriais da vida coletiva urbana.

Tonkiss (2005), propõe uma abordagem baseada em experiências sociais distintas: (1) a praça, como símbolo de pertença coletiva; (2) o café, como espaço de troca social e (3) a rua, como lugar do quotidiano citadino, onde se multiplicam os usos e significados, desde a simples permanência no lugar à manifestação política. Para esta autora, sobretudo no espaço café, a natureza pública do espaço, não reside na sua propriedade, mas sim, na vivência pública que proporciona: "não se trata exatamente de saber quem é o seu proprietário, mas sim do sentido de vida pública que gera."[10] (p. 67, tradução da autora). Já Carr *et al.* (2009), vão além dos conceitos tipológicos, definindo espaço público como "o espaço comum onde as pessoas realizam as atividades funcionais e rituais que unem uma comunidade, quer nas rotinas normais da vida quotidiana, quer em festividades periódicas."[11] (p. xi, tradução da autora). Reforçam, na sua perspetiva, que o espaço público pode servir tanto a finalidade comunitária, como servir interesses privados, nomeadamente comércio, jardinagem, exercício físico, ou até protestos. Para Carr *et al.* (*Ibidem*), as dimensões críticas que definem a perceção dos utilizadores sobre o espaço público são as necessidades, os direitos e os significados. Segundo estes autores, os principais atributos procurados por utilizadores de espaços urbanos públicos são: o conforto, o relaxamento, a contemplação, o envolvimento ativo com o meio ambiente, a descoberta e o contacto com os outros, sendo que o conforto é assumido como uma necessidade básica. Também Gehl (2011) [1971], defende que "A vida entre edifícios oferece uma oportunidade de estar com os outros de uma forma descontraída e pouco exigente"[12] (p. 17, tradução da autora).

Compreende-se, assim, que o conceito de espaço público ultrapassa a tradicional dicotomia entre esferas pública e privada. Até meados do século XX, a distinção entre espaço individual e espaço coletivo parecia suficiente para delimitar o conceito, no entanto, as transformações sociais contemporâneas tornaram essa fronteira progressivamente difusa e porosa. Hoje, os usos públicos e privados sobrepõem-se, os significados atribuídos aos espaços são contingentes e, frequentemente, definidos mais pelas práticas sociais do que pelas normas jurídicas ou pela titularidade formal. Apesar desta complexidade conceptual, é possível identificar um critério essencial para a definição de espaço público: a acessibilidade. Para que um espaço público cumpra a sua função social e urbana, deve assegurar acesso livre e não discriminatório, a todos

[10]No original: "is not a question of who owns it, exactly, but of the sense of public life it engenders."
[11]No original: "as the common ground where people carry out the functional and ritual activities that bind a community, whether in the normal routines of daily life or in periodic festivities."
[12]No original: "Life between buildings offers an opportunity to be with others in a relaxed and undemanding way".

os indivíduos, constituindo condição necessária para que se configure como lugar de encontro, de vida coletiva e de exercício da cidadania. Nesse sentido Brandão (2011: 34), define o espaço público como "espaço que é fundador da forma urbana, o espaço "entre edifícios" que configura o domínio da socialização e da vivência "comum", como bem colectivo da comunidade […] devem ser sempre vistos como bens de utilização livre.". Não obstante, outros autores argumentam que a acessibilidade, embora indispensável, não é suficiente para garantir a vitalidade do espaço público. Gehl (2011), por exemplo, enfatiza que esta condição deve ser complementada por atributos qualitativos, tais como o conforto, a proteção contra o tráfego, a segurança, a existência de espaços de permanência, a oportunidades de interação, bem como uma escala adequada ao ser humano. Só a conjugação de acessibilidade e qualidade espacial garante que o espaço público seja verdadeiramente vivido, apropriado e central na dinâmica urbana.

1.2. Conflito

Com o objetivo de clarificar o conceito de conflito urbano nos espaços públicos das cidades contemporâneas, optou-se por um enquadramento teórico que privilegia as interações entre segmentos sociais e indivíduos na sua relação com a cidade, considerando a existência de uma estreita relação entre a forma como os diversos utilizadores produzem espaço e a forma como o experienciam. Embora o conceito de conflito seja transversal a diversas disciplinas, é sobretudo na Sociologia que se desenvolvem os fundamentos teóricos centrais das teorias do conflito (Collins, 2001) e os que nos interessam para este Tese. As teorias do conflito permitem compreender de forma mais aprofundada os conflitos urbanos atuais, oferecendo ferramentas analíticas para identificar as suas origens estruturais, as dinâmicas de poder e as formas de resistência que, muitas vezes, permanecem ocultas dos discursos oficiais, ou são dissimuladas na organização dos próprios espaços urbanos. Neste contexto, propõe-se também neste subcapítulo, a aplicação deste enquadramento teórico ao estudo empírico dos dois casos de estudo abordados nesta Tese e referidos anteriormente, analisando-os como palcos privilegiados de tensões sociais e onde se observam diferentes apropriações, usos e interações espaciais, entre os diferentes utilizadores.

Assim, sugere-se uma abordagem inicial a partir da tradição sociológica do conflito, destacando autores que contribuíram de forma relevante para a sua construção e consolidação, tais como Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895) e Max Weber (1864-1920), bem como Wrigh Mills (1916-1962), Ralph Dahrendorf (1929-2009), Georg Simmel (1858-

1918) e Lewis Coser (1913-2003). Destaca-se, que a Sociologia ao tratar do conflito nos contextos urbanos, evidencia a sua associação com questões de estratificação social, desigualdade e segregação social e espacial, embora não desconsidere outras lógicas. Estas questões estão presentes e espelham-se nas lutas e tensões pela apropriação do espaço e assumem novas configurações no atual contexto de neoliberalização da cidade.

Seguidamente, aborda-se a Escola de Chicago, uma corrente teórica e metodológica da Sociologia Urbana, que surgiu na década de 1910 na Universidade de Chicago, Estados Unidos. Apesar do seu foco principal consistir nos processos sociais e espaciais em cidades da América do Norte, foi pioneira no desenvolvimento da Sociologia Urbana, sobretudo através da sua abordagem empírica, centrada na observação direta da vida na cidade (Marques, 2016). Embora a sua análise tenha sido omissa relativamente ao papel do Estado e do capital, o seu contributo para a compreensão da cidade, como espaço de disputa e dinâmica social, é fundamental (*Ibidem*). Ao olhar para o espaço urbano público como um espaço não neutro, onde diversas dinâmicas de exclusão, marginalização e resistência se entrecruzam, atribui-se ao espaço uma condição de lugar de conflito permanente (Giddens, 2008; Holston, 2019). Nesta linha, Aelbrecht & Stevens (2023) sublinham que os encontros sociais nos espaços públicos contemporâneos revelam tanto potencial de coesão como de tensão, dado que a interação entre diferentes segmentos sociais é frequentemente atravessada por desigualdades e disputas de legitimidade. Destacam-se os autores: Robert Park (1864-1944), Ernest Burgess (1886-1966) e Louis Wirth (1897-1952).

De seguida, resume-se o pensamento de Anthony Giddens (1938-) e Pierre Bourdieu (1930-2002), com o intuito de aprofundar a análise dos conflitos urbanos numa perspetiva contemporânea, permitindo melhor compreender as relações entre ação, estrutura social e produção do espaço urbano. Aborda-se ainda Ulrich Beck (1944-2015), cuja obra: "Sociedade de Risco", constitui uma referência central para a compreensão das dinâmicas de conflito urbano na contemporaneidade. Giddens (1984), destaca-se pela sua Teoria da Estruturação, apresentada pela primeira vez na obra: "*The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*)", onde propõe estabelecer a dependência entre os sistemas sociais e a ação individual (dualidade da estrutura). Esta teoria, permite compreender os espaços urbanos públicos como produtos, tanto da reprodução das normas e instituições sociais, como da ação dos utilizadores, que os contestam e transformam. Os conflitos urbanos, neste enquadramento, não são apenas disputas materiais, mas expressões de tensões mais amplas entre o controlo social, a apropriação simbólica e a resistência cidadã. Este autor, contribui ainda com importantes reflexões sobre a interação social na vida quotidiana, assim como temas centrais

da contemporaneidade, como a pós-modernidade, a modernidade tardia e a globalização. Dado o foco desta Tese no estudo dos conflitos urbanos nos espaços públicos, em cidades contemporâneas, a partir de uma perspetiva sociológica e crítica, merece especial atenção o seu entendimento acerca do impacto da modernidade na vida social dos indivíduos, destacando-se a sua leitura da modernidade como uma cultura de risco, responsável pela emergência de novas formas de segregação e exclusão espacial e social.

Por sua vez, Pierre Bourdieu (2015), crítico dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais presentes num sistema hierarquizado de poder e privilégio, oferece um enquadramento teórico centrado nos conceitos de *campo*, *habitus* e *capital*. Estes conceitos são fundamentais para compreender as múltiplas formas de poder simbólico e as distinções económicas e culturais que moldam os usos e as apropriações do espaço urbano. A articulação entre *habitus*, *campo* e *capital* permite analisar como as estruturas sociais se reproduzem e como os conflitos emergem na disputa por recursos e posições. No contexto urbano, tal abordagem é essencial para compreender as práticas de apropriação do espaço, os processos de exclusão e as formas de dominação simbólica presentes nos espaços públicos. Nesse sentido, a leitura proposta por Wacquant (2023), articulada com o pensamento de Bourdieu, é particularmente relevante ao conceber a cidade simultaneamente como espaço simbólico, espaço social e espaço físico. Essa perspetiva reforça o entendimento do espaço urbano como lugar de concretização das relações sociais e da divisão social. A partir desta articulação, torna-se possível analisar de forma crítica os processos contemporâneos de gentrificação, de turistificação e de privatização, nos quais o conflito emerge do confronto entre formas instituídas de poder e práticas sociais dissidentes ou subalternizadas.

Ulrich Beck (1992) [1986], ao desenvolver o conceito de sociedade de risco, analisa a forma como a modernidade produz riscos globais, imprevisíveis e frequentemente invisíveis, que transcendem fronteiras e desafiam estruturas sociais e políticas estabelecidas. Os conceitos de risco, vulnerabilidade e incerteza são fundamentais para compreender como estas dinâmicas se materializam no espaço urbano, afetando a apropriação, a gestão e os usos do espaço público. Esta abordagem permite analisar os conflitos urbanos contemporâneos como resultado da interação entre riscos sociais, económicos e ambientais, evidenciando a emergência de novas formas de desigualdade e de tensão na organização e utilização dos espaços urbanos.

Neste seguimento, e assumindo o espaço urbano público como espaço génese de práticas sociais, criado com uma determinada intencionalidade e refletindo as estruturas, valores e contradições da sociedade onde se insere, relaciona-se espaço com as práticas sociais que nele ocorrem. A partir desta perspetiva, o espaço urbano público deixa de ser apenas um recetáculo

neutro de vida urbana, mas passa a ser um elemento ativo na origem, mediação e reprodução das interações sociais, que podem manifestar-se tanto sob a forma de convivência, como de conflito expresso ou velado. Neste quadro analítico, destaca-se o pensamento de Georg Simmel (1858-1918), que destaca o conflito como forma social constitutiva da vida coletiva e como elemento gerador de coesão e transformação urbanas. Já Isabel Guerra (1948-), evidencia a centralidade das relações socias na construção simbólica e funcional dos espaços e Milton Santos (1926-2001), enfatiza o espaço, enquanto conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, onde o conflito surge da interseção entre lógicas espaciais dominantes e práticas sociais divergentes.

Por fim, recorre-se às teorias mais recentes do urbanismo, que adotam uma abordagem socioespacial, donde se evidenciam os sociólogos: Henri Lefebvre (1901-1991) e Manuel Castells (1942-) e o geógrafo David Harvey (1935-). Lefebvre, defende o espaço como produto social, inseparável das relações de poder que o moldam e reproduzem, introduzindo o direito à cidade enquanto proposta política e ética, que reivindica o uso democrático, pleno e coletivo dos espaços urbanos. Castells, analisa as dinâmicas de poder, identidade e conflito nas redes urbanas, com especial enfoque nas transformações estruturais e aos movimentos sociais como agentes de mudança da cidade. Harvey, por sua vez, reforça a crítica à mercantilização do espaço urbano, apontando para o conflito estrutural entre o capital e os utilizadores dos espaços urbanos e recupera o direito à cidade, como direito à produção da vida urbana. As abordagens destes autores, facultam instrumentos teóricos para interpretar os conflitos urbanos contemporâneos, tanto visíveis como invisíveis, e maioritariamente expressos, através de processos de gentrificação, turistificação, securitização e disputas simbólicas. Tais dinâmicas, manifestam-se de forma particularmente evidente nos casos de estudo desta Tese (ver Capítulo 3. Casos de estudo).

De acordo com Collins (2001), na obra: "*Quatro tradições sociológicas*", a tradição do conflito é uma das quatro tradições nucleares da Sociologia, e conflito, é algo muito mais abrangente do que o seu entendimento negativo, inclui tudo o que acontece na sociedade e por isso acompanha-nos há muitos séculos. Numa sociedade, quando o "conflito não é explícito, ocorre um processo de dominação" (*Ibidem*, p. 49). O mesmo autor afirma que "a ordem social é constituída por grupos e indivíduos que tentam impor seus próprios interesses sobre os outros, sendo que podem ou não irromper conflitos abertos nessa luta para obter vantagem." (*Ibidem*).

Ainda segundo Collins (*Ibidem*), a tradição do conflito, na sociologia, deriva fundamentalmente de Karl Marx, Friedrich Engels e Max Weber, que desenvolveram teorias sobre o capitalismo, estratificação social e conflito político, na perspetiva macro-histórica,

enfatizando as relações sociais e de dominação, onde: "as ideias são armas e sua posse é determinada pela distribuição dos recursos sociais e económicos." (p. 13). Para Marx, baseado na visão histórica de Engels, a sociedade capitalista fundava-se essencialmente nas classes sociais (sobretudo na classe burguesa e na classe operária), que seriam grupos de base económica, que ocupavam diferentes lugares dentro do modo de produção capitalista, relacionando-se entre si e fundadas, portanto, numa base material (*Ibidem*). Este posicionamento diferenciado, resultava em interesses e naturezas distintos, onde o proletariado estabelecia uma relação de dependência com a burguesia industrial, porque dependia dos meios de produção que a burguesia detinha, através do pagamento de um salário (*Ibidem*). Estes dois autores compreendiam o conflito como resultante da luta de classes e das condições intrínsecas da produção capitalista e, portanto, de acordo com estes autores, a cidade constitui-se como palco da exploração e do confronto entre capital e trabalho, entre burguesia e proletariado, uma leitura que permanece influente na análise dos processos urbanos de exclusão e desigualdade (*Ibidem*).

Para Weber (2004), numa perspetiva multidimensional da estratificação social, as classes correspondem a grupos específicos que atuam na esfera económica, competindo pela obtenção de vantagens e posições de monopólio em determinados mercados. As classes dominantes são, assim, aquelas que alcançam posições privilegiadas nos mercados mais lucrativos. Neste quadro, as classes encontram-se sobretudo em situação de competição e concorrência, mais do que em conflito direto. O autor introduz ainda o conceito de grupos de *status*, distintos das classes, embora relacionados com as mesmas. Estes grupos formam-se a partir de estilos de vida e de uma visão do mundo partilhada, que gera afinidades eletivas entre diferentes pessoas, independentemente dos seus interesses económicos. Assim, o conflito, em Weber, não constitui apenas um fator adicional, mas expressa precisamente o "caráter multidimensional" (*Ibidem, p.* 80), da realidade social, marcada pela pluralidade de grupos, interesses e perspetivas que compõem o mundo. A importância de Weber para a subsequente teoria do conflito na Sociologia, deveu-se sobretudo, à constatação da existência de múltiplas esferas e de uma luta pela dominação que é travada dentro de cada uma dessas esferas (Collins, 2001). A diferença mais evidente entre as abordagens de Marx e Weber reside na centralidade atribuída por Marx à esfera económica, enquanto Weber defende que as relações entre grupos não se esgotam nessa dimensão, estendendo-se também às esferas da cultura e política. No entanto, Marx, Engels e Weber convergem ao reconhecer como pressupostos do conflito tanto o desejo de poder como a escassez de recursos.

Outro contemporâneo de Weber, Georg Simmel, teve também grande relevância no desenvolvimento das teorias do conflito, teorias posteriormente retomadas por Lewis Coser, na década de 1960. A teoria de Simmel designa uma outra tradição de análise iniciada na Alemanha no final da década de 1950, que diverge das teorias de Marx e Weber. Simmel associa-se a uma vertente mais funcionalista do conflito, assim como Ralph Dahrendorf, Wrigh Mills e posteriormente Lewis Coser (comummente designada por Teoria Funcionalista do Conflito). Simmel (1904), considera que o conflito é constituído por elementos positivos e negativos indissociáveis, assim como a sociedade que é regida por uma dualidade, a unidade e a divergência. O autor censura a visão socialista do mundo, defendendo o individualismo e argumentando que, "o preço do moderno individualismo e da liberdade é o desenraizamento da personalidade." (Collins, 2001: 105). Para Simmel (*Ibidem*), o conflito é o resultado das interações sociais, possuindo nos comportamentos e sentimentos antagónicos, a sua razão de ser e funcionamento como mola propulsora do progresso - sociação. Ao compreender o conflito social como um processo de integração social e como forma de legitimação da socialização entre indivíduos, o sociólogo alemão estabelece um novo paradigma para os conflitos sociais (*Ibidem*).

Nas décadas de 1950 e 1960, Lewis Coser desenvolveu o conceito de conflito, que incorporou na perspetiva do funcionalismo, defendendo que o conflito era um importante elemento da ordem social (Collins, 2001). Para Coser (2001), o conflito permite estabelecer e manter a identidade de um determinado grupo, e é mais intenso, quanto maior a proximidade e o envolvimento entre indivíduos: "O conflito é mais apaixonado e mais radical quando resulta de relações estreitas. A coexistência de união e oposição nessas relações contribui para a peculiar agudeza do conflito."[13] (*Ibidem*, p. 71, tradução da autora). Este autor, também afirma, que o conflito poderá ser um estímulo para estabelecer "novas regras, normas e instituições, servindo assim como agente de socialização para ambas as partes em conflito. Além disso, o conflito reafirma normas adormecidas, intensificando assim a participação na vida social."[14] (p. 128, tradução da autora), reforçando, que uma sociedade flexível pode beneficiar da presença do conflito, porque este permite um reajustamento de normas e "contém um mecanismo para

[13]No original: "conflict is more passionate and more radical when it arises out of close relationships. The coexistence of union and opposition in such relations makes for the peculiar sharpness of the conflict."

[14]No original: "new rules, norms, and institutions, thus serving as an agent of socialization for both contending parties. Furthermore, conflict reaffirms dormant norms and thus intensifies participation in social life."

reunir partes isoladas, apáticas ou mutuamente hostis e para as levar para o campo das atividades sociais públicas."[15] (p. 155, tradução da autora).

Posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970, há um conjunto de movimentos sociais que põem em causa as grandes instituições políticas, religiosas e a família e cujo impacto depressa se estende por toda a Europa. Daqui destacam-se as teorias do conflito, correntemente associadas aos autores: Wrigh Mills e Ralph Dahrendorf. A teoria de Mills, que vinha no seguimento da teoria de Weber, aborda os grupos de *status* associados à *elite*, que ele considera como grupos que "ajudam a camuflar os verdadeiros centros de poder." (p. 90). Já Ralph Dahrendorf (1958), propôs uma revisão do modelo de Marx, defendendo que a sociedade não pode existir sem conflito e consenso, os quais são entendidos pelo próprio, como pré-requisitos um do outro, alegando que a origem do conflito se encontrava na estrutura social. Deste modo, introduz o conceito de cristalização dos conflitos, conflitos latentes e manifestos na própria estrutura social e que, podem tornar-se aparentes através de determinadas circunstâncias específicas. Este conceito subentende a disputa entre grupos que assumem posições opostas, onde uma delas assume uma posição de domínio e a outra recusa-se a ser dominada (*Ibidem*).

Na Escola de Chicago, a cidade era vista pelos seus investigadores, como um laboratório social, ou seja, um lugar privilegiado para observar as interações urbanas, transformações sociais, marginalização, violência e disputas pelo espaço. Nos seus contributos mais relevantes para o entendimento do conflito urbano, contam-se os de: Park, que introduziu o conceito de ecologia humana, assumindo o conflito como parte do ciclo natural de invasão, dominação e sucessão nos territórios urbanos (Giddens, 2008); Burgess, através do seu modelo zonal concêntrico que expressa conflitos pela luta entre grupos por território e *status* (Malheiros & Madeira, 2023) e Wirth, que sugere, que o modo de vida urbano, favorece relações impessoais e descaracterizadas, o que facilita o início de tensões e conflitos (Giddens, 2008). Olhando para os casos de estudo presentes nesta Tese (ver Capítulo 3. Casos de estudo) à luz destes autores, a convivência tensa entre as diferentes populações presentes no território, como residentes, turistas e comerciantes, evidencia a cidade como uma arena de disputa por usos e significados.

O contributo de Giddens (1991), para o estudo dos conflitos urbanos, revela-se central ao considerar que os espaços públicos são simultaneamente produtos e produtores da interação entre ação individual e estrutura social. A sua noção de dualidade da estrutura permite compreender como os indivíduos, enquanto são moldados pelas normas e instituições, também

[15]No original: "contains a mechanism for bringing together otherwise isolated, apathetic or mutually hostile parties and for taking them into the field of public social activities."

as reproduzem ou desafiam por meio das suas práticas quotidianas, sendo esta uma chave fundamental para interpretar os conflitos urbanos como expressões de tensões entre ordem e agência. Ao distinguir a relação dos indivíduos com o lugar na pré-modernidade e na modernidade, Giddens (2002) evidencia o enfraquecimento do sentimento de pertença face à crescente indiferença civil nas sociedades modernas. Esta indiferença, contudo, não elimina o conflito, ela reconfigura-o, tornando-o mais difuso e simbólico: "Ao contrário dos riscos do passado, que tinham causas estabelecidas e efeitos conhecidos, os riscos de hoje em dia são incalculáveis e de consequências indeterminadas." (p. 65). Giddens (2008), na sua análise sobre a modernidade como cultura de risco, introduz ainda uma leitura crítica sobre as novas formas de insegurança urbana, exclusão social e fragmentação espacial geradas pela globalização e pelas tecnologias de informação.

Assim, Giddens oferece ferramentas teóricas essenciais para refletir sobre os conflitos urbanos nas cidades contemporâneas, não apenas enquanto disputas visíveis, mas também como processos estruturais e quotidianos de desagregação, resistência e transformação social. Igualmente, a partir da Teoria da Estruturação e da sua leitura da modernidade, Giddens apresenta uma lente para compreender como os conflitos urbanos em Lisboa, não são apenas expressões locais de tensões sociais, mas manifestações de processos globais e históricos, mediados pelas práticas quotidianas e pelas interações entre indivíduos, instituições e estruturas sociais.

Tendo em vista a análise crítica dos conflitos nos espaços urbanos públicos, proposta na presente Tese, interessa ainda abordar o pensamento de Pierre Bourdieu, articulado com a interpretação do sociólogo Loic Wacquant (2023), na sua obra: "*Bourdieu na Cidade. Desafios à Teoria Urbana*". A "trialética" (*Ibidem*) entre espaço simbólico, espaço social e espaço físico proposta por Wacquant (*Ibidem*), permite compreender a cidade como produto e reflexo das estruturas sociais, das hierarquias simbólicas e da materialidade construída, ou seja, como uma totalidade em que o espaço não é neutro, mas codificado por recursos desiguais e lutas de poder. A partir desta perspetiva, os conflitos urbanos emergem do atrito entre *habitus* e entre segmentos e frações com interesses distintos, caracterizados por diferentes volumes e composições de *capital*, que se confrontam nos diversos *campos*, como por exemplo o do mercado imobiliário.

A cidade, para Bourdieu, constitui um campo de disputa no qual se definem quais as práticas que são legítimas e as que são marginalizadas. O conceito *habitus*, segundo Bourdieu (1990) [1980], consiste num "sistema de disposições duradouras e transponíveis, estruturas

estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes"[16] (p. 53, tradução da autora), ou seja, um conjunto de disposições incorporadas que orientam perceções, práticas e escolhas individuais, formadas ao longo da socialização e condicionadas pelas posições sociais (Wacquant, 2023). Este conceito permite compreender como as práticas quotidianas não são apenas individuais, resultam da interiorização de condições históricas e sociais que se manifestam na ação. O conceito de *campo* designa arenas sociais relativamente autónomas, dotadas de regras próprias e hierarquias internas, onde os agentes competem por recursos e legitimidade (Wacquant, 2023). Bourdieu & Wacquant (1992), definem-no como:

> "uma rede, ou uma configuração, de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente, na sua existência e nas determinações que impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, pela sua situação atual e potencial (*situs*) na estrutura de distribuição das espécies de poder (ou capital) cuja posse determina o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo, bem como pela sua relação objetiva com outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.)."[17] (p. 97, tradução da autora)

Cada *campo* possui formas específicas de capital e dinâmicas de poder, funcionando como espaço de luta em que se definem fronteiras simbólicas e se determinam quais práticas, discursos e agentes são legitimados. O conceito de *capital* corresponde, em Bourdieu (2015), a um recurso social acumulado que pode ser transformado em poder e influência. Poderá assumir diferentes formas: económico (recursos financeiros e materiais); cultural (conhecimento, educação); social (redes de relações e contatos) e simbólico (*status*, reconhecimento social). Nas suas palavras: "O capital é trabalho acumulado (na sua forma materializada ou incorporada) que, quando apropriado de forma privada, ou seja, exclusiva, por agentes ou grupos de agentes, lhes permite apropriar-se da energia social sob a forma de trabalho reificado ou vivo"[18] (Bourdieu, 1986: 241).

Para Bourdieu (2015), compreender a cidade implica reconhecer como as relações de poder, as desigualdades sociais e culturais e as práticas quotidianas se materializam e se

[16]No original: "system of durable, transposable dispositions, structured structures predisposed to function as structuring structures".

[17]No original: "a network, or a configuration, of objective relations between positions. These positions are objectively defined, in their existence and in the determinations they impose upon their occupants, agents or institutions, by their present and potential situation (situs) in the structure of the distribution of species of power (or capital) whose possession commands access to the specific profits that are at stake in the field, as well as by their objective relation to other positions (domination, subordination, homology, etc.)".

[18]No original: "Capital is accumulated labor (in its materialized form or its "incorporated", embodied form) which, when appropriated on a private, i.e. exclusive, basis by agents or groups of agents, enables them to appropriate social energy in the form of reified or living labor".

reproduzem através do espaço urbano. A cidade é, portanto, um espaço de luta permanente pela definição de normas, usos e comportamentos legítimos. Essas disputas tornam-se visíveis nas dinâmicas territoriais presentes nos espaços públicos contemporâneos, como a gentrificação, a turistificação e a privatização, que constituem expressões concretas das tensões simbólicas e materiais analisadas por Bourdieu (ver Capítulo 3. Casos de estudo). Nestes processos, grupos dotados de maior capital cultural e simbólico tendem a redefinir normas de uso e valorização dos lugares, produzindo exclusões implícitas e deslocamentos diretos. O espaço urbano transforma-se assim, em palco visível das estruturas invisíveis da dominação social. Esta leitura permite identificar como a ordem espacial, à semelhança da ordem social, é produto de lutas contínuas e desiguais, tornando o pensamento de Bourdieu fundamental para compreender os conflitos urbanos não apenas como disputas territoriais, mas como embates simbólicos profundamente enraizados nas estruturas sociais.

Para aprofundar a compreensão das dinâmicas de conflito urbano, importa considerar a contribuição de Ulrich Beck [(1992) [1986]; (2007)], que evidencia como a modernidade produz riscos complexos e interdependentes, muitas vezes invisíveis e de alcance global. Como assinala o autor: "Os riscos da sociedade moderna são incalculáveis e têm consequências indeterminadas; eles desafiam as instituições estabelecidas e as capacidades políticas convencionais."[19] (Beck, 1992 [1986]: 21, tradução da autora). No contexto urbano, estes riscos reconfiguram as relações entre utilizadores e influenciam diretamente a apropriação, gestão e utilização do espaço público, enquanto potenciam tensões entre diferentes grupos sociais: "As decisões tomadas por alguns podem criar riscos invisíveis e efeitos globais para outros, produzindo novas formas de desigualdade e tensão social."[20] (Beck, 2007: 45, tradução da autora). A abordagem de Beck (*Ibidem*) permite analisar os conflitos urbanos como manifestações de processos estruturais mais amplos, onde vulnerabilidade social, desigualdade e transformação do espaço interagem de forma dinâmica. Processos como a gentrificação, a turistificação e a mercadorização do espaço urbano, podem ser entendidos como respostas e efeitos destes riscos, intensificando disputas sobre o direito à cidade e o acesso a recursos urbanos. Complementando a análise proposta por Giddens e Bourdieu, a abordagem de Beck fornece ferramentas para compreender os conflitos urbanos como resultado da interdependência entre ação individual, estruturas sociais e riscos produzidos pela modernidade, oferecendo uma

[19]No original: "The risks of modern society are incalculable and have indeterminate consequences; they challenge established institutions and conventional political capacities".

[20]No original: "Decisions made by some can create invisible risks and global effects for others, producing new forms of inequality and social tension".

leitura mais abrangente das tensões que atravessam os espaços públicos contemporâneos (*Ibidem*). Deste modo, o espaço urbano torna-se um palco em que se concretizam não apenas disputas territoriais, mas também confrontos associados à incerteza, à precariedade e às condições de vida produzidas por processos socioeconómicos e ambientais globais.

Olhando agora para a importância da espacialidade nas cidades contemporâneas, bem como a forma como os espaços que habitamos influenciam ou não as nossas experiências internas, recorre-se novamente ao pensamento de Simmel (2013), no seu texto: "Sociologia do espaço". Neste ensaio, o autor apresenta quatro características essenciais do espaço, no que respeita à socialização: a exclusividade ou singularidade do espaço; as divisões e fronteiras espaciais; a noção de conteúdos fixos e a proximidade e distância proporcionadas pelo espaço. Destaca-se, ainda, a importância que Simmel atribui ao contexto espacial, palco para a interação e socialização dos vários atores urbanos, defendendo que existe um processo dialético em que as pessoas constroem o espaço socializado em que operam e são influenciadas internamente por esse espaço (*Ibidem*).

Da mesma forma, a socióloga Isabel Guerra (1987), reflete sobre esta mudança de paradigma, relativa ao conceito de espaço urbano, salientando a importância de ver o espaço, não só como um suporte passivo, mas também, como uma mediação ativa e indispensável, a partir do qual se formam situações especificas e se expressam, de diferentes formas, as relações sociais. Para esta autora, o espaço, além de agregar diferentes utilizadores que se interrelacionam, também os influencia, incitando ações específicas. Esta conceção, permite compreender por que razão o espaço urbano se constitui como um cenário propício à emergência de incertezas, desigualdades e conflitos, na medida em que propicia "o encontro momentâneo de trajectórias sociais muito diferentes, que engendram diferentes formas de sociabilidade." (*Ibidem,* p. 188).

Complementarmente, através do olhar da geografia, Milton Santos (2004) propõe como definição de espaço: "um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações." (p. 12), cuja interação transforma continuamente o tecido urbano. Nesta relação dialética, os sistemas de objetos influenciam as ações humanas, enquanto estas, por sua vez, produzem novos objetos ou reconfiguram os já existentes (*Ibidem*).

A partir das perspetivas destes três pensadores, é possível enquadrar analiticamente os conflitos observados nos casos de estudo enunciados anteriormente, como expressões de processos mais amplos de produção social do espaço. É neste processo dialético, entre o espaço como produto social e o espaço capaz de influenciar a interação entre diferentes utilizadores, que se identificam, por um lado, as dinâmicas de produção do espaço e por outro, os processos

territoriais decorrentes dessas dinâmicas, que caracterizam os espaços urbanos e geram conflitos. Enquanto Simmel (2003), destaca o espaço como mediador de interação, marcado por fronteiras simbólicas que regulam a proximidade e a distância entre grupos sociais, Guerra (1987) salienta o papel ativo do espaço na mediação das relações sociais, sendo simultaneamente suporte e agente na construção de sociabilidades diferenciadas. Esta dinâmica é visível nos dois casos de estudo que serão analisados posteriormente (ver Capítulo 3. Casos de estudo), onde a coexistência de diferentes usos, gera tensões quanto à apropriação legítima do espaço. A conceção de Milton Santos (2004), ao compreender o espaço como articulação entre sistemas de objetos e de ações, ajuda a perceber como práticas sociais e dispositivos materiais interagem continuamente, reconfigurando os espaços urbanos e tornando-os arenas de conflito, negociação e contestação.

Por fim, destacam-se os contributos de Henri Lefebvre, Manuel Castells e David Harvey. Estes autores defendem a parcialidade dos espaços, alegando que eles são também fonte de dinâmicas sociais (Kozen, 2011). Segundo Lefebvre (1991; 2002), a forma como os espaços públicos são vividos, remete para uma organização neocapitalista do consumo, onde a apropriação do espaço é feita de acordo com uma lógica de produção do espaço, assumindo-se ele próprio como produto, mercadoria e como resultado de um processo social de produção. A transformação do espaço em mercadoria, encerra em si uma estratégia de dominar o espaço coletivo através de interesses singulares, constantes de grupos e indivíduos no interior das sociedades capitalistas. Nesta perspetiva, entre o valor de uso e o valor de troca, o conflito estende-se ao espaço. Este fragmenta-se e é habilmente manipulado, nomeadamente pelo Estado, tornando-se veículo de segregações intencionais que visam proteger interesses, sobretudo económicos (*Ibidem*, 1991). Autores contemporâneos como Brenner (2019) e Cocola-Gant *et al.* (2023) retomam esta leitura, ao evidenciar como as políticas urbanas contemporâneas se tornam instrumentos de mercantilização e controlo social, legitimando desigualdades territoriais sob o pretexto da regeneração e da revitalização urbana. Para estes autores, a produção desigual do espaço resulta da interseção entre a lógica capitalista e o planeamento urbano, confirmando a atualidade do pensamento de Lefebvre sobre a centralidade do conflito e da resistência na vida urbana.

Ainda segundo Lefebvre (2002), o conflito acontece através do processo de resistência por parte de grupos e indivíduos que se apropriam do espaço, numa perspetiva contrária ao capitalismo, "o urbano não é indiferente a todas as diferenças, pois ele precisamente as reúne. Nesse sentido, a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos."

(p. 111). Para este autor, apenas a resistência, através de práticas espaciais poderá interferir neste processo de produção do espaço, que segrega e oprime (*Ibidem*, 1991). Lefebvre defende a noção de direito à cidade, como uma apropriação coletiva plena do espaço urbano por parte de grupos e indivíduos, em oposição às formas de exclusão social. Essa apropriação plena traduz-se, entre outros, no direito à habitação, no direito a ser cidadão, o direito à educação e no direito de "tomar parte nos circuitos de comunicação, informação e troca próprios à vida urbana, os quais dependem dos espaços públicos." (Kozen, 2011: 89). Marcuse & Madden (2016), ao analisarem a crise global da habitação, reforçam essa centralidade do direito à cidade, entendendo-o como eixo de resistência face às dinâmicas de mercantilização e financeirização do espaço. Tal como em Lefebvre, o conflito urbano manifesta-se, para estes autores, de forma exemplar nas lutas pelo acesso à habitação, expressando-se nas disputas pela função social e coletiva do espaço urbano.

Para Lefebvre (2011), o direito à cidade concretiza-se, sobretudo, como um "direito à vida urbana, transformada, renovada." (p. 118). Estas reflexões mostram-se particularmente relevantes na análise dos casos de estudo desta Tese, onde se observam, por um lado, dinâmicas de mercantilização e turistificação dos espaços públicos urbanos, e por outro, práticas de resistência e reivindicação do direito à cidade por parte dos utilizadores destes espaços, em particular no miradouro de Santa Catarina (ver Capítulo 3. Casos de estudo), onde grupos de pessoas contestam formas de exclusão espacial e lutam pela permanência e apropriação ativa nestes lugares.

Também na obra de Castells, a produção do espaço assume especial relevância, ao identificar a cidade como um espaço de consumo coletivo e luta social. Na sua obra (1983): *"A Questão Urbana"*, o autor discute o desenvolvimento desigual das cidades, defendendo que este é influenciado diretamente pela ideologia produzida pelas classes dominantes. Já no final da década de 1980, Castells problematizou sobre a rápida disseminação das inovações tecnológicas, argumentando que, de um espaço de lugares deslocamo-nos para um espaço de fluxos, no qual a tecnologia permite a interação de diferentes grupos de pessoas, sem a necessidade de estarem fisicamente próximas (Kozen, 2011). No entanto, estes novos espaços de fluxos, são também, na ótica de Castells, novos espaços de exclusão, visto que nem todos os espaços urbanos conseguem assegurar a materialidade necessária, para integrar a rede global (*Ibidem*). Esta leitura é relevante para os casos de estudo em análise nesta Tese. No miradouro, por exemplo, as tensões entre moradores e utilizadores, refletem um conflito entre o espaço de fluxos (interesses económicos e turísticos) e o espaço de lugares (usos sociais enraizados). Desta forma, a coexistência de práticas locais enraizadas com processos de transformação

global (gentrificação, turistificação, etc.) revela a tensão entre os usos sociais e os usos mercantis do espaço, reforçando a atualidade da crítica de Castells sobre a produção urbana e os seus mecanismos de exclusão.

De igual modo, para Harvey, o urbanismo é uma consequência do capitalismo, sendo o espaço continuamente reestruturado, de acordo com lógicas económicas e privadas (Harvey, 2012), o que se traduz numa estreita ligação entre o capitalismo e o processo de urbanização. Segundo este autor, o modo como o conflito se manifesta no quotidiano, reflete uma luta sobre definição e o significado dos valores de uso, do nível de vida do trabalho, da qualidade de vida, da consciência e da própria natureza humana. Assim, as lutas são expressões de um conflito latente entre capital e trabalho (Harvey, 1976). Segundo Harvey, o espaço urbano é produto da luta de classes e das relações de poder e através do processo de acumulação de capital, o espaço urbano é moldado, criando espaços desiguais e descaracterizados. Destaca-se igualmente, a sua proposta de direito à cidade, como um direito coletivo à produção da vida urbana:

> "O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização." (*Ibidem*, 2013: 1)

Aplicando empiricamente o pensamento de Harvey aos casos de estudo, no caso da praça de São Paulo, a requalificação urbana com enfoque no turismo e no consumo direcionado para uma determinada população, têm provocado o aumento do custo de vida e o deslocamento de antigos moradores e frequentadores. Já no miradouro de Santa Catarina, observa-se uma tentativa de regular e higienizar socialmente o espaço, para torná-lo mais atrativo a visitantes e investidores, em detrimento dos usos espontâneos e informais (ver Capítulo 3. Casos de estudo).

1.3. Cidadania

O berço do conceito de cidadania é indissociável da arena pública, do espaço cidade-estado ateniense entre o final do século VI e o final do século IV a.C., no entanto, este conceito, afasta-se do atualmente usado nas cidades ou metrópoles ocidentais (Vieira, 2008). Na Grécia Antiga, cidadania, era um conceito limitado, considerado como um direito exclusivo dos homens livres, nascidos em determinada cidade-estado e dos reconhecidos como cidadãos, excluindo por exemplo, mulheres e estrangeiros residentes (*Ibidem*). Nas sociedades ocidentais atuais, o conceito de cidadania é mais universal, abrangendo todos os cidadãos, independentemente do seu sexo e da sua origem, implicando direitos e deveres e valorizando a liberdade individual e

a proteção dos direitos humanos. De acordo com Vieira (*Ibidem*), o êxito da democracia ateniense deveu-se ao facto, de esta acentuar a divisão entre os cidadãos (independentemente do seu estatuto social) e os não cidadãos, como as mulheres, os escravos ou os estrangeiros residentes, "se os atenienses eram, de facto, menos inclusivos do que as modernas democracias ocidentais na sua política de cidadania, eram também mais igualitários na forma de organização do seu governo." (*Ibidem*, p. 82). O modelo participativo de democracia, concedia:

> "a todo o cidadão, entre outros, o direito de participar, falar e votar nos encontros de uma assembleia onde se decidiam, por maioria, questões tão relevantes quanto a guerra e a paz, a aprovação de leis, o exílio, quando não mesmo a morte, de alguns dos seus mais proeminentes co-cidadãos, designadamente líderes militares e políticos." (*Ibidem*)

Em Roma, *civis*, palavra para designar cidadão, sujeito livre que vive nas cidades, possui a mesma origem etimológica que a palavra *civitas*, que quer dizer: "aquilo que é produzido pela reunião de várias pessoas sob as mesmas leis para lá de qualquer especificidade étnica ou religiosa." (Cacciari, 2010: 10) e que poderá igualmente designar cidadania e cidade, esta última entendida como *urbs* (urbe), reforçando a relação entre cidade e cidadania (Vieira, 2008). Com a expansão do império romano, entre 27 a.C. e 476 d.C., este conceito de cidadania disseminou-se por toda a bacia do mediterrâneo (Cacciari, 2010).

Igualmente as palavras francesas *cité*, *citoyen* e *civilisation* possuem a mesma raiz etimológica: "ciutat. Do latim civitas, «o conjunto de cidadãos que constituem uma cidade, um município ou um Estado»."[21] (Dictionnaire de L'Académie Française, 2023, tradução da autora). De acordo com Vieira (*Ibidem*), *citoyen* será o "indivíduo com direito a viver na cidade e aquele que ao exercer os seus direitos e deveres em relação aos seus *comcitiens*, forjaria algo que poderia ser chamado *civilisation* comum." (p. 83), o que subentende a deslocação do conceito de cidade para Estado-nação e que mais tarde seria ultimado pela Revolução Francesa (*Ibidem*). Também Jean-Jacques Rousseau, na sua obra: "*Du Contrat Social ou Principes du droit politique*", defende que *cité* se transforma em *république*, reforçando o carácter político da cidade (Rousseau, 1762, como citado *in* Vieira, 2008).

Os exemplos anteriores indicam a existência de uma estreita ligação concetual entre cidade e cidadão, assim como, a construção do conceito de cidadania como hoje o conhecemos na sociedade ocidental (Vieira, *Ibidem*). No caso português, e em particular na AML, Cabral (2008) na obra: *"Cidade e Cidadania. Governança Urbana e Participação Cidadã em Perspectiva Comparada"*, reflete igualmente sobre "a existência ou não de um efeito

[21]No original: "ciutat. Du latin civitas, «ensemble des citoyens constituant une ville, une cité, un État»."

metropolitano sobre o exercício da cidadania." (p. 214). Com base nos dados do *International Social Survey Programme*[22] divulgados em 2004, o autor conclui que é possível medir o impacto desse "efeito metropolitano" (*Ibidem*) através da análise das suas composições demográfica, cívica e cultural da AML, em contraste com o restante país. Na região metropolitana observa-se a prevalência de um capital social mais qualificado, sobretudo entre jovens e pessoas que vivem sós, com menor propensão para constituir agregados familiares tradicionais, mais informados e automobilizados, ainda que de forma pontual, casual e, por vezes espontânea. O autor destaca ainda, que Lisboa se distingue do restante país por apresentar uma sociedade historicamente mais secularizada, com uma percentagem de prática religiosa regular bastante inferior (cerca de 14,5%, face a 32,5% no resto do país). Os cidadãos lisboetas tendem, igualmente, a posicionar-se mais à esquerda do espetro político (4,70% na escala habitual esquerda/direita, contra 5,17%), embora cerca de 44% não se identifique com nenhum dos partidos políticos nacionais existentes. Regista-se igualmente, uma menor confiança social, mas é na cidade que a socialização para a vida política assume maior expressão, quando comparada com o resto do país. Segundo este autor, a distinção nos comportamentos e atitudes dos cidadãos da AML face ao restante país, nomeadamente no que respeita às intenções de voto, decorre, muito provavelmente, das diferentes composições demográficas e socioculturais. Acresce ainda, que em Lisboa é mais frequente a associação dos cidadãos a estruturas coletivas, sobretudo sindicatos, associações profissionais e agrupamentos sociais, culturais e desportivos (*Ibidem*). De acordo com Vieira (2008), os jovens citadinos mobilizam-se essencialmente em torno de questões concretas, caracterizando-se por "uma mobilização social, civil e política mais desagregada ou selectiva e, muito possivelmente também, mais elitista." (p. 91).

Neste contexto, Lisboa, no início do século XXI, apresentava, segundo Seixas (2008), um défice de expressão cívica e de participação pública por parte das suas populações, através das formas mais "convencionais de acção política via voto, partido, partidos, cooperativas, sindicatos e várias outras associações de carácter voluntário, com estruturas organizativas mais ou menos hierarquizadas e centralizadas" (Vieira, 2008: 91). Seixas (*Ibidem*), argumenta que foram vários os fatores que contribuíram para esta diminuição da confiança: a redução da sua população residente (ver Capítulo 3. Casos de estudo), com o consequente aumento dos índices de envelhecimento e perda de populações jovens; os desafios impostos pelas novas

[22] A mais antiga e vasta rede internacional de estudos comparativos e longitudinais, envolvendo mais de quarenta países, localizados em 5 continentes e envolvendo a aplicação anual de questionários comuns. A participação portuguesa no ISSP é coordenada pela equipa das Atitudes Sociais dos Portugueses (ASP).

mobilidades, com o "aumento dos fluxos fractais e de consistência mais efémera e dos trajetos mais desvinculados e isolados." (p. 189); uma nova produção urbana, que nas últimas décadas, em vez de investir na diversidade e na construção de espaços multifuncionais que induzam vitalidade urbana e propiciem o estabelecimento de laços sociais, aspirou a uma homogeneidade e "uma deficiente integração de políticas de consolidação urbana." (p. 188).

Os desafios que se colocam hoje às cidades, quer na forma como os utilizadores vivenciam os seus espaços públicos, quer pelas novas realidades urbanas, especialmente as relativas às novas mobilidades e que marcam a deslocalização do espaço físico para o espaço multimédia, concretizam-se no enfraquecimento das relações de pertença e enraizamento com os territórios. Como ficam, portanto, as relações entre os cidadãos e a sua cidade? Seixas (2013) afirma que, apesar da fragmentação geográfica, paisagística e socioespacial e da desconfiança dos cidadãos nos seus representantes políticos e instituições que representam o Estado, encontram-se em desenvolvimento "novas formas de expressão e de intervenção urbana, por parte quer de cidadãos anónimos, quer de movimentos sociais mais ou menos articulados." (p. 115), transformando as manifestações de expressão cívica, "que já não se baseiam tanto - e que já não confiam tanto - em formatos de reivindicação e de participação democrática em quadros de sindicatos, de partidos políticos, de associações corporativas." (p. 116). Ou seja, novas formas de cidadania emergem e afastam-se do modelo de democracia tradicional, baseado sobretudo, no voto e na representação política, que não se têm mostrado suficientes, para abordar as complexidades do mundo atual. Estas novas formas de cidadania concentram-se na ação coletiva, na consciência global, assim como, no uso das tecnologias para promover a mudança social.

Assim, às iniciativas de mobilização e resistência social mais clássicas e às formas mais convencionais de ação política, sobrepõem-se manifestações de cidadania mais informais e fluídas e:

> "multidimensionais de envolvimento, mobilização e expressão política. Entre estas destacam-se os novos movimentos sociais, as comunidades políticas *on-line*, os *policy advocacy networkers* (...), bem como a automibilização individual e colectiva, de carácter mais activo ou mesmo pró-activo, crescentemente orientada para causas concretas." (*Ibidem*, p. 91)

O mesmo autor (*Ibidem*, 2013), fala mesmo de uma cidadania mais cibernética, que apesar do seu carácter disperso e privado, assume especial relevância, sobretudo, na transmissão de informação e na capacidade de envolvimento entre diversos utilizadores. Se os espaços multimédia adquirem maior relevância, serão estes os novos espaços de contestação? Sabemos

que há um número, cada vez maior de eventos organizados pelas plataformas das redes sociais, no entanto, na sua maioria, estes eventos não dispensam a dimensão física do espaço público e a visibilidade que este propicia (veja-se o exemplo do miradouro de Santa Catarina no Capítulo 3. Casos de estudo). É importante salientar, que apesar das tecnologias e das plataformas *online* poderem ser ferramentas importantes na comunicação, organização e mobilização de grupos sociais, elas também podem ser um foco de desinformação e polarização política. Segundo Hannah Arendt (2001), "Só quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de modo que os que estão à sua volta sabem que vêm o mesmo na mais completa diversidade, é que a realidade do mundo se pode manifestar de maneira real e fidedigna." (p. 72) e "O espaço público é o lugar da representação, onde a sociedade se torna visível. Da ágora à praça das grandes manifestações políticas do século XX, é a partir destes espaços que a história de uma cidade pode ser contada e compreendida." [23] (Borja & Muxi, 2003: 7, tradução da autora).

Olhando mais de perto para os últimos 20 anos e para a realidade nacional, o aumento das desigualdades socioespaciais e a incapacidade de o Estado fazer frente a estas desigualdades, estiveram também na origem de novas formas de contestação urbana, organizadas por cidadãos indiferenciados, assim como por movimentos sociais mais ou menos articulados, transformando as manifestações de cidadania em formatos de exigência de participação democrática (Lee, 2015; Seixas, 2013). Estes novos movimentos sociais e urbanos abrangem diferentes áreas de intervenção como, a habitação, a ecologia e a mobilidade, tendo como denominador comum o direito à cidade (Seixas & Antunes, 2019) e elegem na sua maioria o espaço urbano público como palco das suas reivindicações (Tulumello & Mendes, 2022).

De acordo com Tulumello & Mendes (*Ibidem*), a primeira grande mobilização em Portugal, pós 25 de Abril, aconteceu a 12 de Março de 2011, gerada na plataforma digital *Facebook*, com o nome: "Geração à Rasca". Mais de 200 mil pessoas manifestaram-se contra as políticas públicas de austeridade, então implementadas pelo Governo. Um ano depois, o movimento "Que se lixe a Troika", organizou nova manifestação contra a austeridade, com a mobilização de mais de meio milhão de pessoas por todo o país. O ano de 2015, é um ano de viragem económica, com a recuperação do crescimento económico, a descida do desemprego, bem como o resultado das eleições legislativas, que colocaram a esquerda no poder através do acordo de governação entre o Partido Socialista (PS) e os partidos mais à esquerda, Bloco de Esquerda

[23]No original: "El espacio público es el de la representación, en el que la sociedad se hace visible. Del ágora a la plaza de las manifestaciones políticas multitudinarias del siglo XX, es a partir de estos espacios que se puede relatar, comprender la historia de una ciudad."

(BE) e Partido Comunista Português (PCP/PEV), acordo apelidado correntemente como geringonça. Esta conjuntura, viria a fomentar a génese e o incremento de vários movimentos, plataformas e grupos de cidadãos, nomeadamente, a plataforma "Morar em Lisboa" (MeL) ou o coletivo "Stop Despejos" (*Ibidem*). Outras dinâmicas surgiram, adicionalmente, ligadas essencialmente, a temáticas urbanas em alguns bairros lisboetas, como os movimentos que serão abordados mais à frente no miradouro de Santa Catarina (ver Capítulo 3. Casos de estudo).

Depois de Março de 2020, no entanto, com a pandemia Covid-19, o cenário anteriormente descrito modificou-se, assistindo-se a um esvaziamento dos espaços públicos durante cerca de dois anos, consequência direta do confinamento imposto pelo Estado. Não obstante, durante este período, alguns protestos tiveram lugar no espaço urbano público, protestos contra a gestão da pandemia. Com o final dos sucessivos confinamentos e a recuperação da confiança em estar novamente no espaço urbano público, a (re)apropriação destes espaços foi feita aos poucos. Os novos movimentos sociais urbanos, descritos anteriormente, retomaram a luta e o seu posicionamento nos espaços urbanos públicos. Um exemplo recente do exposto, é o movimento "Pelo direito ao sentar" (Fig. 1.1. e Fig. 1.2.). Este é um movimento constituído por um grupo de moradores de uma freguesia de Lisboa, que exigiu o direito a sentar-se na praça Paiva Couceiro, convidando todas as pessoas anónimas a trazerem uma cadeira e a sentarem-se na praça. O movimento reivindica que o espaço urbano público seja um local de estar e não apenas de passagem ou de consumo, exigindo a devolução do mobiliário urbano retirado pela Junta de Freguesia durante a pandemia.





Fig. 1.1. *Flyer* movimento "Pelo direito ao sentar", 22 de setembro de 2023 (fonte: https://eventos.coletivos.org/event/pelo-direito-ao-sentar). **Fig. 1.2.** Praça Paiva Couceiro. Movimento "Pelo direito ao sentar" (fonte: Matilde Fieschi, setembro de 2023, Público, https://www.publico.pt/2023/09/22/local/reportagem/mesas-cadeiras-voltaram-paiva-couceiro-protesto-virou-festa-2064345).

Outros exemplos, como: o número crescente de propostas no âmbito do Orçamento Participativo e do Orçamento Participativo Jovem; um maior número de processos de consulta pública de diplomas regulamentares ou legislativos; uma maior participação nas Assembleias Municipais e reuniões de Câmara e a criação de um "Conselho de Cidadãos", lançado alegadamente em 2022, com o objetivo de envolver os cidadãos no processo de decisão sobre matérias consideradas prioritárias pelo executivo, são o reflexo de que os cidadãos querem ser e estar mais envolvidos e intervir nos processos de decisão sobre investimentos públicos em diferentes áreas de governação.

Assim, a democracia contemporânea enfrenta inúmeros desafios, se por um lado estes novos movimentos são uma forma de aumentar a participação democrática na política e descentralizar a tomada de decisão de um modelo de governação rígido, hierárquico e centralizado, por outro, não asseguram que todos sejam ouvidos de forma igual (Vaz, 2022), o que se traduz na perpetuação das dinâmicas de poder existentes. Salienta-se, no entanto, que os espaços urbanos públicos contemporâneos, apesar de fragilizados como espaços agregadores e num processo de reconfiguração e recomposição dos seus usos e da sua identidade, são elementos relevantes para a cidade em que se inserem, na valorização da identidade e da consciência cívica. Segundo Borja & Muxi (2003), o espaço público "é também onde a sociedade desigual e contraditória pode exprimir os seus conflitos. A expressão do conflito permite sentirmo-nos cidadãos." [24] (p. 20, tradução da autora).

1.4. Matriz de Indicadores do Espaço Urbano Público

Considera-se que, conforme evidenciado no subcapítulo anterior, a construção de uma Matriz de Indicadores do Espaço Urbano Público requer uma base metodológica, sustentada por contributos oriundos de distintas áreas disciplinares, nomeadamente da arquitetura, do urbanismo e da sociologia. Esta abordagem multidisciplinar justifica-se pela própria natureza do espaço urbano público, que se constitui simultaneamente como realidade física e arena de interações sociais, sendo o palco privilegiado onde se revelam fenómenos de inclusão e exclusão, encontro e conflito, segregação e convivência.

Das áreas disciplinares da arquitetura e do urbanismo, destacamos na construção desta matriz, os contributos dos autores: Cullen (2018) [1961], Gehl, (2011) [1971] e Lynch (1999) [1960], que abordam os elementos constituintes do espaço urbano como ruas, praças, parques,

[24] No original: "es también donde la sociedad desigual y contradictoria puede expresar sus conflictos. La expresión del conflicto permite sentirse ciudadano."

etc., relacionando o domínio público das cidades com a dimensão humana destas (lugares de encontro, pontos de referência, espaços confortáveis, etc.). Cullen (*Ibidem*), por exemplo, sublinha a importância da perceção visual e sensorial da cidade através da visão serial, enquanto Lynch (*Ibidem*) sistematiza a leitura do espaço urbano a partir de cinco elementos fundamentais: caminhos, limites, distritos, pontos nodais e pontos de destaque, cuja identificação é essencial para avaliar a legibilidade e a apropriação dos lugares. Já Gehl (*Ibidem*), propõe uma avaliação da qualidade do espaço urbano a partir da experiência do utilizador, com base em 12 critérios (proteção contra o tráfego; segurança; proteção contra experiências sensoriais desagradáveis; espaço para caminhar; espaços de permanência; lugares para sentar; lugares para observar; oportunidade de conversar; locais para se exercitar; escala humana; possibilidade de aproveitar o clima e boa experiência sensorial). Estes critérios oferecem uma base relevante para a construção de uma matriz do espaço urbano público, centrada na escala humana e na vivência quotidiana dos espaços.

Para além dos contributos anteriormente referidos, destacam-se igualmente os trabalhos de Alves (2003), Aniss *et al.* (2022), Brandão (2011), De Angelis & Castro (2004) e Reis & Lay (2006), os quais apresentam propostas metodológicas relevantes, centradas no levantamento e na avaliação da qualidade do espaço urbano público, em particular nas suas dimensões morfológica e funcional. Alves (*Ibidem*) desenvolve uma proposta metodológica de avaliação da qualidade do espaço urbano público, articulando critérios de natureza morfológica e funcional, com vista à aferição da sua adequação às necessidades de circulação, permanência e integração urbana. Aniss *et al.* (*Ibidem*) enfatizam as questões de mobilidade e o design dos espaços públicos a partir da escala pedonal. Brandão (*Ibidem*), introduz um conjunto diversificado de critérios de avaliação que inclui identidade; permeabilidade; segurança/conforto; acessibilidade; legibilidade; diversidade/adaptabilidade; resistência/durabilidade e sustentabilidade. De Angelis & Castro (*Ibidem*) propõem uma metodologia assente no levantamento quantitativo de elementos, como equipamentos e vegetação, complementada pela realização de entrevistas aos diferentes utilizadores, de modo a integrar as práticas e os usos quotidianos na análise dos espaços públicos. Finalmente, Reis & Lay (*Ibidem*) avançam com uma abordagem de natureza percetiva e cognitiva, estruturada em torno de categorias definidoras da qualidade do espaço, como a estética, a funcionalidade e a estrutura, nas quais a perceção dos utilizadores - observada tanto na forma como na frequência com que utilizam os espaços - assume um papel central.

No âmbito das ciências sociais, e em particular da Sociologia Urbana, permanecem especialmente relevantes para a construção desta matriz de indicadores, os contributos de

autores clássicos e contemporâneos. Destaca-se, desde logo, as ideias contidas no texto seminal: "*A metrópole e a vida mental*" de Simmel (2005), apresentado na conferência realizada por ocasião da Exposição das Cidades, em Dresden, Alemanha, em 1903. Neste texto, Simmel lança as bases para a compressão da experiência urbana moderna, considerando-a pela intensificação das interações sociais e pela emergência de formas específicas de sociabilidade, acompanhadas por uma certa distância social. De forma complementar, Jane Jacobs (2014) [1961] introduz uma leitura densamente empírica do espaço urbano, enfatizando a relevância dos usos mistos, da diversidade funcional, da escala pedonal e da vitalidade do espaço público na criação de bairros seguros, coesos e integradores. Já Tonkiss (2013) propõe uma análise da articulação entre dimensões sociais e físicas dos ambientes urbanos, explorando temas como a desigualdade, a segregação e a diversidade, bem como questões associadas à informalidade, ao meio ambiente e às infraestruturas. Por outro lado, Andrade & Baptista (2015), sublinham a dimensão conflituosa dos espaços urbano públicos contemporâneos, evidenciando a centralidade das apropriações sociais e da negociação de usos para a compressão da espacialidade urbana. Neste seguimento, Carmo & Estevens (2008) desenvolvem uma reflexão crítica acerca das mais recentes transformações do espaço urbano e dos seus impactos socioespaciais, articulando conceitos como espaço público, conflito e cidadania - eixos teóricos centrais à abordagem proposta nesta Tese.

Do ponto de vista estritamente metodológico, destacam-se os trabalhos de Moro (2011) e Szczepańska & Pietrzyk (2019), cuja abordagem integrada às dimensões: morfológica, funcional, ambiental e social do espaço urbano público são centrais para a criação da matriz e para a definição dos indicadores de avaliação do espaço público. Estas dimensões, interligadas, permitem uma leitura transversal do espaço urbano público, capaz de captar tanto as qualidades formais e materiais dos lugares quanto as suas funções sociais e simbólicas. Contributos adicionais como os Silva *et al.* (2010), aprofundam esta abordagem ao propor indicadores baseados na relação entre a forma do espaço urbano e os grupos sociais que o habitam e transformam, permitindo aferir com maior rigor os processos de exclusão e inclusão territorial. Por fim, o trabalho de Colombo *et al.* (2021) apresenta uma proposta concreta de avaliação de espaços livres de uso público com base em categoriais, atributos e indicadores, oferecendo uma estrutura útil para a definição operativa da ferramenta analítica que se pretende desenvolver.

Assim, a Matriz de Indicadores do Espaço Urbano Público aqui desenvolvida, constitui-se como uma ferramenta metodológica ancorada na confluência de contributos provenientes de diferentes áreas disciplinares, concebida com o objetivo de possibilitar uma leitura crítica, integrada e multidimensional dos espaços urbanos públicos. No seu núcleo, esta matriz parte

do pressuposto de que tais espaços, enquanto expressões simultaneamente morfológicas e sociais, funcionam como condensadores de dinâmicas de poder, processos de conflito, práticas de apropriação e experiências de convivência que se entrecruzam e redefinem continuamente a vida urbana.

1.5. Dinâmicas Territoriais

Como referido anteriormente, a consolidação do capitalismo como sistema económico dominante e a globalização, introduziram um novo modelo de cidade, sendo ambos instrumentos determinantes no processo de urbanização (Giddens, 2008; Lefebvre, 1991; 2002; Harvey, 1976; Peck & Tickell, 2002). A urbanização contemporânea deve, assim, ser entendida como um processo histórico e político, inseparável das lógicas do capital e da sua territorialização (Brenner, 2019). A divisão do trabalho e a sua consequente divisão territorial, tornou-se o motor da vida social e impulsionou processos de diferenciação espacial (Santos, 2004). Segundo Júnior & Santos (2010), o espaço, enquanto produto social é desigual, uma vez que o próprio desenvolvimento do capitalismo se produz e reproduz de forma desigual, gerando assimetrias.

Com o crescimento da economia de mercado e a intensificação da globalização, as relações sociais, territoriais e políticas sofreram profundas reconfigurações (Aalbers, 2015; Giddens, 2008). A convergência global facilitou a circulação acelerada de pessoas, bens, capitais e informação, promovendo uma aproximação entre diferentes realidades geográficas e a partilha de culturas e saberes. Deste modo, nas últimas décadas, a globalização, enquadrada por uma lógica neoliberal, transformou significativamente as cidades europeias em múltiplas dimensões (física, funcional, cultural e social), introduzindo novas dinâmicas territoriais de apropriação espacial (Brenner, 2019).

Além dos fatores globais, estas dinâmicas foram intensificadas por fenómenos locais, como a perda de residentes e do comércio tradicional, a degradação do edificado, os fluxos migratórios e as mudanças estruturais decorrentes da desindustrialização das cidades. Somam-se a estes fatores, as novas tendências de gentrificação e os processos de reabilitação urbana que, ao atrair novos grupos populacionais, reforçam a turistificação dos centros históricos e o consequente aumento dos preços imobiliários (Mendes, 2017). Neste processo, destaca-se o papel das economias do conhecimento (Asher, 2012; Drucker, 1993; Sassen, 2007), conceito popularizado por Peter Drucker nos anos de 1960 (Guile, 2008), e que valoriza o conhecimento como principal motor da economia contemporânea. Como afirma Drucker (1993):

> "O conhecimento é o único recurso com significado atualmente. Os tradicionais "factores de produção" - terra (ou seja, recursos naturais), trabalho e capital - não desapareceram, mas tornaram-se secundários. Eles podem ser obtidos, e obtidos facilmente, desde que haja conhecimento. E o conhecimento, neste novo sentido, é o conhecimento como utilidade, o conhecimento como meio de obter resultados sociais e económicos."[25] (p. 65, tradução da autora)

Ao privilegiar a centralidade do saber, da inovação e da criatividade como fatores de competitividade urbana, este modelo fomentou a emergência de *clusters* criativos, parques tecnológicos e *hubs* culturais em áreas centrais das cidades. Tal tendência, embora tenha impulsionado novas formas de socialização e interação que transcendem a proximidade física, também reforçou processos de distinção social e exclusão espacial. Como observa Marques (2004), a economia do conhecimento, enquanto promove redes globais de conectividade, acentua o individualismo e contribui para a transferência de interações sociais para outras esferas, como as plataformas digitais, esvaziando parcialmente o espaço público tradicional das suas funções de sociabilidade. Neste sentido, as economias do conhecimento concorrem para a reconfiguração dos centros históricos enquanto espaços estratégicos de valorização simbólica e mercantil, em que o espaço urbano é mobilizado como recurso económico (Aalbers, 2018; Harvey, 2013). Essa transformação aprofunda as desigualdades ao favorecer grupos altamente qualificados e consumidores globais em detrimento dos residentes tradicionais, ampliando conflitos em torno do uso, da apropriação e da permanência nos espaços públicos urbanos.

Assim, o início do século XXI é marcado por transformações profundas do espaço urbano, pela complexificação das relações sociais e por uma crescente consciência do papel estruturante do espaço nas mudanças sociais, culturais, económicas e políticas. O conceito de conflito metamorfoseou-se: a maior visibilidade das diferenças e tensões urbanas torna evidentes as dinâmicas territoriais emergentes, resultantes de novos usos e apropriações espaciais, que simultaneamente refletem e produzem desigualdades e processos de segregação socioespacial.

Nesse sentido, considera-se pertinente refletir, à escala da cidade, sobre os impactos socioespaciais decorrentes das dinâmicas territoriais introduzidas por essas transformações, nomeadamente, as dinâmicas de privatização e mercadorização do espaço urbano, na emergência de conflitos urbanos. Simultaneamente, é importante compreender, se tais dinâmicas não são também consequência de conflitos anteriores, decorrentes de diferentes

[25]No original: "Knowledge is the only meaningful resource today. The traditional "factors of production" - land (i.e. natural resources), labor, and capital - have not disappeared, but they have become secondary. They can be obtained, and obtained easily, provided there is knowledge. And knowledge in this new meaning is knowledge as a utility, knowledge as the means to obtain social and economic results.".

formas de inscrição territorial protagonizadas por diferentes grupos de utilizadores e orientadas por interesses económicos. O espaço urbano, enquanto produto social, torna-se o palco de interações, valores, dominação e resistência (Harvey, 2013; Lefebvre, 2011). Por isso importa questionar: que indícios espaciais nos permitem reconhecer o conflito? Como identificar a formação de novas territorialidades a partir de dinâmicas urbanas visíveis? E, em que medida, as políticas urbanas estimularam ou determinaram essas dinâmicas, com consequências na apropriação e uso dos espaços urbanos públicos?

Numa sociedade onde o consumo é incessantemente incentivado, o espaço urbano é moldado por lógicas mercantis, frequentemente alheias à realidade local. Como refere Ferreira (2016), "fruto de desejos e estratégias estranhas ao lugar." (p. 10), moldado por uma visão idealizada e efémera da cidade que serve os interesses de "proprietários fundiários, dos promotores imobiliários e do empresariado ligado à atividade turística - que fazem uso das novas tecnologias, transformando imagens virtuais em paisagens -, e que tem tido como resultado graves processos de gentrificação." (p. 9). Estas dinâmicas acentuam desigualdades e produzem territórios (in)justos (Madeira & Vale, 2015), resultado da ausência de controlo democrático sobre o desenvolvimento urbano. A produção do espaço passa a ser dominada por grupos sociais mais influentes, o que compromete a sua qualidade e, em diversos casos, restringe o acesso e o uso por parte de grande parte da população (Mendes, 2017).

Compreende-se assim, que os processos de urbanização contemporânea, acelerados pelo capitalismo e pela globalização tecnológica, transformaram radicalmente a relação espaço-tempo e as arquiteturas urbanas. As formas de interação social e de apropriação do espaço modificaram-se, e o conflito deixou de ser apenas um fenómeno social explícito para se manifestar de forma difusa, velada e inscrita nos territórios, através de práticas quotidianas e dinâmicas de exclusão. De um lado, os grupos com maior capital económico e social exprimem-se pela alienação, indiferença e desmaterialização da presença no espaço urbano. Do outro, os indivíduos mais vulneráveis, empurrados "para dentro de si" (Estevens, 2014: 45), agregando-se em comunidades fragmentadas e heterogéneas, o que agrava a distância social e alimenta a sensação de insegurança e medo. Tal realidade contribui para a produção de uma materialidade urbana seletiva, que reprime, que segrega, que controla e que exclui.

Segue-se, neste subcapítulo, uma breve análise das principais dinâmicas territoriais observáveis nos espaços urbanos públicos, com foco na cidade de Lisboa e, em particular, nos casos de estudo desta Tese, já referidos. O objetivo é aferir em que medida estas dinâmicas contribuem para a divisão socioespacial, para a emergência de conflitos, bem como de que forma influenciam os diferentes utilizadores destes espaços. As dinâmicas selecionadas são:

gentrificação; homogeneização, mercadorização e privatização do espaço urbano público e turistificação. A sua escolha justifica-se pela frequência e intensidade com que se manifestam na cidade de Lisboa, especialmente nas áreas em análise (ver Capítulo 3. Casos de estudo). Importa sublinhar que estas dinâmicas não operam de forma isolada, mas articulam-se mutuamente, produzindo efeitos cumulativos e estruturantes na configuração do espaço urbano público. Neste enquadramento, a segregação socioespacial assume particular relevância, não apenas como resultado destas dinâmicas, mas enquanto efeito transversal e constitutivo do seu funcionamento. A análise que se segue assume, assim, um lugar central na compreensão crítica das dinâmicas do conflito nos espaços públicos urbanos, tal como proposto no quadro analítico desta Tese.

1.5.1. Gentrificação

O conceito de gentrificação foi usado pela primeira vez em 1964, pela socióloga Ruth Glass (1964), para descrever o processo de substituição da população proveniente de grupos de estatuto social mais baixo, por grupos de estatuto social mais elevado, que ocorria em diversas zonas pobres de Londres, em meados do século XX: "Uma vez iniciado este processo de "gentrificação" num bairro, ele prossegue rapidamente, até que todos ou a maior parte dos ocupantes originais da classe trabalhadora sejam deslocados e todo o carácter social do bairro seja alterado."[26] (pp. 18-19, tradução da autora). Durante os anos de 1980, este conceito foi profusamente estudado e reavaliado de acordo com o contexto neoliberal. Foi neste período que a gentrificação começou a ser entendida não apenas como um fenómeno social ou cultural, mas também como um processo económico, profundamente vinculado a políticas públicas que favoreciam a especulação imobiliária (Harvey, 2005b; Smith, 1996). De acordo com Harvey (*Ibidem*), o mercado imobiliário, sustentado nas políticas de reabilitação urbana e na liberalização, tornou-se no principal motor de transformação da cidade, dando lugar à especulação e desencadeando processos de gentrificação.

O processo de gentrificação pode ser abordado através de duas perspetivas complementares, que se entrelaçam na prática. A primeira, enfoca o que atrai as classes mais favorecidas para os centros urbanos. Laska & Spain (1980) identificam estas populações, como provenientes de outras áreas da cidade e que procuram um estilo de vida mais sofisticado e valorizam o interesse pela arquitetura, património e a proximidade aos espaços centrais e de

[26]No original: "Once this process of 'gentrification' starts in a district it goes on rapidly, until all or most of the origin working class occupiers are displaced and the whole social character of the district is changed."

consumo. Para estes autores, o fenómeno não representa um retorno à cidade, mas sim, uma nova recomposição social, em que as áreas urbanas são reconfiguradas em função de novos desejos e práticas sociais, muitas vezes associados à estética e ao consumo. Na segunda perspetiva, que enfatiza a produção, Smith & William (1986) abordam a gentrificação como parte de um processo mais amplo de reestruturação urbana, impulsionado pela desindustrialização da cidade e uma economia de serviços. Para estes autores, as questões fundiárias e imobiliárias adquirem uma maior importância, já que promovem a expulsão de populações residentes de longa duração, por novas populações, ligadas, sobretudo, às profissões intelectuais, artísticas e ao setor financeiro. Inicialmente, estas novas populações assumem-se como consumidores e posteriormente como residentes e investidores, participando ativamente na especulação imobiliária.

Também Marcuse (1985), no seu artigo: "*Gentrification, Abandonment, and Displacement: Connections, Causes, and Policy Responses in New York City*" refletiu de que forma o processo de deslocação de populações residentes originais, seria resultante da gentrificação, estabelecendo uma relação entre os dois. Segundo o autor (*Ibidem*), este processo pode ser entendido como uma forma de deslocamento das populações residentes originais, sendo a gentrificação um dos principais mecanismos dessa deslocação social e espacial. Marcuse (*Ibidem*) reflete ainda, sobre como a reabilitação de áreas urbanas pode, na prática, resultar em despejos forçados, vinculando as políticas públicas de renovação ao aumento da exclusão social. Assim, ao integrar essas duas perspetivas entende-se, que esta dinâmica não é apenas um fenómeno que altera o perfil social de uma área, mas também um processo económico estruturado por investimentos imobiliários, reorganização do espaço urbano e expulsão de populações vulneráveis, criando uma cidade cada vez mais segregada.

Apesar de nem todas as deslocações urbanas estarem associadas à gentrificação, e esta nem sempre ser a causa imediata das mudanças de residência, considera-se que, os processos de gentrificação, desencadeiam a desvinculação progressiva das populações residentes originais em relação ao lugar. Esta desvinculação não ocorre apenas por expulsão física, mas também por meio de transformações mais subtis e graduais, que alteram profundamente o quotidiano e o tecido social das comunidades. Assim, a deslocação pode ser compreendida como uma forma de violência, não apenas direta, mas também lenta, como sustenta Elliot-Copper *et al.* (2020). Este autor, descreve a forma de violência lenta, como decorrente da substituição de comércios locais, da subida de rendas e da imposição de novas normas estéticas no espaço urbano, que desencadeiam a erosão da identidade coletiva e enfraquece laços de vizinhança.

Na perspetiva de Savage & Warde (1993), a gentrificação é a conjugação de quatro processos: a deslocação de um grupo de residentes em proveito de um outro, de estatuto social mais elevado; a transformação do espaço urbano, ostentando novas preocupações estéticas e emergência de novos serviços locais; o agrupamento de indivíduos que possuem estilos de vida, interesses e preferências de consumo comuns e a reordenação económica, potenciando a especulação imobiliária, a atividade comercial e a privatização dos espaços urbanos. Estes quatro processos colaboram para criar uma paisagem social, em que a permanência dos antigos residentes se torna cada vez mais insustentável, não apenas por razões materiais, mas também pelo deslocamento simbólico e afetivo que transforma o bairro num território estranho para aqueles que o habitam.

No contexto português, o fenómeno da gentrificação tem sido pouco abordado na produção de artigos científicos, sobretudo quando se trata de casos de estudo na capital lisboeta (Vaz, 2022). No entanto, este é um fenómeno identificado como fazendo parte da realidade do país, sobretudo nas cidades de Lisboa e Porto (Bastos & Albuquerque, 2022, dezembro). Entre 2019 e 2021, cerca de 56 mil pessoas saíram da cidade de Lisboa, em grande parte devido ao aumento acentuado dos preços das rendas e dos imóveis, enquanto novos residentes, com perfis socioeconómicos distintos dos residentes anteriores, chegaram ao território no mesmo período (*Ibidem*). A este respeito, Ascensão (2015) reforça esta dinâmica, ao demonstrar que processos de gentrificação em Lisboa implicam deslocamento de populações residentes e reconfiguração do tecido urbano, com impactos significativos na composição social e na experiência do espaço urbano, refletindo padrões semelhantes aos observados em cidades globais.

De acordo com Vaz (2022), apesar da escassez de produção académica nacional sobre o tema, destaca-se o geógrafo Luís Mendes, como uma das vozes mais relevantes sobre este fenómeno. A sua Tese de Mestrado (2008): "*A nobilitação urbana no Bairro Alto: análise de um processo de recomposição socioespacial*", bem como posteriores artigos (Mendes, 2013), constituem contributos importantes para a compreensão crítica do mesmo. Este autor, recusa a ideia de associação direta entre gentrificação e reabilitação urbana, defendendo que, a gentrificação não pode ser vista como uma consequência natural das políticas de reabilitação, conservação ou renovação urbana. No entanto, reconhece, que os apoios financeiros e os enquadramentos institucionais ligados à reabilitação urbana podem favorecer, e até acelerar, a consolidação da gentrificação, particularmente quando articulados com interesses privados e lógicas de mercado (*Ibidem*).

A partir de um caso de estudo situado no Bairro Alto, Mendes (*Ibidem*), executa o levantamento dos programas de reabilitação urbana em Portugal, desde a segunda metade da

década de 1970 até ao início do século XX. Este levantamento, evidencia uma profunda transformação nas prioridades das políticas públicas desenvolvidas em território nacional. Se no início predominava uma lógica de defesa das populações residentes, orientada para a manutenção dos laços sociais e para a promoção da permanência dos habitantes mais jovens, no início do século XXI houve uma mudança neste comportamento. Com a implementação do Regime Jurídico Excecional de Reabilitação Urbana de Zonas Históricas e de Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística (Decreto-Lei n.º 104/2004), as autarquias puderam constituir as SRU, entidades com ampla autonomia administrativa e capacidade de decisão, que passaram a desempenhar um papel central na captação de investimento e na promoção de parcerias público-privadas (*Ibidem*). Assim, as SRU, ao atraírem capital privado, abriram caminho para o envolvimento dos promotores privados no processo de reabilitação urbana, que, em conjunto com os benefícios fiscais dados pelo Estado potenciou, segundo Mendes (2013), um "rearranjo da geografia social da cidade" (p. 213), observando-se uma clara substituição de grupos sociais de estatuto mais baixo, por grupos de maior poder económico. Este autor, refere ainda, que este processo de consolidação da gentrificação, poderá reforçar a segregação socioespacial e desta forma acentuar a divisão social do espaço urbano.

Outros autores como Sequera & Nofre (2018), relacionaram o fenómeno da gentrificação com o da turistificação, ligação que será abordada mais à frente. No caso de Lisboa, têm surgido tentativas pontuais de inverter ou mitigar os efeitos da gentrificação, sobretudo por parte de algumas autarquias locais, como a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, através de programas de incentivo ao regresso de antigos residentes. No entanto, estes programas ainda estão a dar os primeiros passos e muitos ainda não saíram do papel (Cunha, 2024, abril). Apesar do potencial transformador destes programas, a sua eficácia dependerá de uma articulação mais sólida, entre as Juntas de Freguesia e CML, nomeadamente ao nível do desenvolvimento de metodologias consistentes, da alocação de recursos financeiros adequados e da implementação de políticas integradas que não apenas a dimensão habitacional, mas também a qualidade de vida urbana nos bairros históricos (*Ibidem*).

Na presente Tese, importa ainda considerar a emergência de novas formas de gentrificação, como a gentrificação verde, conceito que descreve processos de revitalização ambiental associados à valorização económica dos territórios (Baumgartner, 2025). Segundo Rigolon *et al.* (2024), embora estes processos de revitalização beneficiem ambientalmente os espaços urbanos, podem também desencadear mecanismos de exclusão, ao aumentarem o valor fundiário e imobiliário da zona e contribuírem para a deslocação das populações mais vulneráveis.

1.5.2. Homogeneização do Espaço Urbano Público

Assume-se o conceito de homogeneização do espaço urbano, tal como formulado por Saskia Sassen (1991), no âmbito da sua teoria das cidades globais. Para a autora, cidades como Nova Iorque, Tóquio ou Londres, funcionam como nós estratégicos na rede da economia global, concentrando funções-chave, como: gestão, finanças e serviços. Essa centralidade económica, no entanto, não se traduz numa maior diversidade social ou urbanística. Pelo contrário, Sassen (2013) identifica uma tendência para a uniformização das formas urbanas e dos setores económicos, promovendo a transformação de amplas zonas centrais em espaços exclusivos e altamente padronizados: "forças que privatizam o espaço urbano, que homogeneízam vastas extensões do centro da cidade num tipo de espaço de luxo para pessoas com rendimentos elevados, com lojas de luxo, restaurantes de luxo, edifícios de escritórios de luxo e de última geração, etc."[27] (tradução da autora). Esta nova geografia da centralidade, enquanto promove polos urbanos dinâmicos e atrativos, contribui para a polarização social, segregando territórios e comunidades. Para Sassen (1991), esta homogeneização não se limita ao plano físico ou económico, ela opera, igualmente, como uma reconfiguração simbólica da cidade, esvaziando-a de complexidade e diversidade.

Assim, a homogeneização do espaço urbano, reflete um processo mais amplo de globalização, onde determinados padrões culturais, económicos e arquitetónicos são replicados, apagando especificidades locais e, simultaneamente, reforçando desigualdades socioespaciais (Malheiros *et al.*, 2024; Morcuende, 2021; Silva, 2025). Esta crítica é também defendida por outros autores como Estevens (2014), Hristova & Czepczynski (2018) e Zukin (1995). Estevens (2014) afirma que o espaço urbano se reduz "à condição de um espaço disciplinado e a sua singularidade é, por vezes silenciada." (p. 3). Uma falsa harmonia e unidade é projetada para o exterior, tendo em vista promover uma imagem de cidade competitiva e domesticada à custa da diminuição das liberdades individuais (*Ibidem*). Se por um lado promove-se a diferenciação na oferta cultural, por outro, uniformizam-se comportamentos e formas de consumo.

Zukin (1995), associa a homogeneização do espaço urbano a uma visão estratégica de crescimento urbano, centrada no lazer urbano, que valoriza "o espaço público como objeto de consumo visual"[28] (p. 7, tradução da autora). Esta estratégia, é conduzida por uma *elite* com poder económico e político, que legítima os usos no espaço público, segundo uma lógica de

[27]No original: "forces that privatise urban space, that homogenize vast stretches of the city centre into one kind of high-end space for high-income people, with luxury shops, luxury restaurants, luxury state-of-the-art office buildings, etc."
[28]No original: "public space as an object of visual consumption."

regulação do espaço com enfoque na exclusão dos indivíduos considerados indesejáveis (Bauman, 2005). Segundo Bauman (2006; 2012), o desejo por um ambiente homogéneo, resulta do medo pela diferença, um medo que impele ao impulso de segregar e excluir e que compromete a capacidade de "desaprendermos a arte de chegar a fórmulas de conciliação e a um *modus convivendi*" (p. 42).

Hristova & Czepczynski (2018) observam que, esta forma de homogeneização opera também como dispositivo de controlo social, numa tentativa de tentar prever e controlar o comportamento imprevisível dos indivíduos no espaço e limitando o potencial democrático do espaço público (Jerez, 2018). Na perspetiva de Marcús & Peralta (2021), esta estratégia, é feita em várias ocasiões com a anuência do poder político, que a legitima muitas vezes mediante a articulação entre interesses políticos e económicos. Nesse sentido, a homogeneização não é apenas um efeito da globalização, mas também uma ferramenta de governação urbana, orientada para a gestão da ordem e da imagem, mais do que para a justiça e a inclusão (Kidokoro *et al.*, 2023).

1.5.3. Mercadorização do Espaço Urbano Público

Entende-se por mercadorização do espaço urbano público, o processo de transformação do bem público num bem consumível (Estevens, 2014) e/ou transacionável (Harvey, 2005a). Neste sentido, o espaço torna-se uma mercadoria (Lefebvre, 1991), acessível apenas àqueles que o podem comprar e sujeito às dinâmicas do mercado. A mercadorização materializa-se na difusão de espaços concebidos para o consumo, como cafés, esplanadas, galerias, acessíveis sobretudo àqueles com maior poder de compra. Estes espaços deixam de responder à diversidade de usos e apropriações sociais, e passam a ser moldados por um ideal de consumo, contribuindo para a homogeneização das cidades e para a sua estetização de acordo com padrões globais (Zukin, 1995; Istrate *et al*., 2024). Ao contribuir para a definição de determinados estilos de vida, o espaço-mercadoria extravasa a sua dimensão física e dele emerge uma dimensão simbólica, dimensão esta, que ajuda a construir o *status* e a identidade, que o individuo pretende transmitir aos outros (Carmo & Estevens, 2008). Esta lógica continua a materializar-se em processos atuais: Pallarés (2022), ao analisar Manhattan, evidencia como os espaços públicos contemporâneos são continuamente produzidos e revitalizados segundo lógicas de mercadorização, numa estreita articulação entre entidades privadas, legislação e planeamento urbano.

Segundo Almeida & Engel (2017), que nos falam a partir da realidade urbana brasileira, esta lógica é reforçada pelo uso de um *marketing* generalizado que transforma "as cidades em

mercadorias orientadas pelo poder do capital, retirando delas o seu carácter de espaço de encontro e confronto entre cidadãos." (p. 89), apelidando-o de "marketing urbano" (*Ibidem*, p. 90). É através deste mecanismo que a imagem dos espaços urbanos públicos é reconstruída, radicalizando-se a transformação da cidade transforma-se numa mercadoria, gerida como uma empresa (*Ibidem*). Assim, o objetivo principal é vender a cidade num mercado global, onde outras cidades também estão à venda, utilizando mecanismos de promoção e atração - *marketing*. De acordo com as autoras, esta leitura da cidade como mercadoria, que segue as lógicas do capital e do mercado global, remete-nos para um distanciamento das relações sociais nos espaços. Este processo de mercadorização é igualmente abordado por O'Callaghan (2023), que evidencia como a financeirização e a transformação do espaço urbano em ativo de investimento global reforçam a lógica de subordinação da cidade às dinâmicas do capital. Nesta perspetiva, a cidade não é apenas consumida, mas também transacionada como produto financeiro, sujeita a mecanismos de valorização especulativa que acentuam desigualdades e aprofundam exclusões.

Neste seguimento, David Harvey (2005a) introduz o conceito de "empreendedorismo urbano" (p. 182), uma forma de governação onde o Estado atua em função das necessidades do mercado, ancorada em parcerias público-privada, que favorecem os interesses do setor privado em detrimento das necessidades coletivas. Este tipo de política urbana intensifica desigualdades, pois os custos sociais do desenvolvimento são suportados pelo setor público, enquanto os lucros são apropriados por agentes privados. Nesta ótica, a cidade não é apenas objeto/mercadoria, mas também uma empresa especulativa, que opera segundo objetivos de rentabilidade e valorização fundiária, mais do que de justiça social, contribuindo para o aumento de desigualdades socioespaciais e aprofundando o empobrecimento urbano (*Ibidem*). Este tipo de governação, assente em parcerias público-privadas, encontra eco nas tendências recentes de planeamento urbano. Ntakana *et al.* (2025), mostram como o discurso do planeamento contemporâneo, em diferentes contextos, enfatiza cada vez mais a mercadorização do espaço público sob a retórica da regeneração e da revitalização, legitimando políticas orientadas para o capital em detrimento da função coletiva do espaço urbano.

As consequências desta dinâmica territorial são múltiplas e, frequentemente, geram o conflito e a divisão espacial, quando não acompanhadas por mecanismos de regulação. Se por um lado promove a revalorização económica de áreas centrais e a atração do investimento, por outro, promove a deslocalização de residentes originais com menor rendimento, a privatização e concessão de espaços urbanos públicos, bem como a fruição universal dos mesmos. Nesta lógica de mercado, os interesses privados prevalecem sobre a ideia de uso coletivo e universal

do espaço urbano público, potenciando a segregação socioespacial, sobretudo das classes mais baixas. Esta análise permite compreender que a mercadorização do espaço urbano público se articula com outros processos como a homogeneização do espaço urbano (Sassen, 1991; Zukin, 1995), a gentrificação e a turistificação (Sequera & Nofre, 2018), formando uma constelação de dinâmicas territoriais excludentes que moldam profundamente as experiências urbanas contemporâneas. A cidade torna-se, assim, palco de um conflito estrutural entre o uso democrático do espaço e a sua valorização mercantil.

1.5.4. Privatização do Espaço Urbano Público

Segundo Estevens (2014), a privatização do espaço urbano público consiste na transferência do seu controlo, gestão e exploração para entidades privadas. Este processo inscreve-se num movimento mais amplo, iniciado no Reino Unido nos anos 1980, sob a governação liberal de Margaret Thatcher, marcada pela redução do papel do Estado na provisão de serviços e pela valorização do mercado, como regulador central da vida urbana (Vaz, 2022). Em Portugal, esta dinâmica ganhou expressão a partir de 1997, com o intuito de reduzir a dívida pública e dinamizar o mercado de capitais (Maestre, 2019).

Segundo Hristova & Czepczynski (2018), a disseminação da privatização do espaço urbano público, sobretudo na década de 2010, resultou na transformação de muitos destes espaços, em espaços híbridos, onde novas regras de utilização colocaram à prova o significado de público. Com o pretexto de partilhar os custos de manutenção e gestão dos espaços urbanos públicos, bem como da manutenção das infraestruturas físicas alocadas a esses espaços, o Estado permitiu que as entidades privadas estabelecessem novas regras de utilização nos espaços públicos, transformando-os em ambientes regulados segundo uma lógica de exclusividade e seleção social (Zukin, 2018). Essa lógica, manifesta-se em estratégias arquitetónicas e simbólicas, que visam a dissuasão de certos grupos sociais, estratégias como: a "arquitetura defensiva"[29] (Lintelo *et al*., 2024: 11, tradução da autora), que consiste na colocação de mobiliário urbano desconfortável, na imposição de regras de comportamento restritivas, ou nos horários de acesso limitados. Este controlo indireto dos comportamentos públicos traduz-se numa forma contemporânea de controlo social (Low, 2006; Zukin, 2018; Hristova & Czepczynski, 2018), onde as entidades privadas passam a regular, de facto, o uso e a vivência do espaço.

Na cidade de Lisboa, a privatização foi adotada como uma das estratégias de gestão urbana, por parte do município, desprovido de capital. São exemplos: a requalificação da praça do

[29]No original: "defensive architecture".

Martim Moniz e do miradouro de Santa Catarina e o projeto da torre da avenida Almirante Reis (Vaz, 2022). No primeiro caso, estabeleceu-se uma concessão da praça a uma entidade privada, com o objetivo de desenvolver um projeto comercial, projeto esse com que os cidadãos e usuários da praça não se identificaram (*Ibidem*). Já no miradouro de Santa Catarina, objeto de análise aprofundada nesta Tese (ver Capítulo 3. Casos de estudo), foi implementada uma semi-privatização, com imposição de novas regras de controlo e permanência. O caso da torre da avenida Almirante Reis, empreendimento a cargo de um fundo de investimento alemão, que consistia na construção de uma torre com 60 metros de altura, originou um movimento cívico de moradores de Arroios e de cidadãos e amigos de Lisboa contra o projeto. Para este movimento, o projeto iria descaracterizar a identidade da avenida, criando zonas de sombras sobre as ruas e edifícios circundantes e interferindo com o sistema de vistas da cidade (*Ibidem*).

Neste contexto, a privatização do espaço urbano público, assim como a mercadorização do espaço urbano público, participam de um processo de erosão do bem comum, onde o espaço deixa de ser entendido como um direito coletivo e se torna um recurso estratégico para a acumulação de capital. Ainda que algumas formas de privatização possam oferecer ganhos na eficiência e na gestão dos espaços públicos, os riscos são evidentes: restrição de acesso, imposição de normas excludentes, transformação da cidade num palco de consumo regulado, onde a presença e o comportamento são condicionados e se regista um aumento das desigualdades, ampliando o potencial de conflito nos espaços urbanos públicos, especialmente nos centros históricos e nas áreas em processo de revalorização imobiliária.

1.5.5. Turistificação

Sendo a turistificação um processo marcante na cidade de Lisboa e manifestando-se de uma forma particularmente significativa nos casos de estudo em análise (ver Capítulo 3. Casos de estudo), bem como na génese de dinâmicas de conflito, importa aprofundar as suas causas, consequências e o impacto territorial deste fenómeno.

Desde a década de 1990, e de uma forma mais expressiva a partir do início do século XXI, o turismo assumiu-se como um fator preponderante de transformação espacial, económica, cultural e social do núcleo histórico da cidade de Lisboa. Nos últimos anos foram desenvolvidas políticas públicas que contribuíram para a turistificação da cidade, como: o Decreto-Lei n.º 249/2009; a Lei n.º 60/2007 e o Decreto-Lei n.º 53/2014 (ver Capítulo 2. Evolução das políticas públicas na cidade de Lisboa). A organização de eventos internacionais, como a *Web Summit* ou o Festival Eurovisão da Canção, bem como a inauguração de novos espaços de consumo

cultural e gastronómico, nomeadamente, o *Time Out Market*, em 2014 e o MAAT, em 2016, contribuíram também para a promoção internacional da cidade de Lisboa.

Segundo dados do INE, divulgados pelo Jornal de Negócios em 2016, o turismo representava 7,1% na produção nacional, traduzindo-se no crescimento de 10% face ao ano anterior (Aguiar, 2017, 7 de dezembro). Ainda de acordo com a mesma fonte, em 2015, as empresas ligadas ao setor turístico empregavam cerca de 400 mil portugueses, ou seja, 9,1% do total nacional e no contexto europeu, apenas Espanha dependia mais do turismo para o crescimento da sua economia, do que Portugal. Este processo de turistificação traduz-se na introdução de novos usos e consumos, bem como novas formas distintas de apropriação dos espaços por parte de visitantes, estudantes internacionais e outras populações migrantes, atraídas por um país europeu com menor custo de vida (Nofre *et al*., 2025). Como refere Cocola-Gant (2018):

> "Neste contexto pós-industrial, o futuro da maioria das cidades depende do facto de serem locais apetecíveis para os consumidores viverem ou visitarem e, por conseguinte, a revitalização dos núcleos urbanos envolve normalmente a reformulação das cidades como espaços de lazer e prazer."[30] (p. 3, tradução da autora)

Nos últimos anos, o aumento do turismo na cidade de Lisboa criou grandes expectativas de crescimento económico e fomentou uma enorme pressão sobre os centros históricos, particularmente no que diz respeito ao investimento em reabilitação e conservação urbana. Como resultado, Lisboa tem assistido a um aumento acentuado da reabilitação de edifícios com fins turísticos e à perda de população residente (INE, julho, 2023), sobretudo daqueles com menor poder económico. Tal como destaca Cocola-Gant (*Ibidem*, p. 10, tradução da autora):

> "o consumo turístico tem a capacidade de aumentar o valor dos terrenos [...] o turismo acelera a gentrificação, uma vez que o aumento dos preços das casas, por um lado, torna mais difícil a permanência dos residentes com baixos rendimentos e, por outro, permite que apenas os utilizadores abastados se mudem para a zona em causa.[31]"

Assim, o turismo apresenta-se como uma das causas diretas do afastamento de populações locais com baixos rendimentos para fora do centro da cidade, impulsionando processos de

[30]No original: "In such a post-industrial context, the future of most cities would depend on them being desirable places for consumers to live in or visit and, accordingly, revitalizing urban cores usually involves the rebranding of cities as spaces of leisure and pleasure."

[31]No original: "tourism consumption have the ability to increase land values […] tourism accelerate gentrification as the increase of house prices, one the one hand makes it more difficult for low income residents to remain, and, on the other hand, enables only affluent users to move into the area concerned."

gentrificação, exclusão e segregação socioespacial (Cravinho & Madeira da Silva, 2021). Gravari-Barbas & Gainard (2017: 13, tradução da autora) sublinha que:

> "o turismo desempenha um papel de intermediário cultural [...] no processo de gentrificação, uma vez que difunde imagens, discursos, imaginários sobre lugares "autênticos", "estéticos", "exóticos", "nostálgicos", etc., que, por sua vez, atraem novos visitantes e clientes e impulsionam o crescimento do desenvolvimento."[32]

De acordo com os Censos mais recentes (INE, julho, 2023), Lisboa apresentava um elevado índice de envelhecimento da população e uma perda demográfica significativa em praticamente todos os grupos etários, especialmente nas freguesias do centro histórico. No entanto, até ao início de 2020 observam-se novos fluxos territoriais (ver Capítulo 2. Evolução das políticas públicas na cidade de Lisboa), marcados pela chegada de populações que trazem consigo novas dinâmicas culturais e socioeconómicas. Já nos anos 1990, Salgueiro (1992: 401), descrevia:

> "assiste-se ao progressivo desaparecimento das pequenas lojas viradas para a satisfação das necessidades de consumo dos moradores (mercearia, roupa, capelistas, tabernas), fenómeno que, em parte, se relaciona com o decréscimo da população residente registado desde 1940, sendo substituídas por estabelecimentos de tipo novo, voltados para uma clientela exterior ao bairro. Multiplicam-se os restaurantes […] as boutiques avant-garde […] todo um equipamento comercial que os residentes não frequentam até por falta de disponibilidade financeira."

São estes novos estabelecimentos, dirigidos às camadas médias e altas, que concretizam um processo de gentrificação que: "em última análise, significa a deslocação de residentes com baixos rendimentos por grupos com rendimentos elevados."[33] (Cocola-Gant, 2019: 2, tradução da autora) e, reforçado por Zukin (2010: 4, tradução da autora): "Os gostos por detrás destes novos espaços de consumo são poderosos porque levam os residentes de longa data a sair da sua zona de conforto, mudando gradualmente os locais que suportam o seu modo de vida para suportes de vida para uma comunidade cultural diferente"[34].

Ainda que se reconheçam efeitos negativos associados ao turismo, como a expulsão de residentes e a homogeneização cultural, importa também referir os impactos positivos. Em contexto de crise económica, o turismo assumiu um papel relevante na recuperação do país, atuando como fenómeno catalisador da requalificação urbana, promovendo um crescimento

[32]No original: tourism plays as a cultural intermediary […] in the gentrification process since it disseminates images, discourses, imaginaries about places being 'authentic', 'aesthetic', 'exotic', 'nostalgic', etc. which in return attract new visitors and customers and boost development growth."
[33]No original: "ultimately means the displacement of low-income residents by high-income groups."
[34]No original: "The tastes behind these new spaces of consumption are powerful because they move longtime residents outside their comfort zone, gradually shifting the places that support their way of life to life supports for a different cultural community."

económico e oferecendo oportunidades de emprego a populações migrantes (Cravinho & Madeira da Silva, 2021). Como observa Rath (2007: 20, tradução da autora):

> "As comunidades de imigrantes que foram aceites pelas coligações de crescimento local podem ser uma fonte de capital cultural e étnico intangível para uma cidade, facilitando a sua utilização de bens culturais para competir pela vantagem do lugar na economia cultural global. Em suma, a alteridade dos imigrantes torna-se um elemento essencial da diferenciação dos lugares. Essa alteridade não só proporciona experiências atrativas para os visitantes, como também pode promover 'valores de marca' mais amplos de segurança, harmonia, cosmopolitismo.[35]"

A diversidade de utilizadores no território implica, no entanto, uma pluralidade de narrativas e apropriações espaciais, que poderão gerar o conflito. Como descrito por Nofre *et al.* (2018: 9, tradução da autora):

> "o papel dos estudantes universitários internacionais e nacionais na produção, reprodução e consumo de novas paisagens nocturnas urbanas, juvenis e hedonistas tem um papel central no processo de rejuvenescimento e revitalização socioeconómica de bairros anteriormente degradados.[36]"

Contudo, alerta (*Ibidem*, p. 1, tradução da autora) para os efeitos dessa transformação:

> "a expansão e a mercantilização da vida nocturna orientada para os jovens nas zonas centrais implicou o surgimento de problemas críticos no que respeita à coexistência de comunidades residenciais e de diversões nocturnas alimentadas pelo álcool, prejudicando a qualidade da comunidade durante as horas nocturnas.[37]"

As dinâmicas territoriais analisadas, não atuam de forma isolada, pelo contrário, entrecruzam-se e alimentam-se mutuamente, expressando e aprofundando as desigualdades já existentes no território urbano. Mas além de expressarem desigualdades, articulam-se igualmente enquanto estratégias de controlo social dos espaços urbanos públicos, sustentadas por lógicas de securitização e vigilância. Quem detém o poder de gerir esses espaços define as regras de uso e os comportamentos, moldando a experiência urbana dos seus utilizadores.

---

[35]No original: "Immigrant communities that have been accepted by local growth coalitions can be a source of intangible cultural and ethnic capital to a city, facilitating its use of cultural commodities to compete for place advantage in the global cultural economy. In short, immigrant Otherness becomes an essential element of place differentiation. Such Otherness not only provides for attractive visitor experiences, but it may also promote broader 'brand values' of security, harmony, cosmopolitanism."

[36]No original: "the role of international and national university students in producing, reproducing and consuming new urban, youthful, hedonist nightscapes has a central role in the process of rejuvenation and socioeconomic revitalization of formely run-down neighbourhoods."

[37]No original: "the expansion and commodification of youth-oriented nightlife in central areas has involved the rise of critical problems regarding the coexistence of residential communities and alcohol-fuelled nightlife entertainment undermining community leveability during night-time hours".

Segundo Hristova & Czepczynski (2018), a expropriação de direitos daqueles que possam ser considerados indesejáveis no espaço urbano público, pode ocorrer por três vias complementares: (1) direito de preferência na escolha dos usufrutuários, recorrendo à exclusão e vigilância, vigilância esta que poderá pôr em causa a privacidade dos seus utilizadores; (2) "arquitetura defensiva" (Lintelo *et al*., 2024: 11, tradução da autora) - por exemplo, o recurso ao mobiliário urbano de exclusão e dissuasor de permanências inoportunas, como as dos sem-abrigo e (3) normalização de condutas sociais, designadamente de condutas ligadas a lógicas de consumo e fomentadas por algumas das dinâmicas territoriais referidas anteriormente. Ao ocupar o espaço exerce-se poder, e, consequentemente controlo (Simão & Gonçalves, 2019; Tonkiss, 2005). Nestes espaços híbridos, agora geridos, muitos deles por entidades privadas, os gestores operam uma territorialização seletiva (Sack, 1986), estabelecendo diferentes graus de acesso a diferentes populações.

A videovigilância é outro elemento a incluir nesta lógica de controlo, colocando em causa o direito ao anonimato e à liberdade de permanência (Newell, 2019; Simmel, 2013; Tonkiss, 2005). Também o ambiente físico passa a ser desenhado para induzir determinados comportamentos, inibindo usos que não se alinham com os interesses dominantes. Como observa Krupat (1985), o espaço condiciona a ação: "e a pessoa ou se adapta ou não sobrevive."[38] (p. 51, tradução da autora).

Contudo, numa outra perspetiva, a defendida na presente Tese, o espaço urbano não é apenas palco de exclusão, é também território de possibilidades e de resistência, onde se pode promover a integração e a convivência. A interação intergeracional e intercultural quotidiana pode contribuir para a criação de vínculos e para a aceitação da diferença (Holland *et al*., 2008). O hábito e a apropriação repetida do espaço ajudam a construir sentimentos de pertença e normalizam a presença do outro, desafiando fronteiras sociais e culturais (Amin, 2008; DeLanda, 2009).

O conflito, longe de ser erradicado, deve ser entendido como componente inerente da vida humana. A tentativa de eliminar o conflito produz uma cidade estéril e excludente, que desloca a desordem e marginaliza ainda mais os já excluídos (Marcús & Peralta, 2021). Assim, a construção de um espaço urbano público mais plural e inclusivo exige o reconhecimento das relações de poder que moldam o território, e a promoção ativa de condições que assegurem o direito à cidade para todos.

[38]No original: "and the person either adapts or fails to survive".

1.5.6. Segregação Socioespacial

Como consequência das dinâmicas anteriormente analisadas, a segregação socioespacial constitui uma dimensão estruturante da produção do espaço urbano público, refletindo a materialização das desigualdades sociais e a consolidação de fronteiras simbólicas e territoriais. Torna-se relevante reconhecer que a segregação socioespacial atravessa e resulta destas dinâmicas, constituindo-se simultaneamente como efeito e condição estrutural do seu funcionamento. O presente subcapítulo dedica-se, assim, à análise deste fenómeno enquanto dimensão central da configuração e transformação do espaço público urbano em Lisboa.

A palavra segregar deriva do latim *segregāre,* combinação de *se* (separar, isolar, afastar) com *gregato,* de *grex* (grupo), ou seja, retirar alguém de entre os seus (Malheiros & Madeira, 2023). Na perspetiva destes autores, a segregação socioespacial traduz-se no afastamento físico e social de indivíduos ou grupos relativamente à comunidade em geral, com implicações diretas na limitação "das formas de interação social, alimentando a injustiça espacial e perpetuando desigualdades." (p. 48). Esta pode ser motivada por fatores como etnia, classe social ou nacionalidade e manifesta-se em múltiplas escalas urbanas (*Ibidem*). Estudos recentes têm reforçado esta perspetiva, sublinhando que a segregação, para além de afastamento físico, também se associa a impactos no bem-estar e na qualidade de vida, como demonstram análises comparativas em contextos europeus e nórdicos (De Falco, 2024; Westra, 2024).

Historicamente, a segregação urbana tem funcionado como instrumento de reforço do poder das *elites*. Nightingale (2012) demonstra que práticas segregacionistas remontam à Mesopotâmia e atravessaram sucessivas civilizações. O autor assinala ainda que a utilização moderna do termo terá ocorrido no final do século XIX, em contextos coloniais como Hong-Kong e Bombaim (hoje Mumbai), associada a políticas de isolamento racial. A segregação urbana moderna, inicialmente de carácter racial, foi legitimada por razões sanitárias ou pelo controlo dos mercados imobiliários coloniais. O elemento central, contudo, não residia apenas na separação física, mas na assimetria estrutural da distribuição de recursos entre grupos, sendo a segregação racial, em última análise, uma forma de segregação de classe (*Ibidem*).

Durante o século XIX, a expansão imperial e a exploração colonial, acentuaram a disparidade de riqueza e poder entre Ocidente e o resto do mundo (*Ibidem*). Após a Segunda Guerra Mundial, emergiram movimentos pelos direitos civis que desafiaram as práticas discriminatórias; porém, mecanismos de exclusão persistiram, designadamente através da regulação migratória no Norte Global. Já no século no XXI, a ascensão da Nova Direita, alinhada com os princípios e práticas morais resultantes da união entre o neoliberalismo e o

neoconservadorismo, comprometeu os valores democráticos e as políticas sociais. Nightingale (*Ibidem*) identifica três instrumentos políticos que reforçam a segregação urbana contemporânea: (1) políticas autoritárias de combate ao crime e à imigração, com foco desproporcional em populações racializadas urbanas; (2) negligência propositada na aplicação de leis de habitação equitativa e (3) desregulação do setor financeiro, permitindo aos especuladores ampla influência sobre as políticas urbanas e globais.

A segregação social e urbana tem sido um tema central nos estudos urbanos, com abordagens disciplinares diversas. No que se refere à segregação residencial, os primeiros estudos remontam à Escola de Chicago, nas primeiras décadas do século XX, quando se procurava mapear as áreas sociais da cidade (Malheiros & Madeira, 2023). Destaca-se o modelo de anéis concêntricos de Burgess, na década de 1920, que agrupava a população em quatro zonas concêntricas: (1) centro de negócios; (2) zona de transição com comércio, indústria ligeira e habitação degradada; (3) zona de residências operárias e (4) zona de imóveis de luxo. Em 1939, Homer Hoyt propôs um modelo setorial, estruturado a partir do centro, que integrava fatores como eixos viários e cursos de água, incorporando a tendência de agrupamento de populações com características semelhantes (*Ibidem*).

Outros autores como Castells (1983); Harvey (1980); Lefebvre (2011) e Santos (2004), aprofundaram a dimensão estrutural da segregação. Castells (*Ibidem*) caracteriza-a como "tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia" (p. 210), representando a separação intencional de grupos de indivíduos, com base em critérios raciais, culturais, políticos ou socioeconómicos. Harvey (*Ibidem*), enfatiza o papel da acumulação de capital e das *elites* na produção desigual do espaço urbano. Lefebvre (*Ibidem*) interpreta a segregação como expressão das desigualdades produzidas pelo capitalismo, articulando a noção de "direito à cidade" como resposta política e social. Santos (*Ibidem*), por seu lado, evidencia a segregação socioespacial como o resultado de um processo histórico e estrutural em que os espaço urbano reflete as desigualdades sociais e as relações de poder. Sendo que este processo, está diretamente relacionado com a forma como o espaço é produzido pelas relações sociais e económicas. Em comum, todos consideram que a segregação socioespacial reforça e naturaliza as desigualdades sociais.

Sobre esta mesma questão, Sassen (1991) acrescenta que as cidades globais são *locus* privilegiados destas desigualdades, em virtude da financeirização, da centralidade das tecnologias de informação e da crescente polarização do mercado de trabalho. Esta leitura complementa abordagens como a de Varady (2005), que distingue segregações voluntárias e

involuntárias, ambas suscetíveis de gerar conflito. Já Marcuse (2005), propõe uma clarificação conceptual, distinguindo *cluster*, *ghetto*, *enclave* e segregação de mercado, onde: (1) *Cluster* designa qualquer concentração espacial de um grupo de indivíduos; (2) *Ghetto* é uma concentração imposta e segregadora, tendo por base uma relação de dominação; (3) *Enclave* é uma concentração voluntária de um grupo populacional, com o objetivo de autoproteção económica, social, política e/ou cultural e (4) segregação de mercado é um processo paralelo que opera através do mercado imobiliário, segregando as populações de menores rendimentos. Mesmo que voluntária, a segregação enfraquece a convivência com o outro, como destacado por Bauman (2006), contribuindo para a criação de geografias de oportunidades desiguais (Briggs, 2005). Wacquant (2023), chama a este comportamento "individualismo estratégico" (p. 67), enquanto Bourdieu (2015) destaca como a distância física manipula e legitima a estruturação do espaço social.

Neste quadro, importa sublinhar o papel do Estado enquanto agente central na produção e reprodução da segregação socioespacial. Para Marcuse (*Ibidem*), a segregação depende sempre da sua ação direta ou indireta. Davis (2017) caracteriza-a como "uma guerra social incessante em que o Estado intervém regularmente em nome do "progresso", do "embelezamento" e até da "justiça social para os pobres"[39] (p. 98, tradução da autora). A forma como o Estado regula e (re)configura espacialmente a cidade, em função de uma *elite*, maximizando em simultâneo o lucro privado e o controlo social, perpetua a diferenciação espacial, negando a apropriação coletiva e plena do espaço urbano (Lefebvre, 2011), podendo acentuar o conflito. Chamboredon, por sua vez, lembra que o poder político pode criar distinções sociais "seja delimitando zonas de acção ou perímetros que se tornam espaços rotulados e alvos privilegiados de políticas económicas e sociais; seja criando insidiosamente formas de desconfiança mútua entre os habitantes." (Baptista *et al*., 2020: 26-27).

No contexto português, a segregação socioespacial tem-se intensificado a partir da década de 2010, particularmente na AML e sobretudo, no acesso a bens essenciais como a habitação (Seixas & Antunes, 2019). Entre 2016 e 2018, freguesias como Santo António ou Misericórdia, registaram aumentos superiores a 100% no preço por metro quadrado. Nesse período, a taxa de esforço média dos lisboetas para aquisição de habitação subiu de 38% para 53%, tornando a compra de casa praticamente impossível para quem tem rendimentos médios, dado que os bancos só financiam até aos 35% (*Ibidem*). No caso do arrendamento, freguesias como Santo

[39]No original: "a ceaseless social war in which the state intervenes regularly in the name of 'progress', 'beautification', and even 'social justice for the poor".

António, Avenidas Novas ou Misericórdia registavam taxas de esforço na ordem dos 90%, 94% e 70%, respetivamente. Esta análise reflete a fragilidade económica de certos grupos sociais, nomeadamente jovens na compra da primeira habitação ou estudantes e populações com vínculos profissionais mais precários (*Ibidem*). Estudos recentes confirmam esta tendência, sublinhando como políticas habitacionais e trajetórias migratórias reforçam desigualdades estruturais na AML (Taviani, 2022). Outro dado importante, diz respeito à percentagem de população que mantém residência na freguesia da Misericórdia, mas que na realidade reside no estrangeiro ou noutra unidade territorial: 22,83%. Esta tendência não é exclusiva da Misericórdia, a freguesia de Santa Maria Maior apresenta um valor igualmente elevado neste indicador (22,95%), refletindo dinâmicas semelhantes de deslocalização residencial associada a fenómenos como a turistificação e a gentrificação. Estas duas freguesias registam, de facto, as percentagens mais elevadas de toda a cidade de Lisboa (OLCPL, 2024, outubro). Ao mesmo tempo, estudos sobre Lisboa têm evidenciado como a emergência de espaços alternativos e resistências locais ao processo de gentrificação desafiam a segregação socioespacial e questionam a homogeneização do espaço urbano (Rego *et al*., 2023).

Paralelamente, a mobilidade urbana constitui outro campo em que as desigualdades se materializam. Como demonstra Padeiro (2022), as zonas periféricas ou populares apresentam défice de infraestruturas cicláveis e de sistemas de bicicletas partilhadas, em contraste com a elevada concentração destas no centro histórico e em áreas turísticas. Tal como nos processos históricos descritos por Nightingale (2012), em que a segregação se legitimava pela distribuição desigual de recursos urbanos, também no caso de Lisboa a mobilidade revela uma lógica de exclusão seletiva. Essa lógica insere-se numa estratégia de valorização simbólica e mercantil do espaço urbano, que privilegia as zonas consideradas mais atrativas para o exterior, em detrimento das necessidades quotidianas dos residentes locais (Padeiro, *Ibidem*). Assim, a segregação socioespacial contemporânea manifesta-se não apenas no direito à habitação, mas também no direito à mobilidade, constituindo-se como um campo central de disputa e conflito urbano. Nesta perspetiva, as desigualdades no acesso à mobilidade urbana correspondem a uma restrição concreta ao exercício do "direito à cidade" enunciado por Lefebvre (2011), entendido como o direito de todos os habitantes a participar plenamente na produção, apropriação e usufruto do espaço urbano.

Os indicadores sociais reforçam este diagnóstico. Entre 2022 e 2023, a pobreza na AML aumentou 17% (Caetano, 2023, 27 de novembro). O Observatório de Luta Contra a Pobreza na cidade de Lisboa (OLCPL, 2024, 13 de novembro) divulgou em 2024, que a AML congregava cerca de 60 a 70% dos sem-abrigo em Portugal, o que se traduzia em cerca de 3400 pessoas

sem casa e 1500 a dormir na rua. De forma análoga, Lisboa apresentava as maiores assimetrias de rendimento do país, sendo que, "o rendimento mínimo dos 10% mais ricos é 13,7 vezes maior do que o rendimento máximo dos 10% mais pobres (a média nacional é de 7,5%)" (Mamede, 2019).

Em síntese, as desigualdades na cidade de Lisboa nas últimas duas décadas resultam de dinâmicas de segregação socioespacial que afetam o acesso à habitação, mobilidade, rendimento e coexistência entre populações no território, sobretudo as populações mais frágeis. No centro histórico, populações de longa duração, envelhecidas e com baixos rendimentos vivem lado a lado com grupos de jovens recém-chegados, uns mais qualificados e com maiores recursos, outros, imigrantes, que desenvolvem estratégias de sobrevivência em atividades de baixa qualificação (Malheiros *et al*., 2012). Estudos sobre a Mouraria revelam que são precisamente os residentes mais recentes e com maior poder económico os que menos interagem com os restantes, mantendo redes sociais fragmentadas e alheias ao território (*Ibidem*).

Na freguesia da Misericórdia, os dados demográficos revelam uma crescente diversidade na população (CML, 2018c). Em 2011, a população estrangeira representava cerca de 11,3% da população e era predominantemente oriunda dos PALOP, sobretudo, Angola, Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau (*Ibidem*) e em 2021, esse valor subiu para os 18,7% (INE, julho, 2023). No entanto, é visível a clivagem espacial entre residentes de longa duração, imigrantes e recém-chegados de classe média-alta, particularmente na zona da praça de São Paulo, onde as interações entre grupos são escassas.

CAPíTULO 2

Evolução das políticas públicas na cidade de Lisboa

Tal como demonstrado no enquadramento teórico, o espaço urbano é um produto social, político e económico, sendo continuamente reconfigurado por dinâmicas estruturais que resultam tanto de processos globais como de decisões políticas locais. A cidade de Lisboa, enquanto capital e espaço central de investimento, turismo e reabilitação urbana nas últimas décadas, constitui um laboratório privilegiado para a observação dos efeitos das políticas públicas sobre o território, em particular no que concerne à reprodução de desigualdades e à emergência de conflitos urbanos. Neste processo, os espaços públicos assumiram um papel central como ativos simbólicos e económicos, frequentemente sujeitos a processos de estetização, apropriação seletiva e reorganização funcional, em consonância com interesses de natureza turística, comercial ou securitária.

Neste capítulo, propõe-se uma análise crítica das principais políticas públicas implementadas em Lisboa nas últimas duas décadas, com especial foco na sua influência sobre os territórios onde se inserem os casos de estudo desta Tese. Pretende-se compreender como estas políticas contribuíram para a transformação morfológica, funcional e social dos espaços urbanos públicos, e de que modo fomentaram, mitigaram ou mesmo ignoraram as dinâmicas territoriais de exclusão, apropriação e conflito anteriormente identificadas. A análise incidirá sobre um conjunto de programas e iniciativas com impacto direto ou indireto sobre os contextos em estudo, nomeadamente:

- As políticas de reabilitação urbana;
- Os planos estratégicos municipais (como o PDM de 1994 e a sua revisão em 2012);
- As políticas habitacionais e os programas de arrendamento acessível;
- A estratégia municipal de turismo e a concessão de espaço urbano público a atividades privadas;
- Os regimes legais que enquadram o investimento imobiliário estrangeiro, como os vistos *gold* e os benefícios fiscais para residentes não habituais.

Neste quadro, procurar-se-á responder a uma questão central: **até que ponto as políticas públicas em Lisboa têm atuado como mediadoras do interesse coletivo e promotoras da equidade espacial, ou se, pelo contrário, têm funcionado como dispositivos de reprodução de desigualdades e de intensificação do conflito urbano?**

Para melhor compreender esta trajetória, importa, antes de mais, revisitar brevemente os antecedentes do planeamento urbano em Lisboa e a forma como, desde o pós-guerra, se têm estruturado as principais orientações políticas e urbanísticas da cidade. O primeiro grande plano urbanístico concebido para Lisboa, foi o Plano de Groer, elaborado em 1948 (Fig. 2.1.), sob coordenação do arquiteto-urbanista Étienne de Groer. Este plano introduziu o zonamento como instrumento estruturante, propondo uma divisão funcional do território municipal. No entanto, apesar da sua importância programática, o plano nunca obteve aprovação governamental. Em 1959, com o intuito de rever e atualizar este primeiro plano, foi concebido o Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, que, embora tenha mantido muitas das propostas iniciais, incorporou mudanças significativas ao nível da mobilidade urbana, como a previsão da construção da Ponte sobre o Tejo, que faria mais tarde a ligação entre Alcântara e Almada (CML, 2023, janeiro).



Fig. 2.1. Plano Diretor de Urbanização de Lisboa. Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa. Etienne de Groer, 1948 (fonte: Sítio Internet https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/evolucao).

Também na década de 1950, foram elaborados os Planos de Fomento, um conjunto de programas de investimento público concebidos para dinamizar e economia portuguesa no contexto pós-guerra. Estes planos desempenharam um papel importante na modernização das

infraestruturas e na redução das clivagens económicas e sociais que distanciavam Portugal dos restantes países europeus (Caeiro, 2005). Entre estes planos, destacam-se o Plano Intercalar de Fomento (1965-67) e o III Plano de Fomento (1968-1973), que contribuíram significativamente para este processo de dinamização económica. Neles, o setor privado adquiriu crescente protagonismo e a indústria do turismo passou a ser encarada como um motor estratégico do crescimento económico. Estes planos integravam um conjunto alargado de medidas de apoio ao turismo externo, nomeadamente, a regulamentação e os incentivos à hotelaria e aos meios complementares de alojamento, bem como uma política de transportes orientada para o aumento da atratividade do território. Como sintetiza Célia Martins (2020):

> "o alargamento da capacidade hoteleira e das infraestruturas era uma das prioridades da política turística, esperando que a iniciativa privada acompanhasse o desenvolvimento assegurando uma oferta de equipamentos complementares (cafés, restaurantes, instalações desportivas, serviços, etc.)." (p. 153)

Embora não seja possível aferir diretamente os impactos específicos destas medidas, nos casos de estudo que serão analisados no capítulo seguinte, é evidente a orientação política para a valorização da componente internacional da economia portuguesa e o papel central atribuído ao turismo como setor estratégico. A análise destes dois planos revela, igualmente, o carácter marcadamente indicativo das políticas públicas da época, cuja implementação dependia em larga medida da adesão dos agentes privados. Tal orientação implicava, por consequência, a exclusão de grande parte dos utilizadores do processo de definição e planeamento, favorecendo os interesses de determinados grupos económicos. Só em 1986, com a aprovação do Plano Nacional do Turismo, se deu um passo mais estruturado no sentido da definição de uma política pública nacional para o setor, envolvendo, pela primeira vez, os principais atores institucionais e privados do turismo. No entanto, a sua implementação revelou-se difícil, devido sobretudo, à frágil articulação entre a política setorial de turismo e as áreas do ordenamento do território e do urbanismo (*Ibidem*).

Antes do Plano Nacional do Turismo, foi publicado, em 1977, o Plano Geral de Urbanização de Lisboa, através de uma portaria governamental. Este plano, encomendado ao arquiteto-urbanista Meyer-Heine, surgiu com o propósito de dotar a cidade de um instrumento de ordenamento do território, que respondesse aos desafios do crescimento urbano, nomeadamente, ao aumento do tráfego automóvel e ao arranque da rede de metropolitano. Entre as principais propostas, destacava-se a criação de um eixo-distribuidor, articulado com as grandes infraestruturas viárias, a autoestrada do Norte, a Ponte sobre o Tejo e o aeroporto, o reforço da centralidade da cidade através do prolongamento da Avenida da Liberdade, como

eixo monumental e a divisão da cidade em Unidades de Ordenamento do Território. Contudo, a falta de escalas operacionais para a implementação das medidas preconizadas tornou inviável a execução de grande parte do plano, deixando Lisboa repleta de intenções urbanísticas por concretizar (CML, 2023, janeiro).

Paralelamente, diversos fatores vieram desafiar o modelo de crescimento urbano funcionalista que até então orientava o planeamento da cidade, nomeadamente, o retorno em massa de cidadãos portugueses das ex-colónias, que provocou um aumento súbito da população e impulsionou a expansão residencial para a periferia e o crescimento do tráfego automóvel, conjugado com a consolidação da rede de metropolitano, que transformaram profundamente a mobilidade urbana. Simultaneamente, Lisboa iniciava um processo de terciarização do centro histórico, com a progressiva substituição de usos residenciais por atividades de serviços e comércio, processo que coincidiu com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986. Este novo enquadramento geopolítico reforçou a necessidade de posicionar Lisboa num contexto internacional e de alinhar as suas dinâmicas urbanas com os modelos de desenvolvimento europeus (*Ibidem*).

Neste novo cenário, emergem dois instrumentos de planeamento fundamentais: o Plano Estratégico para Lisboa, aprovado em 1992 (Fig. 2.2.) e o PDM, em 1994. O primeiro constituiu um reforço de definição de linhas orientadores para o desenvolvimento urbano da capital, assumindo uma abordagem mais integrada e multidimensional. O segundo, visou traduzir em termos regulatórios e operacionais os princípios definidos no Plano Estratégico, procurando responder aos novos desafios urbanos da cidade e promovendo uma maior articulação entre os objetivos estratégicos e as práticas de ordenamento do território (*Ibidem*).

Uma vez mais, embora não seja possível aferir de forma direta os impactos concretos do Plano Estratégico para Lisboa (1992) e do PDM (1994) nos recortes territoriais em análise, é inegável que ambos os instrumentos refletem uma transformação profunda no modo como o poder político passou a encarar o papel da cidade no contexto nacional e internacional. Em particular, evidenciaram a valorização crescente do turismo enquanto motor estratégico de crescimento económico, reposicionando Lisboa como cidade competitiva e atrativa no panorama europeu. O Plano Estratégico para Lisboa (1992), com um horizonte de realização até ao ano de 2000, estabeleceu as grandes linhas orientadoras para o desenvolvimento urbano, económico e social da cidade. Um dos seus principais objetivos era aumentar a competitividade de Lisboa em relação às outras capitais europeias, através da atração de investimento estrangeiro e posicionando a cidade como destino ideal para visitantes, estudantes internacionais e outras populações migrantes. Neste sentido, o plano propôs um modelo

urbanístico dividido em quatro unidades territoriais: I - Área Central de Lisboa (Centro da cidade e da AML); II - Charneira Urbana (Arco Terciário Direcional); III - Coroa de Transição (Periferia com articulação Metropolitana) e IV - Arco Ribeirinho (Ligação da cidade ao rio sem perder o porto). Este modelo revelou uma clara orientação para a internacionalização da cidade, promovendo o envolvimento de atores públicos e privados na definição e implementação das políticas urbanas (*Ibidem*).

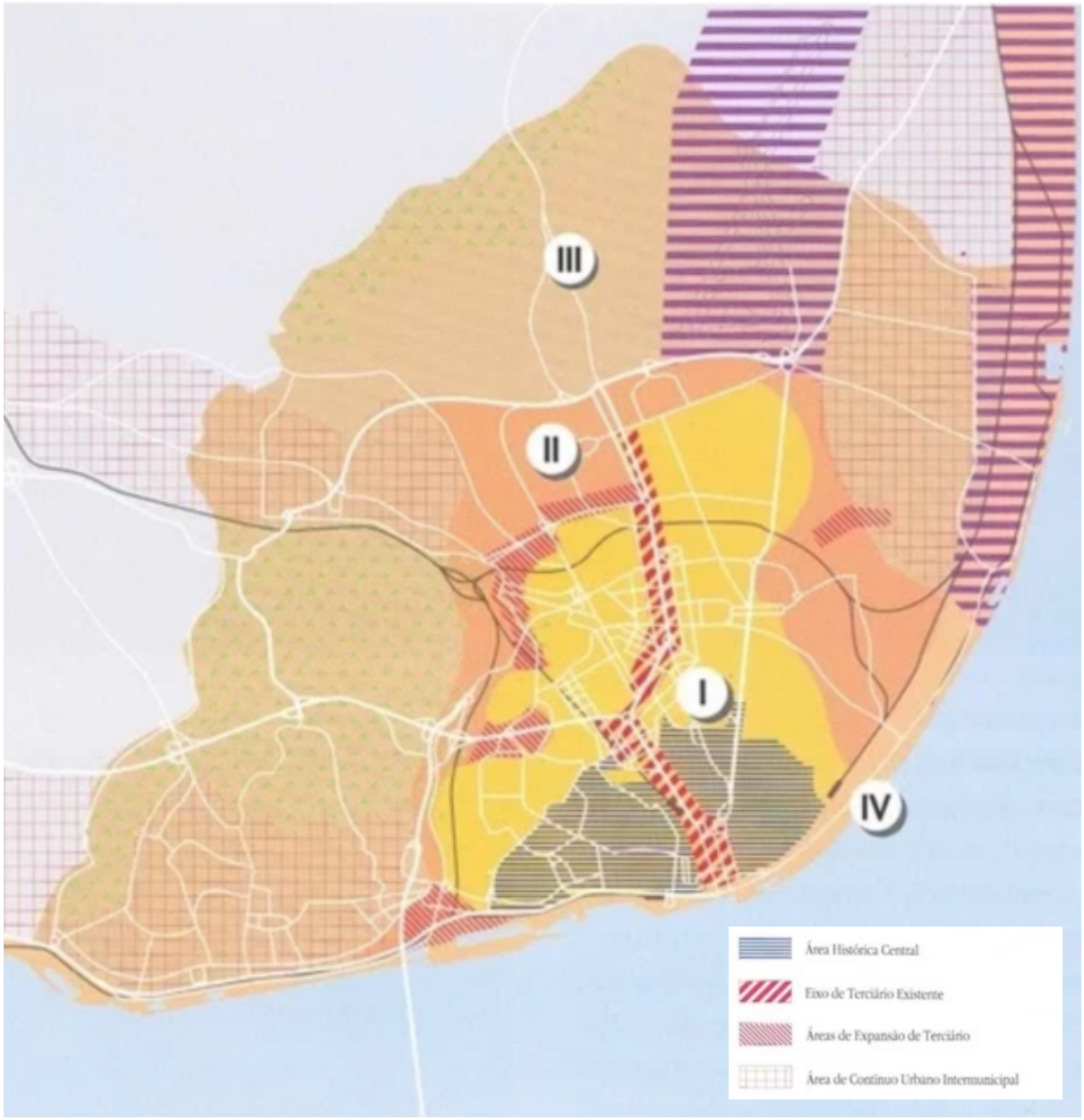


Fig. 2.2. Plano Estratégico de Lisboa. Modelo Urbano - Zonas. Autor desconhecido, 1992 (fonte: https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/evolucao).

Já o PDM de 1994, instrumento normativo de execução territorial, enfrentava uma realidade urbana marcada por múltiplas fragilidades: alojamento precário, parque habitacional

degradado, escassez de habitação acessível para os estratos médios da população e jovens, esvaziamento populacional da cidade, ineficácia do sistema de transportes, degradação do espaço urbano público e expulsão de usos e ocupações tradicionais das áreas centrais. Face a este diagnóstico, o plano propôs uma intervenção significativa na Área Central de Lisboa, com destaque para a recuperação do património edificado, visando simultaneamente, a preservação da memória histórico-cultural e a valorização turística da cidade. O espaço urbano público passou a ser encarado como um elemento estratégico de reabilitação urbana, sendo promovidas iniciativas que articulavam conservação patrimonial e animação cultural, com o propósito de melhorar a qualidade de vida urbana e reforçar a atratividade da cidade, em particular no que respeita ao turismo (CML, 1993).

No relatório de enquadramento do PDM de 1994, são também salientados diversos condicionalismos que marcaram negativamente a sua elaboração. Entre eles, destaca-se a desatualização dos instrumentos de planeamento existentes e a ausência de informação de base fiável, tanto estatística, como cartográfica e setorial (refere-se o facto dos resultados dos Censos de 1991 não terem sido utilizados, por não se encontrarem disponíveis). A estes constrangimentos somava-se ainda a complexidade da gestão territorial em Lisboa, marcada pela existência de múltiplas tutelas sobre o mesmo território municipal, nomeadamente nas áreas portuárias, patrimoniais, de infraestruturas e transportes, o que limitou significativamente a capacidade de ação da autarquia (*Ibidem*).

Em 1997, é aprovado o Plano de Urbanização do Núcleo Histórico do Bairro Alto e Bica, cuja área de intervenção abrange os territórios analisados nesta Tese. Este plano tinha como principal objetivo, regular a ocupação, o uso e a transformação do solo da área histórica em causa (Declaração n.º 263/97). No entanto, segundo informações recolhidas junto de técnicos superiores da CML, este plano teve um carácter essencialmente genérico e programático, apresentando apenas linhas orientadoras para futuras intervenções. Carecia de propostas concretas em matérias como o desenho urbano ou a estrutura social existente, limitando a sua eficácia enquanto instrumento operativo de transformação territorial.

O final da década de 2000 é profundamente marcado pela crise financeira global de 2007-2008, com origem nos Estados Unidos, mas cujos efeitos se alastraram rapidamente por toda a Europa. Em Portugal, a crise teve expressão sobretudo na rutura do acesso ao crédito externo pelos bancos nacionais, o que agravou o endividamento e forçou o Estado a implementar medidas de ajustamento económico. Neste contexto, intensifica-se a aposta no turismo e no investimento estrangeiro, enquanto pilares de uma estratégia de recuperação económica rápida, tendo em vista o aumento das receitas públicas (Varzim, 2018). Como sublinha Cocola-Gant

(2018: 7, tradução da autora): "como o poder de consumo das classes médias é menor do que nas economias avançadas, o turismo vem suplantar a falta de procura local de que o capital imobiliário necessita para a realização da mais-valia."[40]. Esta constatação ajuda a compreender o reforço das políticas públicas orientadas para a captação de investimento externo, tanto europeu como extracomunitário. Durante este período, foram implementadas inúmeras políticas públicas com o objetivo de atrair compradores de segundas residências e investidores da União Europeia, através da criação de programas de juros mais acessíveis, e, em 2012, com a liberalização do mercado imobiliário, potenciais investidores fora da União Europeia, através dos vistos *gold* (Lei n.º 29/2012). Os vistos *gold*, permitiram um regime tributário privilegiado, através do Regime Tributário do Residente Não Habitual (Decreto-Lei n.º 249/2009), que permitiu a dispensa de visto de residência, a concessão de Autorização de Residência Permanente e a possibilidade de adquirir a nacionalidade portuguesa, por naturalização.

Com o objetivo de atrair investimento estrangeiro, tornou-se necessário intervir no parque edificado da cidade, que se encontrava, em larga medida, degradado ou subutilizado. Contudo, perante a escassez de recursos financeiros e técnicos por parte da CML, a estratégia adotada passou pela mobilização de capital privado, viabilizada através da criação de um quadro fiscal e regulamentar favorável à reabilitação urbana. Destacam-se, neste contexto, quatro medidas fundamentais: o Novo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009), que previa incentivos fiscais e benefícios urbanísticos em áreas urbanas críticas, delimitadas pelos municípios; o PDM de Lisboa de 2012, que eliminou muitas das restrições à ocupação terciária, facilitando a mudança implícita de uso do solo de residencial para comercial; a alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Lei n.º 60/2007), que veio simplificar o processo de licenciamento e o acompanhamento das obras de reabilitação e o Regime Excecional de Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 53/2014), que introduziu linhas de financiamento público com taxas de juro nulas ou reduzidas para obras de reabilitação (Cocola-Gant *et al.,* 2023). Ainda segundo os autores (*Ibidem)*, a combinação destas quatro medidas revelou-se determinante, "não só para fomentar a reabilitação, mas também para incentivar a entrada de capital financeiro no sector da reabilitação e do turismo no parque habitacional." (*Ibidem*, p. 5, tradução da autora).[41]

[40]No original: as the consumption power of the middle-classes are smaller than in advanced economies, tourism comes to supplant the lack of local demand that real estate capital needs for the realization of surplus value.

[41]No original: "not only to foster redevelopment, but to encourage both the penetration of financial capital in the rehabilitation industry and the tourism-led rehabilitation of the housing stock".

Em 2010, é elaborado o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana, integrando a área já abrangida pelo Plano de Urbanização do Núcleo Histórico do Bairro Alto e Bica (Declaração n.º 263/97), referido anteriormente. Este novo plano assume uma abordagem mais operacional e estratégica, estabelecendo como objetivos prioritários: revitalizar funcionalmente a área de intervenção, promovendo uma afetação ponderada dos usos de comércio, habitação, serviços e equipamentos, com o intuito de assegurar a mútua complementaridade e atratividade das funções urbanas; reordenar o trânsito automóvel e o estacionamento, privilegiando o transporte público e a mobilidade suave, com destaque para a circulação pedonal e ciclável e requalificar o espaço urbano público, tendo em atenção o seu valor patrimonial, histórico e ambiental do local, mas também assegurando melhores condições de acessibilidade e segurança, nomeadamente no que se refere à intervenção em situações de emergência. No âmbito deste Plano, a CML lançou o concurso público para a requalificação urbana do Alto de Santa Catarina (Anúncio de procedimento n.º 431/2012), projeto que será analisado com maior detalhe no próximo capítulo. Esta intervenção teve como principal objetivo, requalificar o desenho urbano do espaço urbano público e edifícios circundantes, com enfase na valorização do usufruto pedonal do local e na sua integração no tecido urbano envolvente, reforçando o carácter simbólico e estratégico do miradouro de Santa Catarina no contexto da cidade de Lisboa.

Neste enquadramento, é elaborado o novo PDM de 2012, que passa a incorporar como prioridades: a valorização da identidade e da cultura urbana numa perspetiva cosmopolita e multicultural; a regeneração da cidade consolidada; a articulação em rede das centralidades da cidade alargada; a qualificação urbana; a promoção da participação cidadã e a melhoria do modelo de governação urbana (CML, 2012). Uma das novidades estruturais deste PDM, foi a definição de nove Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), que passaram a cobrir integralmente o território municipal. Dentre estas, destaca-se UOPG 7, que inclui os bairros históricos de São Paulo e do Bairro Alto, bem como a Baixa, Castelo, Alfama, Mouraria e Pena. Para esta unidade, foram definidos objetivos específicos, como o redimensionamento da oferta de estacionamento e a promoção da reabilitação e incremento da função habitacional (*Ibidem*).

Apesar destas orientações formais, o PDM de 2012 introduz alterações significativas em relação ao PDM de 1994. Enquanto o plano de 1994 procurava preservar a função residencial, limitando o uso terciário, o novo plano reclassifica quase toda a cidade de Lisboa como área de reabilitação urbana (Cocola-Gant *et al.*, 2023). Esta reclassificação facilitou a reconversão do edificado em estabelecimentos turísticos e AL, removendo obstáculos à sua disseminação, sobretudo em zonas sob maior pressão turística. Estas transformações foram acompanhadas por

um crescimento exponencial do turismo urbano, nomeadamente na freguesia da Misericórdia, onde o número de unidades de AL cresceu em 3.634 estabelecimentos entre 2010 e 2020 (TravelBI, 2020, dezembro). Assim, o PDM de 2012, articulado com os novos enquadramentos legais e fiscais, criou as condições estruturais para a turistificação acelerada do centro histórico de Lisboa, promovendo um modelo de cidade orientado para a valorização económica do território em detrimento da sua função habitacional e social (Cocola-Gant *et al.*, 2023).

Também em 2012, é aprovada a Nova Lei do Arrendamento Urbano (Lei n.º 31/2012), um diploma que veio alterar substancialmente o regime de arrendamento habitacional em Portugal, permitindo aos proprietários acelerar os processos de despejo e rescindir contratos de longa duração, sobretudo nos casos de arrendamentos mais antigos. Esta legislação afetou particularmente os inquilinos mais idosos e vulneráveis, muitos deles residentes em edifícios degradados, localizados em zonas centrais e históricas da cidade, como é o caso da freguesia da Misericórdia e, mais especificamente da praça de São Paulo e da sua envolvente. Segundo Cocola-Gant *et al.* (2023), esta medida legislativa contribuiu diretamente para a intensificação dos processos de turistificação ao acelerar a substituição da função habitacional por arrendamentos de curta duração, economicamente mais rentáveis. Neste contexto, a renda urbana torna-se, como observa Seixas (2013), um dos "filtros mais poderosos de segmentação social." (p. 82). A conjugação entre a liberalização do mercado de arrendamento e a valorização turística do edificado urbano acentuou fenómenos de exclusão e expulsão social, com efeitos visíveis no declínio da função residencial permanente, na redução da diversidade social e na transformação do uso do solo.

Em 2015, com o objetivo de incentivar dinâmicas de apropriação e reforçar os mecanismos de segurança e convivência noturna na zona do Cais do Sodré, incluindo na praça de São Paulo e respetiva envolvente, a CML aprovou um projeto comunitário de intervenção denominado SAFE!N Cais. Este projeto teve como principal finalidade a implementação da certificação 'Noite Segura', visando melhorar as condições de saúde pública e de segurança nos espaços públicos e privados durante o período noturno, numa zona da cidade fortemente marcada pela reconfiguração dos seus usos urbanos e pela crescente concentração de atividades ligadas ao lazer noturno. O projeto foi promovido pela Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES)[42], e contou com a parceria da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa (FCSH), através do grupo de investigação LxNIGHTS, da Associação

[42]ONGD sem fins lucrativos, fundada em 2004 e que tem como propósito realizar intervenções que visem a melhoria do acesso à saúde, emprego e educação de comunidades e públicos em situação de vulnerabilidade e que promove o desenvolvimento integrado: https://apdes.pt/pt/portfolio/safen-cais/

de Comerciantes do Cais do Sodré e da rede Europeia Party+, dedicada à promoção de práticas de lazer noturno mais seguras e sustentáveis. Segundo Nofre *et al.* (2018): "o projeto visava envolver e capacitar diferentes atores sociais - nomeadamente vizinhos, proprietários de locais de diversão, polícia municipal e representantes da freguesia - para promover a implementação de novas iniciativas de governação coparticipativa da noite urbana do Cais do Sodré"[43] (p. 13, tradução da autora). Esta abordagem de governação colaborativa procurou responder aos efeitos colaterais da intensificação do turismo e da mercadorização da noite, frequentemente associados a conflitos de convivência e pressões sobre os residentes. Neste mesmo contexto, a Associação dos Comerciantes e Amigos do Cais do Sodré, em colaboração com o município, promoveu a pedonalização da rua Nova do Carvalho, artéria que viria a ser popularmente designada como rua Cor-de-Rosa e atualmente um dos símbolos da paisagem noturna lisboeta (Monteiro, M., 2018). A intervenção urbanística e simbólica nesta rua, visível desde a praça de São Paulo (Figs. 2.3. a 2.5.), consolidou a sua transformação enquanto espaço de consumo cultural e de lazer noturno, acentuando a especialização funcional da zona e os seus impactos sobre a vivência e apropriação do espaço público.



Fig. 2.3. Rua cor-de-rosa. Vista da praça de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, 2024). **Fig. 2.4.** Rua cor-de-rosa (fonte: Ana Cravinho, 2024). **Fig. 2.5**. Rua cor-de-rosa. Vista da rua do Alecrim (Fonte: Ana Cravinho, 2024).

Assim, as políticas públicas implementadas na cidade de Lisboa desde a crise financeira de 2007-2008 tiveram como consequência direta, a intensificação da presença de novas populações no território, sobretudo estrangeiros, incluindo turistas e jovens com maior poder

[43]No original: "the Project aimed to engage and empower diferent social actors - namely neighbours, venue owners, municipal police and representatives of the civil parish - to foster further implementation of new initiatives of co-participative governance of the urban night in Cais do Sodré".

de compra, estes últimos atraídos por condições favoráveis à aquisição de habitação, associadas a novas lógicas de consumo urbano. A crescente heterogeneidade social e demográfica resultante destas dinâmicas veio gerar tensões crescentes com os residentes, sobretudo no centro histórico da cidade. Estes conflitos manifestaram-se, por um lado, através dos impactos negativos das atividades noturnas, e por outro, através da substituição do comércio e serviços tradicionais de bens pessoais e domésticos, direcionados a uma população mais envelhecida, por novos estabelecimentos destinados a consumidores com maior capacidade de compra e gostos sofisticados. A apropriação do espaço urbano público por atividades comerciais e de restauração intensificou este processo de reconfiguração, contribuindo para a perceção de perda de pertença por parte dos moradores históricos. O impacto das atividades noturnas foi particularmente gravoso para os residentes mais idosos, traduzindo-se na densificação excessiva de espaços públicos, elevados níveis de ruído, produção de resíduos, comércio e consumo de substâncias ilícitas, atos de vandalismo, problemas de segurança, bem como em dificuldades acrescidas de mobilidade e estacionamento. Estas dinâmicas acentuaram o processo de conflitualidade latente e contribuíram para a fragilização da vida quotidiana nos bairros tradicionais.

Com o objetivo de melhor compreender estas transformações e definir linhas estratégicas de atuação, a CML encomendou, em 2018, o Estudo Urbanístico do Turismo em Lisboa (CML, 2018a). Este documento recomendou, entre outras medidas, a limitação da atribuição de novos registos de AL, nas zonas onde o rácio de uso habitacional já se encontrava no limiar mínimo e a monitorização das Zonas Turísticas Homogéneas (ZTH), definidas como: "áreas homogéneas do ponto de vista geomorfológico [...] constituídas por Bairros reconhecidos como tal e [com] uma concentração de alojamento turístico relevante - Hotelaria e AL." (*Ibidem*, p. 58). Na sequência deste estudo, foi publicada a Lei (Lei n.º 62/2018), que alterou o regime jurídico do AL e atribuiu novas competências aos municípios, nomeadamente, a de preservar a coerência social e identitária dos bairros e lugares históricos. Em resultado, foi aprovado um regulamento municipal que estabelece limites à instalação de novos estabelecimentos de AL, definidos com base em percentagens máximas por freguesia, tendo por referência o número total de imóveis disponíveis para habitação.

Complementarmente, no quadro da Reforma Administrativa de Lisboa, em 2012 (Lei n.º 56/2012) e da delegação de competências nas freguesias (Lei n.º 75/2013), foi possível operacionalizar programas municipais de requalificação do espaço urbano público, muitos dos quais ainda em curso, centrados na participação cidadã e em novos modelos de governança urbana. Destaca-se, neste contexto, o Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa (Deliberação

n.º 566/CM/2009), bem como o Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha de Lisboa (CML, 2008), cuja execução visa requalificar os espaços públicos da cidade, com base nos princípios da mobilidade urbana inclusiva, articulando-se com as diretrizes das *smart cities*. Entre as ações em desenvolvimento, incluem-se a repavimentação de vias, a substituição e ampliação de infraestruturas de saneamento, a demarcação de estacionamento, a reorganização do tráfego viário, bem como a instalação de contentores de resíduos sólidos urbanos, a reconstrução de passeios, e a criação de trajetos pedonais e vias cicláveis (Silva, 2017). Estas medidas têm como objetivo, não apenas melhorar a qualidade ambiental e funcional do espaço público, mas também reforçar a coesão social e territorial da cidade.

O conceito urbano delineado para os 19 Km da Frente Tejo, assenta na divisão da frente ribeirinha da cidade de Lisboa em várias zonas de intervenção, cada uma delas com uma estratégia de atuação específica, mas articuladas entre si por uma lógica de conetividade física e visual contínua ao longo de toda a margem do rio. Entre as zonas de intervenção, destacam-se as áreas de Santos e Cais do Sodré - Santa Apolónia (Fig. 2.6.), por integrarem medidas de valorização do miradouro de Santa Catarina e pelo reforço das ligações viárias e pedonais perpendiculares ao rio, potenciando uma maior integração da cidade com o seu território ribeirinho. Neste âmbito, prevê-se também, o alargamento da plataforma junto ao rio, através da criação de uma zona de *deck* destinada à instalação de esplanadas, com o objetivo de enquadrar e valorizar os edifícios existentes, descongestionar o espaço público, e, em simultâneo, promover uma maior e melhor afluência de pessoas à praça de São Paulo e à sua envolvente. A requalificação desta zona beneficia, assim, da reconfiguração das acessibilidades pedonais, reforçando o vínculo territorial entre a cidade consolidada e o rio (CML, 2008).

Mais recentemente, e segundo informações obtidas junto de técnicos da Direção Municipal de Urbanização, Departamento de Espaço Público, Divisão de Gestão de Projetos de Espaço Público da CML, encontra-se em fase de projeto de execução, o "Projeto de Execução das Ruas Envolventes ao Mercado da Ribeira", no qual se preveem intervenções na praça de São Paulo. Embora tenha sido possível consultar as peças desenhadas do projeto, a sua utilização nesta Tese não foi autorizada. Com base em relatos verbais dos técnicos da CML, destacam-se como principais intervenções: a renovação dos pavimentos dos passeios e das vias de circulação automóvel; a limpeza do mobiliário urbano; o reperfilamento dos arruamentos e a supressão de lugares de estacionamento com claro benefício para a mobilidade pedonal. Ainda segundo os mesmos técnicos, o projeto foi concebido segundo as orientações do manual: "Lisboa: O desenho da rua. Manual de espaço público" (CML, 2018b), uma ferramenta operacional

destinada a uniformizar critérios de conceção, intervenção e gestão no espaço público, reunindo orientações técnicas, recomendações e boas práticas para os diversos intervenientes.

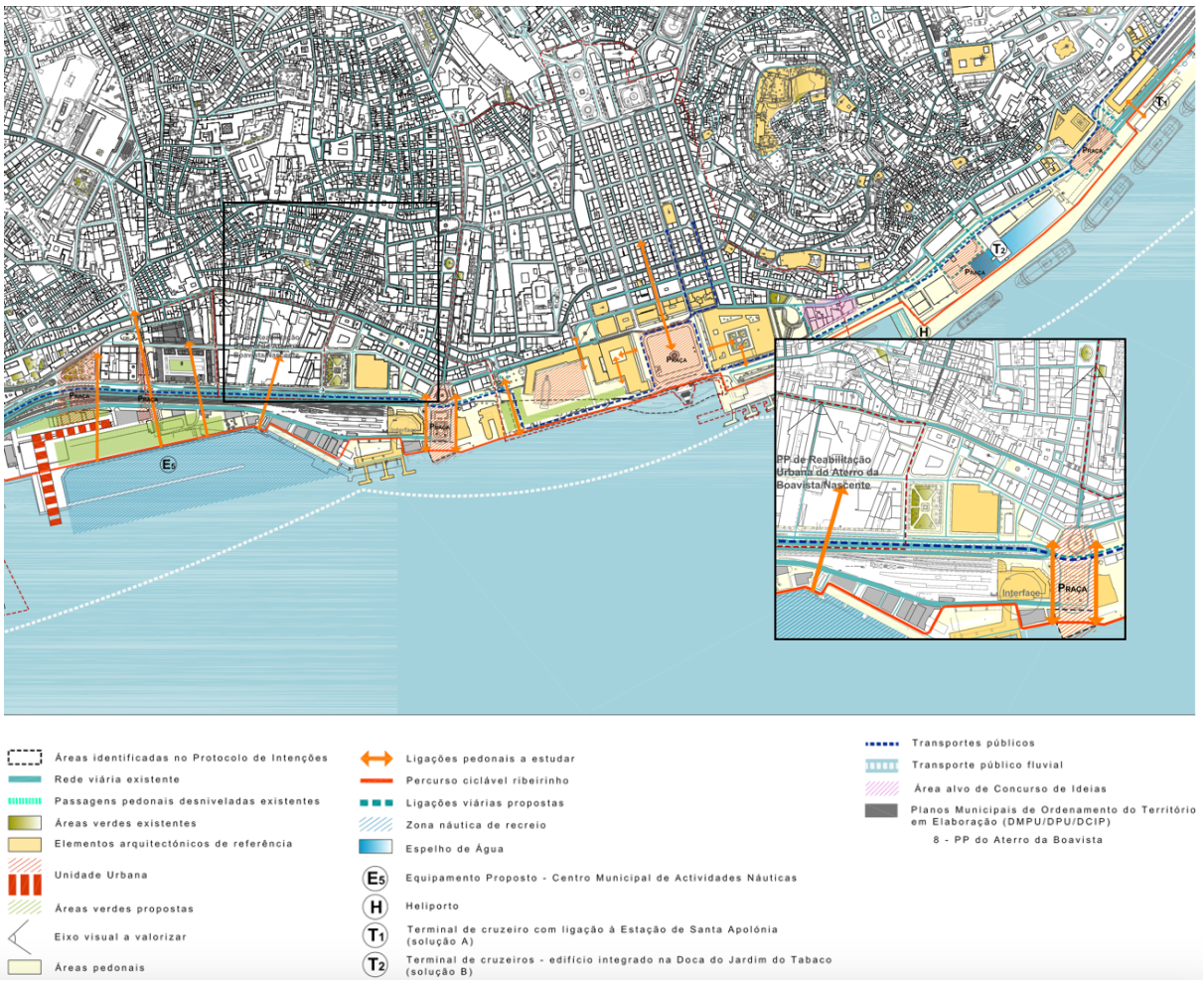


Fig. 2.6. Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha de Lisboa. Frente Ribeirinha de Lisboa | Santos / Santa Apolónia. Autor desconhecido, 2008 (fonte: https://www.lisboa.pt/fileadmin/portal/temas/urbanismo/planeamento_urbano/ft_ribeirinha/FR_Planta_PropostaSantosStaApolonia.pdf).

Com o intuito de compreender com maior profundidade os efeitos do turismo de massas na freguesia da Misericórdia, e em particular, na praça de São Paulo e na sua envolvente, destaca-se o projeto europeu SMARTDEST[44], iniciado em 2019. Este projeto analisa o impacto dos residentes temporários com elevado poder de compra na transformação dos usos comerciais na cidade de Lisboa (a freguesia selecionada no âmbito deste projeto foi a freguesia da Misericórdia), entre outras cidades, com a ajuda das comunidades locais. O estudo revelou uma

[44]Projeto de investigação financiado pela União Europeia, através do Programa Horizonte 2020 e cujo objetivo é desenvolver soluções inovadores face aos conflitos produzidos pelas mobilidades relacionadas com o turismo nas cidades: https://smartdest.eu/project/

redução significativa de cerca de 55% nos estabelecimentos comerciais tradicionais destinados à população envelhecida, como mercearias, cabeleireiros, drogarias, entre outros, substituídos por lojas de produtos biológicos e artesanais, restaurantes *gourmet* e *wine houses,* cuja presença aumentou em cerca de 50% em toda a freguesia, dirigidos a uma população com maior poder de compra. Esta transformação implicou, para os residentes mais antigos, não apenas a perda de serviços essenciais, mas também de espaços quotidianos de sociabilidade (Lobo, 2022, 5 de agosto).

Em 2020, com as restrições impostas pela pandemia Covid-19 e a forte quebra de receitas no setor do turismo, cerca 20% dos titulares ou gestores de AL, admitiram a possibilidade de transitar para o arrendamento de longa duração, 17% através de arrendamento a privados e 3% através de programas públicos de habitação, como o Programa de Renda Segura, entretanto descontinuado (Deliberação n.º 68/CM/2020). No entanto, a instabilidade legislativa e fiscal, aliada à falta de confiança na gestão pública destes programas, continuou a ser um obstáculo significativo à adoção de modelos de arrendamento mais estáveis. Segundo Martins, H. (2020, novembro), 46% dos proprietários de AL esperavam um retorno à normalidade já em 2021. A crise pandémica evidenciou, assim, a vulnerabilidade de estratégias urbanas excessivamente dependentes do turismo, ao demonstrar que modelos de revitalização assentes em dinâmicas externas ao território carecem de resiliência e estão particularmente expostos a "cisnes negros" (Taleb, 2018).

A análise da evolução das políticas públicas urbanas em Lisboa, e, em particular, da forma como o Estado tem promovido estratégias orientadas para a competitividade territorial e a atração de investimento, evidencia o papel estruturante do planeamento urbano na consolidação de diversas dinâmicas territoriais. Como demonstrado, o setor do turismo assumiu desde a década de 1950, uma posição central nestas estratégias, sendo encarado como motor privilegiado do crescimento económico, sustentado na valorização dos atributos naturais, culturais e simbólicos do território nacional, com especial incidência, nas últimas décadas, sobre a cidade de Lisboa. Contudo, os efeitos destas políticas revelam-se profundamente ambivalentes. Se, por um lado, contribuíram para a reabilitação do edificado, para a dinamização económica e para a projeção internacional da cidade, por outro, impulsionaram processos de gentrificação, turistificação, homogeneização e privatização dos espaços públicos, aprofundando desigualdades socioespaciais, deslocando populações residentes, alterando padrões de apropriação do espaço e induzindo novas formas de conflito urbano. O conflito, dantes eminentemente social e visível, assume hoje uma expressão mais difusa e associada a

territorialidade, manifestando-se nos comportamentos, nos usos e nas dinâmicas de exclusão sentidas nos espaços urbanos, em especial nos espaços públicos.

Adicionalmente, estas políticas facilitaram a introdução de novos estilos de vida urbanos, que em certos casos, comprometeram a autenticidade dos espaços e o direito de todos à cidade. Como afirmam Gravari-Barbas & Gainard (2017), "à medida que novas oportunidades e territórios vão sendo explorados e introduzidos na rede de lugares, para estar ou visitar, estes correm o risco de se transformarem e perderem a sua singularidade" (p. 14, tradução da autora)[45]. Esta transformação, frequentemente irreversível, pode implicar que "os residentes de longa duração [...] percam os recursos e os referenciais com que definem a sua vida quotidiana" (Cocola-Gant, 2018: 15, tradução da autora)[46]. Mesmo os residentes originais, que permanecem nos espaços afetados por estas dinâmicas, acabam por experienciar formas subtis de exclusão e segregação socioespacial (*Ibidem*).

Ainda que nem todas estas dinâmicas tenham sido diretamente impulsionadas pelo turismo, elas foram, em grande medida, consolidadas pela intervenção do Estado, quer através de políticas que apoiaram a privatização e concessão dos espaços públicos, bem como a gestão do espaço urbano de acordo com lógicas de mercado, quer através da implementação de incentivos fiscais, que permitiram a chegada de novas populações ao centro da cidade, levando a uma recomposição social do tecido urbano. Assim, estas transformações representam o reflexo direto de opções políticas que favoreceram determinados grupos em detrimento de uma abordagem integrada do território e da diversidade dos seus utilizadores. Lisboa tornou-se assim, refém de uma única lógica económica, centrada no turismo e vulnerável a acontecimentos externos, como ficou evidente durante a pandemia Covid-19.

Neste contexto, torna-se fundamental observar como estas dinâmicas se concretizam no território e se manifestam nas práticas quotidianas. É no plano empírico, nas formas de apropriação, nos conflitos de uso e nas novas territorialidades emergentes, que se revelam as implicações diretas das políticas públicas sobre os espaços públicos urbanos. A articulação entre o plano das decisões políticas e o plano empírico do quotidiano urbano, permite compreender como o espaço público se transforma simultaneamente em campo de regulação, disputa e resistência, onde se materializam tanto os efeitos do planeamento como as práticas sociais dos seus utilizadores. É neste sentido que o capítulo seguinte se centra na análise

[45]No original: "as new opportunities and territories are being explored and brought into the network of places to be or visit, they risk the transformation and loss of their uniqueness".
[46]No original: "long-term residents […] lose the resources and referends by which they define their everyday life".

empírica de dois casos de estudo, localizados em áreas sensíveis da cidade histórica de Lisboa e alvo de intensos processos de transformação urbana nas últimas duas décadas.

CAPíTULO 3
Casos de estudo

Após a análise das orientações estratégicas e dos efeitos das políticas públicas urbanas em Lisboa nas últimas décadas, este capítulo dedica-se a observar como essas dinâmicas se materializam no território urbano. Através da análise empírica de dois espaços públicos, a praça de São Paulo, o miradouro de Santa Catarina e as suas áreas envolventes, ambos situados na freguesia da Misericórdia, procura-se compreender como se inscrevem, nos usos diários do espaço, dinâmicas como a gentrificação, a homogeneização, a mercadorização, a privatização do espaço urbano público ou a turistificação. O objetivo desta abordagem é examinar de que modo essas dinâmicas se expressam nas formas de apropriação, convivência e conflito presentes nestes espaços, entendendo o espaço urbano público como palco privilegiado para manifestação das tensões urbanas. Estes espaços refletem não apenas as decisões de planeamento e gestão urbanas, mas também as práticas sociais e os mecanismos de exclusão e resistência que estruturam a vida urbana contemporânea.

Antes de avançar na análise empírica, importa clarificar o papel dos casos de estudo no conjunto da Tese: a sua função não foi a de sustentar as conclusões gerais, mas a de permitir observar, em situações concretas, manifestações das dinâmicas previamente identificadas na análise das políticas públicas. Assim, os casos servem sobretudo como terreno de exemplificação e aprofundamento, e não como base primária de produção das conclusões.

A seleção da praça de São Paulo e do miradouro de Santa Catarina como casos de estudo fundamenta-se nas suas especificidades territoriais e funcionais de apropriação territorial e na centralidade que ambos ocupam nas dinâmicas de transformação urbana observadas na freguesia da Misericórdia. A praça de São Paulo apresenta uma apropriação diversificada e contrastante entre os seus usos diurnos e noturnos, localizando-se num dos centros nevrálgicos da cidade, em articulação com a interface intermodal do Cais do Sodré (estação ferroviária, metropolitana e fluvial). Já o miradouro de Santa Catarina constitui um espaço que, desde finais do século XX, tem sido objeto de intensas disputas de uso e ocupação por diferentes grupos sociais, cujos interesses divergentes deram origem a conflitos socioespaciais significativos. Estas tensões trouxeram para o debate público questões como o direito à cidade e o livre acesso de todos aos espaços urbanos públicos de Lisboa.

A análise desenvolve-se a partir de uma caracterização histórica, morfológica, social e funcional de cada um dos espaços, contextualizando as suas transformações no quadro mais

vasto das políticas urbanas anteriormente discutidas. Para tal, foi construída uma grelha analítica (Quadro 3.1.), adaptada da proposta de (Moro, 2011), que permite a análise à escala do bairro (Lamas, 2007), com base nos seguintes tópicos:

1. A tipologia do espaço (praça, largo, parque, jardim, rua, etc.);
2. A acessibilidade funcional, onde se inclui a localização e a forma;
3. O uso do solo, onde se inserem as atividades e os equipamentos existentes;
4. O edificado limítrofe e as vistas obtidas a partir do espaço urbano escolhido.

Quadro 3.1. Caracterização do Espaço Urbano Público [fonte: Ana Cravinho, a partir de Moro (2011)].

<table>
<tr><th colspan="3">CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PÚBLICO</th></tr>
<tr><td>1. Tipologia do espaço</td><td>(praça, largo, parque, jardim, rua, etc.)</td><td>Fotografias</td></tr>
<tr><td rowspan="2">2. Acessibilidade</td><td>Localização</td><td rowspan="2">Planta/Fotografia aérea</td></tr>
<tr><td>Forma/ Dimensão</td></tr>
<tr><td rowspan="2">3. Uso do solo</td><td>Atividades</td><td></td></tr>
<tr><td>Equipamentos</td><td>Fotografias</td></tr>
<tr><td>4. Edificado limítrofe e Vistas</td><td colspan="2">Fotografias</td></tr>
</table>

Segue-se a demonstração e discussão de resultados empíricos, com base nos dados recolhidos durante o trabalho de campo. A abordagem metodológica adotada no trabalho de campo é de natureza qualitativa e combina diferentes técnicas: observação participante (com recurso a diário de campo gráfico), entrevistas, mapas de fluxos e mapas de apropriações espaciais. A ferramenta central desta análise é a matriz de indicadores do espaço urbano público (ver subcapítulo 1.4. Matriz de Indicadores do Espaço Urbano Público), construída a partir de contributos da arquitetura, do urbanismo e da sociologia, e organizada em quatro dimensões fundamentais: morfológica, funcional, ambiental e social (ver Metodologia).

Com esta abordagem, pretende-se identificar os fatores que contribuem para a inclusão ou exclusão socioespacial, os elementos que potenciam a convivência ou o conflito, e os modos como os utilizadores percebem, experienciam e transformam os espaços em análise. Assim, os dois casos de estudo funcionam como microterritórios, onde se observa, de forma concreta, a articulação entre as políticas públicas e os efeitos quotidianos da sua aplicação, revelando os contornos reais do direito à cidade em contextos de elevada pressão urbanística e transformação acelerada, bem como os desafios contemporâneos à preservação do espaço público como bem comum.

Neste contexto, este capítulo procura responder à seguinte questão central: **de que forma os espaços públicos analisados refletem os efeitos das políticas urbanas e das dinâmicas territoriais contemporâneas, e como estas se traduzem em formas de convivência, exclusão e conflito no quotidiano urbano?**

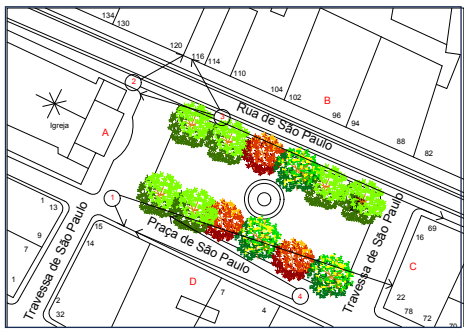
3.1. Praça de São Paulo - Análise histórica, morfológica, social e do edificado

A praça de São Paulo pertence à freguesia da Misericórdia, distrito de Lisboa e localiza-se próximo do Cais do Sodré, a sul do Bairro Alto e junto ao Mercado da Ribeira e *Time Out Market* Lisboa, próximo da estação ferroviária do Cais do Sodré e do ascensor da Bica. Delimitada atualmente por edifícios comerciais, de hotelaria e restauração, habitacionais, de serviços (alguns abandonados ou devolutos) e um edifício de cariz religioso - a igreja de São Paulo, a praça de São Paulo e a sua envolvente, apresenta-se como um espaço onde novas lógicas de uso e apropriação são realçadas pela proximidade com o boémio Bairro Alto e o coração do Cais do Sodré.

A zona é constituída maioritariamente por edifícios pombalinos (Quadro 3.2.) construídos após o terramoto de 1755 e que, ao longo do tempo foram sofrendo alterações, sobretudo ao nível do piso térreo e da cobertura, mas que, apesar das heterogeneidades, se apresentam como um conjunto urbano com alguma unidade e harmonia (Cordeiro & Garcia, 1993). A igreja de São Paulo abre-se para a praça, integrando-se nesta e surgindo como um núcleo ordenador do espaço circundante. Os edifícios pombalinos erguem-se a norte, a sul e a oriente, ficando a igreja na face ocidental da praça.

O desenho arquitetónico da praça de São Paulo e da sua envolvente remetem-nos para o nascimento da nova Lisboa de Pombal - zona onde se estabeleceram sedes de empresas de navegação e local privilegiado de venda de produtos frescos que abasteceram toda a cidade: "As fachadas decoradas, vestígios de uma certa indústria urbana, sucedem-se em decorações de azulejos oitocentistas ou ferros 'arte nova', a adivinhar casas de comércio, algumas ainda em actividade." (*Ibidem*, p. 30).

Quadro 3.2. Caracterização do Espaço Urbano Público - praça de São Paulo [fonte: Ana Cravinho, a partir de Moro (2011)].

<table>
<tr><th colspan="2">CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PÚBLICO - praça de São Paulo</th></tr>
<tr><td>1. Tipologia do espaço
Praça de planta retangular</td><td rowspan="2"> 
</td></tr>
<tr><td>2. Acessibilidade
Rua de São Paulo
Tv. de São Paulo
Tv. Ribeira Nova
Tv. do Carvalho</td></tr>
<tr><td>3. Uso do solo
Atividades: Repouso, consumo de bebidas, alimentos e substâncias elícitas, feiras, esplanadas, pessoas em situação de sem-abrigo e conversação.
Equipamentos: Paragem de autocarro, quiosque de restauração, fonte.</td><td> 
1 - Paragem de autocarro. 2 - Quiosque de restauração.</td></tr>
<tr><td>4. Edificado limítrofe e Vistas
A - Igreja de São Paulo.
B - Edifícios com piso térreo de uso comercial e pisos superiores de uso habitacional.
C - Edifício com piso térreo de uso comercial e pisos superiores de uso habitacional.
D - Edifício integralmente devoluto.
</td><td>A  B 
C  D 
1  2 
3  4 </td></tr>
</table>

O núcleo urbano de configuração pombalina, surge-nos como um conjunto citadino homogéneo, regular, funcional e enquadrado por edifícios de características arquitetónicas idênticas e de desenho sóbrio: "A Praça de São Paulo com a igreja virada a nascente, constitui, sob o ponto de vista patrimonial e arquitectónico, um dos mais belos e homogéneos exemplos da arquitectura pombalina." (*Ibidem*).

Antes da criação da freguesia da Misericórdia em 2012 (Lei n.º 56/2012), a praça de São Paulo pertencia à freguesia de São Paulo (Fig. 3.1.), extinta no mesmo ano e criada originalmente entre 1566 e 1568 por carta régia do Cardeal D. Henrique, com sede na Paróquia de São Paulo (Ribeiro, 2002: 10). Nos séculos XVI e XVII, verifica-se uma maior afluência e fixação de populações a esta freguesia. O sítio de São Paulo era descrito como: "maioritariamente constituído por uma população ligada às actividades marítimas." (*Ibidem*) e a praça de São Paulo possuía barracas fixas e rolantes com propósitos comerciais (Araújo, 1938). O nome da praça de São Paulo deriva da igreja localizada no mesmo local, e com o mesmo nome, cuja construção data, provavelmente, de 1412 (Ribeiro, *Ibidem*).

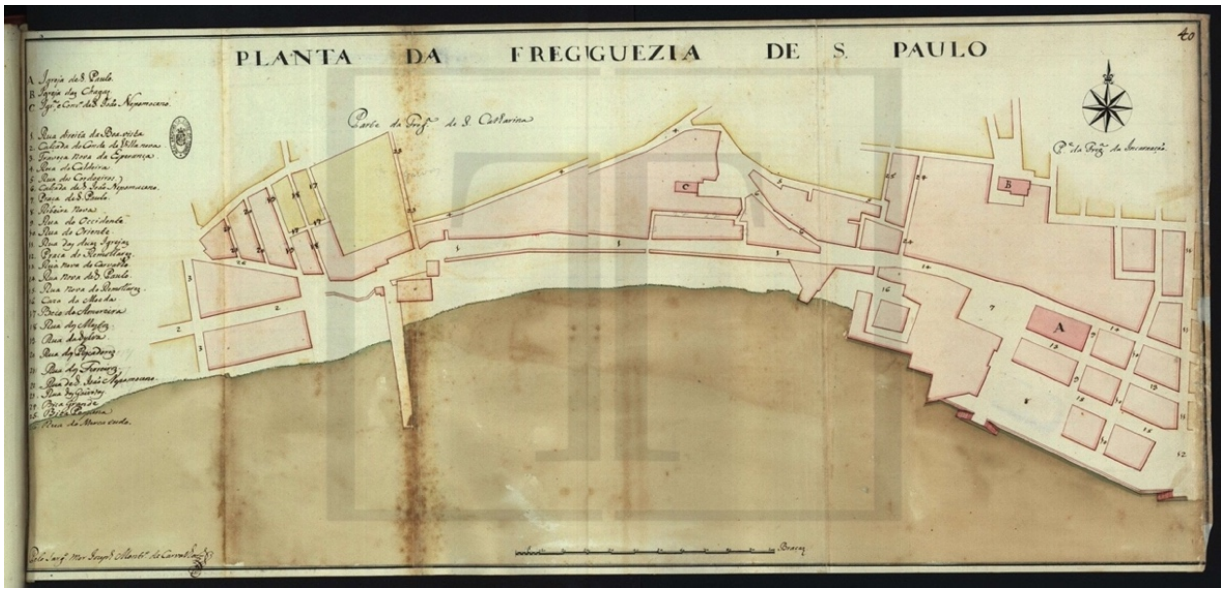


Fig. 3.1. Planta da Freguesia de S. Paulo: A - Igreja de São Paulo, na sua localização e orientação originais, Sargento-mor José Monteiro de Carvalho, s. d. [fonte: Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa (1756? - 1768?), Torre do Tombo].

A atividade marítima e comercial é referida precocemente, neste local geográfico, como relevante. Desde os Fenícios, seguidamente os gregos e cartagineses e mais tarde os romanos, que Lisboa assumiu a sua primazia como "um porto bem situado sobre as rotas atlânticas" (Matos, 2008: 103). Posteriormente com a ocupação muçulmana da Península Ibérica, a "intensa actividade comercial desenvolveu a cidade [de Lisboa], permitindo um grande

movimento marítimo, favorecendo as trocas de produtos com os povos do Mediterrâneo e do Oriente." (Agostinho, 2013: 56).

O aumento de tráfego marítimo deu origem ao desenvolvimento da área portuária e à criação de vários cais, nomeadamente de Santos, Ribeira, Conceição Velha, Tojo e Enxobregas. Até ao final do século XV, a sul do cais da Oira (cuja localização seria próxima da atual rua do Arsenal), apenas existiam praias cujo objetivo seria trazer as naus para terra (*Ibidem*). Existem registos históricos que indicam que São Paulo, assim como Remolares, "Ribeira Nova, Boa Vista, foram tudo praias ribeirinhas que acabaram por dar - na conquista do rio - o que principiou por se chamar genericamente o Atêrro, designação extensiva que depois se formalizou em Avenida 24 de Julho" (Araújo, 1938: 59), cuja construção foi iniciada em 1855. Citando o mesmo autor (*Ibidem*), São Paulo, em 1550, "não constava como freguesia, existia como formigueiro de mareantes" (*Ibidem*, p. 39).

De acordo com o historiador Carlos Caetano (2004), a frente ribeirinha da cidade de Lisboa é alvo de inúmeras transformações durante o período da expansão marítima portuguesa, sobretudo com o poder real a impedir, em 1498, doações de terrenos na Ribeira, "os espaços não edificados serão reservados para a instalação dos equipamentos indispensáveis à organização das viagens marítimas" (*Ibidem*, p. 131). Mais tarde, em 1502, com o objetivo de alocar terrenos, "para a serventia da cidade, com especial incidência, no contexto da expansão marítima." (Agostinho, 2013: 340), D. Manuel doa à cidade vários terrenos deste o Cais do Sodré até à Ribeira. O sítio de São Paulo é posteriormente referido na literatura de viagens dos séculos XVII e XVIII, como local de referência para os comerciantes estrangeiros estabelecidos em Lisboa e para uma população ligada às atividades marítimas, inicialmente pescadores e posteriormente, uma burguesia com interesses no comércio de longa distância (Araújo, 1938).

Após o terramoto de 1755, que destruiu parte desta zona ribeirinha, incluindo a igreja de São Paulo: "O incêndio veio completar a ruina: as chammas abrangiam um espaço immenso, começando na egreja de San-Paulo" (Oliveira, 1908: 150), determinou-se que a reconstrução da igreja seguiria uma orientação e localização diferentes das originais. Inicialmente, a igreja estaria localizada onde hoje é a praça de São Paulo e a fachada principal encontrava-se orientada "para a Barra [Poente], isto é: possuía uma orientação diversa da de hoje" (Araújo, 1938: 60) (Fig. 3.2.).



Fig. 3.2. Painel "Grande Panorama de Lisboa" (pormenor). Em primeiro plano visualiza-se a igreja se São Paulo na sua localização e orientação originais, autor desconhecido, c. 1618-99 (fonte: Ana Cravinho, a partir do original localizado no Museu Nacional do Azulejo).

A obra foi iniciada pelo Arquiteto Remígio Abreu, arquiteto do Senado Municipal e assistente de Eugénio dos Santos, de acordo com o estilo pombalino (estilo arquitetónico promovido e supervisionado por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal) e com a fachada principal virada a Nascente, como se pode ver atualmente (Almeida, 1975) (Figs. 3.3. e 3.4.). A destruição de parte desta zona ribeirinha e da igreja de São Paulo, permitiu construir, numa visão iluminista, um desenho de praça, onde volumes construídos e fachadas que definem ruas e quarteirões, são indissociáveis "da sua vivência urbana, que flui em consonância com a organização interior do lote e os seus usos […] [pressupondo] uma noção clara de um projecto baseado num ideal de Cidade, no seu significado mais profundo e abrangente." (Santos, 2005: 20). A propósito, França (1987), menciona que a reconstrução de Lisboa é sobretudo, um fenómeno urbanístico:

> "os edifícios subordinam-se ao efeito de conjunto da malha urbana que os espaços exteriores definem em sua estruturação, relação e articulação viária, e não se poderá individualizá-los esteticamente esquecendo ou pondo de lado a sua razão de ser." (*Ibidem,* p. 173)

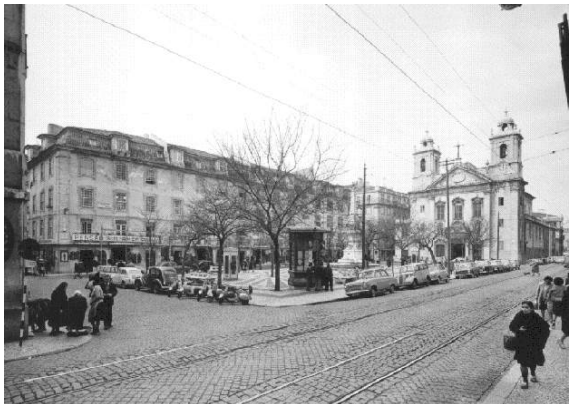




Fig. 3.3. Praça de São Paulo no início do século XX, Armando Maia Serôdio, s.d. (fonte: Arquivo Fotográfico da CML). **Fig. 3.4.** Praça de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, dezembro de 2018).

A praça de São Paulo, bem como o seu chafariz, apenas foram edificados no séc. XIX, apesar de já integrarem o projeto inicial de Marquês de Pombal. O chafariz, em forma de obelisco, é inaugurado a 29 de Outubro de 1849, iniciando o fornecimento de água no ano seguinte e decidindo-se, alguns meses depois, que "a bica do lado da frontaria da igreja servisse apenas a "gente do mar", e isto atesta o carácter marítimo do bairro." (Araújo, 1938: 61). A construção do chafariz é feita com base no projeto setecentista do Arquiteto Reinaldo dos Santos e com adaptação ao gosto da época pelo Arquiteto Malaquias Ferreira Leal. A praça é calcetada, no mesmo ano em que o chafariz é inaugurado, seguindo o modelo pombalino, permanecendo arquitetonicamente inalterada até aos dias de hoje (*Ibidem*).

Seguindo a lógica da reconstrução pombalina, no século XIX, a praça de São Paulo e a sua envolvente são edificadas de forma planeada, numa visão iluminista, que se espelha na racionalidade do traçado e onde o espaço público surge organizado de forma a articular função e representação (Ochoa, 2003). No Plano Pombalino, o quarteirão é a entidade geradora, definido pelo desenho em quadrícula das ruas (Santos, 2005). A praça de São Paulo assume-se como espaço público por excelência, com a função de organizar a malha urbana e as atividades humanas inerentes, permitindo a reunião entre crentes que se deslocavam à igreja de São Paulo, e residentes, que se abasteciam de água, no chafariz. Apesar da inexistência de mobiliário urbano que estimulasse a permanência no local, a presença de alguns quiosques de cariz comercial e os degraus do chafariz, potenciavam a presença constante de indivíduos (Figs. 3.5. e 3.6.).





Fig. 3.5. Praça de São Paulo no final do século XIX e início do século XX, autor desconhecido, entre 1885 e 1910 (fonte: Arquivo Fotográfico da CML). **Fig. 3.6**. Praça de São Paulo no final do século XIX e início do século XX, Joshua Benoliel, 1907 (fonte: Arquivo Fotográfico da CML).

A praça desenvolve-se segundo: "um retângulo com o eixo maior nascente-poente, [que] é aberto nos ângulos e está limitado a norte pela rua do mesmo nome, a ocidente pela igreja e nas restantes faces por construções pombalinas." (Almeida, 1975: 16). A praça possui algumas árvores que a delimitam, conferindo ao espaço zonas de ensombramento permitindo uma leitura expressiva e viva que contrasta com a sobriedade e rigidez de todo o edificado pombalino presente. As fachadas dos edifícios limítrofes, à praça e de acordo com a classificação de José-Augusto França (1987), são do tipo A (Figs. 3.7. a 3.10.) e do tipo B (Figs. 3.11. e 3.12.). De acordo com o autor (*Ibidem*), nas fachadas do tipo A, destinadas sobretudo às ruas principais, as vergas de cantaria das janelas de sacada e das janelas de peito são recortadas, e as do terceiro andar possuem uma pedra de fecho ligada a uma cornija; as ombreiras das janelas de peito ultrapassam o nível dos peitoris de modo a simular mísulas; as sacadas são ligadas por um rodapé baixo, tal como os portais, que dispõem de bandeiras; as águas furtadas são decoradas com pequenas curvas que atenuam os ângulos retos da fachada. Nas fachadas do tipo B, o autor (I*bidem*), afirma que as vergas já não são recortadas, a pedra de fecho e pequenas aletas das águas-furtadas, desaparecem. As varandas do primeiro piso não possuem faixa ao longo da fachada. Os edifícios da praça de São Paulo assumem o modelo dos edifícios pombalinos, onde, com o objetivo de serem utilizados como investimento financeiro, o piso térreo destinava-se a lojas e os andares superiores a habitação.





Fig. 3.7. Vista para a rua de São Paulo a partir da igreja de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

Fig. 3.8. Perfil da rua de São Paulo, onde podemos ver fachadas do tipo A (*Ibidem*) (fonte: Ana Cravinho, a partir de fotografias e peças desenhadas do AHML).

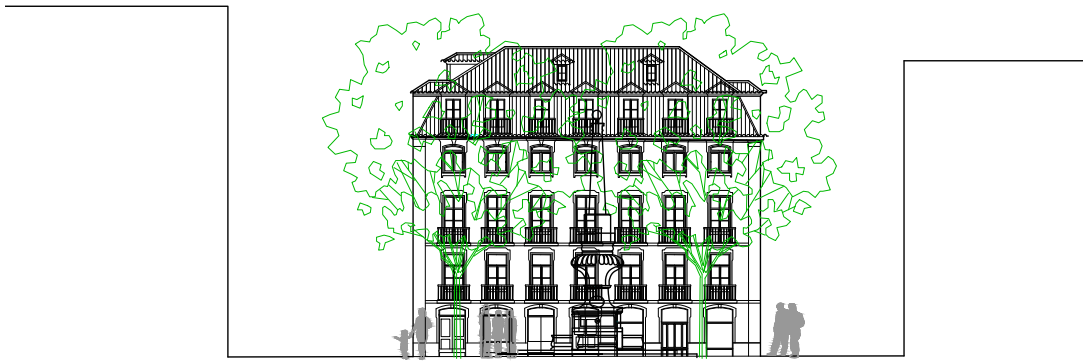




Fig. 3.9. Perfil da praça de São Paulo, onde podemos observar fachadas do tipo A (*Ibidem*) (fonte: Ana Cravinho, a partir de fotografias e peças desenhadas do AHML). **Fig. 3.10.** Vista para a Travessa de São Paulo a partir da igreja de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

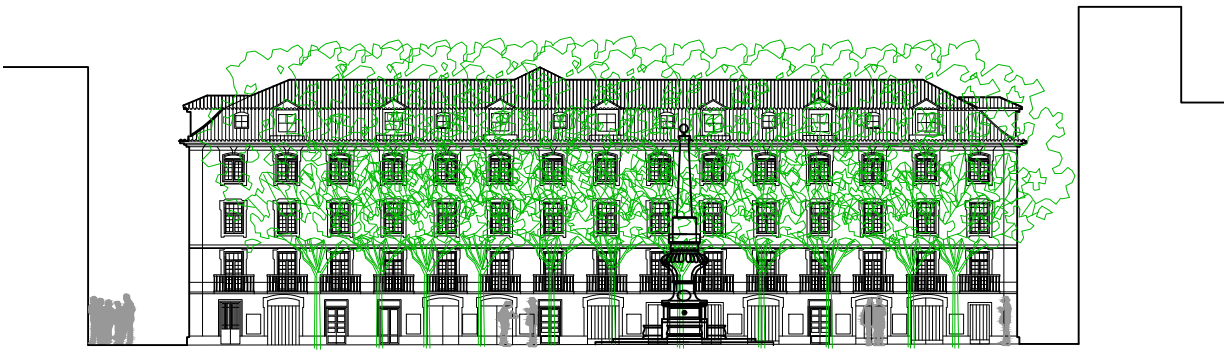




Fig. 3.11. Vista para a praça de São Paulo a partir da rua de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).
Fig. 3.12. Perfil da praça de São Paulo, onde podemos ver fachadas do tipo B (*Ibidem*) (fonte: Ana Cravinho, a partir de fotografias e peças desenhadas do AHML).

Como descrito por Carvalho (2006, 3 de dezembro), se há exemplo que poderá ilustrar "a essência urbana do conceito original pombalino nada poderia servir melhor esse objectivo do que o Largo de São Paulo." (*Ibidem*, p. 62). Também Sottomayor (2002, 18 de maio), partilha o mesmo pensamento: "Fora da Baixa, o sítio pombalino por excelência é a praça de São Paulo" (*Ibidem*). Esta presunção, não é de todo peculiar, o Marquês de Pombal detinha grandes interesses na zona e a sua família possuía várias casas e terrenos na envolvente da praça de São Paulo, esta foi, aliás, uma das razões para o próprio ter assumido um elevado protagonismo na condução da reconstrução deste troço de cidade.

A progressiva industrialização da beira-rio, sobretudo depois de 1855, com a materialização do Aterro da Boavista, bem como a construção de infraestruturas viárias, resultaram no abandono desta zona da cidade, por parte da aristocracia, cujos edifícios que detinham, foram convertidos, posteriormente, em escolas, oficinas, ou habitação para uma população de fracos recursos económicos. A construção do aterro transformou "o bairro, outrora periférico, no mais importante bairro industrial de Lisboa" (Agostinho, 2013: 126). De acordo com Custódio (1994), aos estabelecimentos existentes de características fabris ligados

às indústrias dos metais, marítima e da construção naval, juntaram-se fábricas especializadas do setor metalúrgico e serralharia mecânica.

Analisando a evolução morfológica da praça de São Paulo e da sua envolvente, à escala do bairro, a partir da dimensão urbana (Lamas, 2007), desde antes do terramoto de 1755, altura em que parte desta zona ribeirinha e a igreja de São Paulo foram destruídas, até aos dias de hoje, as diferenças são substanciais (Figs. 3.13. a 3.16.). O terramoto de 1755 condicionou a morfologia de toda esta zona da cidade, substituindo uma malha urbana medieval, mais densa e condicionada por ruas estreitas de difícil acesso e circulação (Pardal, 2005) (Fig. 3.13.), por uma planta ortogonal, de traçado geométrico, de ruas direitas e perpendiculares entre si, que permaneceu inalterável até aos dias de hoje (Figs. 3.14. a 3.16.).

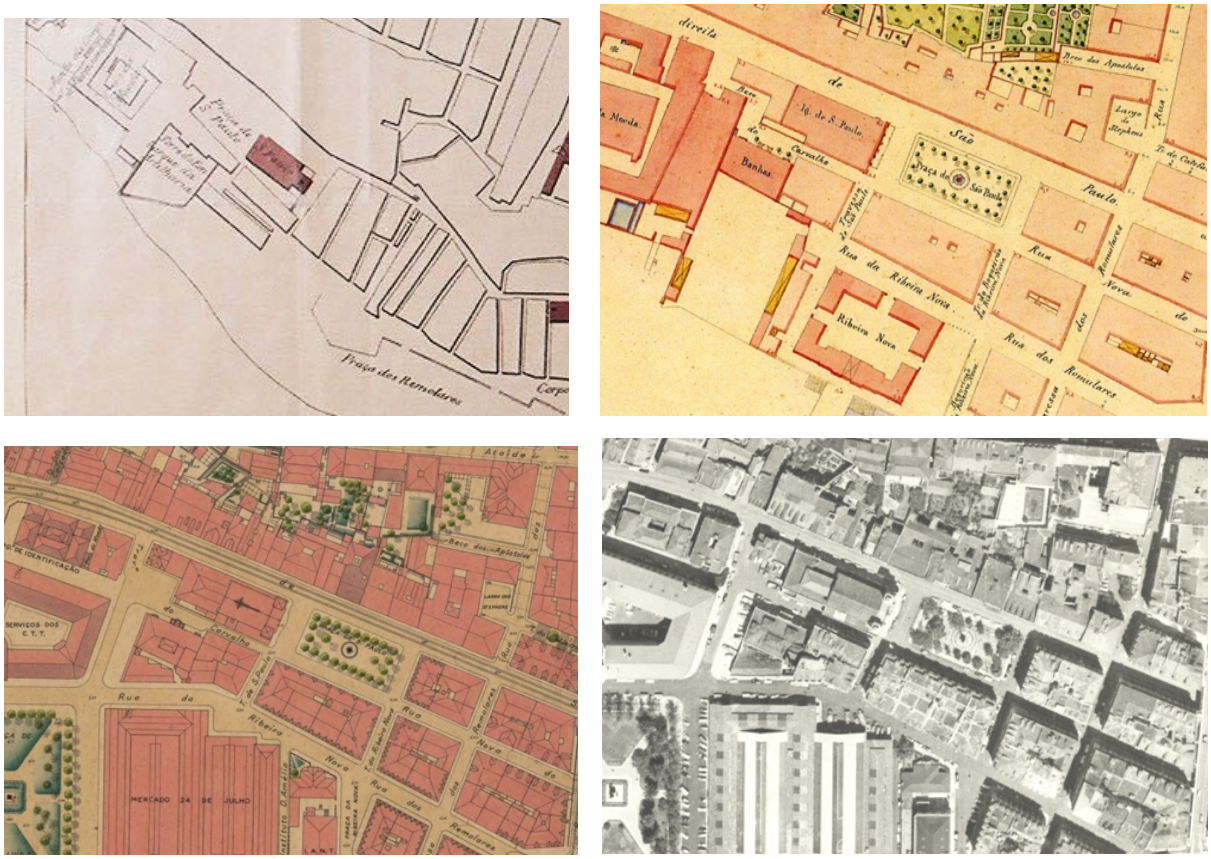


Fig. 3.13. Planta da Parte Principal de Lisboa antes do terramoto de 1755 (pormenor). A castanho, os "Edifícios que ficaram destruidos ou quasi destruídos", autor desconhecido, s.d. (fonte: Revista de Obras Públicas e Minas, GEO). **Fig. 3.14.** Planta da cidade de Lisboa (pormenor), Eng. Silva Pinto e Alberto Sá Correia, Março de 1856 [fonte: Levantamento de Silva Pinto (1904-1911), GEO]. **Fig. 3.15.** Planta da cidade de Lisboa (pormenor), autor desconhecido, 1954 (fonte: Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico e Cadastral em 1954, GEO).
Fig. 3.16. Fotografia da vista aérea da praça de São Paulo e da sua envolvente (pormenor), autor desconhecido, s.d. (fonte: GEO).

Tendo por base os registos dos recenseamentos da população, fornecidos pelo INE é possível aferir que a freguesia de São Paulo desde 1878 até 1940 viu crescer a sua população residente, tendência contrariada a partir de 1940, altura em que perderam parte da sua população para os subúrbios da cidade (Cordeiro & Garcia, 1993). De acordo com os mesmos autores, em 1950, no entanto, a freguesia apresentou um crescimento substancial da sua população residente, devido sobretudo: "ao alargamento dos limites da freguesia de S. Paulo, que passou a incluir todo o Bairro da Bica." (*Ibidem,* p. 25). Ainda estes autores, referem que a distribuição da população, "pelo território desta freguesia é bastante desigual, concentrada na sua parte norte […] havendo grandes vazios em toda a área sul." (*Ibidem*).

Relativamente à caracterização socioprofissional e tendo por base os recenseamentos de 1981, a população no território era descrita como bastante homogénea, "baseada numa grande maioria de marítimos de um passado recente" (Cordeiro & Garcia, 1993: 26). A vida social nesta freguesia, era no entanto bastante coesa e rica e a rua utilizada como "local preferencial de convívio e vivências colectivas." (*Ibidem*). Ainda segundo Cordeiro & Garcia (*Ibidem*), também a caracterização sociocultural era uniforme, devido, essencialmente: ao grau de formação da população residente, uma grande proporção de habitantes não possuía a instrução primária e outra apenas detinha este grau; à empregabilidade da população ativa, que estaria sobretudo concentrada em funções pouco qualificadas do setor terciário, como indústria hoteleira, pequeno comércio, transportes e serviço doméstico e o elevado índice de população envelhecida, cerca de 20% teria mais de 65 anos de idade. De acordo com dados dos Censos entre 2001 e 2021 (INE, julho, 2020 & INE, julho, 2023), esta situação manteve-se até aos dias de hoje.

Em meados do século XX, a cidade de Lisboa foi fortemente urbanizada, devido, sobretudo, ao final da Segunda Grande Guerra, à industrialização da cidade e ao êxodo rural, no entanto, nesta zona da cidade, em particular, foram poucas as populações que se fixaram. De facto, a partir da década de 1940, a diminuição da população residente na freguesia de São Paulo é bastante expressiva, tendência que se manteve até aos dias de hoje (INE, julho, 2023), à exceção da década de 1950, devido ao alargamento dos limites da freguesia (Cordeiro & Garcia, *Ibidem*):

> "A degradação da zona ribeirinha, bem visível nesta freguesia com todo o seu conjunto arquitectónico industrial-urbano que alimentou muita mão-de-obra e que hoje apenas constitui um testemunho patrimonial a preservar, associada a um parque habitacional bastante antigo e também ele degradado constituem dois factores importantes na diminuição da população desta freguesia." (p. 26)

Esta era uma zona onde predominavam as lojas especializadas em navegação, equipamento de pesca, ferragens e fardas, bem como bares, que acolhiam os marinheiros que desembarcavam em Lisboa (Souza, 2000, 4 de setembro). Em 1975, a praça de São Paulo era descrita como estando situada: "em zona de intensa actividade comercial" (Almeida, 1975: 16) e a rua de São Paulo, bem como a rua da Boavista, eram conhecidas como ruas profissionais:

> "Lâmpadas e parafusos de todas as formas, feitios e tamanhos poderão estar disponíveis noutros lugares da cidade; mas ali não falta nenhum deles, nem a mais mestiriosa das porcas. […] As ruas da Boavista e de S. Paulo são território de um mundo de ferramentas, aliás explicíto no néon de uma das muitas portas onde os clientes trocam impressões em vez de se atropelarem, e onde os saldos não fazem sentido." (Souza, *Ibidem*)

Sobre a praça de São Paulo, o mesmo autor acrescenta:

> "trolhas e cozinheiros, chefes de mesa ou grumetes, bombeiros e outros trabalhadores […] Umas luvas de borracha, uma capa para proteger da chuva ou o mais inútil avental que faz de uma criada um exemplo de fino gosto - de tudo se encontra numa das cinco ou seis lojas quase porta com porta que ali nasceram." (*Ibidem*)

Até perto da década de 1970, esta área da cidade, manteve igualmente, um carácter ligado à marginalidade, associado a espaços de convívio que promoviam a prostituição e transgressão, iniciando um processo de degradação e de redução gradual da sua atividade económica (Nofre, 2013). No início dos anos 1980, a estes estabelecimentos juntaram-se discotecas, dirigidas a um público nacional, mais jovem e alternativo, apostando no consumo do *vintage* e do boémio como forma de distinção social (*Ibidem*), tornando a praça de São Paulo e todo o Cais do Sodré "dos tempos de marinheiros e cabarés, dos conflitos e das rixas [em] palco de manifestações de natureza cultural […] e com uma população de frequentadores de nível social, etário e especialmente cultural, muito diferente daquele que eram nos anos 60 e 70" (Monteiro, M., 2018: 57).

No início do século XXI, e também devido à implementação de políticas urbanas de apoio ao turismo e lazer (ver Capítulo 2. Evolução das Políticas Públicas na cidade de Lisboa), surgiram na praça de São Paulo e em todo o Cais do Sodré, inúmeros espaços de restauração e animação, posicionando esta área como um núcleo de animação noturna da cidade. Muitos espaços pré-existentes, anteriormente alocados à prostituição, ou às atividades marítimas adaptaram-se às novas tendências e formas de consumo, convertendo o Cais do Sodré e a sua envolvente num lugar "obrigatório de passagem e fruição da noite lisboeta, nomeadamente por turistas e estudantes estrangeiros." (*Ibidem*, p. 58). O aumento do turismo teve como consequência direta, um aumento da reabilitação e/ou adaptação de edifícios com fins turísticos

- espaços comerciais, hotéis, alojamentos de curta duração, restaurantes e atividades noturnas, bem como a deslocação dos residentes locais, sobretudo os com menor poder aquisitivo, dando lugar a processos de gentrificação, exclusão e segregação socioespacial (Cravinho & Madeira da Silva, 2021). Em 2010, a freguesia da Misericórdia possuía 13 estabelecimentos de AL, em 2020 eram já 3.647 (TravelBI, 2020, dezembro). Este incremento espelha, a importância e influência que o turismo teve nos processos de gentrificação em toda a freguesia da Misericórdia.

Apesar da tendência crescente da perda de residentes nesta área da cidade, evidenciada por inúmeros edifícios devolutos, como o quarteirão contíguo à praça de São Paulo (Fig. 3.17.), que se encontra integralmente vazio e pelo edifício ocupado pelo supermercado Minipreço (Fig. 3.18.), no início do século XXI, observaram-se novos fluxos territoriais, com a chegada à freguesia de novas populações, que atenuaram esta tendência (Cravinho & Madeira da Silva, 2021).





Fig. 3.17. Quarteirão contíguo à praça de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, dezembro de 2018). **Fig. 3.18**. Edifício contíguo à praça de São Paulo, parcialmente devoluto (fonte: Ana Cravinho, dezembro de 2018).

Entre estas populações recém-chegadas, destacam-se os estudantes estrangeiros, populações migrantes e populações jovens, com gostos requintados e que impregnam no território transformações culturais e socioeconómicas, estas últimas refletidas nas modificações comerciais observadas na freguesia e descritas por Teresa Barata Salgueiro (1992: 400), como "um movimento particular de invasão dos bairros antigos por comércio e serviços de tipo sofisticado (artesanato, antiguidades, moda, artigos raros, restaurantes, bares e discotecas)". Na proximidade da praça de São Paulo destacam-se os restaurantes étnicos e *gourmet,* algumas lojas de roupa sofisticada e uma loja de decoração (Figs. 3.19. a 3.21.).







Fig. 3.19. Rua de São Paulo n.º 65, Loja de roupa *Musi,* inaugurada em 2023 (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.20**. Rua de São Paulo n.º 98 - 102, Loja de Decoração Branco sobre Branco, inaugurada em 2000 (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.21**. Rua de São Paulo n.º 102, Loja de roupa portuguesa *Fairly* Normal, inaugurada em 2022 (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

A esta substituição comercial acresce a apropriação do espaço urbano público para atividades comerciais (Figs. 3.22. e 3.23.), o que se traduz na eliminação de espaços de encontro para residentes e à consequente perda de áreas de socialização, que são centrais para a vida em comunidade (Cravinho & Madeira da Silva, 2021). A apropriação do espaço urbano público por parte destes estabelecimentos é também uma forma de privatização e mercadorização do espaço urbano público (ver Capítulo 1. Contributos Teóricos - Revisão da Bibliografia), onde apenas quem consome pode usufruir do espaço. Ainda sobre a substituição comercial que ocorreu na proximidade da praça de São Paulo, ver o Anexo A2. "Evolução dos usos comerciais e/ou serviços na envolvente da praça de São Paulo, desde o início do século XX até ao presente".





Fig. 3.22. Praça de São Paulo. Apropriação do espaço urbano público por esplanadas de estabelecimentos de restauração (fonte: Ana Cravinho, dezembro de 2018). **Fig. 3.23**. Rua de São Paulo. Apropriação do espaço urbano público por esplanadas de estabelecimentos de restauração (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

Numa breve análise, verifica-se que até ao final do século XX, o vestuário, calçado e têxteis eram as atividades económicas mais relevantes, assim como os estabelecimentos de restauração e bebidas (ver Anexo A2. Evolução dos usos comerciais e/ou serviços na envolvente da praça de São Paulo, desde o início do século XX até ao presente). Apesar da praça de São Paulo e da sua envolvente, em 1975, serem descritas como uma zona de atividade comercial efervescente (Almeida, 1975; Souza, 2000, 4 de setembro) nada faria antever, que no final do século XX, iria sucumbir aos processos de gentrificação, exclusão e segregação socioespacial, materializados pela perda de comércio e serviços tradicionais de bens pessoais e domésticos, e ao aumento de comércio ligado ao setor do turismo. No entanto, em 1991, a freguesia de São Paulo, manteve a sua tipologia funcional de área de emprego, com 38,59 empresas/1000 habitantes, com um contributo de 2,39% para o total da freguesia (CML, 1992). Hoje, muitos dos edifícios cujo R/C que possuíam usos comerciais e/ou de serviços, encontram-se devolutos, sendo os estabelecimentos de restauração, os de maior vulto no território.

Analisando os resultados dos últimos dois Censos realizados na cidade de Lisboa, 2011 e 2021, bem como os ortofotomapas de secção e subsecções referentes à praça de São Paulo e quarteirões contíguos, para uma análise micro (ver Anexo A1. Leitura de ortofotomapas de secção e subsecção da praça de São Paulo, 2011 e 2021), comprova-se a contínua perda de população residente nos edifícios localizados na proximidade da praça de São Paulo e o seu carácter residencial. Evidenciam-se as classes etárias entre os 25 e os 64 anos de idade como as dominantes na população residente (INE, julho, 2023). A existência de alojamentos vagos e/ou devolutos (ou de residência secundária) começa a adquirir alguma relevância no lugar, objeto de estudo. Dos 66 alojamentos vagos, indicados nos Censos 2011, acrescem à data de 2021, mais 20 alojamentos. Esta análise, demonstra que este local, a praça de São Paulo e a sua

envolvente, são o reflexo do que se passa por toda a freguesia da Misericórdia, a perda progressiva de população residente e o aumento significativo de alojamentos vagos e/ou devolutos (*Ibidem*).

Depois de Março de 2020, no entanto, com a pandemia Covid-19, o cenário anteriormente descrito modificou-se, e assistiu-se a um esvaziamento dos espaços públicos durante cerca de dois anos, consequência direta do confinamento imposto pelo Estado (Figs. 3.24. e 3.25.). A praça de São Paulo e a sua envolvente, espaços anteriormente densamente ocupados por turistas e populações flutuantes, irromperam num silêncio, apenas interrompido pontualmente pelos poucos residentes que persistiram e pelos comerciantes que, numa tentativa de minimizar perdas, permaneceram em funcionamento.

Após o final do primeiro confinamento, no início de Maio de 2020, e com a estabilização da situação pandémica e a oportunidade de recuperar alguma da liberdade perdida, os espaços públicos, neste novo contexto, adquiriram uma nova função, "uma vez que se tornam espaços de excelência para as mesmas atividades em novas coreografias sociais que evitam o contágio." (Monteiro, E., 2020: 287). A praça de São Paulo e a sua envolvente, zonas de poucos residentes e cujo comércio era e é, sobretudo, dirigido aos turistas manteve o silêncio por mais algum tempo. Apenas alguns estabelecimentos comerciais abriram em resposta à procura de alguns utilizadores nacionais, principalmente jovens, ávidos por uma normalidade, os residentes, sobretudo idosos optaram por permanecer em casa, e proteger-se das multidões. Assim, o recurso ao comércio de proximidade adquiriu uma nova importância: "Com os consumidores em casa e restrições às deslocações, as pessoas optaram por fazer as suas compras na proximidade da residência." (Barata Salgueiro, 2020: 117).





Fig. 3.24. Praça de São Paulo e sua envolvente, durante a pandemia Covid-19 (fonte: Ana Cravinho, março de 2020). **Fig. 3.25.** Vista da praça de São Paulo para a rua Cor-de-Rosa, durante a pandemia Covid-19 (fonte: Ana Cravinho, março de 2020).

Presentemente, apesar do crescimento do turismo para números que ultrapassam os do período pré-pandemia, novos usos e comportamentos emergiram e cresceram durante o período de confinamento, como a prática de exercício físico, o contacto com a natureza, o recurso ao comércio de proximidade e a (re)apropriação e usufruto de espaços urbanos públicos (Figs. 3.26. e 3.27.).





Fig. 3.26. Praça de São Paulo e sua envolvente, após a pandemia Covid-19 (fonte: Ana Cravinho, abril de 2023).
Fig. 3.27. Praça de São Paulo. Vista da rua de São Paulo para a praça, após a pandemia Covid-19 (fonte: Ana Cravinho, abril de 2023).

3.1.1. Síntese do trabalho de campo

Segue-se a síntese das observações realizadas na praça de São Paulo e na sua envolvente, bem como dos resultados obtidos através das entrevistas semi-diretivas conduzidas junto dos utilizadores deste espaço (ver Metodologia, Anexo A6. Guião das entrevistas aos utilizadores dos espaços urbanos públicos em análise), no âmbito do trabalho de campo. Numa primeira fase, procedeu-se à identificação dos perfis de utilizadores presentes mais representativos da praça, com base em observação direta. Numa segunda fase, foi realizada a seleção de aproximadamente dez indivíduos (ver Anexo A7. Caracterização dos entrevistados), representantes dos diferentes perfis identificados, com o objetivo de efetuar entrevistas e aprofundar o conhecimento sobre os padrões de apropriação na praça. Para a análise narrativa dos testemunhos recolhidos, e com o objetivo de quantificar as variáveis qualitativas, foi criada uma escala de classificação composta por cinco níveis: 1 (Mau); 2 (Insuficiente); 3 (Razoável); 4 (Bom) e 5 (Muito Bom).

Os perfis de utilizadores predominantes na praça são: artista de rua, comerciante, pedinte, residente, sem-abrigo, trabalhador local, transeunte e turista (Figs. 3.28. e 3.29.). Procedeu-se igualmente à caracterização demográfica destes utilizadores, tendo-se verificado que a

apropriação do espaço se faz maioritariamente, de forma coletiva, sem que se observe uma hegemonia de género. No entanto, quando a apropriação é individual, o género masculino é o mais relevante. A faixa etária entre os 30 e os 60 anos é a mais presente entre os utilizadores identificados. A ocupação do espaço urbano público ocorre predominantemente no final da tarde e durante noite, com exceção dos fins-de-semana, em que se inicia mais cedo, por volta das 14h. Os locais preferenciais de permanência são as esplanadas dos estabelecimentos comerciais, localizados na praça, geralmente com lotação esgotada a partir das 17h, os degraus do chafariz e os bancos localizados na praça e adro da igreja. Salienta-se que, enquanto os estabelecimentos de restauração contíguos à praça não abrem, a presença de utilizadores na praça é residual. Em contraste, após as 21h, verifica-se uma concentração quase exclusiva nas esplanadas, sendo escassa a permanência fora destes espaços.





Fig. 3.28. Praça de São Paulo, artistas de rua (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.29**. Praça de São Paulo, turistas (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

As principais atividades observadas na praça incluem o repouso, o consumo de alimentos e bebidas (Fig. 3.30.), o consumo de substâncias ilícitas, a realização de pequenas feiras e conversação (Fig. 3.31.), bem como a permanência de pessoas em situação de sem-abrigo (Figs. 3.32. e 3.33.). A duração média de permanência nos bancos e nos degraus do chafariz é de aproximadamente 30 minutos, enquanto a permanência nas esplanadas dos estabelecimentos comerciais tende a ser superior a 1h. Os degraus e bancos existentes na praça são sobretudo utilizados por turistas e por pessoas em situação de sem-abrigo. Os primeiros utilizam-nos maioritariamente para descansar ou consumir alimentos, adquiridos nas imediações, nomeadamente no Minipreço contíguo à praça ou numa gelataria próxima. Os sem-abrigo, utilizam esses mesmos elementos sobretudo para repouso, frequentemente deitados. Regista-se uma maior ocupação dos bancos com vista para a rua de São Paulo, uma artéria

significativamente mais movimentada do que a rua oposta, cujas vistas recaem sobre o quarteirão atualmente devoluto.





Fig. 3.30. Praça de São Paulo e sua envolvente, consumo de bebidas e comida (fonte: Ana Cravinho, abril de 2023). **Fig. 3.31.** Praça de São Paulo e sua envolvente, conversação (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).





Fig. 3.32. Praça de São Paulo e sua envolvente, atividade de sem-abrigo (fonte: Ana Cravinho, abril de 2023). **Fig. 3.33.** Praça de São Paulo e sua envolvente, atividade de sem-abrigo junto ao adro da igreja (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

A síntese das observações realizadas no trabalho de campo, na praça de São Paulo foi estruturada com base na matriz de indicadores do espaço urbano público, aplicada nas suas quatro dimensões de análise: morfológica, funcional, ambiental e social. Esta abordagem permitiu uma leitura integrada do espaço e das suas transformações ao longo do tempo. Para cada dimensão foram produzidos quadros e figuras ilustrativas: a dimensão morfológica é apresentada nos Quadros 3.3. e 3.4. e na Fig. 3.34.; a dimensão funcional é exposta no Quadro 3.5. e nas Fig. 3.39. e 3.42.; a dimensão ambiental é apresentada no Quadro 3.6. e na Fig. 3.45. e, por fim, a dimensão social é sistematizada no Quadro 3.7.

Na análise morfológica da praça (Quadro 3.3. e Fig. 3.34.), evidencia-se a ausência de casas de banho públicas e a ineficácia de parte do mobiliário urbano, em particular da iluminação pública.

Quadro 3.3. Dimensão Morfológica - praça de São Paulo e sua envolvente [fonte: Ana Cravinho a partir de Moro (2011) e De Angelis & Castro (2004)].

Dimensão Morfológica	Praça de São Paulo

Planta retangular



Acessos (ruas contíguas)	
Ruas contíguas	Praça de São Paulo (duas frentes de rua) e Rua de São Paulo.
Largura dos passeios	Entre 1,00 e 1,20m
Tipo de pavimentos	Rua de São Paulo alcatroada, restantes ruas calçada de cubos de granito em fiadas regulares oblíquas ao eixo da via e calçada tradicional portuguesa de vidraço e basalto nos passeios e Praça de São Paulo.
Estado de conservação dos pavimentos	De uma forma geral em bom estado de conservação a calçada tradicional apresenta alguma degradação da camada de desgaste e vegetação infestante nos passeios e deformações derivadas às raízes das árvores, na Praça de São Paulo. Asfalto com deformações localizadas, provavelmente devido às cargas induzidas pelo tráfego, fendilhamento longitudinal na zona dos carris e degradação da camada de desgaste.

Edifícios circundantes	
Fachadas	Estilo pombalino - Fachadas tipo A e B.
Tipologia construtiva	Pombalina - Sistema Gaiola.
Volumetria	Edifícios na sua maioria entre 4 a 5 pisos. Telhados de águas duplas com mansardas ou trapeiras.
Cores	Edifícios na sua maioria brancos ou amarelos. 2 edifs. na rua de S. Paulo revestidos a azulejos policromáticos.
Texturas	Predomina a textura visual lisa e rugosa, sugerida pela pedra.
Monumentos/Edifs. de referência	Igreja de São Paulo
Estado de conservação dos edifs.	Maioria dos edifs. encontra-se num estado de conservação razoável ou mau. Existem edifs. devolutos e em ruina.

Mobiliário urbano			
Bancos	praça		6
	adro da igreja		2
Iluminação	parede		10
	vertical		7
Papeleiras			8
Caixotes do lixo			3
Caixotes para doação de vestuário			2
Bebedouros			1
Receptáculo para correio			1
Sinalização urbana		informação	9
		regulamentação	1
		proibição	6
		proibição pav.	1
		informação pav.	8
Outros espaços para sentar		degraus	3
		bacias chafariz	4
		paragem transporte público	3

Equipamentos urbanos		
Casas de banho públicas Mas encontra-se fora de serviço		1
Paragens de transportes públicos e táxis		1
Espaços para práticas desportivas		0
Estacionamento Disponível a residentes com dístico da zona,nos arruamentos contíguos à Praça,excepção da r. de S. Paulo, onde o estacionamento é apenas permitido a bicicletas e motas.	automóveis	9
	motas/ bicicletas	18
Espaços para terceira idade Bancos da praça e bancos do adro da igreja.		8
Quiosque de restauração		1

Os utilizadores que frequentam ou permanecem no espaço são na maior parte das vezes obrigados a recorrer às casas de banho dos estabelecimentos de restauração circundantes, cuja utilização está, por norma, condicionada ao consumo. Esta situação reforça uma lógica de mercadorização e privatização do espaço urbano público, na medida em que o acesso a uma necessidade básica é mediado pelo ato de consumo. De acordo com um dos funcionários do quiosque de restauração localizado na praça, existiu anteriormente uma casa de banho pública junto à paragem de transporte coletivo, atualmente inoperacional, embora não tenha sido possível determinar a data exata da sua desativação.

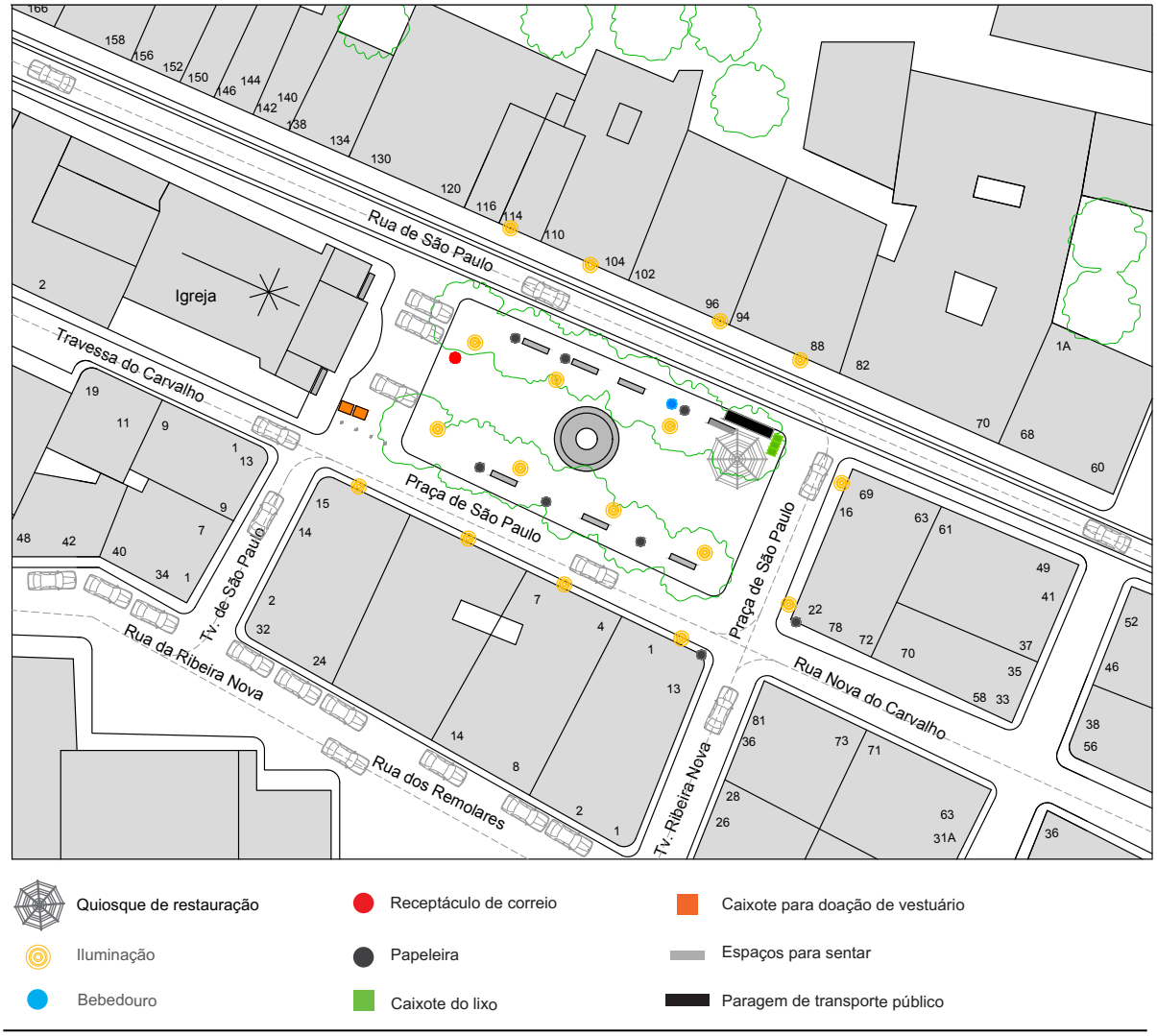


Fig. 3.34. Planta da praça de São Paulo - Dimensão Morfológica. Localização do mobiliário e equipamento urbanos (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML).

Relativamente à iluminação, apesar da existência de 17 pontos de luz, sendo 7 verticais instalados na praça e 10 embutidos em fachadas contíguas, verificou-se, em diversos momentos do trabalho de campo, que uma parte significativa destes equipamentos se encontrava inoperacional, comprometendo a visibilidade e a sensação de segurança no período noturno (Figs. 3.35. e 3.36.). Por outro lado, os passeios, muito estreitos, ou em alguns trechos, inexistentes, dificultam a circulação pedonal e limitam a mobilidade de utilizadores mais vulneráveis, como idosos, crianças ou pessoas com deficiência, revelando carências em termos de acessibilidade e desenho urbano inclusivo.





Fig. 3.35. Praça de São Paulo à noite. Fotografia ilustrativa da insuficiente iluminação presente na praça, vista da rua de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.36.** Praça de São Paulo à noite. Fotografia ilustrativa da insuficiente iluminação presente na praça, vista do adro da igreja (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

Entre os dois períodos de observação do trabalho de campo (janeiro de 2019 e agosto de 2023), destacam-se duas alterações relevantes na dimensão morfológica da praça de São Paulo. A primeira consistiu na instalação de duas papeleiras adicionais, em agosto de 2023, contribuindo para uma ligeira melhoria na gestão dos resíduos e na manutenção da limpeza do espaço. A segunda, e mais significativa, foi a alteração do regime de estacionamento nas ruas adjacentes à praça. Se em 2019 o estacionamento era livre, atualmente este encontra-se restrito a residentes com dístico da zona e a cargas e descargas. Na rua de São Paulo, especificamente, o estacionamento está limitado a veículos motorizados de duas rodas e bicicletas (Figs. 3.37. e 3.38.). Esta restrição ao estacionamento automóvel constituiu uma mudança estruturante, com impactos positivos na fruição e acessibilidade do espaço urbano público. A redução da pressão do tráfego automóvel, conjugada com a libertação de espaço anteriormente ocupado por veículos, contribuiu para uma maior abertura do espaço pedonal e para uma apropriação mais qualificada por parte dos utilizadores, nomeadamente peões e grupos mais vulneráveis.



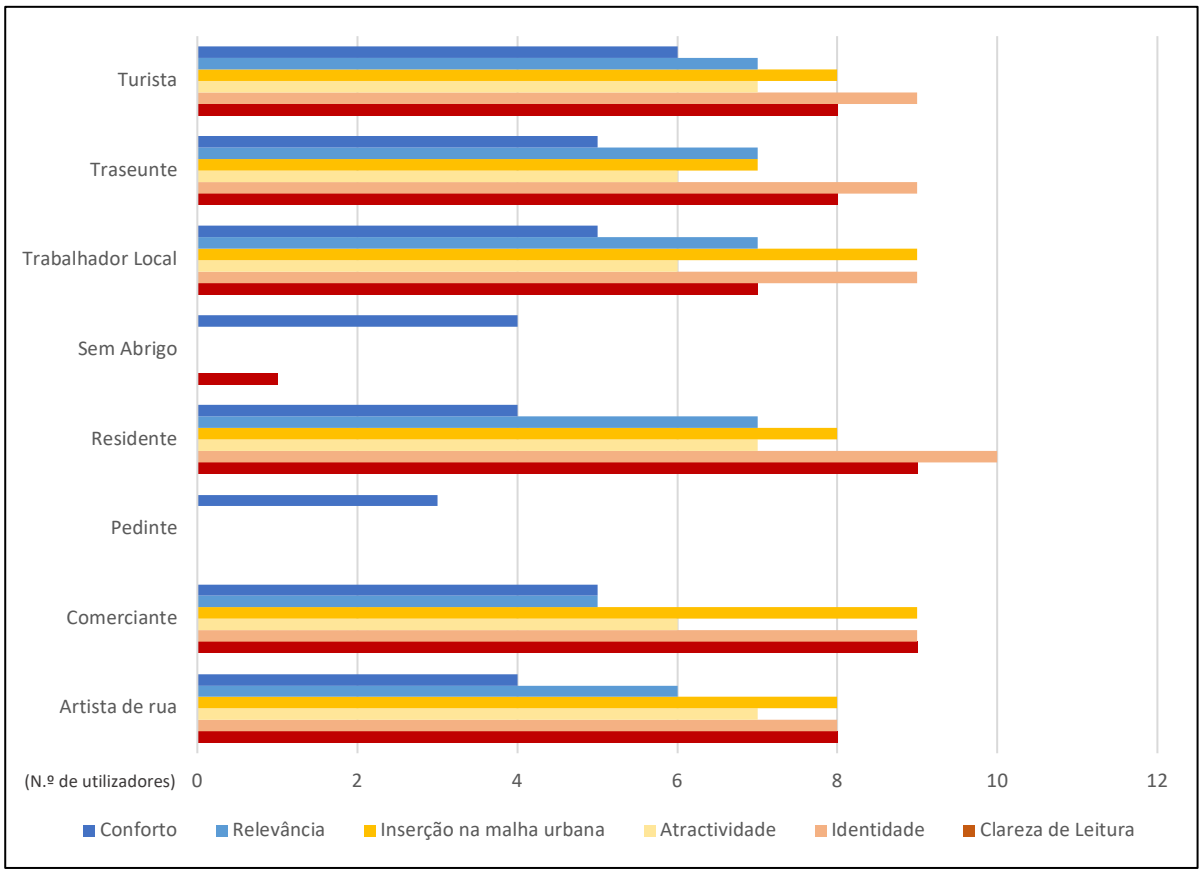


Fig. 3.37. Rua de São Paulo, onde é possível observar a rua totalmente preenchida de lugares de estacionamento automóvel (fonte: Ana Cravinho, janeiro de 2019). **Fig. 3.38**. Rua de São Paulo, as inclusões de pináculos, junto aos passeios, impedem o estacionamento de automóveis (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

Ainda no âmbito da análise morfológica realizada no trabalho de campo, as avaliações qualitativas recolhidas através das entrevistas semi-diretivas revelam, de forma geral, uma perceção positiva dos entrevistados relativamente ao espaço da praça de São Paulo. A avaliação global situa-se entre os níveis 4 (Bom) e 5 (Muito Bom), refletindo a valorização de diversos indicadores urbanos associados à identidade do lugar, à sua relevância simbólica e cultural, e à presença de elementos narrativos que contribuem para o seu carácter distintivo (Quadro 3.4.). Estes aspetos foram especialmente destacados por residentes, trabalhadores locais e turistas. Os únicos grupos que não atribuíram classificação a estes indicadores foram os utilizadores identificados como pedinte e sem-abrigo, para os quais tais elementos simbólicos e culturais não se revelam significativos na sua relação quotidiana com o espaço. Do mesmo modo, a clareza na leitura do espaço, expressa na nitidez das suas fronteiras físicas e na integração coerente na malha urbana, foi igualmente bem avaliada, oscilando entre 4 (Bom) e 5 (Muito Bom), com a mesma exceção de resposta por parte dos utilizadores em situação de maior vulnerabilidade.

Já no que diz respeito ao conforto e à quantidade do mobiliário e equipamento urbano, a avaliação foi menos positiva, situando-se no nível 3 (Razoável). Este resultado corrobora os dados obtidos no trabalho de campo, através da matriz de indicadores, evidenciando deficiências como a iluminação pública insuficiente e a ausência de casas de banho públicas. Tais carências impactam diretamente a qualidade da permanência no espaço, sobretudo para os utilizadores mais dependentes da infraestrutura pública para usufruto do espaço urbano.

Quadro 3.4. Dimensão Morfológica - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho).



Na análise funcional, destaca-se a predominância de usos comerciais e de restauração ao nível do piso térreo, enquanto os pisos superiores são, maioritariamente, destinados a uso residencial (Fig. 3.39.). Através de uma breve prospeção em duas plataformas digitais de promoção de alojamento local (Airbnb.pt e Booking.com), foi possível identificar mais de sete unidades disponíveis para estadias de curta duração nas imediações da praça. Contudo, não foi possível determinar com exatidão o número total de fogos efetivamente afetos à atividade de alojamento local, o que ilustra as dificuldades de monitorização e regulação deste fenómeno. Merece ainda destaque a existência de um quarteirão contíguo à praça que se encontra totalmente devoluto. De acordo com o aviso afixado no local, deu entrada na Câmara Municipal de Lisboa, em 18 de maio de 2018, um pedido de licenciamento para a realização de "Obras de Ampliação […] projeto em fase de apreciação" (Fig. 3.40.). Segundo informações recolhidas junto de técnicos superiores da CML, o projeto prevê a instalação de um empreendimento turístico de cinco estrelas. À data da última observação (2025), as obras encontram-se em curso, gerando expectativas quanto aos efeitos que tal transformação poderá provocar nas dinâmicas de uso e apropriação do espaço público da praça de São Paulo e da sua envolvente. Outro

edifício de grande dimensão, localizado na rua de São Paulo, encontra-se parcialmente devoluto, com apenas o supermercado Minipreço a ocupar o piso térreo. Este facto sublinha a presença de descontinuidades no tecido urbano funcional, potenciando contrastes entre espaços ativados e outros em evidente subutilização (Fig. 3.41.).



Fig. 3.39. Planta da praça de São Paulo - Dimensão Funcional, com indicação dos tipos de usos dos edifícios contíguos (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML).




Fig. 3.40. Praça de São Paulo, quarteirão integralmente devoluto contíguo à praça de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.41.** Rua de São Paulo, edifício parcialmente devoluto contíguo à praça de São Paulo (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

Relativamente aos fluxos de pedestres, veículos motorizados e bicicletas, tanto em período diurno como noturno, observa-se que a rua de São Paulo é o eixo viário que concentra maior intensidade de circulação, independentemente do horário considerado. Esta preponderância deve-se, em parte, à sua função de ligação entre o Cais do Sodré e outras áreas centrais da cidade, bem como à concentração de atividades comerciais e de serviços ao longo do seu traçado. As zonas de permanência identificadas localizam-se, maioritariamente, junto a elementos do mobiliário urbano que permitem o repouso e a estadia prolongada, nomeadamente os bancos, os degraus e as bacias do chafariz, a paragem de transporte público e as três esplanadas associadas aos estabelecimentos de restauração contíguos à praça (Figs. 3.42. a 3.44.). Estes pontos funcionam como âncoras espaciais para os diferentes tipos de utilizadores, constituindo núcleos de apropriação informal e formal do espaço urbano público.

No que respeita aos indicadores qualitativos da dimensão funcional, recolhidos no trabalho de campo, através das entrevistas realizadas aos utilizadores, a avaliação global situa-se entre os níveis 4 (Bom) e 5 (Muito Bom) (Quadro 3.5.). Os entrevistados destacam positivamente a acessibilidade da praça, reforçada pela proximidade a diversos modos de transporte público, nomeadamente metro, comboio e autocarro, bem como a existência de múltiplas zonas de permanência, que favorecem diferentes formas de apropriação do espaço, tanto individual como coletiva. A mobilidade automóvel, contudo, recebe uma avaliação menos favorável, sobretudo por parte dos residentes, que referem dificuldades no acesso e, principalmente, na possibilidade de estacionamento. Por fim, salienta-se que os grupos que menos utilizam e permanecem no espaço são precisamente os residentes e os comerciantes, o que poderá refletir dinâmicas de afastamento ou desadequação funcional relativamente às suas necessidades quotidianas.

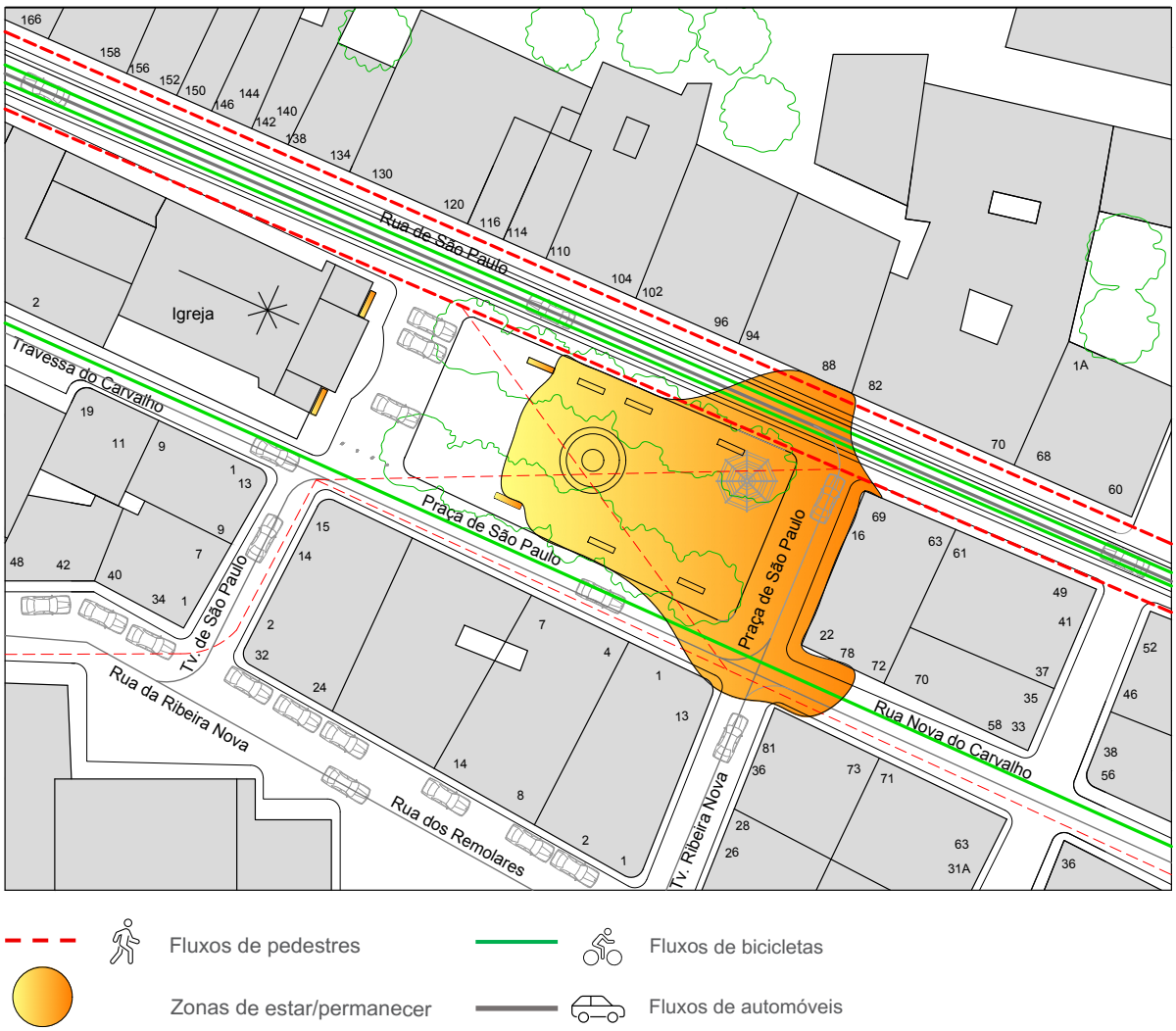


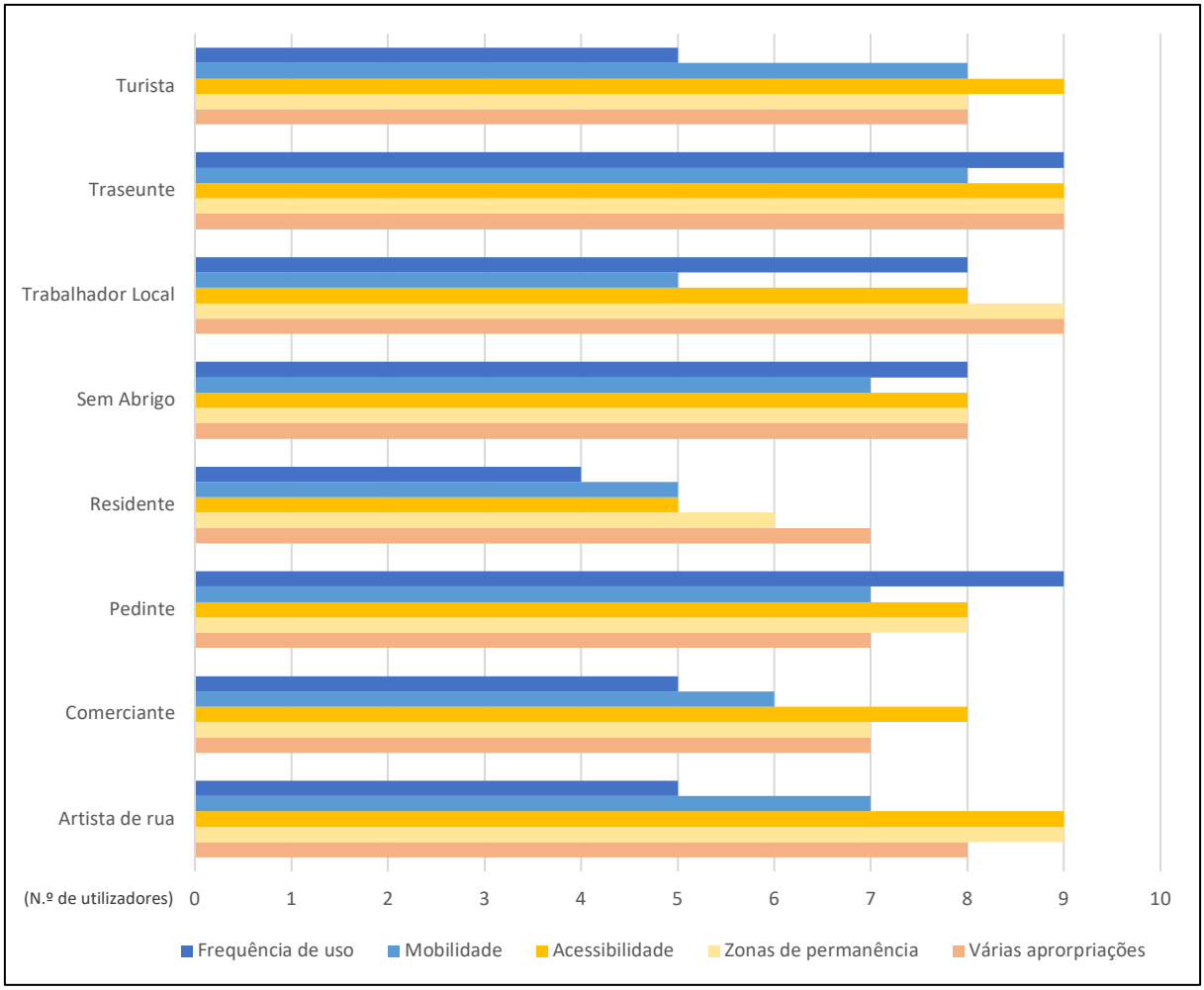
Fig. 3.42. Planta da praça de São Paulo - Dimensão Funcional, com indicação dos fluxos de pedestres, bicicletas e automóveis e zonas de estar/permanecer (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML).





Fig. 3.43. Praça de São Paulo, esplanadas e degraus do chafariz, como zonas de permanência (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.44**. Praça de São Paulo, bancos como espaços de permanência e convívio (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

Quadro 3.5. Dimensão Funcional - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho).



Na análise ambiental da praça (Fig. 3.45.), considerando os parâmetros definidos, nomeadamente a qualidade paisagística e a qualidade ambiental, observam-se diversos fatores relevantes. A praça beneficia da existência de zonas de sombra, proporcionadas, quer pela cobertura vegetal, sobretudo nos meses de primavera, verão e outono, quer pelos chapéus-de-sol instalados nas esplanadas. A morfologia do espaço, delimitado por quatro frentes edificadas, assegura uma proteção eficaz contra o vento, conferindo-lhe um certo resguardo climático. A exposição solar da praça varia ao longo do ano: nos meses de inverno, a menor densidade foliar das árvores resulta numa incidência solar mais intensa e numa consequente redução das zonas de proteção ao sol. Relativamente à gestão de resíduos, embora existam vários pontos de recolha de lixo, estes revelam-se insuficientes face às necessidades, especialmente no período noturno, quando o volume de utilizadores aumenta. No que toca à segurança ambiental, destaca-se a fraca iluminação noturna, já anteriormente identificada, que compromete a perceção de

segurança pública durante este período. A praça dispõe de dois pontos de acesso à água potável, onde as pessoas podem refrescar-se ou encher recipientes, ainda que nem sempre o chafariz se encontre funcional. Por fim, as zonas com maior concentração de pessoas coincidem com os locais de maior poluição sonora, designadamente as esplanadas, a rua de São Paulo e as entradas dos estabelecimentos comerciais e de restauração.

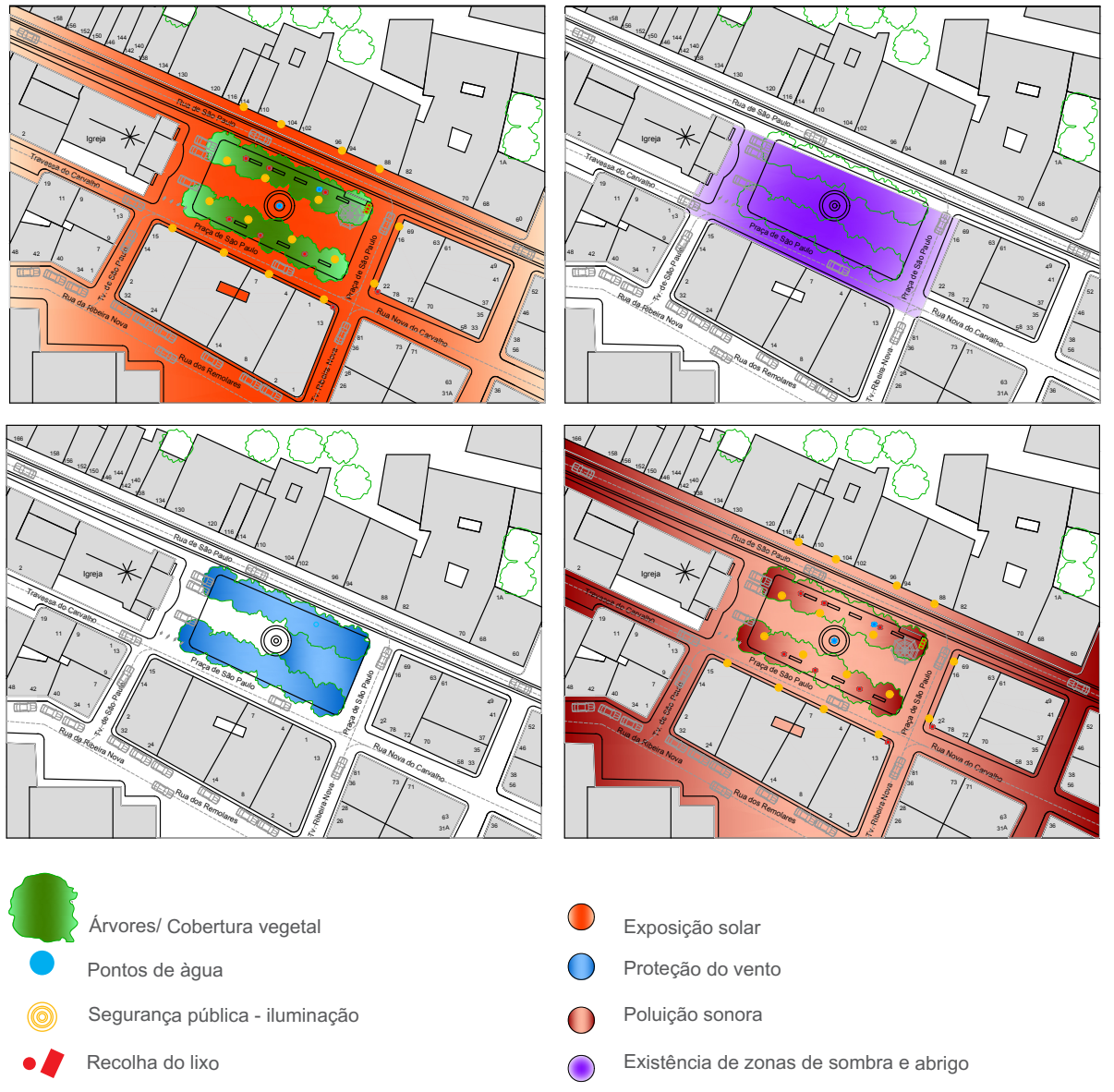
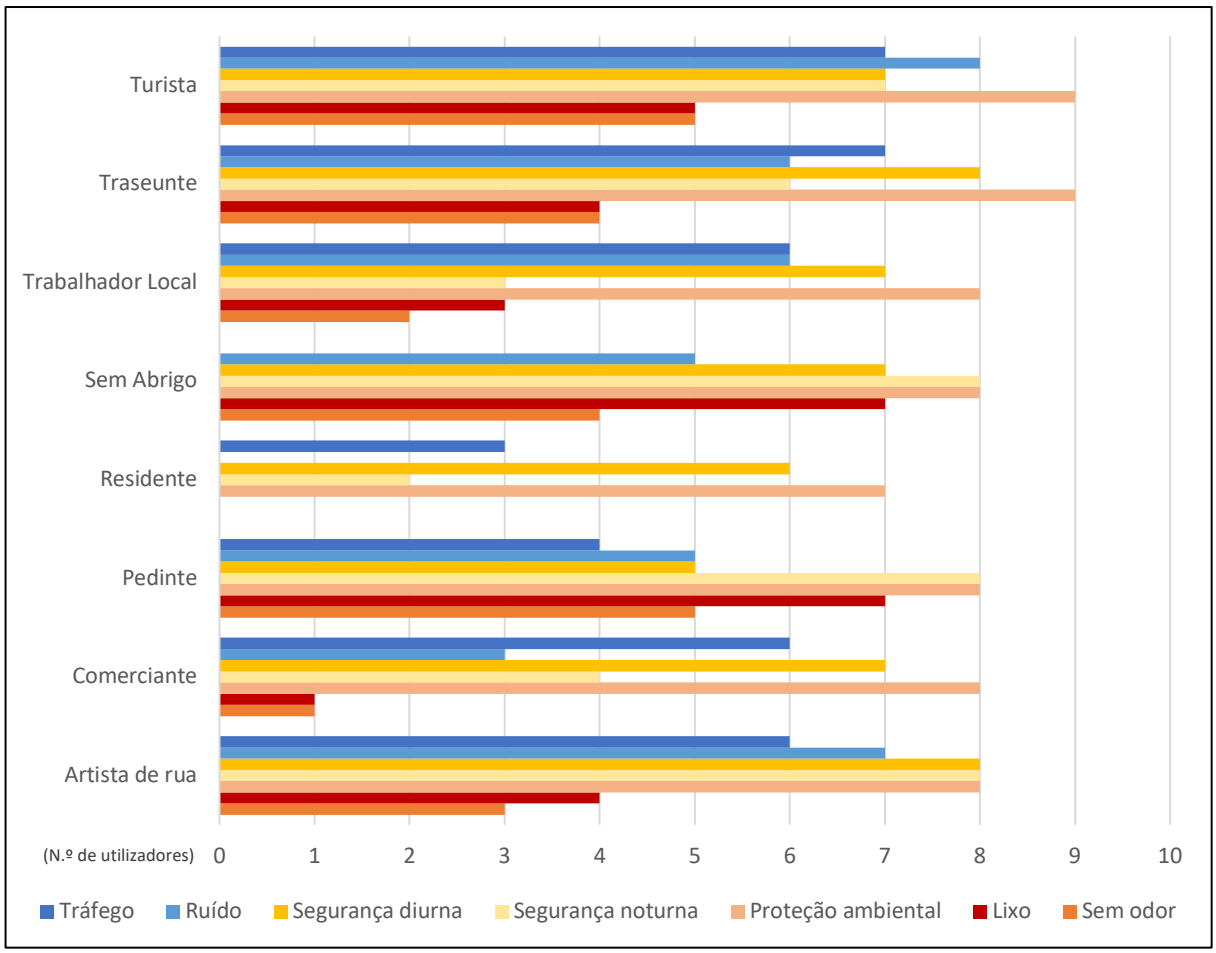


Fig. 3.45. Plantas da praça de São Paulo - Dimensão Ambiental. Análise dos parâmetros: qualidade paisagística e qualidade ambiental (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML).

No que respeita aos indicadores qualitativos da dimensão ambiental (Quadro 3.6.), obtidos no trabalho de campo, através das entrevistas realizadas, a avaliação global situa-se no nível 3 (Razoável). Esta classificação é influenciada por diversos fatores, nomeadamente a perceção generalizada de falta de limpeza e os odores intensos a urina e cerveja, particularmente

evidentes no período da manhã, até cerca das 8h30, momento em que a Junta de Freguesia da Misericórdia procede à manutenção e higienização do espaço público. De igual modo, conforme referido anteriormente, na análise quantitativa, a escassa iluminação noturna acentua a perceção de insegurança, especialmente entre residentes, comerciantes e trabalhadores locais, que atribuem ao indicador de segurança ambiental uma classificação de 2 (Insuficiente). Esta sensação de insegurança é particularmente acentuada após o encerramento dos estabelecimentos comerciais e de restauração, quando a praça se transforma, segundo os testemunhos recolhidos, num espaço marcado por ruído excessivo, insalubridade e episódios recorrentes de violência, frequentemente associados ao consumo de álcool e à venda de substâncias ilícitas. Um dos entrevistados relatou, inclusive, a necessidade de limpar a entrada da igreja local pela manhã, devido à presença de vestígios de sangue.

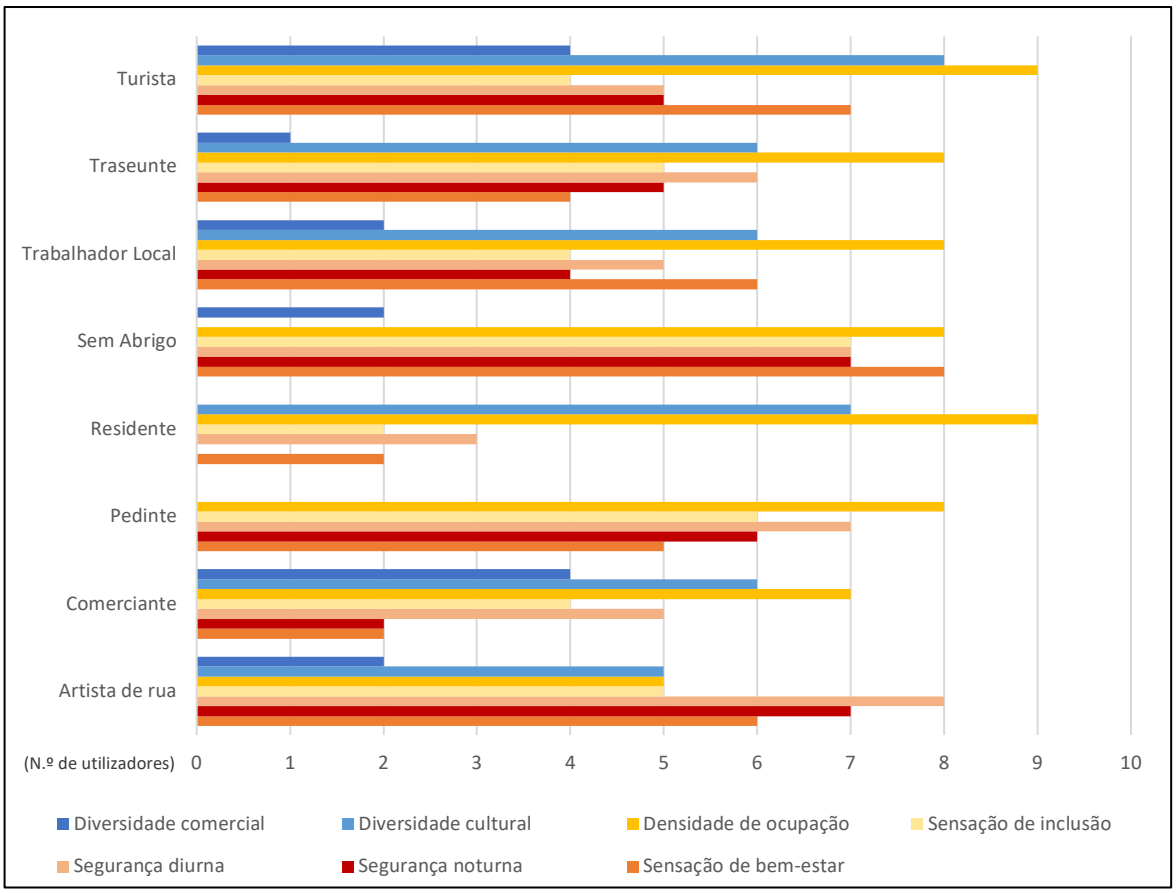
Quadro 3.6. Dimensão Ambiental - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho).



Apesar deste panorama, alguns perfis de utilizadores, nomeadamente artistas de rua, pedintes e pessoas em situação de sem-abrigo, consideram a praça segura, evidenciando uma divergência significativa na perceção do espaço consoante o grupo social e o tipo de apropriação exercida.

Na análise da dimensão social, e de acordo com os dados recolhidos nas entrevistas (Quadro 3.7.) realizadas durante o trabalho de campo, observa-se que a perceção de insegurança persiste, sobretudo no período noturno, e que a sensação geral de bem-estar no espaço urbano público é reduzida. Ambos os indicadores são avaliados entre os níveis 2 (Insuficiente) e 3 (Razoável), sendo esta avaliação predominantemente sustentada pelos perfis de utilizadores identificados como comerciantes e residentes. A fraca iluminação existente, decorrente da ineficácia de parte do mobiliário urbano, contribui significativamente para a insegurança percecionada.

Quadro 3.7. Dimensão Social - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho).



Adicionalmente, destacam-se outros fatores apontados pelos entrevistados como geradores de desconforto social, tais como a elevada presença de pessoas em situação de sem-abrigo que utilizam a praça como local de pernoita e repouso diurno (Fig. 3.46.), a constante frequência de

pedintes (Fig. 3.47.) e a perceção de aumento da delinquência e de comportamentos desviantes (Fig. 3.48.). Verifica-se, ainda, uma crítica recorrente quanto à crescente especialização do comércio local para o setor turístico, fenómeno que se intensificou no período pós-pandemia da Covid-19, com a substituição de estabelecimentos de comércio de proximidade por negócios de restauração orientados para o visitante ocasional. Paralelamente, são identificados como aspetos negativos a elevada densidade de ocupação no período noturno, a degradação generalizada do mobiliário urbano, a acumulação de lixo e resíduos (Fig. 3.49.) e a ineficácia dos serviços de saneamento urbano assegurados pela Junta de Freguesia da Misericórdia.





Fig. 3.46. Praça de São Paulo e sua envolvente, indivíduo a dormir durante o dia (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.47.** Praça de São Paulo e sua envolvente, comida deixada nos bancos da igreja para quem precisa, recolher (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).





Fig. 3.48. Praça de São Paulo e sua envolvente, atividade ilícita (fonte: Ana Cravinho, abril de 2023).
Fig. 3.49. Praça de São Paulo e sua envolvente, lixo deixado no chafariz (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

Apesar destes constrangimentos, a praça de São Paulo é reconhecida por diferentes grupos como um espaço dotado de identidade, carácter e singularidade, oferecendo condições para múltiplas formas de interação social. Apresenta, igualmente, uma legibilidade clara das fronteiras entre o espaço urbano público, privado e semi-privado. Contudo, a presença de edifícios devolutos, em ruína ou vandalizados, associada à sensação de abandono e insegurança,

contribui para a construção de uma imagem de espaço fragmentado e, em certa medida, de exclusão, sobretudo do ponto de vista dos residentes. Esta perceção contrasta com a dos grupos que mais frequentemente se apropriam da praça, nomeadamente sem-abrigo, turistas, pedintes e alguns comerciantes, para quem o espaço mantém utilidade, atratividade e potencial de uso.

3.2. Miradouro de Santa Catarina - Análise histórica, morfológica, social e do edificado

O miradouro de Santa Catarina, também designado por miradouro do Adamastor, pertence à freguesia da Misericórdia desde 2012 e localiza-se numa das sete colinas de Lisboa, no Alto de Santa Catarina, permitindo uma vista panorâmica sobre a cidade de Lisboa, donde se destaca, a ponte 25 de Abril, o Cristo-Rei, a baixa da cidade, o bairro da Madragoa e a silhueta da margem sul do Tejo (Quadro 3.8.). Localizados numa área central da cidade, o miradouro e a sua envolvente, inserem-se "numa malha histórica de matriz tradicional orgânica, fortemente caracterizada ao nível da sua estrutura edificada. Sobretudo pela intensa carga significante dos seus imóveis singulares e conjuntos urbanísticos relevantes." (CML, 2005: 59). A malha urbana consiste em quarteirões fechados, "com escalas e geometrias variadas e peculiares." (*Ibidem*, 61). É também relevante, a topografia acidentada, que conjuntamente com a sua morfologia urbana, composta por escadarias e ruas irregulares, a diferentes cotas, originam enquadramentos pitorescos e de grande riqueza estética (Calado & Ferreira, 1992).

O miradouro de Santa Catarina, antes de pertencer à freguesia da Misericórdia (Lei n.º 56/2012), pertenceu à freguesia de Santa Catarina, criada em 1559 e originalmente designada por Santa Catarina do Monte Sinai. O lugar de Santa Catarina, conhecido até ao século XVI por Pico de Belveder, Belver ou Boa Vista, "por dele ser possível vislumbrar uma vista sumptuosa sobre Lisboa e o Rio, foi lugar de grandes explorações agrícolas desde os séculos II e V." (Calado & Ferreira, 1992: 22). O nome Santa Catarina do Monte Sinai, deriva da igreja paroquial de Santa Catarina do Monte Sinai, "patrono dos livreiros mas também da devoção dos marinheiros e navegadores." (*Ibidem*), mandada erigir pela rainha D. Catarina, mulher de D. João III, em 1557 e demolida em 1861, é descrito como um lugar ocupado por duas herdades: A herdade da Boa Vista e a herdade da *Villa* Nova d'Andrade (Oliveira, 1885) e a partir do século XVI, povoada sobretudo por "marítimos ligados à pesca e marinheiros das armadas e calafates que trabalhavam na construção naval nos estaleiros implantados ao longo do rio, nomeadamente na zona de Cata-que-farás, na Boa Vista e em Santos." (Calado & Ferreira, 1992: 25).

Quadro 3.8. Caracterização do Espaço Urbano Público - miradouro de Santa Catarina [fonte: Ana Cravinho, a partir de Moro (2011)].

<table>
<tr><th colspan="2">CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO PÚBLICO - Miradouro de Santa Catarina</th></tr>
<tr><td>1. Tipologia do espaço

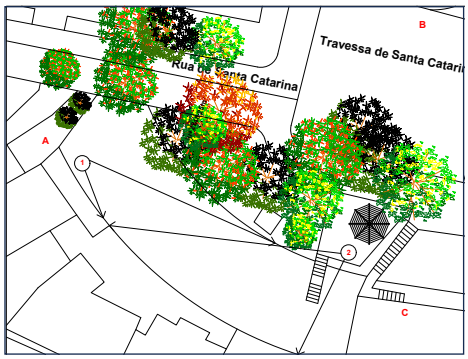
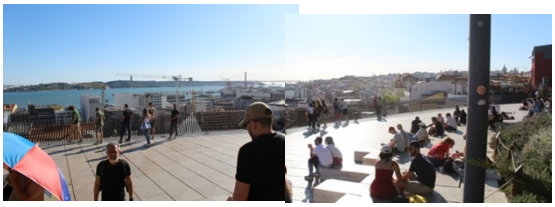
Jardim de planta trapezoidal</td><td> </td></tr>
<tr><td>2. Acessibilidade

Rua de Santa Catarina
Travessa de Santa Catarina</td><td></td></tr>
<tr><td>3. Uso do solo

Atividades:
Repouso, contemplação, consumo de bebidas, alimentos e substâncias ilícitas, conversação e escuta de música.

Equipamentos:
Casa de banho pública, quiosque de restauração.</td><td>
1 - Casa de banho pública. 
2 - Quiosque de restauração.</td></tr>
<tr><td>4. Edificado limítrofe e Vistas

A - Edifícios de uso turístico. Em primeiro plano edifício de restauração e em segundo plano uma guesthouse com restaurante no rooftop.
B - Museu da farmácia e restaurante Pharmácia Felicidade.
C - Edifícios de uso habitacional e o hotel de cinco estrelas Verride Palácio Santa Catarina.

</td><td>A  B 
C  1 
2 </td></tr>
</table>

No século XVI é feito o loteamento em talhões das duas herdades (a norte até à Travessa da Queimada e a ocidente até Santa Catarina) para posterior construção de casas, de traçado regular, segundo uma malha ortogonal (*Ibidem*) (Fig. 3.50.). Após o terramoto de 1597, que provocou o aluimento e depressão da Bica, elegeu-se a implementação de um plano de urbanização, de traçado seiscentista e pré-pombalino concebido pelo arquiteto Teodósio de Frias, de malha regular e ordenada segundo eixos que formavam um traçado em forma de "espinha" (CML, 2005: 59). Já o grande terramoto de 1755 motivou a reabilitação do lugar de Santa Catarina, preservando-se a "malha histórica de matriz tradicional orgânica […] [onde] um conjunto de referências arquitectónicas eruditas […] coexistem com a estrutura urbana de matriz tradicional de raiz popular." (CML, 2005: 59). Em 1891 foi inaugurado o elevador da Bica, desenhado pelo engenheiro portuense Raoul Mesnier du Ponsard, que garantiu a ligação entre a rua de São Paulo e o Largo do Calhariz (Calado & Ferreira, 1992).

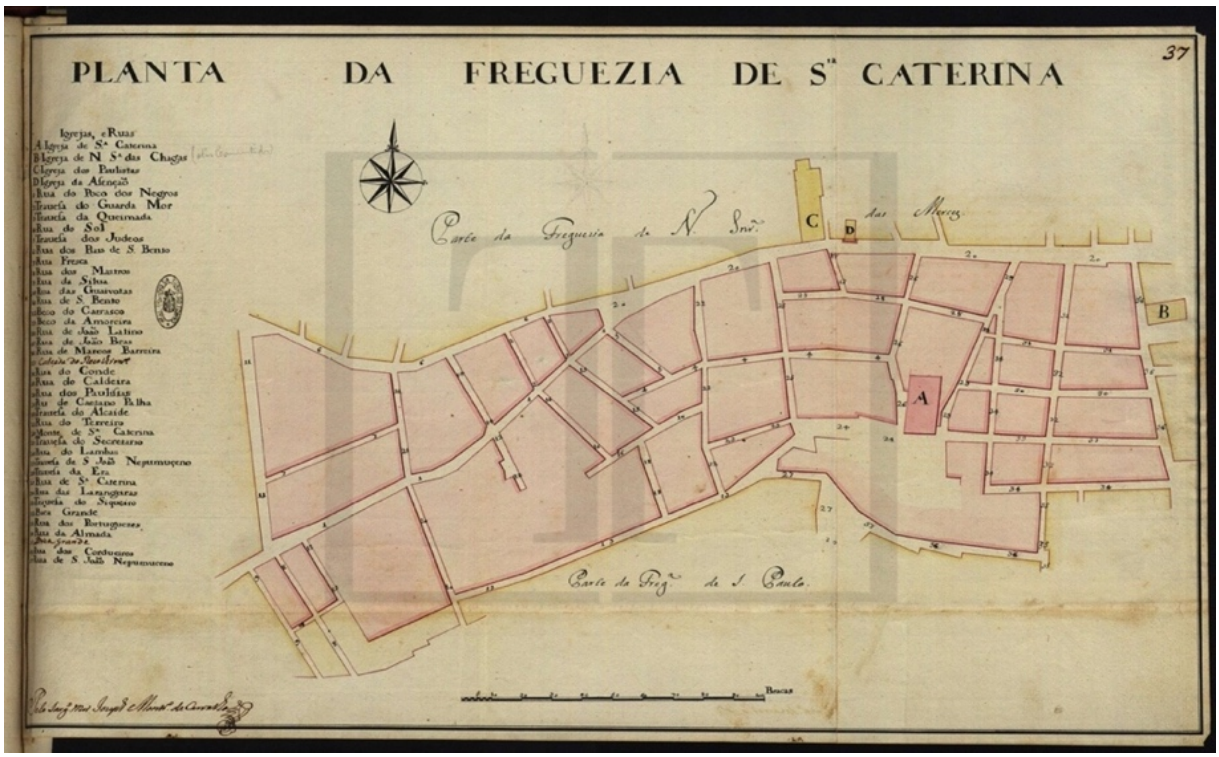


Fig. 3.50. Planta da Freguesia de S.ª Catarina: A - Igreja de Santa Catarina, Sargento-mor José Monteiro de Carvalho [fonte: Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa (1756? - 1768?), Torre do Tombo].

O ajardinamento do miradouro de Santa Catarina, anterior logradouro público, apenas decorreu no início do século XX e em 1927 foi colocado no centro do jardim, o conjunto escultórico em homenagem ao Adamastor, figura criada por Luís Vaz de Camões na sua epopeia, Os Lusíadas, simbolizando "os perigos que os marinheiros portugueses tiveram de enfrentar ao debravar o mar até então desconhecido." (Sottomayor, 2003, 18 de agosto) (Fig.

3.51.). O escultor Júlio Vaz Júnior, também presente no conjunto escultório, através de uma pequena figura em bronze, "à sombra da carranca do gigante fabuloso" (Araújo, 1938: 72), imprime ao seu trabalho um carácter subjetivo, apelidando-o de "Visão do Estuário" (Sottomayor, 2003, 18 de agosto) (Fig. 3.52.).

Segundo Sottomayor (2003, 18 de agosto), a expressão: "ficar a ver navios no Alto de Santa Catarina", reporta ao facto:

> "de muitos habitantes de Lisboa terem acorrido àquele local em 1807, quando a família real embarcou para o Brasil, escapando assim às invasões francesas. Monarcas e príncipes seguiam, a salvo. A população, com os franceses à porta, limitava-se a 'ver navios'." (*Ibidem*)





Fig. 3.51. Panorâmica de Lisboa tirada do Alto de Santa Catarina, Armando Maia Serôdio, 1965(?) (fonte: AHML). **Fig. 3.52**. Monumento ao Adamastor, Fernando de Jesus Matias, 1927 (fonte: AHML).

Assim, o miradouro de Santa Catarina, a nível tipológico surge-nos como um espaço paisagem, jardim com o propósito primeiro de contemplação e encontro. O acesso ao miradouro é feito pelas suas duas extremidades opostas, uma junto ao quiosque de restauração e outra no limite oposto. O miradouro é composto por diversas árvores e arbustos, que delimitam o espaço e que se concretizam numa barreira visual para quem circula na Travessa de Santa Catarina, no entanto, não proporcionam a tão desejada sombra nos meses mais quentes do ano (Figs. 3.53. a 3.58.).





Fig. 3.53. Perfil longitudinal do miradouro de Santa Catarina. Vista para a Trv. de Santa Catarina (fonte: Ana Cravinho, a partir de fotografias e peças desenhadas do AHML). **Fig. 3.54.** Vista para o quiosque de restauração localizado no miradouro de Santa Catarina (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).









Fig. 3.55. Perfil transversal do miradouro de Santa Catarina. Extremidade oeste do miradouro (fonte: Ana Cravinho, a partir de fotografias e peças desenhadas do AHML). **Fig. 3.56.** Miradouro de Santa Catarina, extremidade oeste (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.57.** Perfil transversal do miradouro de Santa Catarina. Extremidade este do miradouro (fonte: Ana Cravinho, a partir de fotografias e peças desenhadas do AHML). **Fig. 3.58.** Miradouro de Santa Catarina, extremidade este (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

A evolução morfológica do miradouro de Santa Catarina e da sua envolvente, desde o século XVII até aos dias de hoje, à escala do bairro e a partir da dimensão urbana (Lamas, 2007), e de acordo com os registos históricos e cartográficos consultados, não apresenta alterações significativas (CML, 2011). À exceção da igreja paroquial de Santa Catarina do Monte Sinai, demolida em 1861 e o ajardinamento do miradouro de Santa Catarina no início do século XX, foram poucas as alterações implementadas no edificado, consistindo apenas em remodelações e reabilitações pontuais (Figs. 3.59. a 3.62.).

Na freguesia de Santa Catarina, ao contrário da freguesia de São Paulo, predominavam as áreas mistas (residencial e comercial) com preponderância pela área residencial, por isso, quando os processos de desindustrialização começaram a manifestar-se, esta freguesia não foi tão afetada pelos seus efeitos. Vidal (1961), destaca este contraste: "entre a quietude do local em si próprio e o movimento estuante de vida que resulta da faina fabril e naval enxergada lá em baixo, junto à margem do rio" (*Ibidem*, p. 11). E por isso, em 1950, a freguesia de Santa

Catarina era uma das freguesias do núcleo histórico, com maior número de habitantes (Calado & Ferreira, 1992). Como freguesia densamente habitada, possuía uma expressão bairrista, bem como, uma identidade muito própria (*Ibidem*).



Fig. 3.59. Planta da cidade de Lisboa (pormenor), Eng. Silva Pinto e Alberto Sá Correia, 1856 [fonte: Levantamento de Silva Pinto (1904-1911), GEO]. **Fig. 3.60.** Planta da cidade de Lisboa (pormenor), autor desconhecido, 1954 (fonte: Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico e Cadastral em 1954, GEO). **Fig. 3.61.** Fotografia da vista aérea do miradouro de Santa Catarina e sua envolvente (pormenor), autor desconhecido, s.d. (fonte: GEO). **Fig. 3.62.** Fotografia da vista aérea do miradouro de Santa Catarina e sua envolvente (pormenor) (fonte: *Google Earth*, abril de 2023).

A partir de 1960, no entanto, instalou-se uma dinâmica de progressivo esvaziamento de populações residentes, que se manteve até aos dias de hoje (INE, julho, 2023). Em 1981, por exemplo, Santa Catarina era já uma freguesia que na sua maioria apresentava uma população muito idosa, acima dos 65 anos e onde o peso da instrução primária era relevante (Calado & Ferreira, 1992). A sua população ativa, estava distribuída irregularmente pela freguesia: a norte, uma população ligada às atividades comerciais e a sul, uma população afeta às atividades de serviços, localizadas, sobretudo, fora da freguesia (*Ibidem*). A perda de populações residentes de longa duração, deveu-se, sobretudo, às estratégias de revalorização implementadas no

edificado existente, que, em 2011, possuía 527 edifícios, num total de 608, com data de construção anterior a 1919, sendo que, 149 eram ainda em estrutura de pedra e adobe (INE, julho, 2020). A implementação de políticas públicas vocacionadas para o rápido crescimento económico, apoiadas sobretudo no setor do turismo, determinaram a urgência deste processo de revalorização, que contribuiu para um aumento das rendas e consequente saída de alguns residentes, para a periferia de Lisboa (CML, 2005). Com a perda da população autóctone, a chegada de novas populações ao território com maior poder económico, com idades entre os 30 e os 50 anos, o aumento substancial do turismo, e a reabilitação e/ou adaptação de edifícios para usos turísticos, criaram-se as condições perfeitas para o desenvolvimento de processos de gentrificação, exclusão e segregação socioespacial (*Ibidem*).

Segundo a CML (*Ibidem*), nesta zona da cidade, estes processos sociais e territoriais revelaram-se decisivos na origem de conflitos explícitos e/ou implícitos, expondo a vulnerabilidade de determinadas populações, nomeadamente os jovens residentes aqui nascidos e que se "encontram desintegrados da escola, do trabalho, do emprego e da cultura dominante." (*Ibidem*, p. 33). Com a perda do comércio tradicional e de serviços, direcionados a uma população residente mais idosa, em benefício de uma população com maior poder de compra, esta população, perdeu também espaços de sociabilidade. Alguns exemplos desta realidade são, além do crescente número de estabelecimentos de AL, a abertura de vários empreendimentos turísticos e de restauração junto ao miradouro de Santa Catarina, nomeadamente, o restaurante *Pharmácia* Felicidade em 2011, instalado no mesmo palacete ocupado pelo Museu da Farmácia e a abertura em 2018 do hotel de cinco estrelas *Verride* Palácio Santa Catarina, contíguo ao miradouro (Fig. 3.63.).

Ainda em 1989, num documentário produzido pela RTP1 (Cecília & Ramos, 1989, setembro 13), sobre o bairro de Santa Catarina, o miradouro com o mesmo nome era descrito como um local: "muito concorrido por gente de todas as idades [...] ponto de reunião não só da população local, mas de muitos visitantes" (*Ibidem*). Portanto, no final do século passado, o miradouro de Santa Catarina e a sua envolvente, eram sobretudo locais de reunião entre diversas populações, por um lado os residentes e por outro, os visitantes, ambos frequentadores deste espaço público, coexistindo numa aparente harmonia. Já em 2001, o jornalista Francisco Neves (2001, 29 de agosto) descrevia o miradouro de Santa Catarina como o "miradouro dos horrores", onde, segundo o próprio, "Santa Catarina se transformou em dormitório. […] às quatro da tarde - ainda a esplanada não começou a "aquecer" - já se vê gente a chegar munida de sacos-cama" (*Ibidem*). De acordo com a CML (2005: 34), as "repercussões negativas" refletidas no miradouro, deveram-se, sobretudo, ao desmantelamento do Casal Ventoso, que

levou a que o consumo e tráfico de droga se deslocasse para outras zonas da cidade, nomeadamente, para o Largo Dr. António Macedo e para o Jardim de Santa Catarina.



Fig. 3.63. Planta do miradouro de Santa Catarina com indicação dos equipamentos hoteleiros a laranja e estabelecimentos de AL (**AL**), localizados através das plataformas digitais: Booking.com e airbnb.pt (fonte: Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML).

Em 2005 (*Ibidem*), os espaços públicos da freguesia de Santa Catarina eram descritos como estando muito degradados, destacando-se o aspeto de abandono do Jardim de Santa Catarina. Progressivamente, a perceção de insegurança, sobretudo no período da noite, afastou os poucos residentes, dando lugar, essencialmente, a grupos de jovens e turistas, que, provavelmente devido à apropriação temporária do espaço, toleraram os indícios de transgressão e insegurança. Assim, no início do século XXI, o miradouro de Santa Catarina e a sua envolvente eram zonas marcadas por conflitos e tentativas de domínio de determinados grupos sociais sobre outros (CML, 2005). Por um lado, os "filhos do bairro" (*Ibidem*, p. 35) resistiam às transformações no espaço público e no comércio local, que os novos residentes atraíam para a área, e por outro, uma população flutuante, constituída sobretudo, por utilizadores do miradouro e da sua área

envolvente (destacando-se os artistas de rua e os grupos de jovens estudantes portugueses e estrangeiros). Para o estímulo destes conflitos, muito contribuíram os processos de mercadorização e privatização do espaço público, que acentuaram as desigualdades sociais e económicas entre os "filhos do bairro" (*Ibidem*) e os novos residentes. Salienta-se que, até ao final do século XX, a existência destes três tipos de utilizadores (residentes e comerciantes de longa duração, residentes recém-chegados com um poder de compra substancial e população flutuante constituída por utilizadores do miradouro e da sua área envolvente) coexistiram em aparente harmonia, o que a partir do presente século deixou de acontecer, quer pela implementação de políticas que beneficiaram os primeiros em detrimento dos segundos, quer pelo aumento do turismo nesta área da cidade.

Através da consulta de notícias em jornais e plataformas digitais, entre os anos de 2010 e 2020, as tensões e conflitos descritos anteriormente são confirmadas. Destaca-se em 2013, o relato do jornalista Samuel Alemão (2013, 29 de novembro), sobre a sensação de insegurança, os constantes assaltos, o ruído excessivo, o estacionamento abusivo, o vandalismo e o tráfico de droga, transmitidos pelos moradores. Neste mesmo artigo (*Ibidem*), o jornalista entrevista a moradora Maria Beltrão de 69 anos, que "recorda com saudosismo um bairro [até há mais ou menos uma década ou 15 anos] onde as pessoas de idade avançada podiam circular nas ruas ou sentar-se no miradouro, sem sentirem medo. Ou onde as crianças brincavam na rua" (*Ibidem*). Novamente em 2017, o mesmo jornalista (Alemão, 2017, 29 de novembro), reitera o mau ambiente e insegurança que passaram a fazer parte do quotidiano de quem morava nesta zona de Santa Catarina e da sensação de decadência que este cenário auferia.

Em 2012, com o objetivo de requalificar o desenho urbano do espaço público e edifícios circundantes, privilegiando o usufruto do local pelos peões, a CML lançou o concurso público: "Requalificação Urbana do Alto de Santa Catarina" (Anúncio de procedimento n.º 431/2012). O projeto, da responsabilidade do atelier de arquitetura PROAP - Estudos e Projectos de Arquitectura Paisagista, Lda., consistiu na reorganização da circulação automóvel, no favorecimento da circulação pedonal e na criação de uma praça na convergência entre a rua Marechal Saldanha e a rua de Santa Catarina (PROAP, 2011: 3). Assim, na rua Marechal Saldanha junto ao entroncamento com a rua do Calhariz, foram colocados dissuasores amovíveis, condicionando a circulação rodoviária e a partir do cruzamento com a rua Dr. Luís Almeida de Albuquerque, foi colocada sinalização de trânsito com o mesmo propósito. Conjuntamente, foram executadas diversas intervenções: inclusão de lugares de estacionamento na rua de Santa Catarina de ambos os lados; alargamento dos passeios em detrimento da faixa de rodagem e a criação de uma nova praça no topo da rua de Santa Catarina (Figs. 3.64. e 3.65.)

(*Ibidem*). Estas medidas, no entanto, não foram acompanhadas por outras, que permitissem um melhor acesso ao local pelos vários utilizadores, nomeadamente, os pertencentes a grupos etários mais indefesos ou deficientes físicos. A não existência de paragens de transportes públicos próximas, bem como a reduzida oferta de estacionamento, impede um livre acesso ao local.



Fig. 3.64. Largo de Santa Catarina antes da Requalificação Urbana do Alto de Santa Catarina, 2018 (fonte: PROAP, 2011).



Fig. 3.65. Largo de Santa Catarina depois da Requalificação Urbana do Alto de Santa Catarina (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2025).

Adicionalmente, para o miradouro de Santa Catarina, foi proposto um novo projeto de mobiliário urbano, a reconversão de pavimentos, com ocultação da drenagem, a aproximação da cota do miradouro às cérceas dos telhados limítrofes e a introdução de uma nova guarda metálica (*Ibidem*). O novo pavimento, no entanto, não foi consensual. A substituição da calçada portuguesa, por lajes de pedra calcária lioz, não foi do agrado de alguns residentes, que argumentaram, que tal substituição era uma adulteração do espaço e não a sua reabilitação (Neves, 2013, 19 de Março) (Figs. 3.66. a 3.69.).




Fig. 3.66. Miradouro de Santa Catarina, antes das últimas obras de requalificação (fonte: PROAP, 2011).
Fig. 3.67. Miradouro de Santa Catarina, após as últimas obras de requalificação (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).




Fig. 3.68. Miradouro de Santa Catarina, antes das últimas obras de requalificação (fonte: Dicas de Lisboa, 2024). https://dicasdelisboa.com.br/pontos-turisticos/miradouro-de-santa-catarina-em-lisboa/). **Fig. 3.69**. Miradouro de Santa Catarina, após as últimas obras de requalificação (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

Também a perda de lugares de estacionamento, reportada por parte dos moradores, assim como o facto da intervenção ter esquecido os cidadãos com mobilidade reduzida, colocando pinos metálicos na maioria dos passeios remodelados, agravando a mobilidade destas pessoas, levou ao descontentamento dos moradores do bairro (Alemão, 2013, 18 de novembro).

Após o término desta intervenção, em 2018, a CML solicitou nova intervenção no miradouro à PROAP, a pedido da Direção Municipal de Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia. Neste projeto: "Adaptação do projeto de requalificação do jardim - Miradouro de Santa Catarina", destaca-se a implementação de guardas metálicas e portões para controlar o fluxo de peões, impedindo o livre acesso de todos os transeuntes e que de acordo com a memória descritiva do projeto, serviriam para melhorar o controlo e a segurança do espaço (PROAP, 2018). Conjuntamente, o município declarou a intenção de rever/reverter a concessão do

quiosque existente no miradouro (Pincha, 2019, 11 de fevereiro), alegando que o quiosque faria parte do problema e não da solução, e que este deveria assumir a responsabilidade pela limpeza do miradouro (Pincha, 2018, 26 de julho). No entanto, apesar do município acusar a concessionária do quiosque de má gestão, os diversos relatórios produzidos pelos serviços municipais (Polícia Municipal e Departamento de Estrutura Verde) apontam numa direção bem diferente, chegando mesmo a elogiar a gestão do quiosque, argumentando que "a concessão até proporciona uma sensação de segurança a todo o espaço" (Pincha, 2019, 11 de fevereiro).

Posteriormente, a 26 de Julho de 2018, o miradouro foi subitamente encerrado ao público, através da colocação de uma vedação temporária em seu redor, e que obstruiu parte da vista para o rio (Figs. 3.70. e 3.71.).

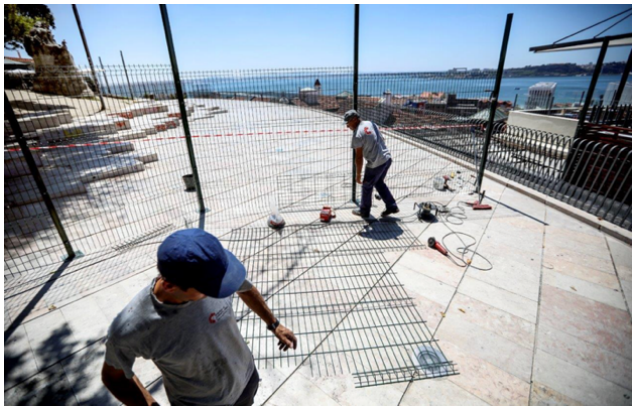




Fig. 3.70. Miradouro de Santa Catarina. Colocação da vedação temporária em redor do miradouro (fonte: Público, 2018). https://www.publico.pt/2018/07/26/local/noticia/miradouro-de-sta-catarina-fechado-para-obras-o-resto-do-verao-1839230. **Fig. 3.71**. Miradouro de Santa Catarina, objeção pública face à restrição de acesso ao miradouro (fonte: O Corvo, Sítio de Lisboa, 2018). https://arquivo.pt/wayback/20180904204851/https://ocorvo.pt/aumenta-contestacao-a-colocacao-de-uma-vedacao-no-miradouro-de-santa-catarina/.

Esta intervenção foi anunciada por nota oficial, sem processo prévio participativo alargado a todos os cidadãos (George, 2018, 28 de novembro), numa postura *top-down* por parte do município. A CML alegou, no entanto, que a colocação desta vedação, bem como a restrição de acesso ao miradouro tinham como objetivo melhorar as condições de limpeza e segurança, bem como controlar o excesso de pessoas no local, facto que nunca foi sustentado por estudos técnicos ou substanciado em factos. Porém, esta alegação por parte do município, foi contestada por diversos anónimos, que apontaram como verdadeiro motivo, a abertura do hotel de 5 estrelas, o *Verride* Palácio Santa Catarina contíguo ao miradouro (Pincha, 2018, 17 de agosto). Segundo o jornalista João Pedro Pincha (*Ibidem*), seria a direção do hotel que estaria a

pressionar a Câmara a tomar medidas para combater o tráfico de droga existente no local, declarando que os seus clientes eram insistentemente abordados por traficantes locais.

Adicionalmente, a cronologia em que os dois acontecimentos ocorreram, a inauguração do hotel e o fecho do miradouro, com apenas 9 meses de diferença, foi considerada, pelos utilizadores do miradouro, como demasiado próxima para ser entendida como mera casualidade. O crítico literário e sociólogo João Pedro George (2018, 28 de novembro), salienta que, apesar da surpresa do anúncio do encerramento do miradouro por grande parte dos cidadãos, a diretora-geral do hotel estaria a par de todos os procedimentos, inclusivamente do fecho do miradouro, bem como do controlo dos acessos ao mesmo. Estes argumentos, contribuíram para a sensação de favorecimento para com o hotel e da falta de transparência em todo o processo. Este acontecimento, em conjunto com a tentativa de vedação e privatização da praça do Martim Moniz, apontou para um *modus operandi* "a que este executivo camarário nos tem habituado: curvatura de espinha ante os poderosos e os interesses imobiliários [...] estetização dos espaços de acordo com o gosto das classes abastadas e o seu estilo de vida, higienização social, divisão da cidade em condomínios e guetos." (George, *Ibidem*).

Deste modo, o anúncio do encerramento do miradouro, resultou em controvérsia, colocando dois grupos de utilizadores em lados opostos pelo direito à cidade, por um lado a população residente que pretendia evitar a má frequência do espaço, argumentando que o miradouro se tinha tornado, nos últimos anos, um lugar marginal, com demasiado ruído noturno, falta de higiene urbana e insegurança crescente, e por outro, os frequentadores do miradouro, que reclamavam este espaço à cidade, exigindo o seu livre acesso, sem restrições de horários e acusando o poder político do propósito de "higienização social do espaço" (Pincha, 2018, 17 de agosto).

Em 2019, e apesar da contestação e da indignação de alguns autarcas, designadamente autarcas do BE e do PCP/PEV, de munícipes, bem como de cidadãos anónimos, pelo fecho do miradouro, este reabre ao público, mas com o horário condicionado entre as 7h30 e as 23h30 (Figs. 3.72. e 3.73.). Foram diversas as manifestações de repúdio, designadamente: as duas moções apresentadas a 13 de setembro de 2018, em reunião de câmara pelo BE e pelo PCP/PEV, ambas aprovadas por todos os partidos à exceção do PS, partido em maioria na CML (Almeida, 2018, 13 de setembro) e a criação do movimento espontâneo cívico e apartidário: "Libertem o Adamastor", com origem na rede social *Facebook* (Figs. 3.74. a 3.77.). Este movimento desenvolveu inúmeras ações junto da CML, nomeadamente, o envio da Petição

34/2018: “Por um Adamastor de todos e para todos”[47], em dezembro do mesmo ano, com 4115 subscritores e com o objetivo de promover um debate público sobre as obras em curso e o esclarecimento sobre razões das decisões assumidas pelo município.



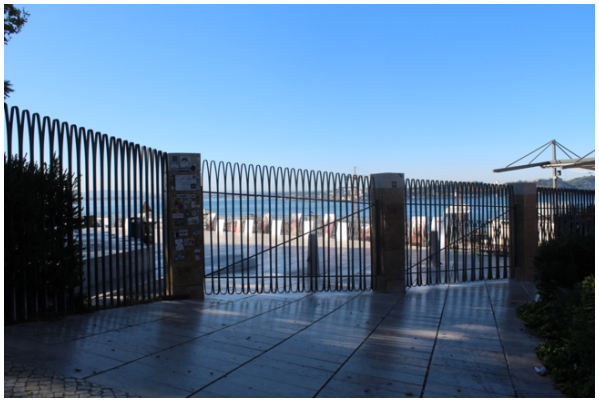


Fig. 3.72. Miradouro de Santa Catarina. Acesso ao miradouro através do quiosque de restauração (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.73**. Miradouro de Santa Catarina. Acesso ao miradouro através do seu extremo este, junto ao *Noobai*, *Rooftop* Bar e Restaurante (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).





Fig. 3.74. Miradouro de Santa Catarina. Iniciativa de contestação, 2019 (fonte: Libertem o Adamastor! https://www.facebook.com/groups/2041316469220022/media) **Fig. 3.75**. Miradouro de Santa Catarina. Cartaz afixado na vedação, 2018 (fonte: Libertem o Adamastor! https://www.facebook.com/groups/2041316469220022/media).

[47]Petição disponível em: https://www.am-lisboa.pt/documentos/1545148710U6cMI1qm4Bi23PA4.pdf.





Fig. 3.76. Miradouro de Santa Catarina. Iniciativa de contestação, José Silveira, 2018 (fonte: Libertem o Adamastor! https://www.facebook.com/groups/2041316469220022/media) **Fig. 3.77**. Miradouro de Santa Catarina. Marcha de contestação, 2019 (fonte: Libertem o Adamastor! https://www.facebook.com/groups/2041316469220022/media).

A este movimento, juntou-se também, o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA)[48], que requereu por três vezes o acesso aos documentos relativos ao miradouro de Santa Catarina, conforme previsto na legislação aplicável, nomeadamente: o caderno de encargos e proposta final adjudicada; a identificação e a fundamentação do ato administrativo que sustenta a medida de encerramento súbito do miradouro e a fundamentação para a inexistência de aviso em lugar visível, desde o dia 25 de julho de 2019, sobre a intervenção (GEOTA, 2019, fevereiro; março; abril). Na sequência da ausência de resposta aos requerimentos anteriores, o GEOTA apresentou queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), entidade que deliberou em maio de 2019, favoravelmente o pedido (CADA, 2019, 21 de maio). Só após esta deliberação e novo pedido de acesso aos documentos, em junho do mesmo ano, a CML procedeu ao envio solicitado, quase 6 meses após o primeiro pedido (GEOTA, 2019, 4 de junho).

Salienta-se que, o movimento "Libertem o Adamastor", apesar de defender o livre acesso ao miradouro, reconhecia a existência de problemas neste espaço urbano público, bem como na sua área circundante, como o tráfico de droga e a existência de sem-abrigo a pernoitar. Era, no entanto, da opinião, que os problemas sociais decorrentes dessas situações, não iriam ser resolvidos através do fecho do espaço urbano público, estes deslocar-se-iam para outras zonas da freguesia, o que acabou por acontecer durante os meses em que o espaço esteve encerrado para requalificação (Moreira, 2019, 21 de fevereiro). No entender destes indivíduos, restringir

[48]Organização não governamental de ambiente, de âmbito nacional, com estatuto de utilidade pública e com atividade desde 1981. O GEOTA tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural.

o acesso aos espaços é o caminho mais fácil de lidar com os problemas, sem efetivamente resolver a raiz estrutural dos mesmos.

Contrariamente ao discurso que favorecia o livre acesso ao miradouro, outro grupo de cidadãos juntou-se para defender, o que afirmaram ser, o direito à qualidade de vida e salvaguarda do património cultural. Este grupo, composto por moradores, comerciantes do Bairro de Santa Catarina e membros da Associação de Moradores da Freguesia da Misericórdia "A Voz do Bairro"[49], subscreveram a Petição 30/2018: "Requalificação do Miradouro de Santa Catarina"[50], na qual apoiaram medidas para erradicar os abusos do miradouro, nomeadamente, o tráfico de droga, o consumo excessivo de álcool e os insultos a moradores. Salienta-se, no entanto, que nem todos os moradores partilhavam esta visão "dantesca" do bairro (Belanciano, 2018, 2 de setembro) e se reviam nesta petição, tendo optado por, inclusivamente, assinar a petição: "Por um Adamastor de todos e para todos". O jornalista Vítor Belanciano (*Ibidem*), que vive na zona há mais de 20 anos, testemunhou a várias transformações no miradouro, no entanto, refere que se manteve sempre como um local de encontro e de reunião, onde dominava a informalidade e "uma coexistência, até certo ponto, interclassista, intercultural e intergeracional. E uma certa aura de transgressão, dentro de limites, apesar de tudo, toleráveis." (*Ibidem*).

A divergência de opiniões, inclusivamente, dentro do mesmo tipo de utilizador, ilustra a complexidade inerente à temática. Apesar de todos os utilizadores terem concordado com a existência de excessos no miradouro, a forma de os resolver não foi unânime. Enquanto um grupo expressivo de cidadãos, donde se distingue o movimento "Libertem o Adamastor", composto sobretudo por utilizadores do miradouro, defendiam o livre acesso ao miradouro, outro grupo, formado sobretudo por residentes, apoiava o fecho do miradouro, com o objetivo de proporcionar segurança, higiene e harmonia a este espaço.

Devido à pressão popular, o município organizou audiências públicas, com o objetivo de apresentar os planos de requalificação para este espaço urbano público (Boa Nova, 2018). O parecer final da Assembleia Municipal de Lisboa, emitido a 17 de Outubro de 2019, aprovou, entre outras medidas, o reforço do policiamento e da iluminação pública, a instalação de um sistema de videovigilância, na zona do Bairro de Santa Catarina e a passagem da gestão da concessão do quiosque para a Junta de Freguesia, sendo omisso em relação à vedação do espaço

[49]Criada em Outubro de 2013, com o objetivo de defender os interesses comuns dos habitantes e melhorar as condições gerais do Bairro de Santa Catarina (Publicações de Atos Societários e de outras entidades, 2023, setembro).

[50]Petição disponível em: https://am-lisboa.pt/documentos/1551888359R7rZJ4um7Ef86TY7.pdf.

(AM, 2019). Sobre esta última medida, o parecer apenas refere, que o Senhor Vereador Manuel Salgado salienta: "que esta estrutura é amovível e que após um ano de funcionamento se dirá se se justifica manter a vedação ou se pelo contrário retirá-la." (*Ibidem*, p. 13). Seis anos decorridos, a estrutura designada como temporária, permanece no local e não são conhecidos estudos que sustentem a eficácia desta medida.

Três anos após o parecer final da Assembleia Municipal de Lisboa (AML, 2019), a videovigilância no miradouro de Santa Catarina, foi implementada. O objetivo é que este sistema funcione sem interrupção 24 horas por dia e que seja operado e monitorizado pelo Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública, entidade responsável pela conservação e tratamento de dados (CML, 2022). De acordo com o #Lisboa Para Pessoas (2022), jornal local e portal comunitário sobre a Lisboa metropolitana, terão sido instaladas 7 câmaras na zona do miradouro.

Assim, apesar da contestação a favor da acessibilidade universal ao miradouro, não ter sido capaz de reverter a decisão do município, destaca-se, o debate público que originou sobre o tema. Tópicos como: a higienização social do espaço urbano público, através do afastamento de determinados grupos de pessoas; a insegurança face à diversidade; a introdução de videovigilância e/ou mecanismos de controlo de acesso aos espaços urbanos públicos, foram trazidos para o debate público e alvo de discussão e escrutínio. Adicionalmente, a crescente dependência da esfera pública em relação às entidades privadas, movidas sobretudo, por interesses económicos, colocaram em perigo a natureza da acessibilidade inerente do espaço urbano público. Neste contexto, foi essencial a intervenção da contestação pública, que contribuiu para manter a exploração autónoma do quiosque, evitando a interferência do hotel contíguo.

Destaca-se, igualmente, que a forma como todo o processo foi conduzido pela CML contribuiu para o aumento das clivagens entre os diversos utilizadores. Seria expectável que num processo participativo, o município interviesse como mediador, numa dinâmica de diálogo com todos os intervenientes, de transparência acerca das medidas tomadas e priorizando a preservação do bem comum, material e imaterial. A procura de um consenso, mais do que satisfazer as expectativas de todos os cidadãos, tem por objetivo a coesão social de um determinado território, devendo ser ulterior à ação, ou seja, concretizar-se na fase de estudo prévio e no desenho das políticas públicas.

Espaços como o miradouro de Santa Catarina são o reflexo de fenómenos territoriais como, o turismo massificado e repentino, a vida noturna vibrante e uma especulação imobiliária crescente (INE, julho, 2020), que colocam à prova o centro histórico da cidade de Lisboa. Se

os moradores são cada vez em menor número, a marginalidade ganha espaço e os poucos que permanecem sentem-se deixados à sua sorte (Pincha, 2018, 21 de outubro). Entre 2001 e 2011, e de acordo com os Censos deste período, a população residente apresentava um grau de escolaridade essencialmente básico e as classes etárias entre os 25 e os 64 anos e acima dos 65 anos eram as dominantes, e os alojamentos vagos e/ou devolutos começavam a adquirir destaque (INE, julho, 2020). Também os resultados dos Censos 2021, revelaram a contínua perda de população residente nos edifícios localizados na proximidade do miradouro de Santa Catarina e o aumento muito significativo de alojamentos vagos e/ou devolutos. A perda de população residente é bastante significativa neste recorte territorial, dos anteriores 282 indivíduos indicados pelos Censos 2011, hoje são mencionados apenas 152, uma perda de quase 50% da população residente, numa década e o número de alojamentos vagos acresce em 24 (INE, julho, 2023) (ver Anexo A3. Leitura de ortofotomapas de secção e subsecção do miradouro de Santa Catarina, 2011 e 2021.).

Como então resolver este paradoxo entre uma população efémera e uma população residente? Através de mais videovigilância, proibição de venda de álcool para a via pública e/ou restrição ao direito ao espaço urbano público? De acordo com o urbanista João Seixas (Pincha, 2018, 21 de outubro), a cidade terá sempre espaços de maior transgressão, mas isso não deverá ser condição necessária para restringir o acesso ao espaço urbano público. O urbanista propõe como alternativa, uma monitorização mais atenta a estes espaços, através do policiamento e de uma coresponsabilização dos vários utilizadores: residentes; frequentadores dos espaços; autoridades e turistas, que devem ser chamados a cuidar destes espaços.

Relativamente à evolução dos usos comerciais e/ou serviços dos edifícios próximos do miradouro de Santa Catarina, desde o início do século XX até aos dias de hoje (ver Anexo A4. Evolução dos usos comerciais e/ou serviços na envolvente do miradouro de Santa Catarina, desde o início do século XX até ao presente) e apesar da zona circundante ao miradouro ter um carácter assumidamente residencial, a freguesia de Santa Catarina no final do século XX apresentou um retrocesso expressivo nas suas atividades económicas, com especial enfase para o comércio grossista e atividades ligadas aos transportes, bem como as indústrias gráficas, que nesta área tinham uma frequência expressiva (CML, 2005). Nesta zona da cidade predominavam o pequeno comércio independente, as empresas prestadoras de serviços empresariais e as de apoio às operações sobre Imóveis (CML, 1992). Hoje, na vizinhança do miradouro de Santa Catarina, o uso comercial que se destaca, é o ligado à restauração e aos equipamentos turísticos.

3.2.1. Síntese do trabalho de campo

Na continuidade da análise desenvolvida para o caso da praça de São Paulo e da sua envolvente, apresenta-se, de seguida, um resumo das observações realizadas no miradouro de Santa Catarina e respetiva envolvente e nas entrevistas semi-diretivas conduzidas junto dos utilizadores do espaço (ver Anexo A6. Guião das entrevistas aos utilizadores dos espaços urbanos públicos em análise), no âmbito do trabalho de campo. Tal como na praça de São Paulo, procedeu-se, numa primeira fase, à identificação dos principais grupos de utilizadores que frequentam o miradouro. Posteriormente, foi realizada uma seleção intencional de cerca de dez indivíduos, representando cada uma das tipologias de utilizador previamente identificadas, com o objetivo de recolher dados qualitativos sobre os padrões de apropriação e vivência do espaço (ver Anexo A7. Caracterização dos entrevistados). Para o tratamento das variáveis qualitativas emergentes das entrevistas, recorreu-se a uma grelha de classificação subjetiva, composta por cinco níveis de avaliação: 1 (Mau), 2 (Insuficiente), 3 (Razoável), 4 (Bom) e 5 (Muito Bom), à semelhança do que foi feito para a praça de São Paulo. Esta grelha permitiu sistematizar e quantificar perceções sobre diferentes dimensões de análise do espaço urbano público.

Os utilizadores dominantes do miradouro são: artistas de rua (Fig. 3.78.), grupos de jovens portugueses (Fig. 3.79.), grupos de estudantes estrangeiros, turistas e, em menor proporção, residentes. No que diz respeito à sua caracterização demográfica, verificou-se que a apropriação do espaço tende a ocorrer de forma coletiva, sem uma predominância clara de género, e é protagonizada maioritariamente por indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos. Importa destacar que os residentes utilizam o espaço sobretudo durante o período da manhã, frequentando preferencialmente o quiosque localizado no miradouro. Em contrapartida, turistas e grupos de jovens, tanto portugueses como estrangeiros, são mais frequentes nos períodos da tarde e da noite, altura em que o miradouro se converte num dos principais pontos de encontro e de sociabilidade informal da cidade, articulando práticas de lazer, contemplação e fruição sonora e visual da paisagem urbana.

As principais atividades observadas no miradouro de Santa Catarina incluem: repouso e descanso; contemplação da paisagem urbana (Fig. 3.80.); consumo de bebidas (Fig. 3.81.); consumo de alimentos (Fig. 3.80.) e, em alguns casos, de substâncias ilícitas; conversação (Fig. 3.81). e escuta de música, ao vivo, ou através de colunas portáteis trazidas pelos próprios utilizadores. Estas práticas evidenciam a multifuncionalidade do espaço, utilizado simultaneamente como ponto de encontro, de lazer e de consumo. Quanto à duração da permanência no espaço, verificou-se que, de forma geral, os utilizadores permanecem no

miradouro por períodos superiores a duas horas. Esta permanência prolongada, verifica-se sobretudo, entre os jovens portugueses, estudantes estrangeiros e artistas de rua. Já os turistas, por norma, utilizam o miradouro de forma mais efémera, permanecendo apenas alguns minutos, o tempo necessário para contemplar a vista e registar o momento através de fotografias. A frequência do quiosque do miradouro, por sua vez, apresenta uma duração média de permanência entre os 30 minutos e uma hora. Estes padrões de uso reforçam a ideia de que o miradouro constitui um espaço de apropriação intensiva, especialmente durante o final da tarde e a noite, sendo experienciado como um lugar de lazer informal e de sociabilidade aberta, com baixa regulação comportamental e grande tolerância à diversidade de práticas e perfis sociais.





Fig. 3.78. Miradouro de Santa Catarina. Artistas de rua a atuar (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).
Fig. 3.79. Miradouro de Santa Catarina. Grupos de jovens a confraternizar (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).





Fig. 3.80. Miradouro de Santa Catarina, exemplo das atividades de consumo de alimentos e contemplação (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.81.** Miradouro de Santa Catarina, exemplo das atividades de conversação e consumo de bebidas (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

Assim como no praça de São Paulo, também a síntese das observações realizadas durante o trabalho de campo, no miradouro de Santa Catarina foi estruturada com base na matriz de indicadores do espaço urbano público, aplicada nas suas quatro dimensões de análise, o que permitiu uma leitura integrada do espaço e das suas transformações ao longo do tempo. Para

cada dimensão foram produzidos quadros e figuras ilustrativas: a dimensão morfológica é apresentada nos Quadros 3.9. e 3.10. e na Fig. 3.82.; a dimensão funcional é apresentada no Quadro 3.11. e na Fig. 3.85.; a dimensão ambiental é exposta no Quadro 3.12. e na Fig. 3.90. e, por fim, a dimensão social é sistematizada no Quadro 3.13.

A análise dos dados recolhidos no trabalho de campo, entre janeiro de 2019 e agosto de 2023, com base nos Quadros 3.9. e 3.10. e na Fig. 3.82., evidencia várias carências morfológicas no miradouro. Estas prendem-se, sobretudo, com a escassez de mobiliário e equipamentos urbanos essenciais para um espaço com elevada afluência. Destaca-se a ausência de bebedouros em número suficiente, de casas de banho públicas plenamente acessíveis, de paragens de transporte público nas imediações diretas, bem como a inexistência de zonas adequadas para o estacionamento de bicicletas e motas. Embora exista uma casa de banho pública perto do miradouro, esta apresenta-se frequentemente encerrada ou inoperacional, obrigando os utilizadores a recorrer à instalação sanitária anexa ao quiosque de restauração, solução claramente insuficiente face ao número elevado de visitantes, particularmente nos meses de primavera e verão. A instalação de mais um bebedouro no espaço urbano público, além de responder à elevada procura, contribuiria também para mitigar práticas como o transporte excessivo de bebidas, ajudando a reduzir a produção de resíduos e reforçando o carácter sustentável e inclusivo do espaço. Estas lacunas, apesar de não comprometerem a atratividade do miradouro enquanto ponto de encontro e contemplação, condicionam a qualidade da experiência urbana e limitam o conforto de permanência, sobretudo para públicos mais vulneráveis, como idosos ou crianças.

Quadro 3.9. Dimensão Morfológica - miradouro de Santa Catarina e sua envolvente [fonte: Ana Cravinho a partir de Moro (2011) e De Angelis & Castro (2004)].

Dimensão Morfológica	**Miradouro de Santa Catarina**

Acessos (ruas contíguas)	
Ruas contíguas	Rua de Santa Catarina e Travessa de Santa Catarina
Largura dos passeios	Entre 3,00 a 7,50m
Tipo de pavimentos	ruas com calçada de cubos de granito em fiadas regulares oblíquas ao eixo da via e calçada tradicional portuguesa de vidraço e basalto nos passeios. Blocos de calcário lioz no miradouro.
Estado de conservação dos pavimentos	De uma forma geral em bom estado de conservação, à excepção dos blocos de calcário lioz, localizados no limite do miradouro, contíguos ao gradeamento e que se encontram na sua maioria soltos.

Planta trapezoidal



Edifícios circundantes	
Fachadas	Seiscentistas e pré-pombalinas. Dois palacetes oitocentistas.
Tipologia construtiva	Paredes portantes, travejamentos e soalhos.
Volumetria	Edifícios entre 2 a 4 pisos. Telhados com mansardas ou trapeiras.
Cores	Edifícios brancos,amarelos e rosa.
Texturas	Predomina a textura visual lisa e rugosa, sugerida pela pedra.
Monumentos/Edifs. de referência	Palácio Verride ou Palácio de St. Catarina Palacete da Assoc. Nacional de Farmácias
Estado de conservação dos edifs.	Maioria dos edifs. encontra-se em bom estado de conservação.

Mobiliário urbano		
Bancos		8
Iluminação		4
Papeleiras		4
Caixotes do lixo		11
Caixotes para doação de vestuário		0
Bebedouros		1
Receptáculo para correio		0
Sinalização urbana	informação	5
	perigo	1
	regulamentação	1
	proibição pav.	0
	informação pav.	0
Outros espaços para sentar	degraus	8
	bacias chafariz	0
	paragem transporte público	0

Equipamentos urbanos		
Casas de banho públicas Nem sempre se encontra acessível		1
Paragens de transportes públicos e táxis		0
Espaços para práticas desportivas		1
Estacionamento Disponível a residentes com dístico da zona,nos arruamentos contíguos ao Miradouro	automóveis	12
	motas/ bicicletas	0
Espaços para terceira idade Bancos do miradouro e na Trav. de Santa Catarina		8
Quiosque de restauração		1

Quadro 3.10. Dimensão Morfológica - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho).

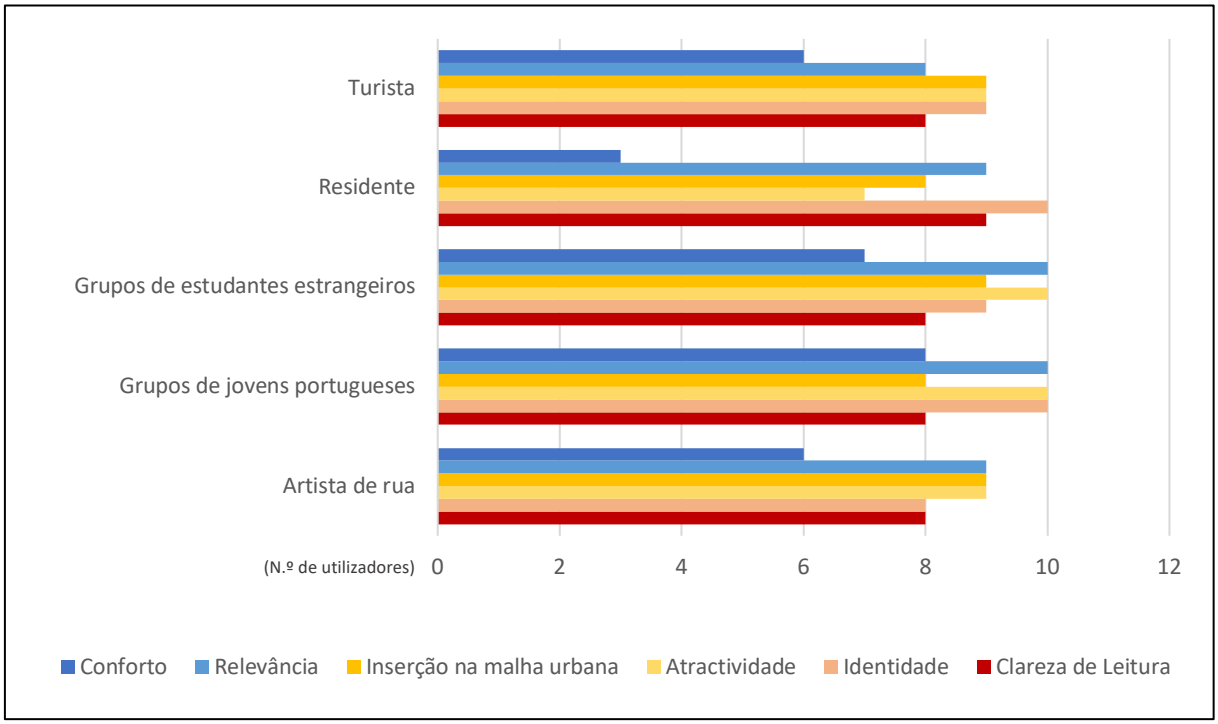




Fig. 3.82. Planta do miradouro de Santa Catarina - Dimensão Morfológica. Localização do mobiliário e equipamento urbanos (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML).

Entre os dois períodos de observação considerados no trabalho de campo, verificaram-se quatro alterações relevantes na morfologia do espaço: a reorganização das circulações automóveis em toda a área envolvente ao miradouro; a instalação de um bebedouro na Rua de Santa Catarina; a introdução de vedações fixas que delimitam a separação entre a área pavimentada do miradouro e as zonas verdes adjacentes e a limitação do acesso ao miradouro por via da colocação de guardas metálicas e portões, que encerram o espaço fora do período de funcionamento autorizado. De acordo com a regulamentação em vigor, o acesso ao miradouro é permitido apenas entre as 7h30 e as 23h30, sendo a abertura e o encerramento do espaço da responsabilidade da Junta de Freguesia da Misericórdia (Fig. 3.83.). No entanto, durante o

período de trabalho de campo, verificou-se a sistemática inobservância destes horários. Em diversas ocasiões, o espaço encontrava-se encerrado fora do horário estipulado, sendo particularmente ilustrativo o caso registado no dia 11 de agosto de 2023, uma sexta-feira, em que, pelas 12h00, o miradouro permanecia fechado ao público (Fig. 3.84.). Neste contexto, apenas a intervenção da proprietária do quiosque de restauração existente no local permitiu o acesso ao espaço, revelando uma situação de dependência da iniciativa privada para garantir a fruição de um espaço urbano público que, por definição, deveria estar acessível a todos.





Fig. 3.83. Miradouro de Santa Catarina. Placa que indica o horário de abertura e fecho do espaço público (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.84**. Miradouro de Santa Catarina. Acesso do miradouro fechado às 11h30. Os diversos utilizadores que pretendem aceder ao miradouro, fazem-no através do quiosque de restauração (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

No que diz respeito às avaliações qualitativas relativas à dimensão morfológica, recolhidas durante o trabalho de campo, através das entrevistas semi-diretivas, verifica-se uma perceção global maioritariamente positiva por parte dos utilizadores do miradouro, com uma predominância das classificações 4 (Bom) e 5 (Muito Bom) (Quadro 3.10.). Os entrevistados destacaram, de forma consensual, a relevância simbólica e afetiva do espaço, assim como a sua identidade singular e o forte apelo paisagístico que o torna um ponto de atração para residentes e visitantes. Contudo, alguns aspetos menos positivos foram identificados, sobretudo por residentes e comerciantes. Entre os principais pontos negativos salientam-se: o desconforto do mobiliário urbano, percecionado como pouco inclusivo, em particular para a população mais idosa e o impacto do novo pavimento em pedra lioz, instalado no âmbito das intervenções de requalificação iniciadas em 2003. Segundo os inquiridos, a substituição do anterior pavimento por esta solução em pedra natural terá reduzido o conforto térmico do espaço, uma vez que a pedra lioz reflete intensamente a radiação solar, agravando a exposição ao calor nos meses de verão. Apesar de a escolha deste material ter sido justificada no projeto de Requalificação

Urbana do Alto de Santa Catarina pela sua durabilidade e facilidade de manutenção, a solução adotada é frequentemente referida como desajustada face às condições de uso quotidiano e às necessidades dos utilizadores mais vulneráveis.

No âmbito da análise funcional (Fig. 3.85.), o miradouro de Santa Catarina e a sua envolvente caracterizam-se por uma clara predominância de usos turísticos, comerciais/restauração e habitacionais. A pressão turística é particularmente visível na presença significativa de AL, cujos efeitos sobre o tecido urbano e a dinâmica residencial já forma abordados anteriormente (ver Capítulo 2. Evolução das políticas públicas na cidade de Lisboa).

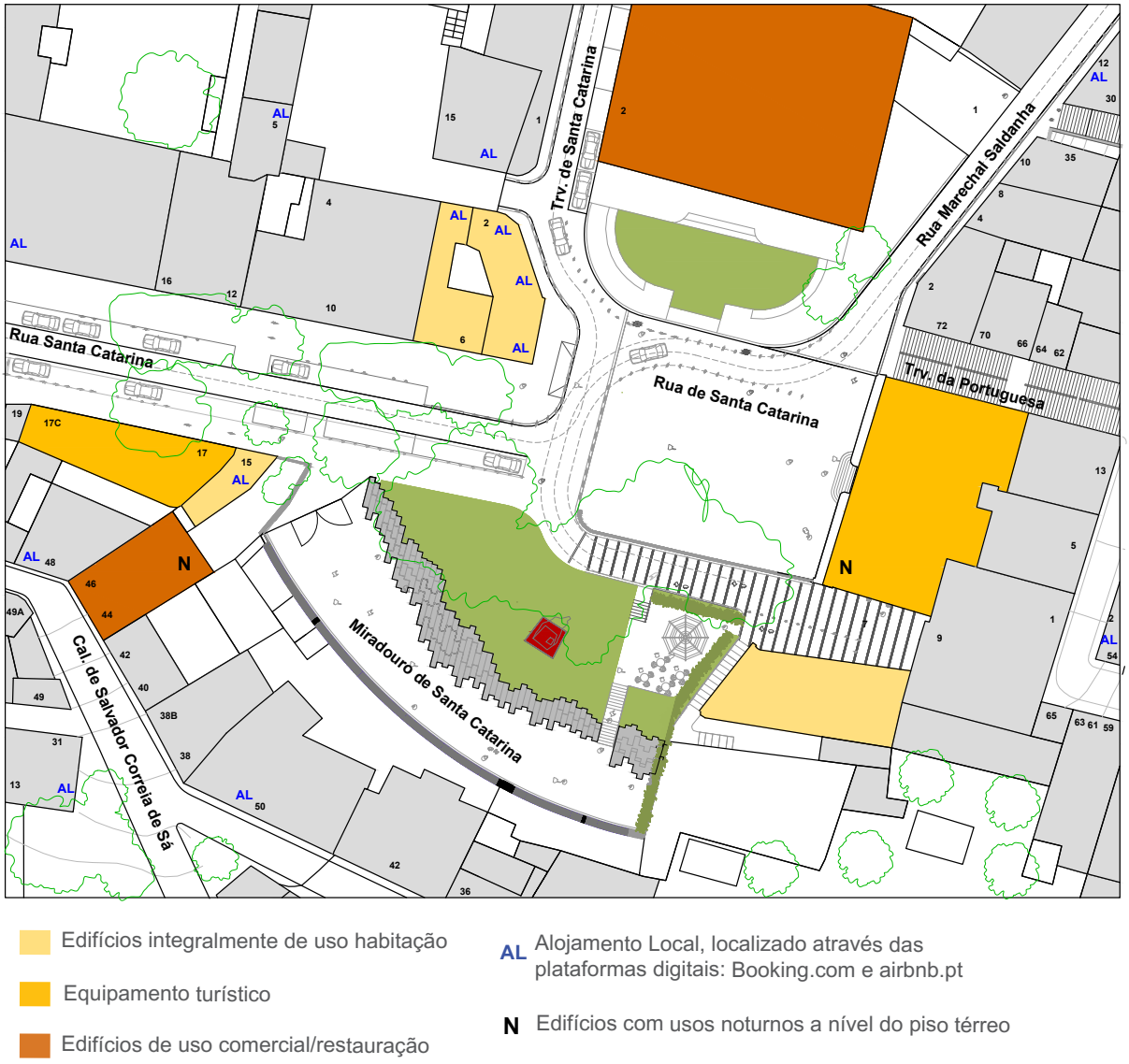


Fig. 3.85. Planta do miradouro de Santa Catarina - Dimensão Funcional, com indicação dos tipos de usos dos edifícios contíguos (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML).

Através de uma breve pesquisa em plataformas digitais de promoção de alojamento de curta duração (nomeadamente airbnb.pt e booking.com), foi possível identificar cerca de 46 unidades disponíveis num raio de 300 metros a partir do miradouro. Apesar de esta análise não permitir determinar com exatidão o número de fogos efetivamente afetos a esta atividade, os dados revelam uma elevada concentração de ofertas turísticas na área, o que sugere um processo de transformação funcional do bairro, com efeitos sobre a sua acessibilidade residencial e vivência quotidiana.

No que diz respeito à organização dos fluxos territoriais (Figs. 3.86. a 3.90.), observa-se uma forte convergência dos movimentos pedonais em direção aos estabelecimentos de restauração e, sobretudo, ao miradouro propriamente dito, que funciona como ponto de atração principal, independentemente do período do dia. O fluxo pedonal é o modo de circulação predominante, reforçando o papel do espaço como lugar de atravessamento, encontro e permanência. As zonas de maior permanência coincidem com os locais onde existe mobiliário urbano ou elementos que permitam sentar, como bancos, degraus e a esplanada localizada no próprio miradouro, reforçando a importância da infraestrutura de apoio à fruição do espaço urbano público.



Fig. 3.86. Planta do miradouro de Santa Catarina - Dimensão Funcional, com indicação dos fluxos de pedestres, bicicletas e automóveis e zonas de estar/permanecer (fonte: Cristina Assunção e Ana ma Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML).





Fig. 3.87. Miradouro de Santa Catarina. Ocupação do miradouro, ao final da tarde. Vista da esplanada do quiosque (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.88**. Miradouro de Santa Catarina. Ocupação do miradouro e esplanada, ao final da tarde. Vista do restaurante/bar *Noobai* (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

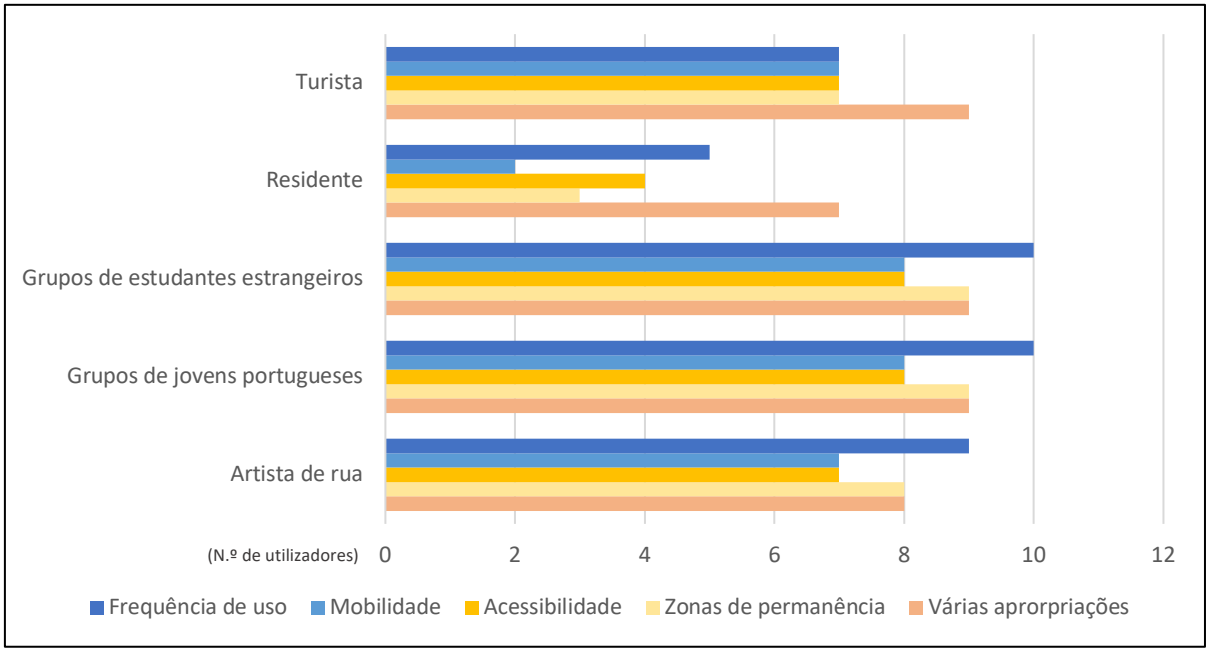




Fig. 3.89. Miradouro de Santa Catarina. Ocupação da esplanada, ao final da tarde (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.90**. Miradouro de Santa Catarina. Ocupação da esplanada, ao início da tarde (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

Relativamente aos indicadores qualitativos da dimensão funcional, recolhidos durante o trabalho de campo, através das entrevistas semi-diretivas, a avaliação global situa-se maioritariamente entre os níveis 4 (Bom) e 5 (Muito Bom), de acordo com a escala definida (Quadro 3.11.). Os entrevistados destacam de forma positiva a versatilidade do espaço no que respeita aos seus usos, realçando a possibilidade de apropriação tanto em regime individual como coletivo, o que reforça o carácter inclusivo e multifuncional do miradouro. Esta capacidade de adaptação às diversas práticas sociais revela-se particularmente valorizada pelos utilizadores ocasionais e turistas. Contudo, emergem algumas críticas, sobretudo por parte dos residentes, relativamente às condições de acessibilidade e mobilidade. A ausência de paragens de transporte público nas imediações do miradouro é frequentemente apontada como uma limitação, sendo necessário recorrer às paragens localizadas na Calçada do Combro, a uma distância considerável. Adicionalmente, os residentes referem dificuldades significativas associadas ao estacionamento automóvel nas proximidades, bem como obstáculos à circulação pedonal por parte de pessoas com mobilidade reduzida, devido à morfologia irregular dos arruamentos envolventes, à inclinação acentuada e à ausência de soluções de desenho urbano inclusivas. Estas limitações funcionais comprometem parcialmente o potencial de apropriação plena do espaço por uma maior diversidade de utilizadores.

Quadro 3.11. Dimensão Funcional - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho).



Na abordagem ambiental (Fig. 3.91.), a análise dos parâmetros considerados, nomeadamente a qualidade paisagística e a qualidade ambiental, evidencia algumas fragilidades no miradouro de Santa Catarina. Verifica-se uma escassez significativa de zonas de sombra, abrigo e proteção ao vento, sendo estas condições proporcionadas apenas pela estrutura da esplanada existente no local. Esta carência assume particular relevância nos meses de verão, período em que a elevada exposição solar, constante ao longo do dia, compromete seriamente o conforto térmico dos utilizadores. A ausência de soluções de sombreamento e a oferta limitada de água potável, circunscrita a um único bebedouro, agravam este cenário, tornando a permanência no espaço difícil durante as horas de maior intensidade solar. Como estratégia de adaptação, observam-se frequentemente soluções informais criadas pelos próprios utentes para mitigar os efeitos do calor (Fig. 3.92.), o que denuncia a insuficiência das infraestruturas existentes.

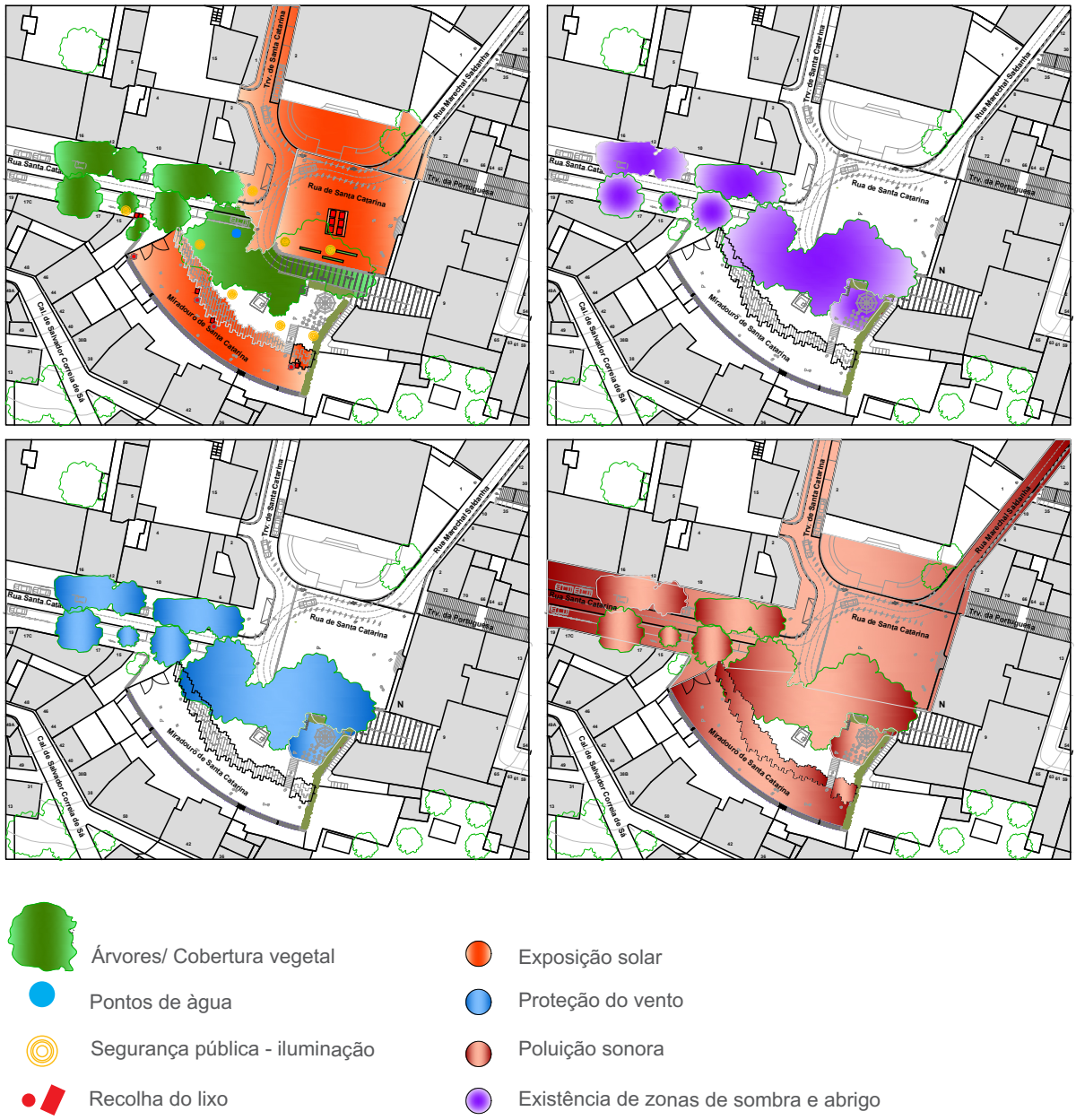


Fig. 3.91. Plantas do miradouro de Santa Catarina - Dimensão Ambiental. Análise dos parâmetros: qualidade paisagística e qualidade ambiental (fonte: Cristina Assunção e Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML).

Por outro lado, no que respeita à gestão de resíduos, a presença de diversos pontos de recolha de lixo revela-se suficiente face às exigências do espaço, e a iluminação pública existente é igualmente considerada adequada às necessidades de uso noturno (Fig. 3.93.). No entanto, a elevada afluência de utilizadores, sobretudo ao final da tarde e durante a noite, está associada a níveis significativos de poluição sonora, em especial nas áreas de maior concentração, como o quiosque de restauração e a zona central do miradouro. Este fenómeno

tende a acentuar-se nos períodos de maior densidade de ocupação, comprometendo, em parte, a qualidade ambiental do espaço urbano público.

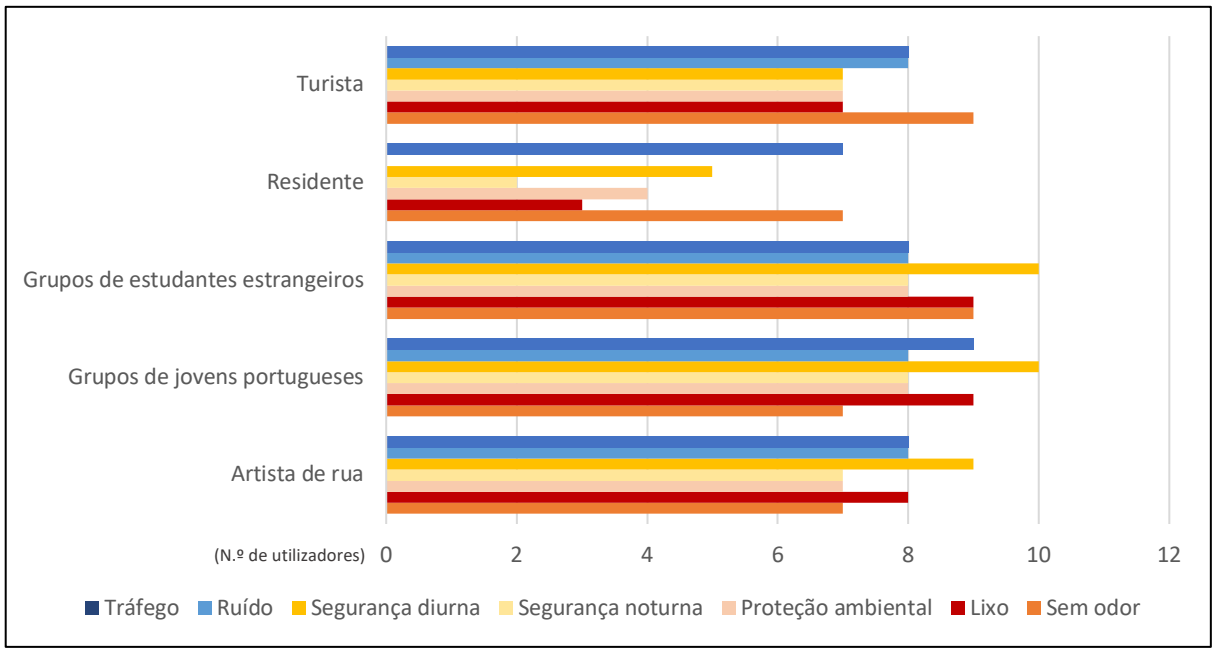




Fig. 3.92. Miradouro de Santa Catarina. Grupo de jovens que se protege da exposição solar (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023). **Fig. 3.93**. Miradouro de Santa Catarina. Iluminação presente no miradouro (fonte: Ana Cravinho, agosto de 2023).

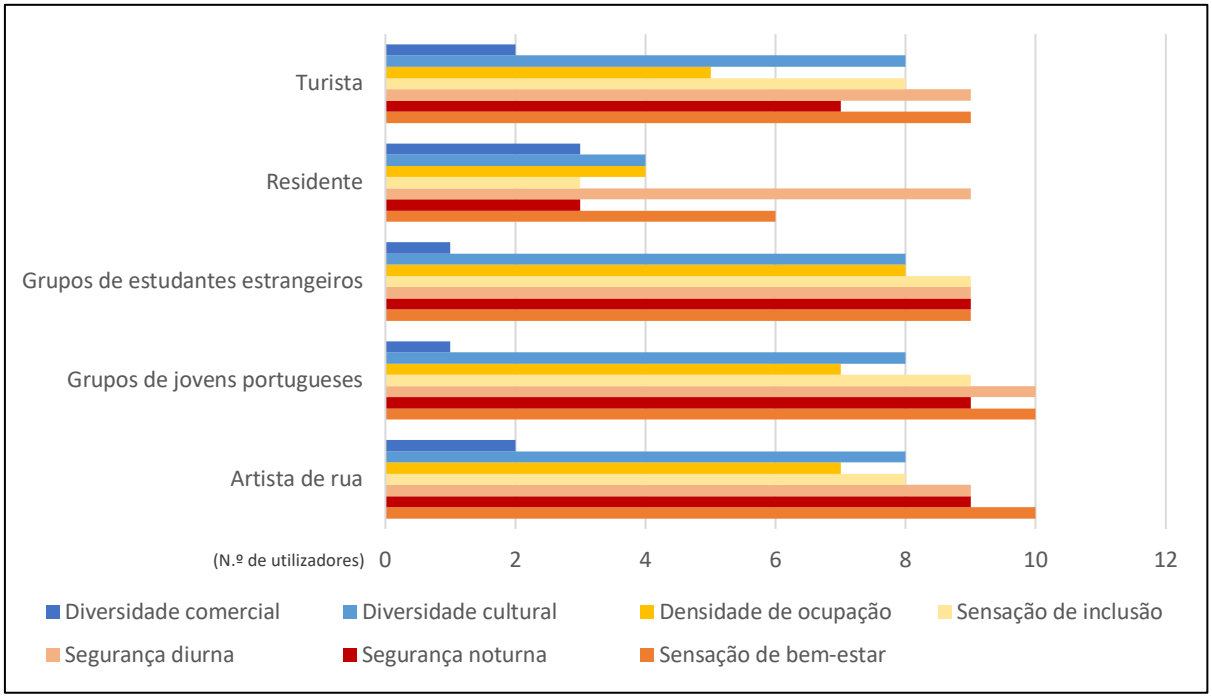
No que se refere aos indicadores qualitativos da dimensão ambiental, recolhidos durante o trabalho de campo, a avaliação global atribuída pelos utilizadores, com base nas entrevistas semi-diretivas, é de 3 (Razoável) (Quadro 3.12.). Importa sublinhar que esta avaliação incide maioritariamente sobre o período anterior à implementação do encerramento noturno do miradouro, tendo-se procurado, sempre que possível, estabelecer comparações entre as perceções relativas ao período anterior e posterior a essa medida. O valor atribuído resulta, sobretudo, da ausência de proteção adequada face aos elementos atmosféricos, nomeadamente exposição solar, vento e precipitação, bem como da perceção de manutenção deficiente do espaço, da responsabilidade da Junta de Freguesia da Misericórdia, particularmente no que diz respeito à limpeza regular e ao estado de conservação dos espaços verdes. Adicionalmente, o ruído, foi recorrentemente destacado pelos residentes como fator perturbador. De acordo com estes, o miradouro e a sua envolvente apresentam, ao longo de toda a semana e sobretudo a partir do final da tarde, níveis elevados de ruído, associados à concentração de pessoas e às atividades recreativas que aí decorrem. Apesar disso, a maioria dos residentes reconhece uma melhoria significativa da situação após o encerramento noturno do espaço, referindo uma redução dos níveis de ruído durante a noite, bem como uma menor acumulação de resíduos e odores desagradáveis nas manhãs seguintes, tanto no miradouro como nos arruamentos adjacentes.

Quadro 3.12. Dimensão Ambiental - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho).



Relativamente à análise social e com base nas entrevistas realizadas no miradouro de Santa Catarina e na sua envolvente, durante o trabalho de campo, destaca-se uma avaliação global muito positiva dos principais indicadores urbanos: sensação de bem-estar, perceção de segurança, diversidade cultural, sentimento de inclusão e possibilidade de múltiplas formas de ancoragem individual e coletiva. Estes foram maioritariamente avaliados com notas entre 4 (Bom) e 5 (Muito Bom) (Quadro 3.13.). A principal exceção prende-se com o indicador da diversidade comercial, frequentemente apontado como inexistente, o que leva muitos utilizadores a transportarem para o local alimentos e bebidas adquiridos noutros pontos da cidade. Entre os aspetos menos positivos, destacam-se o ruído, sobretudo referido pelos residentes, e a fraca manutenção do espaço por parte da Junta de Freguesia, especialmente no que respeita à limpeza, ao cumprimento dos horários de abertura e fecho do miradouro e ao estado dos espaços verdes.

Quadro 3.13. Dimensão Social - avaliações qualitativas, obtidas através das entrevistas, com a indicação do número de utilizadores cuja avaliação atribuída situa-se entre o 4 (Bom) e o 5 (Muito Bom) (fonte: Ana Cravinho).



Os residentes entrevistados, detentores de uma memória mais alargada deste espaço, recordam que, antes do encerramento do miradouro em 2018, para obras de requalificação, este era frequentemente utilizado, sobretudo durante a noite, por indivíduos que após o fecho dos bares no Bairro Alto dirigiam-se aos bares/discoteca do Cais do Sodré. Nessa altura, o miradouro acolhia grupos que aí permaneciam longos períodos, produzindo elevados níveis de ruído, lixo e consumindo substâncias ilícitas. Atualmente, com o novo regime de acesso limitado entre as 7h30 e as 23h30, o ruído noturno diminuiu significativamente. A melhoria da iluminação pública e o aumento do número de contentores de lixo contribuíram igualmente para uma maior limpeza e para uma perceção reforçada de segurança no espaço.

Quanto aos fenómenos de segregação, inclusão, encontro e conflito, a maioria dos entrevistados (com exceção dos residentes) afirma não reconhecer este espaço como palco de conflitos. Apesar da persistência do consumo de álcool e substâncias ilícitas, diferentes grupos sempre coexistiram de forma pacífica. Consideram ainda que, após a intervenção de requalificação que introduziu mais mobiliário urbano e infraestruturas, o miradouro consolidou-se como um local privilegiado de encontro, reforçando o seu carácter inclusivo.

3.3. Discussão de Resultados

A análise comparativa dos dados recolhidos entre janeiro de 2019 e agosto de 2023, no âmbito do trabalho de campo desenvolvido na praça de São Paulo, no miradouro de Santa Catarina e nas respetivas envolventes - que integrou observação participante, aplicação da matriz de indicadores do espaço urbano público, entrevistas e elaboração de mapas de fluxos e mapas de apropriações espaciais - permitiu identificar padrões de continuidade e transformação nos usos e nas apropriações do espaço, evidenciando os impactos das dinâmicas territoriais e das políticas urbanas no quotidiano destes lugares. A análise realizada revelou que os espaços públicos contemporâneos de Lisboa se situam no centro de uma reconfiguração territorial e social profunda, marcada pela tensão entre políticas urbanas orientadas para a atratividade e práticas sociais heterogéneas que resistem à uniformização. Os resultados mostram que dinâmicas como a gentrificação, a homogeneização de usos, a mercadorização do espaço urbano público, a privatização subtil e a turistificação, não são fenómenos isolados, mas expressões convergentes de transformações estruturais que condicionam usos, presenças e formas de convivência, reforçando processos de segregação socioespacial. Estas transformações materializam-se na morfologia, na gestão, nos dispositivos de controlo e nas narrativas institucionais que moldam a cidade, produzindo fronteiras - visíveis e invisíveis - que regulam quem pode estar, circular ou permanecer no espaço urbano público. Estas fronteiras operam simultaneamente como mecanismos materiais e simbólicos de inclusão e exclusão, reconfigurando a perceção de pertença e delimitando legitimidades de presença no quotidiano urbano. A observação empírica evidencia também, a dimensão experiencial do espaço público: gestos, movimentos e permanências quotidianas - do transeunte apressado ao residente que persiste, do turista que circula rapidamente ao utilizador que resiste silenciosamente - revelam como se materializam tensões, desigualdades e diferentes modos de habitar os lugares.

A leitura integrada dos casos, apoiada na aplicação na matriz de indicadores do espaço urbano público e no trabalho de campo sistemático, evidencia que as políticas adotadas entre 2005 e 2025 - da reabilitação urbana e promoção turística, às reformas do arrendamento e aos instrumentos de estímulo ao investimento imobiliário - contribuíram para a emergência de novos regimes de apropriação do espaço. Em particular, as medidas implementadas no pós-crise financeira de 2007-2008, como a Nova Lei do Arrendamento (Lei n.º 31/2012), os programas de reabilitação urbana (DL n.º 307/2009 e DL n.º 53/2014), o PDM de 2012 e o regime dos vistos *gold* (Lei n.º 29/2012), consolidaram um enquadramento institucional

favorável à valorização fundiária e simbólica do centro histórico, transformando-o num território crescentemente estruturado por lógicas de capitalização e exclusão.

Esta convergência de políticas e racionalidades urbanas não só reconfigura os usos e significados do espaço público, como também produz novas hierarquias de acesso, formas de controlo e tensões socioterritoriais, particularmente evidentes nos casos analisados. O Estado, assume aqui um papel central: longe de assegurar a universalidade do direito à cidade, contribui para instituir mecanismos que privilegiam determinadas apropriações, reforçam processos de valorização fundiária e aprofundam a exclusão de grupos específicos de utilizadores. Estes espaços ilustram, assim, de forma clara a interseção entre políticas públicas, dinâmicas territoriais e práticas sociais, permitindo compreender como os processos de reconfiguração e apropriação dos espaços públicos revelam o papel do Estado, ou a sua omissão, na mediação dos conflitos urbanos, na garantia do direito à cidade e na promoção de uma convivência plural e inclusiva.

A matriz de indicadores revelou-se, neste processo, particularmente eficaz para operacionalizar dimensões abstratas do espaço urbano público, permitindo comparações consistentes entre contextos distintos e aprofundando a compressão das dinâmicas territoriais observadas.

Ancoradas em discursos de valorização patrimonial, reabilitação e segurança, as políticas públicas produziram resultados ambivalentes: promoveram melhorias físicas e funcionais, mas também intensificaram exclusão socioespacial, homogeneização e privatização do espaço coletivo. Esta ambivalência confirma leituras críticas do planeamento urbano neoliberal, nas quais o valor de uso tende a ser subordinado ao valor de troca (Harvey, 2012; Lefebvre, 1991; 2002). Lisboa, nesse sentido, tornou-se mais seletiva: o acesso ao espaço público depende crescentemente da capacidade de consumo e da conformidade com normas hegemónicas.

Nos casos estudados, as manifestações concretas destas dinâmicas são claras. Na praça de São Paulo, as transformações observadas entre janeiro de 2019 e 2023 revelam a coexistência de intervenções pontuais de qualificação urbana (instalação de papeleiras, limitação do estacionamento) com carências estruturais persistentes (iluminação, edifícios devolutos e vandalizados), ao mesmo tempo que a substituição do comércio de proximidade por serviços orientados para o visitante, a expansão de esplanadas e o aumento do AL sinalizam um processo de turistificação e homogeneização. A ocupação de cerca de um quarto da área útil da praça por esplanadas materializa esta tendência e exemplifica como intervenções de qualificação podem reforçar a apropriação económica do espaço, reduzindo a diversidade de usos quotidianos. Esta configuração demonstra que o conflito não se limita a dimensões sociais ou simbólicas: ele

assume contornos físicos, inscrito na própria organização do espaço. Barreiras, percursos condicionados e zonas de fruição delimitadas traduzem tensões sociais em formas concretas, ligando práticas e materialidade.

No miradouro de Santa Catarina, a requalificação orientada para a valorização turística, criou um ambiente esteticamente homogéneo e fortemente regulado, no qual a convivência espontânea foi deslocada por formas controladas de permanência. A retórica da segurança legitima medidas de vigilância, ordenamento que, aliadas à ausência de equipamentos coletivos e a condicionantes físicas (por exemplo: desconforto térmico do pavimento), desincentivam a permanência e produzem desigualdades de fruição. Os dispositivos de ordenamento, visíveis ou subtis, exemplificam processos de territorialização seletiva: desenho urbano, mobiliário, gestão e estética funcionam como mecanismos difusos de regulação, modulando acessos e experiências e consolidando hierarquias sociais e espaciais. Enquanto visitantes valorizam o miradouro como destino de lazer, residentes - especialmente idosos - manifestam insatisfação face à pressão turística, evidenciando um paradoxo entre objetivos declarados de dinamização e os seus efeitos sobre o uso quotidiano.

A turistificação surge como um dos principais motores das transformações urbanas e sociais observadas. O crescimento do turismo urbano e da economia do lazer intensificou pressões sobre a habitação, serviços e infraestruturas, redefinindo o tecido social e deslocando residentes. A convivência entre turistas e residentes tornou-se progressivamente tensa, com disputas simbólicas e materiais sobre a fruição do espaço, convertendo muitos espaços comuns em cenários de consumo efémero.

A cidade manifesta-se fragmentada: lugares de espetáculo convivem com territórios excluídos; surgem enclaves de luxo, corredores turísticos e ilhas de exclusão. Muitos espaços, ainda que formalmente acessíveis, tornam-se inóspitos aos antigos utilizadores, evidenciando como a apropriação económica redefine hierarquias de presença e visibilidade. Esta análise reforça a necessidade de um deslocamento do olhar: do enfoque na forma para a experiência, da regulação formal para a apropriação social, reconhecendo que o espaço urbano público se constrói tanto pela materialidade quanto pelas práticas, relações e tensões quotidianas.

A interpretação destes resultados ganha profundidade quando articulada com os contributos teóricos que enquadram as dinâmicas contemporâneas do espaço urbano público. Em linha com Castells (1983), Harvey (1980), Lefebvre (2011) e Santos (2004), a análise dos casos confirma que o espaço público é produto e produtor de relações de poder; para Giddens (1984), a análise ilustra a dupla dialética entre estrutura e ação: políticas e dispositivos regulatórios condicionam práticas, mas as práticas também reconfiguram enquadramentos institucionais. Bourdieu (2015)

ajuda a ler as disputas por legitimidade e visibilidade entre grupos de utilizadores com capitais diferenciados; a Escola de Chicago fornece enquadramentos interpretativos para a fragmentação funcional e simbólica que observámos. A Sociologia do Conflito (Coser, 2001; Simmel, 2005 [1903]) é especialmente útil para entender o conflito como expressão das contradições constitutivas da urbanidade.

Não obstante a força das estratégias de valorização e controlo, a Tese revela a persistência de práticas de resistência e apropriação criativa que reativam a dimensão coletiva do espaço público. Permanências informais, usos não programados, manifestações culturais e expressões quotidianas de reapropriação reaparecem nos dois locais, contrariando a tendência à uniformização e demonstrando capacidade de ação social que altera, mesmo que parcialmente, os regimes de apropriação. Este achado, que pode ser interpretado como um resultado relativamente inesperado face às pressões de homogeneização, sugere a importância de analisar redes locais, capital social e estratégias informais como fatores de resiliência urbana.

Esta leitura aproxima-se das contribuições de Jacobs (2014) [1961] e Simmel (2005) [1903], que enfatizam a dimensão vivida do espaço e a sua produção através da interação. A convivência quotidiana, as disputas simbólicas, as presenças assimétricas e os conflitos de uso confirmam que a urbanidade se produz no cruzamento entre regulação e prática, entre política e quotidiano. A cidade consolidada de Lisboa emerge, assim, como território que resulta da sobreposição de três lógicas em tensão: a lógica de mercado, impulsionada por políticas neoliberais de regeneração; a lógica institucional, que procura equilibrar competitividade e coesão social, mas frequentemente falha na regulação e a lógica social, onde emergem práticas de resistência, adaptação e conflito.

Esta leitura tem implicações práticas e teóricas relevantes. Do ponto de vista político e urbanístico, torna evidente a necessidade de políticas que ultrapassem a lógica da competitividade territorial e reconheçam a centralidade do direito à cidade, valorizando a pluralidade de usos e a presença de diferentes grupos sociais. Do ponto de vista teórico, reforça a pertinência do conflito como lente analítica para compreender a produção contemporânea do espaço urbano e para interpretar as dinâmicas de desigualdade e contestação que atravessam a cidade (Coser, 2001; Simmel, 2005 [1903]).

O contributo original desta Tese reside na articulação sistemática entre análise empírica, matriz de indicadores e enquadramento teórico para demonstrar que as políticas urbanas (2005 e 2025) não apenas condicionam usos do espaço público, mas produzem conflitos socioespaciais estruturais que se expressam tanto nas práticas quotidianas como na morfologia urbana. A Tese mostra, assim, que o conflito é uma força produtiva, que organiza percursos,

redefine fronteiras e reconfigura legitimidades de presença, e que, simultaneamente, subsistem margens de resistência que recompõem a dimensão pública do espaço urbano, contrariando a tendência de normalização.

Reconhecem-se limitações metodológicas: o estudo centra-se em dois casos localizados no centro histórico de Lisboa e baseia-se predominantemente em métodos qualitativos, o que condiciona a generalização dos resultados. Além disso, o recorte temporal (2005-2025) não capta por inteiro desenvolvimentos subsequentes, como os efeitos mais recentes da regulamentação do AL. Estas limitações orientam prioridades para pesquisa futura. Propõe-se aprofundar a reflexão sobre as novas formas de controlo e regulação do espaço público urbano - visíveis na disseminação de tecnologias de vigilância e monitorização, na securitização crescente dos espaços coletivos e no desenho urbano que produz barreiras subtis à convivência -; investigar práticas de resistência quotidiana e mecanismos locais de resiliência social; realizar estudos comparativos com outros contextos europeus e lusófonos; e desenvolver políticas experimentais orientadas para a justiça espacial.

Em síntese, a praça de São Paulo e o miradouro de Santa Catarina condensam de forma expressiva os processos contemporâneos de transformação urbana de Lisboa, revelando como políticas públicas, práticas sociais e lógicas económicas se entrelaçam na produção de espaços públicos crescentemente regulados, valorizados e disputados. Reconhecer que o conflito constitui uma dimensão estruturante da urbanidade e não a sua exceção, permite compreender o espaço público não apenas como palco, mas como produto dessas disputas, onde se inscrevem permanentemente tensões, negociações e reconfigurações sociais. É precisamente nos interstícios urbanos - nesse entrelaçamento entre práticas formais e informais, entre regulação, desvio e resistência - que se desenham as **dinâmicas do conflito** que estruturam a urbanidade contemporânea e moldam o carácter coletivo do espaço público.

Considerações finais e conclusão

A presente Tese procurou compreender de que forma as políticas públicas urbanas implementadas em Lisboa entre 2005 e 2025 influenciaram as transformações espaciais dos espaços públicos da cidade consolidada, produzindo processos territoriais que reconfiguram os seus usos, formas de apropriação e intensificam os conflitos urbanos. A partir de uma abordagem crítica, analisou-se a articulação entre ação pública, práticas sociais e produção do espaço, entendendo o espaço urbano público como um campo de forças onde se cruzam interesses, poderes e formas de coexistência.

Os resultados confirmam a hipótese central que orientou a Tese: as políticas urbanas favoreceram dinâmicas como a gentrificação, a homogeneização, a mercadorização, a privatização do espaço urbano público e a turistificação, enfraquecendo o carácter coletivo dos espaços e intensificando a segregação socioespacial. A análise empírica, feita através do trabalho de campo, evidenciou alterações significativas na morfologia, função e vivência destes espaços, influenciando a apropriação, a permanência, a circulação e as possibilidades de encontro entre diferentes grupos de utilizadores.

A análise aprofundada da praça de São Paulo e do miradouro de Santa Catarina reforçou esta interpretação, mostrando que estes espaços, longe de serem cenários neutros, constituem territórios marcados por disputas quotidianas. A combinação entre observação empírica, matriz de indicadores e enquadramento teórico permitiu identificar não apenas dinâmicas de valorização e controlo - visíveis na especialização de funções, na turistificação e na crescente mercadorização - mas também práticas de resistência, usos informais e formas diferenciadas de apropriação. A interação entre residentes, turistas, comerciantes, trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade revelou desigualdades significativas no acesso, na legitimidade de presença e na capacidade de influenciar a regulação do espaço. Estes contrastes demonstram que a inclusão no espaço urbano público depende sobretudo das relações sociais e políticas que o estruturam, reiterando o papel ativo do Estado e dos dispositivos de gestão urbana na produção de desigualdades, ao privilegiar prioridades alinhadas com lógicas de consumo e competitividade.

Neste enquadramento, os instrumentos de regulação e planeamento - desde políticas de reabilitação e incentivos ao investimento, até à gestão quotidiana do espaço - estruturaram novas territorialidades. Nos dois casos, constatou-se que tais instrumentos contribuíram para a concentração de usos orientados para o consumo, para formas explícitas e subtis de vigilância e para condicionamentos nas práticas de copresença. Simultaneamente, estes espaços

continuaram a acolher usos diversificados, mostrando a tensão permanente entre políticas de controlo e a dinâmica espontânea das apropriações quotidianas.

A articulação entre os resultados do trabalho de campo desenvolvido nos dois casos e o enquadramento teórico reforçou a compreensão do espaço público como construção social e política, produzida pela interação entre estrutura, agência e regulação. Leituras como Lefebvre, Harvey, Bourdieu e Giddens mostraram-se fundamentais para interpretar as relações de poder, os processos de diferenciação social e os mecanismos de controlo presentes na praça de São Paulo e no miradouro de Santa Catarina. Do mesmo modo, a abordagem simmeliana do conflito revelou-se crucial: o conflito emerge como dimensão estruturante da vida urbana, não apenas como manifestação pontual, mas como lógica organizadora dos modos de habitar e transformar o espaço.

A metodologia adotada - combinando análise documental, revisão bibliográfica e estudo de casos, sustentado por trabalho de campo (entrevistas, observação participante, matriz de indicadores concebida para esta Tese, mapas de fluxos e mapas de apropriação espaciais) - permitiu captar a complexidade das dinâmicas territoriais, revelando padrões consistentes nos dois casos de estudo. A matriz demonstrou-se útil para sistematizar informação dispersa e operacionalizar dimensões analíticas essenciais, reforçando rigor e comparabilidade da análise.

Considera-se que a Tese respondeu aos objetivos propostos: contextualizou historicamente a evolução do espaço público em Lisboa; analisou criticamente as políticas públicas urbanas; explorou contributos das teorias sociológicas e urbanas contemporâneas e estudou empiricamente os espaços da praça de São Paulo e do miradouro de Santa Catarina. Enunciaram-se as principais dinâmicas do conflito, identificaram-se agentes, práticas de apropriação e formas de exclusão, bem como experiências diferenciadas de diversos grupos de utilizadores. Conjuntamente, avaliou-se de que modo os conflitos reconfiguram o espaço público, colocando em causa a sua posse coletiva e condicionando as práticas sociais.

Os contributos desta Tese distribuem-se em quatro planos. No plano teórico, reforça-se uma leitura crítica do espaço urbano público enquanto construção social atravessada por relações de poder e conflito. No plano metodológico, desenvolveu-se uma matriz de análise replicável, que articula dimensões morfológicas, funcionais, ambientais e sociais. No plano empírico, os casos da praça de São Paulo e do miradouro de Santa Catarina permitem produzir evidências detalhadas sobre as transformações recentes no centro histórico de Lisboa. No plano aplicado, identifica-se um conjunto de elementos úteis para políticas públicas mais inclusivas, equilibrando dinâmicas económicas com a preservação do carácter coletivo do espaço público e com o direito à cidade. Em conjunto, estes contributos evidenciam o carácter original da Tese,

ao articular uma abordagem crítica das políticas públicas com estudos de caso e uma compreensão aprofundada das dinâmicas territoriais que configuram os espaços públicos contemporâneos analisados.

Conclui-se, que as dinâmicas recentes observadas nos dois casos desafiam e reconfiguram estruturalmente o conceito de espaço público. De lugar de encontro e copresença, o espaço urbano público transforma-se em recurso estratégico, disputado e regulado por lógicas de mercado, controlo e seletividade. Esta reconfiguração exige uma abordagem, em que o direito à cidade - enquanto direito à presença, à participação e à transformação - assuma centralidade. Neste sentido, a análise permitiu concluir que, apesar de algumas conquistas no plano económico e urbano, as políticas públicas implementadas nas últimas duas décadas têm contribuído de forma significativa para a reprodução de desigualdades e para a intensificação dos conflitos urbanos. Longe de se afirmarem como instrumentos de mediação do interesse coletivo e promoção da equidade espacial, muitas das políticas têm consolidados dinâmicas excludentes que beneficiam utilizadores com maior capital económico e simbólico, em detrimento das populações historicamente enraizadas nos territórios. A ausência de uma visão integrada, articulada com uma regulação orientada para a justiça espacial e a participação cidadã, tem fragilizado o papel do Estado enquanto garante do direito à cidade. O espaço urbano transforma-se, assim, num campo de disputas silenciosas, onde os mecanismos de exclusão e apropriação seletiva se impõem pela via da normalização e da lógica de mercado.

Para além dos resultados obtidos, a elaboração desta Tese constituiu um percurso de investigação e reflexão crítica, que partiu da experiência profissional de base em Arquitetura, nas vertentes da reabilitação e gestão do património urbano e se expandiu para uma análise interdisciplinar do espaço urbano público. Este percurso permitiu desenvolver uma compreensão aprofundada das dinâmicas territoriais, articulando teoria, método e evidência empírica, e consolidou instrumentos analíticos originais capazes de sistematizar e interpretar a complexidade das transformações urbanas em Lisboa.

Do ponto de vista teórico, a Tese reforça a necessidade de compreender o espaço urbano público como processo relacional, dinâmico e politicamente mediado, no qual o conflito desempenha um papel estruturante na vida urbana. Do ponto de vista prático, os resultados mostram que políticas centradas na valorização económica e turística fragilizam o carácter democrático do espaço público, sublinhando a necessidade de instrumentos de planeamento que reconheçam a diversidade de usos e garantam inclusão efetiva.

Naturalmente, a Tese apresenta limitações. A focalização temporal do trabalho de campo (2005-2025) impede uma leitura mais ampla das dinâmicas históricas. A escolha de dois casos

permite profundidade analítica, mas não generalização estatística. A predominância de métodos qualitativos torna a análise sensível às condições específicas de observação e às variações sazonais. Ainda assim, estas limitações não comprometem as conclusões; antes reforçam a necessidade de investigações complementares.

Em síntese, esta Tese demonstra que o futuro do espaço urbano público lisboeta dependerá da capacidade de conceber políticas urbanas que reconheçam o conflito como dimensão estruturante da cidade e que promovam o espaço público enquanto bem comum, lugar de diversidade, encontro e participação. As dinâmicas identificadas revelam que o espaço público não é apenas cenário, mas processo - um campo de disputas onde se jogam, quotidianamente a pertença, a visibilidade e o direito à cidade. Ao evidenciar como as políticas urbanas condicionam essas disputas, a Tese reforça a necessidade de compreender profundamente as **dinâmicas do conflito** que estruturam o espaço público contemporâneo e moldarão decisivamente, a cidade que está por vir.

Referências bibliográficas

Aalbers, M. (2015). The Great Moderation, the Great Excess and the global housing crisis. *International Journal of Housing Policy* 15 (1): 43-60. https://doi.org/10.1080/14616718.2014.997431

Aalbers, M. (2018). Financial geography II: Financial geographies of housing and real estate. *Progress in Human Geography*, 43(2), 376-387. https://doi.org/10.1177/0309132518819503

Aelbrecht, P. & Stevens, Q. (2023). Geographies of encounter, public space, and social cohesion: Reviewing knowledge at the intersection of social sciences and built environment disciplines. *Urban Planning, 8*(4), pp. 63-76. https://doi.org/10.17645/up.v8i4.6540

Agostinho, S. (2013). *A herança industrial de Lisboa: o rio e os novos desafios funcionais*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Lusíada de Lisboa, Faculdade de Arquitectura e Artes. http://hdl.handle.net/11067/356 - http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/356/5/mia_samuel_agostinho_dissertacao1.pdf

Aguiar, N. (2017, 7 de dezembro). Turismo cresce quatro vezes mais do que a economia portuguesa. *Jornal de Negócios*. https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/turismo---lazer/detalhe/turismo-cresce-quatro-vezes-mais-do-que-a-economia-portuguesa

Alemão, S. (2013, 18 de novembro). Obras em Santa Catarina travam cadeiras de rodas. *O Corvo*, Sítio de Lisboa. https://arquivo.pt/wayback/20131120072859/http://ocorvo.pt/2013/11/18/obras-em-santa-catarina-travam-cadeiras-de-rodas/

Alemão, S. (2013, 29 de novembro). Junta da Misericórdia quer videovigilância no Cais do Sodré e em Santa Catarina. *O Corvo*, Sítio de Lisboa. https://arquivo.pt/wayback/20211012083602/https://ocorvo.pt/junta-da-misericordia-quer-videovigilancia-no-cais-do-sodre-e-santa-catarina/

Alemão, S. (2017, 29 de novembro). Mau ambiente e insegurança passaram a ser rotina no Miradouro de Santa Catarina. *O Corvo*, Sítio de Lisboa. https://arquivo.pt/wayback/20211011210349/https://ocorvo.pt/mau-ambiente-e-inseguranca-passaram-a-ser-rotina-no-miradouro-de-santa-catarina/

Almeida, F. (1975). Monumentos e Edifícios notáveis do distrito de Lisboa. Junta Distrital de Lisboa.

Almeida, G. & Engel, V. (2017). A Cidade-Mercadoria e o Marketing Urbano na (Re)Construção da Imagem dos Espaços Públicos. O Caso da Marca da Cidade do Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais* (online), V. 19, N.1, pp. 89-105. DOI: https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n1p89

Almeida, S. (2018, 13 de setembro). Bloco não quer Miradouro de Santa Catarina fechado ao público. *Público*.

Alves, F. (2003). *Avaliação da Qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica*, Dinalivro.

Amin, A. (2008). *Collective culture and urban public space*, City, Taylor & Francis Journals, vol. 12(1), pp. 5-24. DOI: 10.1080/13604810801933495

Andrade, L. & Baptista, L. (2015). Espaços Públicos: interações, apropriações e conflitos (Vol. XXIX). Sociologia, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, pp. 129-146. https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13341.pdf

Aniss, M., Quentin, L. & Vincent, K. (2022). Making the slow metropolis by designing walkability: a methodology for the evaluation of public space design and prioritizing pedestrian mobility, *Urban Research & Practice*, 15:4, 584-603. DOI: 10.1080/17535069.2021.1875038

Anúncio de procedimento n.º 431/2012 do Município de Lisboa (2012). *Requalificação Urbana do Alto de Santa Catarina. Diário da República: II Série, n.º 25/2012*.

Araújo, N. (1938). *Peregrinações em Lisboa*. Livro 13, Direção artística de Martins Barata, Editora Lisboa.

Arendt, H. (2001) [1958]. *A Condição Humana*. Relógio D'Água.

Ascensão, E. (2015). Slum gentrification in Lisbon, Portugal: displacement and the imagined futures of an informal settlement. *In* L. Lees, H. B. Shin, & E. López-Morales (Eds.), *Global Gentrifications: Uneven Development and Displacement* (pp. 37-58). Chapter, Bristol University Press.

Asher, F. (2012) [2008]. *Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos - um léxico* (3.ª ed.), Livros Horizonte.

Assembleia Municipal de Lisboa (2019). *Parecer Relativo às Petições 30/2018 e 34/2018: Requalificação do Miradouro de Santa Catarina e Por um Adamastor de todos e para todos*. 3.ª Comissão Permanente - Comissão de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais. https://www.am-lisboa.pt/documentos/1574698469K6cKU0hw6Pi27RU8.pdf

Baptista, L., Mazzela, S., Pereira, P. & Nunes, J. P. S. (ed.) (2020). *Pensar o Território: Jean-Claude Chamboredon, uma aboradagem sociológica pioneira*, Diagnósticos & Perspetivas, Centro -interdisciplinar da Ciências Sociais.

Barata Salgueiro, T. (2020). Viver na cidade sob a pandemia da Covid-19, *Finisterra* LV (115) (pp. 113-119), Centro de Estudos Geográficos, doi: 10.18055/finis20375

Barata Salgueiro, T. (1992). *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana* (2.ª ed.), Edições Afrontamento.

Bastos, J. & Albuquerque, R. (2022, dezembro). "Gentrificação", "bomba-relógio", "insustentável": preços das casas empurram 76 mil pessoas para fora de Lisboa e Porto em três anos. *Expresso*.

Bauman, Z. (2005). *Vidas Desperdiçadas*, Zahar.

Bauman, Z. (2006). *Amor Líquido*, Relógio D'Água.

Bauman, Z. (2012) [2005]. *Confiança e medo na cidade*, Zahar.

Baumgartner, W. (2025). Green Gentrification in Lisbon (Portugal): A Study about Marvila's Riverfront. *European Journal of Geography*, *16*(2), 108-121. https://doi.org/10.48088/ejg.w.bau.16.2.108.121

Beck, U. (2007). *World ar Risk*, Cambridge: Polity Press.

Beck, U. (1992) [1986]. *Risk Society: Towards a New Modernity*, Sage.

Belanciano, V. (2018, 2 de setembro). Há um monstro em Lisboa e não é o Adamastor. O caso do miradouro do Adamastor é sintomático do desnorte que vinga em Lisboa. *Público*. https://www.publico.pt/2018/09/02/local/cronica/ha-um-monstro-em-lisboa-e-nao-e-o-adamastor-1842589

Boa Nova, D. (2018). *Miradouro de Santa Catarina: A interdição de um espaço público como divisor de águas na estratégia de desenvolvimento urbano pela turistificação*. Disciplina de Desenvolvimento Urbano e Políticas de Cidade no 1.º |Semestre do Mestrado em Estudos Urbanos - FCSH e ISCTE-IUL.

Borja, J. & Muxi, Z. (2003). *El espacio público, ciudad y ciudadanía*, Electa.

Bourdieu, P. (1986). The Forms of Capital. *In* Richardson (Ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp. 241-258), Greenwood.

Bourdieu, P. (1990) [1980]. *The Logic of Practice*, Stanford University Press.

Bourdieu, P. & Wacquant, L. (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology,* University of Chicago Press.
Bourdieu, P. (2015). *O poder simbólico*. História & Sociedade, Edições 70.
Brandão, P. (2011). *O Sentido da Cidade - Ensaios sobre o mito da Imagem como Arquitectura*, Livros Horizonte.
Brenner, N. (2019). *New Urban Spaces: Urban Theory and the Scale Question,* Oxford University Press.
Briggs, X. (2005). Social Capital and Segregation in the United States. In Varady, D. P. (Ed.) *Desegregating the City. Ghettos, Enclaves, and Inequality*, State University of New York Press, pp. 79-107.
Cabral, M. (2008). Efeito metropolitano e cultura política: novas modalidades de exercício da cidadania na metrópole de Lisboa. *In* Silva, F. C., Cabral, M. V. & Saraiva, T. (Org.), *Cidade e Cidadania. Governança Urbana e Participação Cidadã em Perspectiva Comparada* (pp. 79-106). Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. http://hdl.handle.net/10451/22599
Cacciari, M. (2010). *A cidade*. Editorial Gustavo Gili.
CADA-Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (2019, 21 de maio). *Queixa apresentada à CADA por GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território contra a Câmara Municipal de Lisboa*. N/Ref.ª Of. 1009, 23.05.2019, Proc. 170/2019.
Caeiro, J. (2005). *Os planos de fomento nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós-guerra.* Universidade Lusíada. https://doi.org/10.34628/hnnt-2r69
Caetano, C. (2004). *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa (séculos XV a XVIII)*. Editora Pandora.
Caetano, M. (2023, 27 de novembro). Pobreza na Grande Lisboa disparou 42% no ano passado. *Jornal de Negócios.* https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/pobreza-na-grande-lisboa-disparou-42-no-ano-passado
Calado, M. e Ferreira, V. M. (1992). *Lisboa: freguesia de Santa Catarina (Bairro Alto)*. Contexto.
Câmara Municipal de Lisboa. (1992). *Plano Director Municipal - Estudo sobre o sector industrial de Lisboa. A* indústria de Lisboa na perspectiva do Mercado Único Europeu (Vol. IV). ISMERI Europa.
Câmara Municipal de Lisboa. (1993). *Plano Director Municipal. Relatório de Enquadramento*. https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/urbanismo/pdm/relatorio_de_enquadramento_PDM.pdf
Câmara Municipal de Lisboa. (2005). *Lisboa. Quatro Estudos de Caso. Sta. Catarina, Alvalade, Benfica e Expo Sul* (2.º ed.), Colecção de Estudos Urbanos - Lisboa XXI - 1.
Câmara Municipal de Lisboa. (2008). *Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha da Lisboa*. Relatório de Enquadramento. https://www.lisboa.pt/fileadmin/portal/temas/urbanismo/planeamento_urbano/ft_ribeirinha/FR_Enquadramento.pdf
Câmara Municipal de Lisboa. (2010). Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Bairro Alto e Bica. https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/urbanismo/planos_pormenor/ru_bairro_alto_bica/pp_ru_bairro_alto_bica_termos_referencia.pdf
Câmara Municipal de Lisboa. (2011). *Requalificação Urbana do Bairro de Santa Catarina. Plano de Trabalhos* Arqueológicos de Acompanhamento. Serviço de Arqueologia, Museu da Cidade.
Câmara Municipal de Lisboa. (2012). *Plano Diretor Municipal de Lisboa*. Relatório. https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/urbanismo/pdm/Relatorio_proposta_plano.pdf

Câmara Municipal de Lisboa (2018a). *Estudo Urbanístico do Turismo em Lisboa*. https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/economia_inovacao/alojamento_local/EUTL_2018.pdf

Câmara Municipal de Lisboa (2018b). *Lisboa: O desenho da rua. Manual de espaço público*. https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/urbanismo/espaco_publico/Manual_espaco_publico.pdf

Câmara Municipal de Lisboa (2018c). *Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa 2015-2017. Diagnóstico da População Imigrante residente em Lisboa* (Vol. 2). https://observatorio-lisboa.eapn.pt/wp-content/uploads/Plano-municipal-para-a-integração-de-imigrantes-de-Lisboa_Vol.2_2015_17.pdf

Câmara Municipal de Lisboa. (2022). *Miradouro de Santa Catarina já tem sistema de vidiovigilância*. https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/miradouro-de-santa-catarina-ja-tem-sistema-de-videovigilancia

Câmara Municipal de Lisboa. (2023, janeiro). *Evolução do Planeamento Urbano de Lisboa*. https://www.lisboa.pt/cidade/urbanismo/planeamento-urbano/evolucao

Carmo, A. & Estevens, A. (2008). O conflito social e a construção da cidadania no espaço urbano, *e-cadernos CES* [Online]. http://journals.openedition.org/eces/1441; DOI: 10.4000/eces.1441

Carr, S., Francis, M., Rivlin, G. & Stone, A. (2009). *Public space*, Cambridge University Press.

Carvalho, A. (2006, 3 de dezembro). Baixa - Chiado… E Agora? *Público*.

Castells, M. (1983). *A Questão Urbana* (4.ª ed.). Paz & Terra.

Cecília, M. (Produtor) & Ramos, C. (Realizador). (1989, Setembro 13). *Santa Catarina In* Bairros Populares. RTP 1. https://arquivos.rtp.pt/conteudos/santa-catarina/

Cocola-Gant, A. (2018). Tourism gentrification. *In* Lees, L and Phillips, M (Eds) *Handbook of Gentrification Studies*, Edward Elgar Publishing.

Cocola-Gant, A. (2019). Gentrification and displacement: urban inequality in cities of late capitalism, *in* Schwanen, T. and R. Van Kempen (Eds.) *Handbook of Urban Geography*. Cheltenham and Northampton: Edward Elgar Publishing.

Cocola-Gant, A., Estevens, A.; López-Gay, A. & Pavel, F. (2023) (vol. 137) The role of the state in the touristification of Lisbon, *cities*.2023.104275. https://doi.org/10.1016/j

Colombo, J., Rufino, G., Jesus, L., Conde, K. & Ramos, L. (2021). *Metodologia de avaliação dos espaços livres de uso público: a análise da aplicabilidade da ferramenta*, 9º Congresso Luso-brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável (Pluris 2021 digital) Pequenas cidades, grandes desafios, múltiplas oportunidades. 7, 8 e 9 abril). https://pluris2020.faac.unesp.br/Paper840.pdf

Collins, R. (2009). *Quatro tradições sociológicas*. Editora Vozes.

Cordeiro, G. & Garcia, J. (1993). *Lisboa: freguesia de S. Paulo*. Contexto.

Coser, L. (2001) [1956]. *The functions of Social Conflict*, The International Library of Sociology, Routledge.

Creswell, J. (2007). *Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2.ª ed.). Artmed Editora.

Cravinho, A. & Madeira da Silva, T. (2021). Touristification of Space and urban Livestyle: São Paulo Square. *Conference Procedings*. Conferência Internacional Grand Projects, Lisboa. Urban legacies of the late 20th century. Track 7: Urban Competitiveness and Social Challenge. DINÂMIA'CET, pp. 741-752. ISBN 978-989-781-551-5

Cullen, G. (2018) [1961]. *Paisagem Urbana* (1.ª ed.), Arquitectura e Urbanismo, Edições 70.

Cunha, A. (2024, abril). A gentrificação empurrou-os para fora do bairro. Agora, uma ideia de Junta de Santa Maria Maior quer trazê-los de volta. *A Mensagem*. https://amensagem.pt/2024/04/22/ideia-junta-santa-maria-maior-trazer-moradores-de-volta/

Custódio, J. (1994). Reflexos da Industrialização na Fisionomia e Vida da Cidade. *In MOITA, Irisalva - O Livro de Lisboa*. Livros Horizonte, pp. 435-492.

Dahrendorf, R. (1958). Toward a Theory of Social Conflict. *The Journal of Conflict Resolution*, 2(2), 170-183. http://www.jstor.org/stable/172974

Davis, M. (2017). *Planet of Slums*. Verso

De Angelis, B. & Castro, R. (2004). Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. *Revista de Engenharia Civil* (pp. 57-70).

Declaração n.º 263/97 do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (1997). *Diário da República: II Série, 238/97*. https://files.dre.pt/gratuitos/2s/1997/10/2S238A0000S00.pdf

Decreto-Lei n.º 104/2004 do Ministério da Obras Públicas, Transportes e Habitação (2004). *Diário da República: I Série, 104/2004.* https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/104-2004-301786

Decreto-Lei n.º 249/2009 do Ministério das Finanças e da Administração Pública (2009). *Diário da República: I Série, 249/2009*. https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/249-2009-490420

Decreto-Lei n.º 307/2009 do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2009). *Diário da República: I Série, 307/2009*. https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/307-2009-483155

Decreto-Lei n.º 53/2014 do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (2014). *Diário da República: I Série, 53/2014*. https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/53-2014-25344757

De Falco, A. (2024). Exploring urban socio-spatial disparities in Liverpool, Manchester, and Newcastle upon Tyne metropolitan areas. *Social Sciences, 13*(11), 581. https://doi.org/10.3390/socsci13110581

DeLanda, M. (2019). *A New Philosophy of Society: Assemblage Theory and Social Complexity*. London: Bloomsbury Academic. http://dx.doi.org/10.5040/9781350096769

Delgado, M. (2004). De la ciudad concebida a la ciudad practicada. *In Archipiélago: Cuadernos de crítica de la cultura*. Dedicado a: Crisis y Reinvención de la Ciudad Contemporánea (n.º 62) (pp. 7-12).

Deliberação n.º 566/CM/2009 (2009). *3.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1045*, Câmara Municipal de Lisboa. https://www.am-lisboa.pt/documentos/1403467302N5dXB0no7Aa68IZ6.pdf

Deliberação n.º 68/CM/2020 (2020). *4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1361*, Câmara Municipal de Lisboa. https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/habitacao/documentos/BM_1361_4supl_Deliberacao__6_CM_2020.pdf

Demazière, D. & Dubar, C. (1997). *Analyser les entretiens biographiques. L'exemple de récits d'insertion.* Nathan, col. Essais & Recherches.

Dictionnaire de L'Ácadémie Française (2023). *Cité* (9.ª ed.). https://www.dictionnaire-academie.fr/article/A9C2418

Drucker, P. (1993). *The Rise of the Knowledge Society*. The Wilson Quarterly (1976-), 17(2), 52-71. http://www.jstor.org/stable/40258682

Elliott-Cooper, A., Hubbard, P., & Lees, L. (2020). Moving beyond Marcuse: Gentrification, displacement and the violence of un-homing. Progress *in Human Geography*, 44(3), 492-509. https://doi.org/10.1177/0309132519830511

Estevens, A. (2014). *As Expressões Geográficas do Conflito Urbano. Os casos do Raval (Barcelona) e da Mouraria (Lisboa)*, Dissertação, Doutoramento em Geografia, Geografia Humana, Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.

Ferreira, A. (2016). A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações? *in* Pereira, P. C. X. (org.) *Reconfigurações das Cidades Contemporâneas: Contradições e Conflitos, Universidade de São Paulo*, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Comissão Editorial das Publicações da FAUUSP. DOI:10.11606/ 9788580890938.

Fortuna, C. (2020). *Cidades e Urbanidades*. Imprensa de Ciências Sociais.

Frampton, K. (1992). *Modern Architecture. A Critical History* (3.ª ed.), World of Art.

França, J. (1987). *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* (3.ª ed.). Bertrand Editora.

Gehl, J. (2011) [1971]. *Life Between Buildings. Using Public Space*. Island Press.

George, J. (2018, 28 de novembro). História do Cerco do Adamastor. *Revista Sábado*. https://www.sabado.pt/opiniao/cronistas/joao-pedro-george/detalhe/historia-do-cerco-do-adamastor

GEOTA-Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente. (2019, 7 de fevereiro). *Pedido de acesso a documentos relativos ao Miradouro de Santa Catarina.*

GEOTA-Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente. (2019, 7 de março). *Pedido de acesso a documentos relativos ao Miradouro de Santa Catarina.*

GEOTA-Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente. (2019, 17 de abril). *Pedido de acesso a documentos relativos ao Miradouro de Santa Catarina.*

GEOTA-Grupo de estudos de ordenamento do território e ambiente. (2019, 4 de junho). *Requisição de documentos conforme deliberação da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).*

Giddens, A. (1984) *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. University of California Press.

Giddens, A. (1991). *As consequências da Modernidade* (5.ª ed.), Editora Uresp.

Giddens, A. (2002). *Modernidade e Identidade*, Jorge Zahar Editor.

Giddens, A. (2008). *Sociologia* (6.ª ed.), Fundação Calouste Gulbenkian

Glass, R. (1964). *Introduction: Aspects of change*, in Centre for Urban Studies (ed) London: Aspects of Change, MacGibbon and Kee.

Gravari-Barbas, M. & Gainard, S. (2017). *Tourism and Gentrification in Contemporary Metropolises*. International Perspectives. Contemporary Geographies of Leisure, Tourism and Mobility, Routledge.

Greft, S. (2025). *Ageing in place in deprived urban neighbourhoods: Experiences of multiple* disadvantage *and social exclusion among older migrants and native Dutch older adults living in Amsterdam*, [Tese de Doutoramento publicada], Faculty of Social and Behavioural Sciences (FMG), Amsterdam Institute for Social Science Research (AISSR). https://pure.uva.nl/ws/files/217818851/Thesis.pdf

Guerra, I. (1987). A Espacialização da Vida Social, *in* Matos, A. T. & Medeiros, C. L. (eds.), *Cidade em Portugal: Onde se Vive, col. Povos e Culturas*, Braga: Barcelona & Xavier Ld., pp. 171-191.

Guerra, I. (2014). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*, Principia.

Guile, D. (2008). O que distingue a economia do conhecimento? Implicações para a educação. *Cadernos de Pesquisa* [online], v. 38, n. 135, pp. 611-636. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000300004>. Epub 08 Jan 2009. ISSN 1980-5314. https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000300004.

Hamnett, C. (1991). The Blind Men and the Elephant: The Explanation of Gentrification. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 16(2), 173. https://doi.org/10.2307/622612

Harvey, D. (1976). *Labor, Capital, and Class Struggle around the Built Environment in Advanced Capitalist Societies.* Politics & Society, pp. 265-295. doi:10.1177/003232927600600301
Harvey, D. (1980). *A Justiça social e a cidade*. Editora Hucitec.
Harvey, D. (2005a). *A Produção Capitalista do Espaço*. Annablume Editora.
Harvey, D. (2005b). *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press.
Harvey, D. (2012). *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. London: Verso.
Harvey, D. (2013). O Direito à Cidade. Folha de São Paulo. Ed. 82, julho 2013. https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/
Hertzberger, H. (2015). *Lições de Aquitectura* (3.ª ed.), Martins Fontes.
Holland, C., Clark, A., Katz, J. & Peace, S. (2008). *Social interactions in urban public spaces*. Public Spaces Series, Joseph Rowntree Foundation.
Holston, J. (2019). Metropolitan rebellions and the politics of commoning the city. *Anthropological Theory*, 19(1), 120-142. Retrieved from https://escholarship.org/uc/item/3053x8bq
Hristova, S. & Czepczynski, M. (Ed.) (2018). *Public Space. Between Reimagination and Occupation*, Routledge.
Instituto Nacional de Estatística. (2020, Julho). *Censos em Portugal de 1864 a 2011*. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_historia_pt
Instituto Nacional de Estatística. (2023, Julho). *Censos 2021. Resultados Definitivos*. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_dados_finais&xpid=CENSOS21&xlang=pt
Istrate, AL., Mitchell, A., Russell, P. *&* Murphy, S. (*2024*) Comparative analyses of publicness in urban squares within a diversifying metropolis. *Urban Des Int*. https://doi.org/10.1057/s41289-024-00256-1
Jacobs, J. (2014) [1961]. *Morte e vida de Grandes Cidades*. Martins Fontes.
Jerez, F. (2018). Order and heterotopia in an urban space. The case of a Spanish square. In Hristova, S. & Czepczynski, M. (Ed.), *Public Space. Between Reimagination and Occupation*, Routledge, pp. 95-106.
Júnior, W. & Santos, R. (2010). *Reprodução do Espaço Urbano e a Discussão das novas centralidades*. R. RA'E GA, Curitiba, n.º 19, pp. 107-123, Editora UFPR.
Kidokoro, T., Sho, K., & Fukuda, R. (2023). Urban suburbia: Gentrification and spatial inequality in workers' communities in Tokyo. *Cities, 136*, 104247. https://doi.org/10.1016/j.cities.2023.104247
Kostof, S. (1988). *Historia de la Arquitectura* (1.ª ed.). Alianza Forma.
Kozen, L. (2011). A mudança de paradigma em sociologia urbana: do paradigma ecológico ao socioespacial, *Revista de Ciências Humanas*, Vol. 45, N.º 1, pp. 79-99. https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2011v45n1p79/20931
Krastev, I. (2020). *O Futuro por Contar. Como a pandemia vai mudar o nosso mundo* (2.ª ed.), Objectiva.
Krupat, E. (1985). *People in cities. The urban environment and its effects*. Environment and Behavior Series, Cambridge University Press.
Lamas, J. (2007). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (4.ª ed.). Fundação Calouste de Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
Laska, S. & Spain, D. (1980). *Back to the city: issues in neighborhood renovation*. Pergamon Press.

Lee, C., McQuarrie, M. & Walker, E. (Eds.) (2015). *Democratizing Inequalities. Dilemmas of the new Public Participation*, New York University Press.
Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*, Oxford: Basil Blackwell.
Lefebvre, H. (2002) [1970]. *A Revolução Urbana*, Humanitas, Editora UFMG.
Lefebvre, H. (2011) [1968]. *O Direito à Cidade* (3.ª ed.), Centauro Editora.
Lei n.º 60/2007 da Assembleia da República (2007). *Diário da República: I Série, n.º 60/2007*. https://dre.pt/dre/detalhe/lei/60-2007-640138
Lei n.º 29/2012 da Assembleia da República (2012a). *Diário da República: I Série, n.º 29/2012*. https://dre.pt/dre/detalhe/lei/29-2012-175291
Lei n.º 31/2012 da Assembleia da República (2012b). *Diário da República: I Série, n.º 31/2012*. https://dre.pt/dre/detalhe/lei/31-2012-175305
Lei n.º 56/2012 da Assembleia da República (2012c). *Diário da República: I Série, n.º 216/2012*. https://files.dre.pt/1s/2012/11/21600/0645406460.pdf
Lei n.º 75/2013 da Assembleia da República (2013). *Diário da República: I Série, n.º 176/2013*. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/diario-republica/176-2013-135849
Lei n.º 62/2018 da Assembleia da República (2018). *Diário da República: I Série, n.º 161/2018*. https://files.diariodarepublica.pt/1s/2018/08/16100/0430004312.pdf
Le Goff, J. (1998). *Por amor às cidades*. São Paulo: UNESP.
Lintelo, D., Alexander Ip, M., Lappi, T., Lakshman, R., Hemmersam, P., Dar, A. & Tervonen, A. (2024). Urban displacement and placemaking in public space for wellbeing: a systematic review of global literature. *Environment and Urbanization*, 36(2), 358-376. https://doi.org/10.1177/09562478241277085
Lobo, R. (2022, 5 de agosto). Projeto europeu quer perceber o impacto das alterações no comércio da Misericórdia. *TimeOut.* https://www.timeout.pt/lisboa/pt/noticias/projecto-europeu-quer-perceber-o-impacto-das-alteracoes-no-comercio-da-misericordia-080522
Low, S. (2000). *On the Plaza. The Politics of Public Space and Culture*, University of Texas Press.
Low, S. (2006). Towards a theory of urban fragmentation: A cross-cultural analysis of fear, privatization, and the state, *Cybergeo: European Journal of Geography* [Online], Topics, document 349, Online since 02 October 2006, connection on 26 July 2024. DOI: https://doi.org/10.4000/cybergeo.3207
Lisboa Para Pessoas (2022, 22 de fevereiro). *Primeiras sete das 216 novas câmaras de videovigilância instaladas no Adamastor*.
Lynch, K. (1999) [1960]. *A Imagem da Cidade*, Arte&Comunicação, Edições 70.
Madanipour, A. (2003). *Public and Private Spaces of the City*, Routledge.
Madanipour, A. (2010). *Whose Public Space?* - International case studies in urban design and development, Routledge.
Madeira, P. & Vale, M. (2015). Desigualdade e espaço no capitalismo contemporâneo: uma questão de (in)justiça territorial? *Geousp - Espaço e Tempo* (Online), v. 19, n. 2, pp. 196-211, ISSN 2179-0892. http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102771>. doi: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.102771.
Madeira da Silva, T. (2001). A evolução dos espaços urbanos públicos na cidade de São Tomé, *in* Teixeira, M. C. (coord.) *A Praça na Cidade Portuguesa.* Livros Horizonte, pp. 43-68.
Maestre, J. (2019). *Privatizações em Portugal: Período 1997-2017*, [Dissertação de mestrado não publicada]. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
Magnani, J. (2002). De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (vol. 17), N.º 49, pp. 11-29.

Malheiros, J., Carvalho, R. & Mendes, L. (2012). Etnicização residencial e nobilitação urbana marginal: processo de ajustamento ou prática emancipatória num bairro do centro histórico de Lisboa? *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, pp. 97-128. https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10010.pdf

Malheiros, J. & Madeira, P. (2023). Segregação Socio Espacial Urbana. *In* Santos, O., Silva, K. & Malheiros, J. (org.) *Geografia Urbana. Revisitando Conceitos e Temas* (1.ª ed.), Editora Universitária da UFRPE e CEG-IGOT-ULisboa, pp. 47-62. 10.33787/CEG20230002

Malheiros, J., Silva, D., & Júnior, L. (2024). The contemporary geographies of urban inequality: Insights from Portugal and the Lisbon Metropolitan Area. In *Urban Change in the Iberian Peninsula* (pp. 45-67). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-59679-7_5

Mamede, R. (2019, 26 de novembro). Não é Lisboa que é privilegiada, são alguns dos que ali moram. *Diário de Notícias.* https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/nao-e-lisboa-que-e-privilegiada-sao-alguns-dos-que-ali-moram-11552449.html

Marcús, J. & Peralta, M. (2021). La calle em disputa. Narrativas sobre los usos legítimos e ilegítimos del espácio público em la ciudad de Buenos Aires*. In AIBR Revista de Antropología Iberoamericana* (pp. 347-370) (Vol. 16) (n.º 2). DOI:10.11156/aibr.160207

Marcuse, P. (1985). *Gentrification, Abandonment, and Displacement: Connections, Causes, and Policy Responses in New York City*. 28 WASH. U. J. URB. & CONTEMP. L. 195. https://openscholarship.wustl.edu/law_urbanlaw/vol28/iss1/4

Marcuse, P. (2005). Enclaves yes, ghettos no: Segregation and the state. *In* Varady, D. P. (Ed.) *Desegregating the City. Ghettos, Enclaves, and Inequality*, State University of New York Press, pp. 15-30.

Marcuse, P. & Madden, D. (2016). *In Defense of Housing: The Politics of Crisis*, Verso Books.

Marques, A. (2016). Contribuições da Sociologia para a Análise sobre o Espaço. *Revista Desenvolvimento e Sociedade* - Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais, N.º 1. ISSN eletrónico: 2184-2647.

Marques, T. (2004). *Portugal na transição do século - retratos e dinâmicas territoriais*, Edições Afrontamento.

Matos, J. (2008). *A Invenção de Lisboa. Livro I - As chegadas*. Editora Temas e Debates.

Martins, H. (2020, novembro). 20% dos donos de alojamento local admitem mudar para rendas de longa duração*. Expresso*, https://expresso.pt/economia/2020-11-26-20-dos-donos-de-alojamento-local-admitem-mudar-para-rendas-de-longa-duracao

Martins, C. (2020). *Territórios Turísticos em Áreas Costeiras. O Resort: entre o produto turístico, o produto imobiliário e o produto urbanístico* [Tese de doutoramento não publicada]. Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa.

Marvasti, A. (2004). *Qualitative Research in Sociology*, Sage Publications.

Mendes, L. (2008). *A nobilitação urbana no Bairro Alto: análise de um processo de recomposição sócioespacial*. [Tese de Mestrado]. Universidade de Lisboa.

Mendes, L. (2013). Public policies on urban rehabilitation and their effects on gentrification in Lisbon. *AGIR - Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas* (vol. 1) (N.º 5), pp. 200-218.

Mendes, L. (2017). Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Cadernos Metrópole*, 19(39), pp. 479-512. https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3906

Monteiro, E. (2020). Encontros coreografados: os espaços públicos e sua ressignificação durante a pandemia de Covid-19. *In* Lyra, A. P. R. *et al.* (org.), *Cidade e Representações*

(pp. 286-296). Coleção Arquitetura e Cidade (vol.2). Letra Capital. https://www.iar.unicamp.br/dasmind/wp-content/uploads/sites/7/2021/05/Livro-Artigo-14.pdf

Monteiro, M. (2018). *Quando a rua entra em casa: "night out" e "time out" em Lisboa*. [Tese de doutoramento não publicada]. FCSH - Universidade Nova de Lisboa, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Mora, M. (2009). *Indicadores de Calidad de espácios públicos urbanos, para la vida ciudadana, em Ciudades intermedias.* 53.º Congresso Internacional de Americanistas, Los pueblos americanos: câmbios y continuidadades, La construcción de lo próprio em um mundo globalizado, México, 19 a 24 de Julho.

Morcuende, A. (2021). Behind the Origins of Socio-Spatial Fragmentation. *Mercator*, 20. doi:10.4215/rm2021.e20022

Moreira, R. (2019, 21 de fevereiro). Adamastor: a luta pelo espaço público. *Público*. https://www.publico.pt/2019/02/21/local/opiniao/adamastor-luta-espaco-publico-1862876

Moro, S. (2011). Una metodología sistemática para el análisis de los espacios públicos. El caso de la ciudad de La Plata, Question / Cuestión, 1(30). https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/1072

Mumford, L. (1965). *A Cidade na História* (vol.1). Editora Italiaia.

Neuman, W. (2014). *Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches* (7.ª ed.). Pearson New International Edition.

Neves, F. (2001, 29 de agosto). O miradouro dos horrores. *Público*.

Neves, F. (2013, 19 de março). Calçada portuguesa banida do Miradouro de Santa Catarina. *O Corvo*, Sítio de Lisboa. https://arquivo.pt/wayback/20180727223226/https://ocorvo.pt/calcada-portuguesa-banida-do-miradouro-de-santa-catarina/

Newell, B. (2019). Privacy and surveillance in the streets. An introduction. *In* Newell, B., Timan, T. & Koops, B. (Eds.), *Surveillance, Privacy and Public Space* (pp. 1-15). Routledge.

Nightingale, C. (2012). *Segregation: a global history of divided cities,* University of Chicago Press.

Nofre, J. (2013). *De lo sórdido a lo vintage, de la marginalización a la distincion. Gentrification y ócio nocturno, em Cais do Sodré*, Lisboa, Série II, 23 (pp. 1-14). Fórum Sociológico.

Nofre, J., Martins, J. C.; Vaz, D.; Fina, R.; Sequera, J. & Vale, P. (2018). The 'Pink Street in Cais do Sodré: urban change and liminal governance in a nightlife district of Lisbon. *Urban Research & Practice*, DOI: 10.1080/17535069.2018.1449010.

Nofre, J., Garcia-Ruiz, M. & Galavielle, J. (2025). An Exploratory Ethnography of the New Tourist Nightlife in Bairro Alto, Lisbon. *In International Journal of the Sociology of Leisure*. https://doi.org/10.1007/s41978-025-00186-4

Ntakana, K., Mbanga, S., & Mosiea, T. (2025). Urban public space development: themes and trends in the urban planning rhetoric. *Frontiers in Built Environment*, 11, 1456638. https://doi.org/10.3389/fbuil.2025.1456638.

O'Callaghan, C. (2023). Rethinking vacancy within the urbanization process: Towards a new research agenda. *Urban Geography*, 45(5), 863-882. https://doi.org/10.1080/02723638.2023.2233862.

OLCPL - Observatório de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa (2024, outubro). *Retrato Social de Lisboa: do Censo aos consensos*. https://observatorio-lisboa.eapn.pt/wp-content/uploads/EAPN-book_Censo_Consensos.pdf

OLCPL - Observatório de luta contra a pobreza na cidade de Lisboa (2024, 13 de novembro). *AML concentra "cerca de 60 a 70%" dos sem-abrigo em Portugal: há 3400 pessoas sem*

casa e 1500 a dormir na rua. https://observatorio-lisboa.eapn.pt/aml-concentra-cerca-de-60-a-70-dos-sem-abrigo-em-portugal-ha-3400-pessoas-sem-casa-e-1500-a-dormir-na-rua/

Ochoa, R. (2003). *A emergência do espaço público na cidade de Lisboa. Espaço Público no período iluminista*. *In* 4.º Congresso Internacional sobre Estudios Utópicos, Madrid, 25-29 Junho. https://www.academia.edu/214133/A_emergência_do_espaço_público_na_cidade_de_Lisboa_Espaço_público_no_per%C3%ADodo_iluminista

Oliveira, E. (1885). *Elementos para a História do Município de Lisboa* (Tomo II). Câmara Municipal de Lisboa, Typographia Universal.

Oliveira, E. (1908). *Elementos para a História do Município de Lisboa* (Tomo XVI). Câmara Municipal de Lisboa, Typographia Universal.

Padeiro, M. (2022). Cycling infrastructures and equity: an examination of bike lanes and bike sharing system in Lisbon, Portugal. *Cities & Health*, 7(5), 729-743. https://doi.org/10.1080/23748834.2022.2084589

Pallarés, A. (2022). *Manhattan's Public Spaces: Production, Revitalization, Commodification*. Routledge.

Pardal, M. (2005). *O terramoto de 1755. A urbanização da nova Lisboa*, Sete Caminhos.

Peck, J., & Tickell, A. (2002). Neoliberalizing space. *Antipode, 34*(3), pp. 380-404. https://doi.org/10.1111/1467-8330.00247

Pena, J. & Junior, O. (2011) *Partilha e conflito no espaço público: experiências urbanas na cidade de Salvador*, Mestrados PPG Arquitetura e Urbanismo UFBA. http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_Partilha-e-conflito-no-espaco-publico.pdf

Perecman, E. & Curran, S. (ed.) (2006). *A Handbook for Social Science Field Research. Essays & Bibliographic Sources on Research Design and Methods*, Sage Publications.

Pincha, J. (2018, 26 de julho). Miradouro de Sta. Catarina fechado para obras o resto do Verão. *Público*. https://www.publico.pt/2018/07/26/local/noticia/miradouro-de-sta-catarina-fechado-para-obras-o-resto-do-verao-1839230

Pincha, J. (2018, 17 de agosto). Grupo de lisboetas teme "higienização social" em Santa Catarina. *Público*.

Pincha, J. (2018, 21 de outubro). Em Santa Catarina, Lisboa enfrenta os seus monstros. *Público*.

Pincha, J. (2019, 11 de fevereiro). Quiosque do Adamastor: criticado por Medina, elogiado pelos serviços. *Público.* https://www.publico.pt/2019/02/11/local/noticia/quiosque-adamastor-criticado-medina-elogiado-servicos-1861289

Portas, N., & Travasso, N. (2011). As Transformações do Espaço Urbano: Estruturas e Fragmentos. *In* Portas, N., Domingues, A. & Cabral, J. *Políticas Urbanas II: Transformações, regulares e projectos*. (pp. 161-229). Fundação Calouste Gulbenkian.

Porto Editora (2020, março). *turistificação* no Dicionário infopédia da língua portuguesa. https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/turistificação

PROAP (2011). *Requalificação do Alto de Sta. Catarina - Projecto de Execução. Memória Descritiva*. Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana, Unidade de Projecto do Bairro Alto e da Bica.

PROAP (2018). *Adaptação do Projeto de Requalificação do Jardim - Miradouro de Santa Catarina. Projecto de Execução de Arquitectura Paisagista. Memória Descritiva e Justificativa*. Câmara Municipal de Lisboa, Direcção Municipal de Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia.

Publicações de Atos Societários e de outras entidades. (2023, setembro). *Pesquisa de Publicação*. https://publicacoes.mj.pt/Pesquisa.aspx

Rath, J. (ed.) (2007). *Tourism, Ethnic Diversity and the City*, Routledge.

Rego, R., Braga Lopes, J., Sadock, M., & Estevens, A. (2023). Alternative spaces in Lisbon and the resistance to gentrification. *Etnográfica, 27*(1), 63-84. https://doi.org/10.4000/etnografica.13924

Reis, A. & Lay, M. (2006). Avaliação da qualidade de projetos - uma abordagem perceptiva e cognitiva. *Ambiente construído* (pp. 21-34), Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído.

Ribeiro, L. (2002). *Azulejos de Lisboa* (vol. 2). Litexa Editora.

Rigolon, A., Collins, T., Kim, J., Stuhlmacher, M. & Christensen, J. (2024). Does gentrification precede and follow greening? Evidence about the green gentrification cycle in Los Angeles and Chicago, *Landscape and Urban Planning*, Volume 248, https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2024.105095.

Rossi, A. (2001) [1966]. *A Arquitectura da Cidade*, Edições Cosmos.

Sack, R. (1986). *Human territoriality: Its theory and history* (1.ª ed.), Cambridge Studies in Historical Geography.

Salgado, M. (coord.) (2014). *Uma Praça em cada Bairro*, Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística, Departamento de Planeamento e Reabilitação Urbana, Divisão de Projetos e Estudos Urbanos.

Salgueiro, T. (1992). *A Cidade em Portugal - Uma Geografia Urbana* (2.ª ed.), Edições Afrontamento.

Sander, I. & Coimbra, V. (2024, 12 de janeiro). O novo normal: como a convivência mudou após a pandemia, em casa e nos espaços públicos. *GZH*, jornal digital. https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2024/01/o-novo-normal-como-a-convivencia-mudou-apos-a-pandemia-em-casa-e-nos-espacos-publicos-clr9ie1i1003u011skvgaizv3.html

Santos, M. (2004). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.

Santos, M. (2005). Baixa Pombalina. Passado e Futuro (2.ª ed.). Livros Horizonte.

Sassen, S. (1991). *The Global City. New York, London, Tokio.* Princeton University Press.

Sassen, S. (2007). EI reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas en una economía global: ampliando las opciones de políticas y gobernanza, *Revista eure* (Vol. XXXIII, N° 100), pp. 9-34.

Sassen, S. (2013). *The incomplete City Strikes Back*, DAMNº 39 magazine, pp. 64-68. https://www.saskiasassen.com/PDFs/publications/the-incomplete-city-strikes-back.pdf

Savage, M. & Warde, A. (1993). *Urban sociology, capitalism and modernity*. Macmillan. 221 pp.

Seixas, J. (2008). Estruturas e dinâmicas do capital sócio-cultural em Lisboa. Um novo paradigma urbano. *In* Silva, F. C., Cabral, M. V. & Saraiva, T. (Org.), *Cidade e Cidadania. Governança Urbana e Participação Cidadã em Perspectiva Comparada* (pp. 79-106). Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. http://hdl.handle.net/10451/22599

Seixas, J. (2013). *A Cidade na Encruzilhada. Repensar a Cidade e a sua Política*, Edições Afrontamento.

Seixas, J. & Antunes, G. (2019). Tendências recentes de segregação habitacional na Área Metropolitana de Lisboa. *Cidades, Comunidades e Territórios* [Online], 39. http://journals.openedition.org/cidades/1555

Sennett, R. (2006) [1994]. *Carne e pedra*. Record.

Sequera, J. & Nofre, J. (2018). Shaken, Not Stirred: New Debates on Touristification and the Limits of Gentrification. *City*, 22(5-6): 843-855. doi: 10.1080/13604813.2018.1548819.

Silva, A. (2025). Homogeneização-Desamazonização-(Re)Existência. Uma contribuição para analisar a metropolozação na Amazônia. *Terra Livre*, 1 (64), 444-469. https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3767

Silva, G., Franca, S., Romero, M., Silva, C. & Machado, A. *et al.* (2010). *A Construção de Indicadores para a avaliação da qualidade do espaço urbano no distrito federal do Brasil*, Paranoá Brasília nos 50 anos, n. 5. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/10531/9268

Silva, T. (2017). *A Requalificação do Espaço Público no Contexto da Descentralização Administrativa de Lisboa.* [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa. http://hdl.handle.net/10400.5/15348

Simão, K. & Gonçalves, R. (2019). *Espaço Público como Palco dos Conflitos Urbanos: Construindo Territorialidades e Buscando o Direito à Cidade*, Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana - XVI SIMPURB, vol. 1, 1645-1663. https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26157

Simmel, G. (1904). The Sociology of Conflict. I. *American Journal of Sociology*, 9(4), 490-525. http://www.jstor.org/stable/2762175

Simmel, G. (2005) [1903]. *As Grandes Cidades e a Vida do Espírito* (1903) (Leopoldo Waizbort, trad.), MANA, vol. 11(2), 577-591, Published by Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS-Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. https://doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010

Simmel, G. (2013). *Sociologia do espaço*. Estudos Avançados [online], v. 27, n. 79, pp. 75-112. https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300007

Smith, N. (1996). *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*, Routledge. http://rohcavamaintenant.free.fr/USB%20KEY%20Fahriye/kıtap%20Neil%20Smith__The_New_Urban_Frontier__Gentrification_and_the_Revanchist_City.pdf

Smith, N., & Williams, P. (Eds.). (1986). *Gentrification of the City* (1.ª ed.). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315889092

Sottomayor, A. (2002, 18 de maio). Praça de S. Paulo. *Capital*.

Sottomayor, A. (2003, 18 de agosto). O Poço da Cidade. *Capital.*

Souza, A. (2000, 4 de setembro). Redescobrir na cidade ruas que ainda falam. Num tempo de mudança, ainda é possível encontrar um mundo de muitos botões e parafusos, peixe seco e roupa de trabalho. *Jornal de notícias.*

Szczepańska, A. e Pietrzyk, K. (2019). A multidimensional analysis of spatial order in public spaces: a case study of the town Morąg, Poland, Bulletin of Geography. *Socio-economic series*, 44(44),115-129. DOI: http://doi.org/10.2478/bog-2019-0020

Taleb, N. (2018). *O Cisne Negro - O impacto do altamente improvável* (9.ª ed.), Dom Quixote.

Taviani, E. (2022). From the housing policies to the urban space: Spatial trajectory of Afro-descendants across Lisbon Metropolitan Area. *Cidades, Comunidades e Territórios, 44*, 1-19. https://doi.org/10.15847/cct2022441

Teixeira, M. (coord.) (2001). *A Praça na Cidade Portuguesa*, Livros Horizonte.

TravelBI. (2020, dezembro). *Dados Abertos. Alojamento Turístico.* https://dadosabertos.turismodeportugal.pt/datasets/turismoportugal::estabelecimentos-de-al/explore?location=38.707724%2C-9.144189%2C18.00

Tonkiss, F. (2005). *Space, The City and Social Theory, Social Relations and Urban Forms*, Polity Press.

Tonkiss, F. (2013). *Cities by Design - The Social Life of Urban Form*, Polity Press.

Tulumello S., Mendes L. (2022). Movimentos sociais urbanos em tempos de crise, in Drago A. (ed.), *A segunda crise de Lisboa: uma metrópole fragilizada*, Coimbra: Actual, 159-193.

Varady, D. P. (Ed.) (2005). *Desegregating the City. Ghettos, Enclaves, and Inequality*, State University of New York Press.

Varzim, T. (2018, 21 de junho). 10 anos depois, economia portuguesa voltará em 2018 aos níveis pré-crise. *Jornal de Negócios.*

Vaz, A. (2022). *Postais de Lisboa. Práticas turísticas e as suas implicações na reconstrução de identidades territoriais*, [Tese de Doutoramento, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e NOVA - FCSH]. Repositório da Universidade Nova. http://hdl.handle.net/10362/143748

Vieira, M. (2008). O espaço urbano e a arquitectura da cidadania. *In* Silva, F. C., Cabral, M. V. & Saraiva, T. (Org.), *Cidade e Cidadania. Governança Urbana e Participação Cidadã em Perspectiva Comparada* (pp. 79-106). Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. http://hdl.handle.net/10451/22599

Vidal, J. (1961). *Miradouros de Lisboa*. Arte e Turismo, Câmara Municipal de Lisboa, Bertrand.

Wacquant, L. (2023). *Bourdieu na Cidade. Desafios à Teoria Urbana*. Outro Modo.

Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva* (vol. 2), Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Westra, G. H. (2024). Segregation and well-being in Sweden: Geographies of well and ill-being. *Population, Space and Place, 30*(5), e2758. https://doi.org/10.1002/psp.2758

Zukin, S. (1995). *The Cultures of Cities*. Malden, MA, and Oxford: Blackwell.

Zukin, S. (2010). *Naked city: the death and life of authentic urban places*, New York. Oxford University Press.

Zukin, S. (2018). Reimagining civil society. Conflict and control in the city's public spaces. In Hristova, S. & Czepczynski, M. (Ed.), *Public Space. Between Reimagination and Occupation*, Routledge, pp. 17-30.

ANEXO A1.
Leitura de ortofotomapas de secção e subsecção da praça de São Paulo (2011 e 2021)

Analisando à microescala a praça de São Paulo e a sua envolvente, através da leitura dos ortofotomapas desta secção e subsecções dos Censos 2011 (Fig. A1.1.), onde a subsecção 00604 é a praça de São Paulo, e de acordo com (INE, Julho, 2020), salienta-se que:

- Na subsecção 00508 existiam 3 edifícios de uso principal residencial (um com data de construção entre 1914 e 1945, outro entre 1946 e 1960 e o terceiro entre 1961 e 1980) e havia 15 alojamentos, onde viviam 14 famílias. 1 alojamento era coletivo e 2 alojamentos encontravam-se vagos. Várias classes etárias estavam representadas, nomeadamente, 2 indivíduos com idade inferior a 14 anos; 2 indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade; 10 indivíduos com idades entre os 25 e os 64 e 3 indivíduos com idade superior a 65 anos de idade. Os graus de formação destes indivíduos eram diversos, 2 possuíam o ensino secundário, 12 o ensino básico e 3 o ensino superior e 3 encontravam-se desempregados e 3 eram pensionistas (Fig. A1.2.).

- Na subsecção 00602 existiam 6 edifícios de uso exclusivamente residencial e 21 edifícios de uso principal residencial (17 com data de construção de 1914 a 1945, 4 entre 1946 e 1960 e 4 entre 1961 e 1980), com 182 alojamentos familiares e 43 alojamentos vagos. Várias classes etárias estavam representadas, nomeadamente, 39 indivíduos com idade inferior a 14 anos; 21 indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade; 154 com idades entre os 25 e os 64 anos e 47 indivíduos com idade superior a 65 anos de idade. Os graus de formação destes indivíduos eram diferenciados, 28 não sabiam ler, nem escrever, 61 possuíam o ensino secundário, 97 o ensino básico, 36 o ensino superior, 24 estavam desempregados e 47 eram pensionistas (Fig. A1.3.);

- Na subsecção 00603 existia 1 edifício de uso principal residencial, com data de construção de 1914 a 1945, alojando 3 famílias. Nos censos apenas é referido um indivíduo com mais de 65 anos, reformado sem saber ler nem escrever (Fig. A1.4.);

- Na subsecção 00605 existiam 2 edifícios de uso principal residencial (um com data de construção anterior a 1914 e outro com data de construção de 1914 a 1945), com 24 alojamentos familiares e 19 alojamentos vagos. Nestes dois edifícios viviam 4 indivíduos com idade superior a 65 anos de idade. Os graus de formação destes indivíduos eram diferenciados, 1 não sabia ler, nem escrever, 1 possuía o ensino secundário, 1 o ensino básico, 1 o ensino superior, sendo os 4 pensionistas (Fig. A1.5.);



Fig. A1.1. Praça de São Paulo e quarteirões limítrofes. Ortofotomapas de secção e subsecções 00508, 00602, 00603, 00604, 00605, 00606 e 00705, Francisco Caldeira (fonte: SGI do INE, Censos 2011).

- Na subsecção 00606 existiam 2 edifícios de uso principal residencial (um com data de construção de 1914 a 1945 e outro entre 1946 e 1960), perfazendo 14 alojamentos familiares e 2 alojamentos vagos. Várias classes etárias estavam representadas, nomeadamente, 3 indivíduos com idade inferior a 14 anos; 1 indivíduo com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos de idade; 10 com idade entre os 25 e os 64 anos e 6 indivíduos com idade superior a 65 anos de idade. Os graus de formação destes indivíduos eram diversos, 4 não sabiam nem ler, nem escrever, 10 possuíam o ensino secundário e 6 o ensino superior, 1 estava desempregado e 6 eram pensionistas (Fig. A1.6.);

- Na subsecção 00705 existia 1 edifício de uso não exclusivamente residencial, com data de construção entre 1961 e 1980, com 4 alojamentos que acolhiam 3 residentes entre os 25 e os 64 anos de idades, todos com formação superior (Fig. A1.7.).

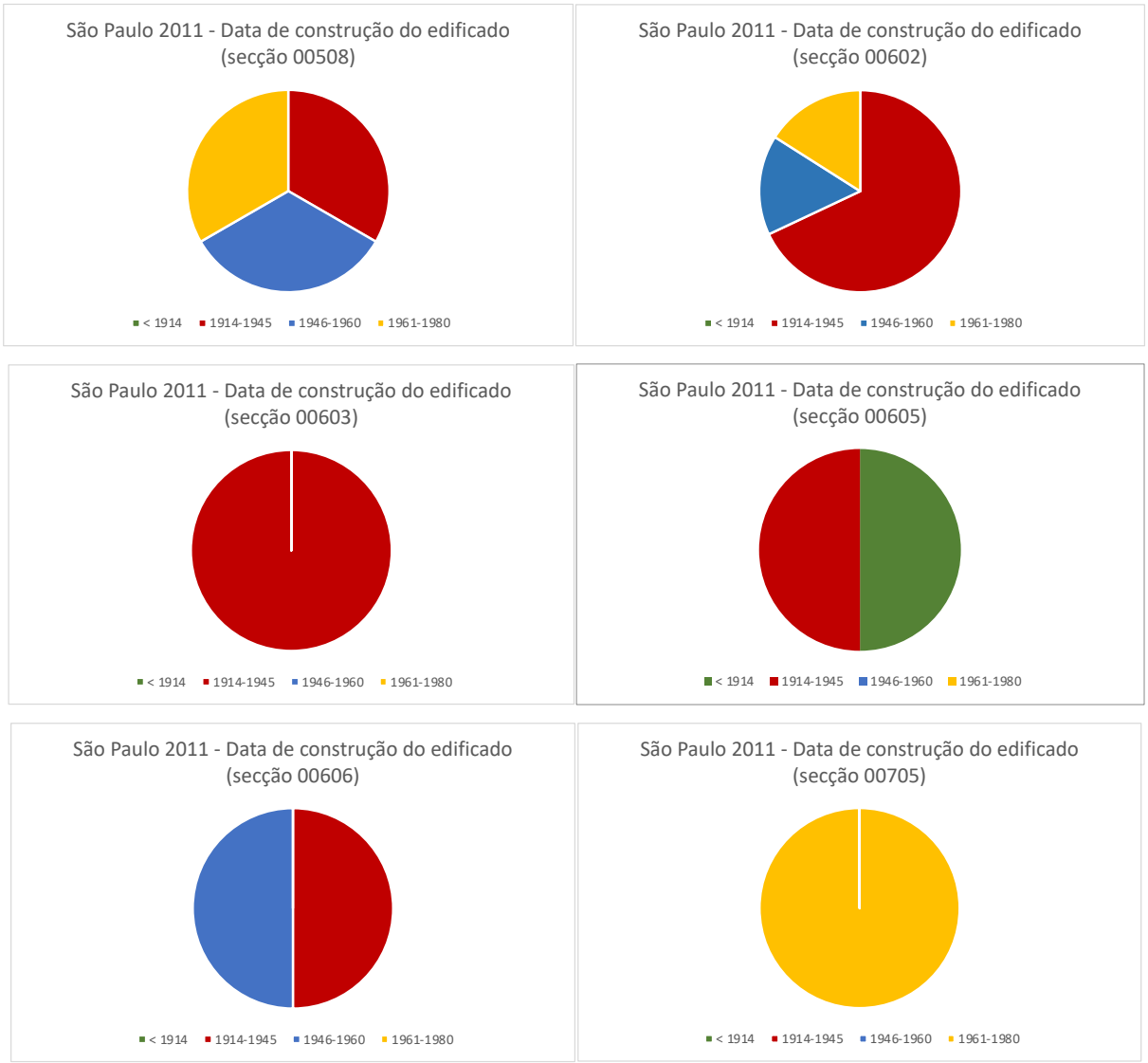


Fig. A1.2. Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00508. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011). **Fig. A1.3.** Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00602. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011). **Fig. A1.4.** Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00603. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011). **Fig. A1.5.** Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00605. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011). **Fig. A1.6.** Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00606. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011). **Fig. A1.7.** Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00705. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011).

Com maior precisão e analisando os ortofotomapas de secção e subsecções dos Censos 2021 (Fig. A1.8.) da praça de São Paulo e edifícios limítrofes, e onde a subsecção 00611, anterior 00604, é a praça de São Paulo, de acordo com (INE, julho, 2023), destaca-se que:

- Na subsecção 00612 (anterior 00508) existem 4 edifícios, onde 3 são de uso exclusivamente residencial, com 14 alojamentos, menos um do que o anterior Censos (2011). Foram contabilizados 7 alojamentos vagos ou cuja residência é secundária. Várias classes etárias estão aqui novamente representadas, nomeadamente, 2 indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade, 8 indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade e 2 indivíduos com idade superior a 65 anos de idade. Salienta-se que esta subsecção sofreu alterações no seu limite geográfico, pelo que neste momento compreende 2 quarteirões e não apenas 1, o que introduz alterações significativas também nos dados recolhidos, nomeadamente no número de edifícios existentes (Figs. A1.9. e A1.15.);

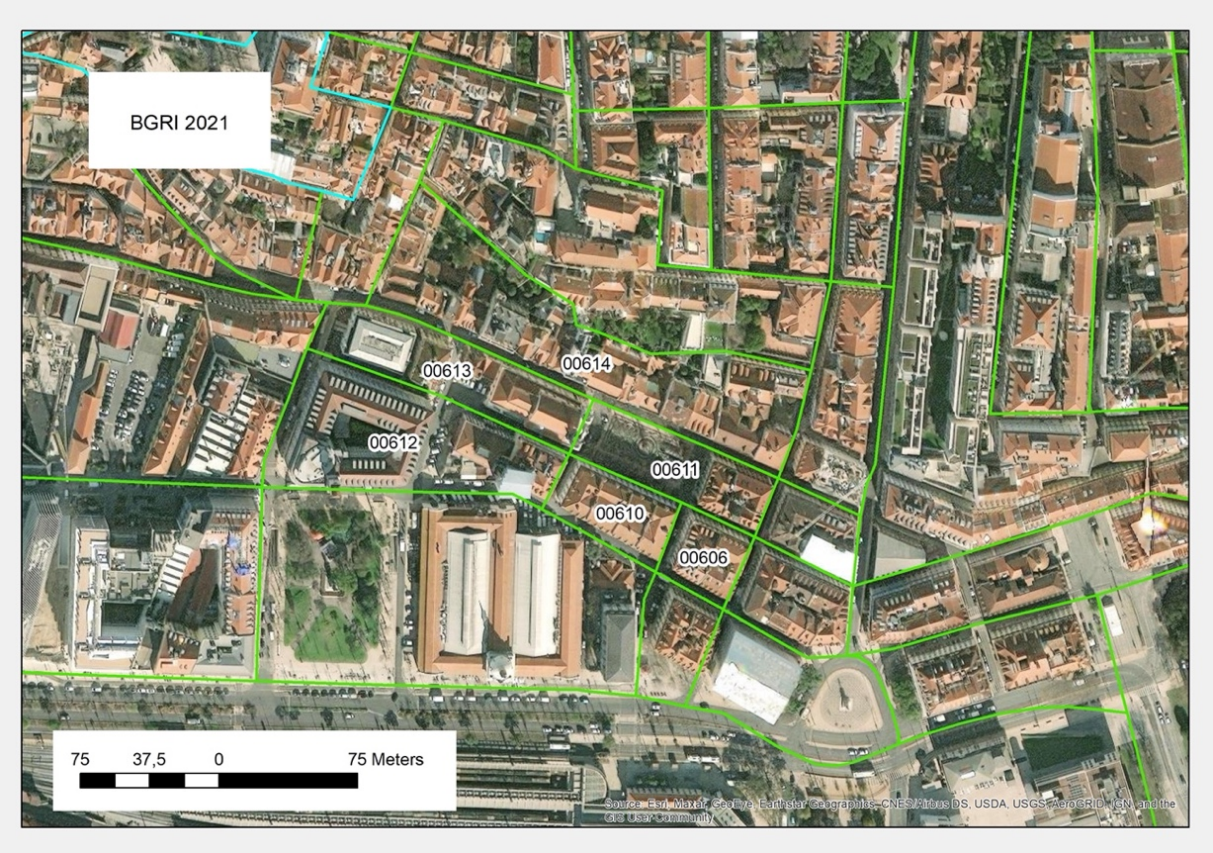


Fig. A1.8. Praça de São Paulo e quarteirões limítrofes. Ortofotomapas de secção e subsecções 00606, 00610, 00611, 00612, 00613 e 00614, Francisco Caldeira (fonte: SGI do INE, Censos 2021).

- Na subsecção 00614, anterior 00602 existem 26 edifícios, onde 10 são de uso exclusivamente residencial, em contraste com os 6 indicados nos anteriores Censos (2011), com 137 alojamentos familiares e 40 alojamentos vagos ou de 2.ª residência. Nos Censos 2011 eram reportados 43 alojamentos vagos. Encontram-se aqui várias classes etárias representadas, nomeadamente, 37 indivíduos com idade inferior a 14 anos; 24 indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade, 136 indivíduos com idades compreendidas

entre os 25 e os 64 anos de idade e 30 com idade superior a 65 anos de idade (Figs. A1.10. e A1.15.);

- Na subsecção 00613, anterior 00603, existem 3 edifícios, com 9 alojamentos familiares e nenhum dos edifícios é de uso residencial exclusivo. Nos anteriores Censos (2011) esta subsecção apresentava apenas 1 edifício, devido ao aumento da charneira da subsecção. É indicado 1 alojamento vago, ou de 2.ª residência. Relativamente às classes etárias presentes, salienta-se a existência de 3 indivíduos com inferior a 14 anos; 2 indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos; 10 indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade e 2 indivíduos com idade superior a 65 anos (Figs. A1.11. e A1.15.);

- Na subsecção 00610, anterior 00605, não existem dados dos atuais Censos, porque todo o quarteirão que corresponde a esta subsecção está devoluto, com indicação de futuras obras (Figs. A1.12. e A1.15.);

- Na subsecção 00606 existem 2 edifícios, sendo 1 de uso residencial principal, à semelhança do indicado pelos Censos anteriores (2011), no entanto o número de alojamentos diminui, de 14 alojamentos familiares, hoje apenas permanecem 11 e 1 alojamento vago ou cuja residência é secundária. Várias classes etárias estavam representadas, nomeadamente, 2 indivíduos com idade inferior a 14 anos, 9 indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade e 4 indivíduos com idade superior a 65 anos de idade (Figs. A1.13. e A1.15.);

- Na subsecção 00611, anterior 00705 e 00604, existem 2 edifícios, sendo 1 de uso residencial exclusivo, mais 1 do que o indicado nos anteriores Censos (2011) devido à alteração da charneira da subsecção que passa a incluir a praça de São Paulo, com 5 alojamentos, que acolhem 4 residentes, 3 com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade e 1 com idade superior a 65 anos (Figs. A1.4. e A1.15.).

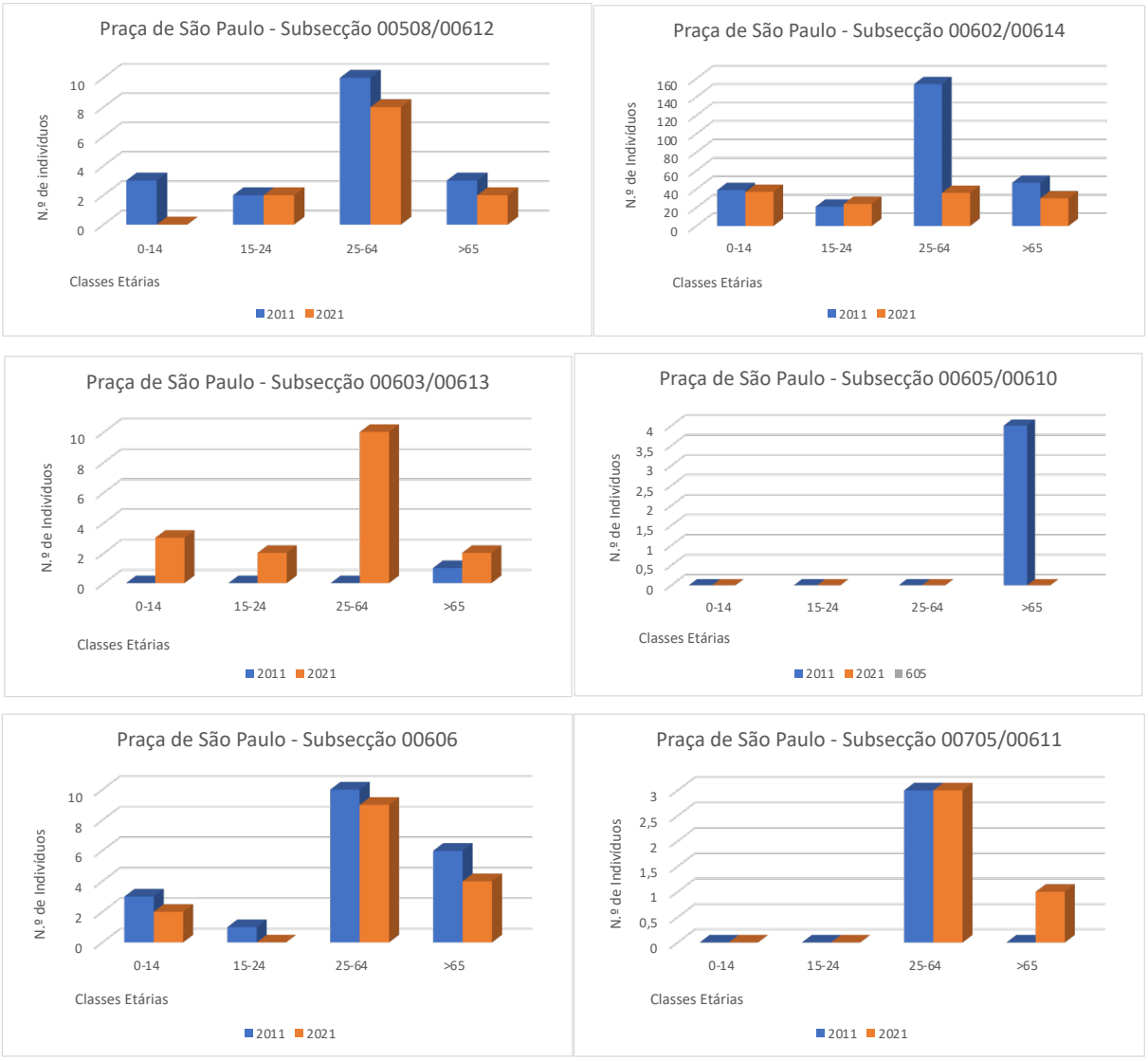


Fig. A1.9. Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00612 (2021), anterior 00508 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021). **Fig. A1.10.** Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00614 (2021), anterior 00602 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021). **Fig. A1.11.** Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00613 (2021), anterior 00603 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021). **Fig. A1.12.** Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00610 (2021), anterior 00605 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021). **Fig. A1.13.** Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00606. Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021). **Fig. A1.14.** Praça de São Paulo e sua envolvente na subsecção 00611 (2021), anterior 00705(2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021).

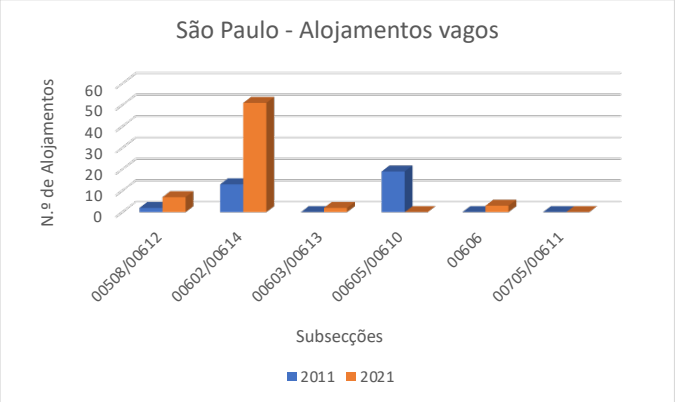


Fig. A1.15. Praça de São Paulo e sua envolvente. Variação do número de alojamentos vagos entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021).

ANEXO A2.

Evolução dos usos comerciais e/ou serviços na envolvente da praça de São Paulo, desde o início do século XX até ao presente

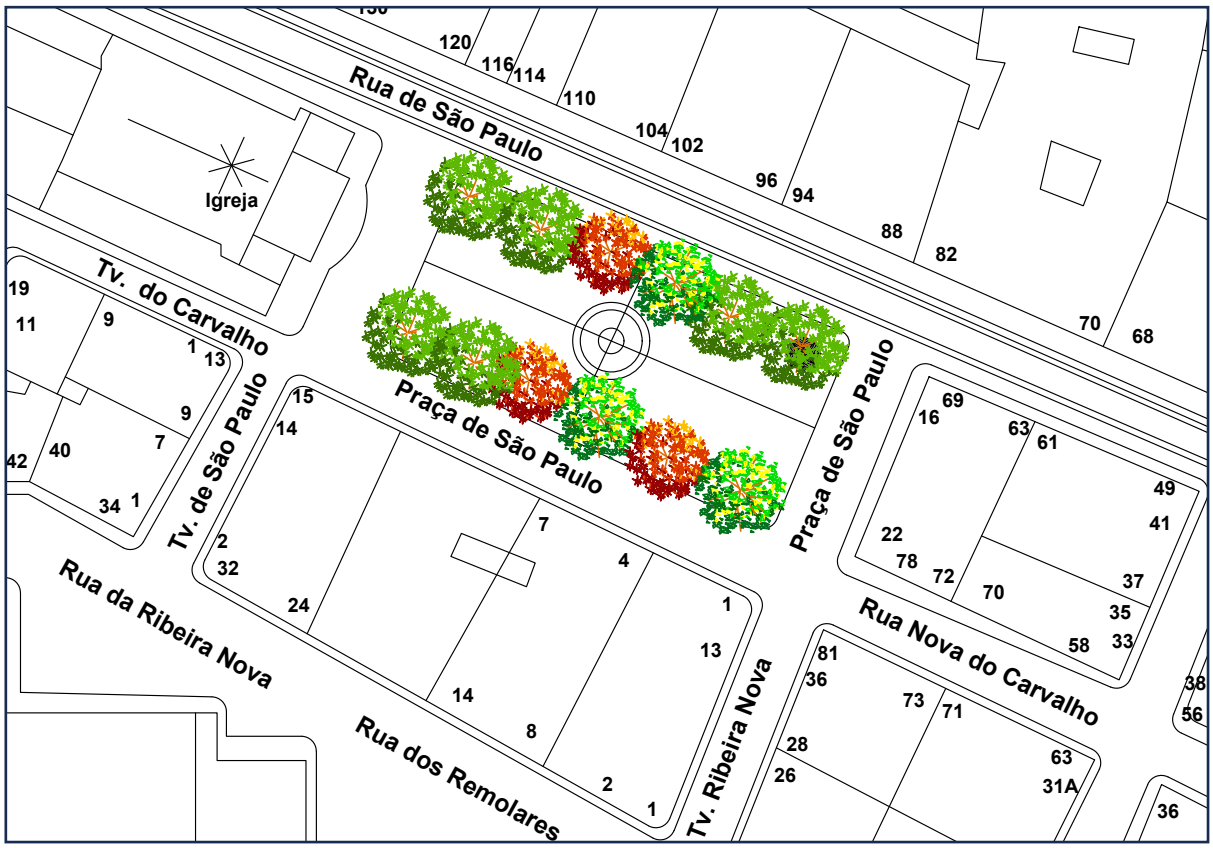


Fig. A2. Planta de localização da praça de São Paulo e da sua envolvente, com indicação dos números de polícia (fonte: Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML).

Quadro A2. Síntese dos usos comerciais e/ou serviços próximos da praça de São Paulo e da sua envolvente (fonte: Ana Cravinho, a partir de dados do AHML).

Localização	N. º de Polícia	Andar	Atividade	Ano
Rua de São Paulo	63 e 65	R/C	Relojoaria	1914
	67 a 69	R/C	Estabelecimento de café, cervejaria, vinhos e comidas	1979
	67	R/C	Estabelecimento *snack-bar*	2012
	70 e 72	R/C	Estabelecimento de fazendas	1942
		R/C	Estabelecimento de fanqueiro	1974
	74 e 76	R/C	Fábrica de Alvaiade e armazém de drogas	1938 a 1980
	78		Escola N. º 3	1912
		2.º Piso	Companhia de Seguros	1927
		2.º e 3.º Pisos	Companhia de Seguros e posto médico	1941

	80, 82 e 84	R/C	Armazém e estabelecimento de comércio de vinhos e seus derivados	1953 a 1970
	80 e 82	R/C	Minipreço	1994
	86	R/C	Óptica Central do Calhariz	2004
		1.º Piso	Sociedade Comercial	1797
	106	R/C	Ourivesaria	1971
	112	R/C	Padaria	1984
		1.º Piso	Escritório	1984
	114	R/C	Estabelecimento de venda de perfumes	1984
	116 a 118	R/C	Espaço comercial devoluto	2006
Praça de São Paulo	3	1.º Piso	Hotelaria	1943
	1 e 2	R/C	Estabelecimento de alfaiataria	1953
	4, 5 e 6	R/C	Loja de confeções	1980
	6 e 7	R/C	Estabelecimento de venda de fatos	1953
	8 e 9	R/C	Loja de confeções	1980
	10 e 11	R/C	Loja de confecções	1980
		1.º Piso	Salas de trabalho da loja de confecções	1980
	12	1.º Piso	Salas de trabalho das lojas nos números 10 e 11 e armazéns	1980
	13, 14 e 15	R/C	Loja de confecções	1980
	19	2.º Dt. º Piso	Escritório	1948
		1.º Piso	Consultório	1923
	20 a 22	R/C	Estabelecimento de leitaria	1949
Trv. de São Paulo	2 a 6	R/C	Estabelecimento de vinhos e petiscos	1980
			Estabelecimento de vinhos e comidas	1955
	8 e 10	R/C	Estabelecimento de vinhos	1939
			Frutaria	1980
	12 e 14	R/C	Loja de confeções	1980
	12	R/C	Estabelecimento de venda de sementes	1953
Trv. da Ribeira Nova	3 e 5	R/C	Mercearia	1952
	30	R/C	Estabelecimento de restauração e bebidas	2014
	13		Cafetaria o “13 de São Paulo”	1978

ANEXO A3.

Leitura de ortofotomapas de secção e subsecção do miradouro de Santa Catarina (2011 e 2021)

Olhando com igual detalhe para o miradouro de Santa Catarina e a sua envolvente, analisando os ortofotomapas desta secção e subsecções dos Censos 2011 (Fig. A3.1.), de acordo com (INE, julho, 2020), onde na subsecção 00302 está localizado o miradouro, salienta-se que:

- Na subsecção 00106 existiam 3 edifícios de uso exclusivamente residencial e 4 edifícios de uso principal residencial, destes, 5 foram construídos antes de 1914 e 2 entre 1914 e 1945. Estes edifícios possuíam 37 alojamentos, onde habitavam 26 famílias e 6 alojamentos encontravam-se vagos. Várias classes etárias estavam representadas, nomeadamente, 3 indivíduos com idade inferior a 14 anos, 4 indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade; 21 com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos e 52 indivíduos com idade superior a 65 anos de idade. Os graus de formação destes indivíduos eram diversos, 2 não sabiam ler, nem escrever, 27 possuíam o ensino secundário, 41 o ensino básico, 10 o ensino superior, 1 estava desempregado e 18 eram pensionistas (Fig. A3.2.);
- Na subsecção 00302 existiam 10 edifícios de uso exclusivamente residencial e 10 edifícios de uso principal residencial, onde 17 foram construídos antes de 1914 e 3 entre 1914 e 1945. Estes edifícios possuíam 91 alojamentos, onde habitavam 62 famílias e 14 alojamentos encontravam-se vagos. Várias classes etárias estavam representadas, nomeadamente, 7 indivíduos com idade inferior a 14 anos; 9 indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos; 74 indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade e 24 indivíduos com idade superior a 65 anos de idade. Os graus de formação destes indivíduos eram diversos, 2 não sabiam ler, nem escrever, 24 possuíam o ensino secundário, 75 o ensino básico, 13 o ensino superior, 9 estavam desempregados e 28 eram pensionistas (Fig. A3.3.);
- Na subsecção 00902 existiam 18 edifícios de uso exclusivamente residencial, onde 15 foram construídos antes de 1914, 2 entre 1996 e 2000 e 1 entre 2001 e 2005. Estes edifícios possuíam 87 alojamentos, onde habitavam 47 famílias e 17 alojamentos encontravam-se vagos. Várias classes etárias estavam representadas, nomeadamente, 12 indivíduos com idade inferior a 14 anos; 9 indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade; 51 indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos de idade e 16 indivíduos com idade superior a 65 anos de idade. Os graus de formação destes indivíduos eram diversos, 15

possuíam o ensino secundário, 35 o ensino básico e 38 o ensino superior, 9 estavam desempregados e 28 eram pensionistas (Fig. A3.4.).

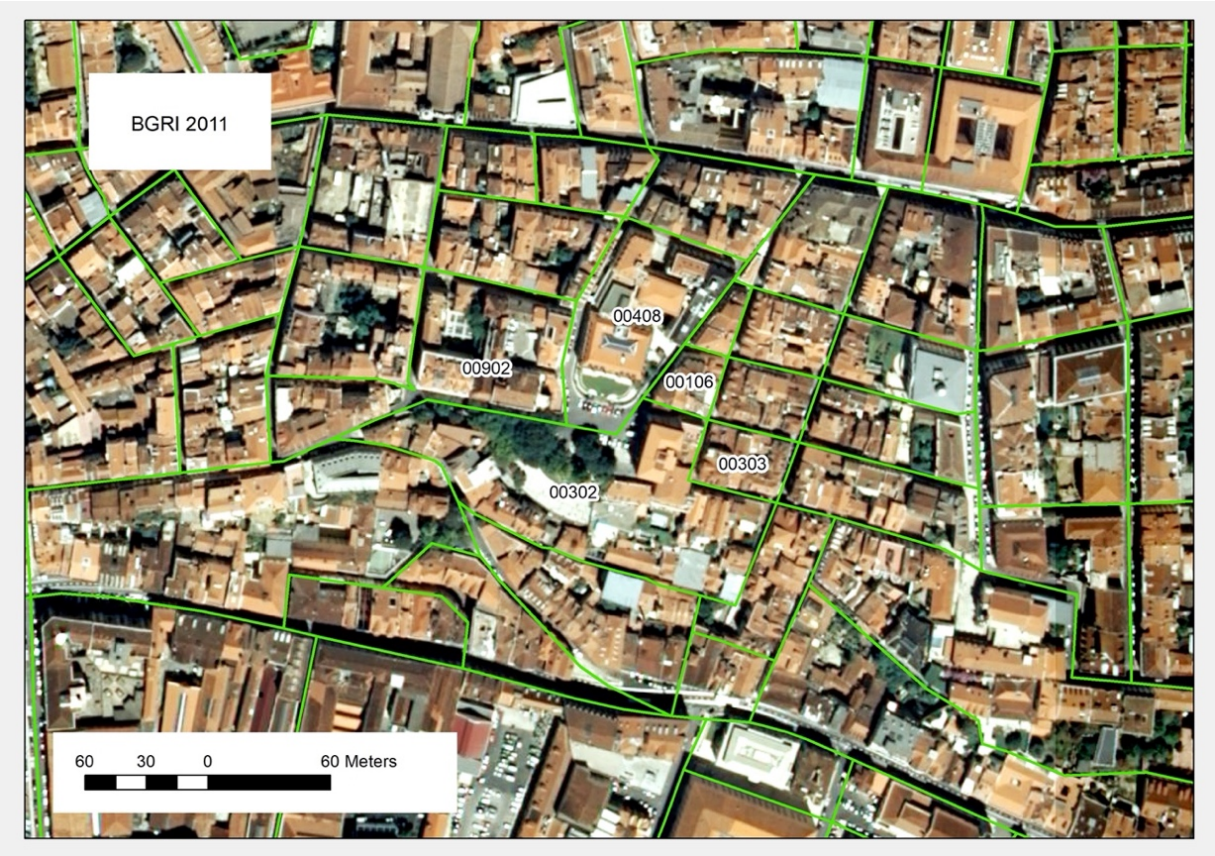
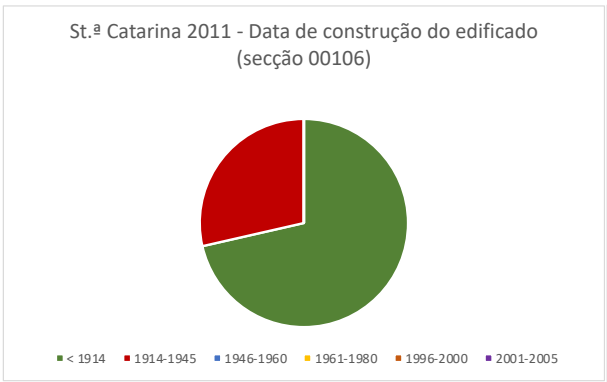
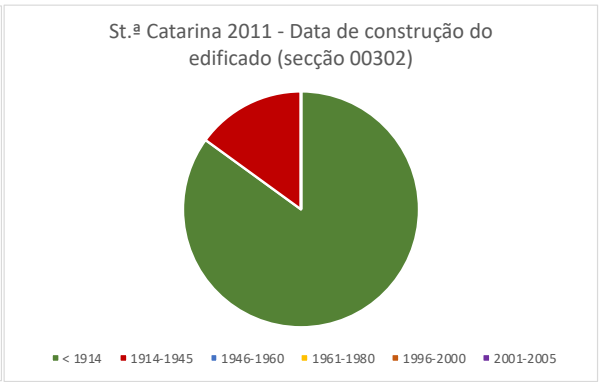


Fig. A3.1. Miradouro de Santa Catarina e quarteirões limítrofes de secção e subsecções 00106, 00302, 00408 e 00902, Francisco Caldeira (fonte: SGI do INE, Censos 2011).





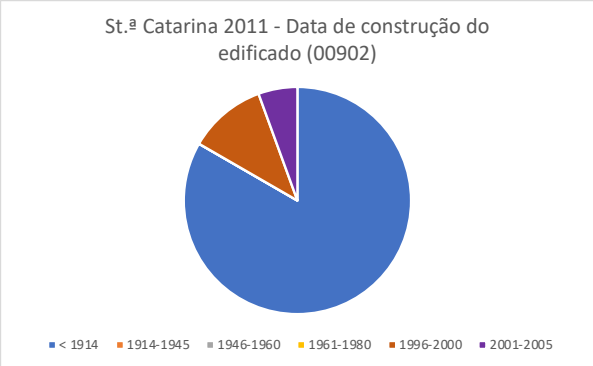


Fig. A3.2. Miradouro de Santa Catarina e sua envolvente na subsecção 00106. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011). **Fig. A3.3.** Miradouro de Santa Catarina e sua envolvente na subsecção 00302. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011). **Fig. A3.4.** Miradouro de Santa Catarina e sua envolvente na subsecção 00902. Data de construção do edificado (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2011).

Analisa-se o miradouro de Santa Catarina e a sua envolvente, bem como os ortofotomapas correspondentes de secção e subsecções, constantes nos Censos 2021 (Fig.A3.5.), de acordo com (INE, julho, 2023), onde na subsecção 00805, anterior 00302, está localizado o miradouro, salienta-se que:

- Na subsecção 01502, anterior 00106, existem 8 edifícios, mais 1 do que o indicado nos Censos de 2011. 5 são exclusivamente residenciais. Estes edifícios possuem 26 alojamentos e 11 alojamentos estão vagos ou são residência secundária. Várias classes etárias estão representadas, nomeadamente, 4 indivíduos com idade inferior a 14 anos; 24 indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade; 19 entre os 25 e os 64 anos de idade e 7 indivíduos com idade superior a 65 anos de idade (Figs. A3.6 e A3.9.);



Fig. A3.5. Miradouro de Santa Catarina e quarteirões limítrofes. Ortofotomapas de secção e subsecções 00805, 01502, 01504 e 01506, Francisco Caldeira (fonte: SGI do INE, Censos 2021).

- Na subsecção 00805, anterior 00302, existem 19 edifícios, menos um do que o constante nos Censos anteriores (2011), com 69 alojamentos e 17 alojamentos estão vagos ou traduzem-se em residências secundárias. 12 edifícios possuem uso residencial exclusivo. Várias classes etárias estão representadas, nomeadamente, 7 indivíduos com idade inferior a 14 anos; 4 indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24; 31 indivíduos com idades entre os 25 e os 64 anos e 27 indivíduos com idade superior a 65 anos (Figs. A3.7. e A3.9.);

- Na subsecção 01504, anterior 00902, existem 10 edifícios, menos 8 edifícios do que o registado nos Censos 2011. Estes edifícios possuem 33 alojamentos e mantêm-se os 17 alojamentos vagos, já identificados nos Censos de 2011. Várias classes etárias estão representadas, nomeadamente, 4 indivíduos com idade inferior a 14 anos; 4 indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos de idade; 14 indivíduos com idades entre os 25 e os 64 anos de idade e 7 indivíduos com idade superior a 65 anos de idade (Figs. A3.8. e A3.9.).



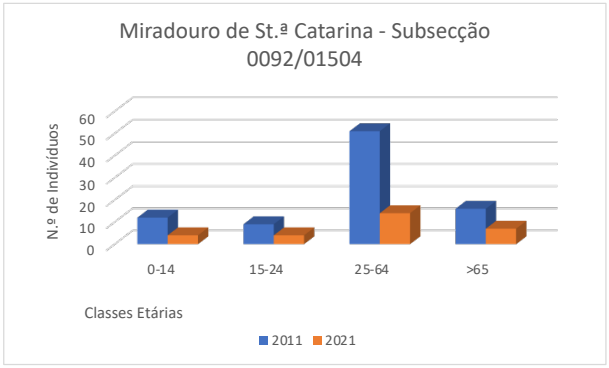


Fig. A3.6. Miradouro de Santa Catarina e sua envolvente na subsecção 01502 (2021), anterior 00106 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021). **Fig. A3.7.** Miradouro de Santa Catarina e sua envolvente na subsecção 00805 (2021), anterior 00302 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021). **Fig. A3.8.** Miradouro de Santa Catarina e sua envolvente na subsecção 01504 (2021), anterior 00902 (2011). Variação da população residente por classe etária entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021).

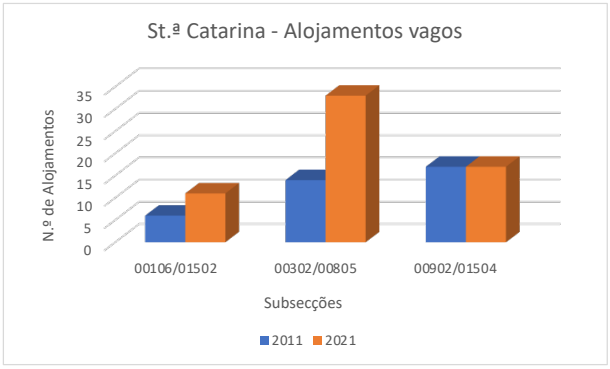


Fig. A3.9. Miradouro de Santa Catarina e a sua envolvente. Variação do número de alojamentos vagos entre 2011 e 2021 (fonte: Ana Cravinho a partir de dados do SGI do INE, Censos 2021).

ANEXO A4.

Evolução dos usos comerciais e/ou serviços na envolvente do miradouro de Santa Catarina, desde o início do século XX até ao presente



Fig. A4. Planta de localização do miradouro de Santa Catarina e da sua envolvente, com indicação dos números de polícia (fonte: Ana Cravinho, a partir de peças desenhadas do AHML).

Quadro A4. Síntese dos usos comerciais e/ou serviços próximos do miradouro de Santa Catarina e da sua envolvente (fonte: Ana Cravinho, a partir de dados do AHML).

Localização	N. º de Polícia	Atividade	Ano
Rua de Santa Catarina	1 e 3	Palácio Santa Catarina	1969
		Unidade Hoteleira	2013

ANEXO A5.
Questões éticas e legais

Na presente Tese, o plano de trabalhos envolveu questões éticas, nomeadamente e de acordo com o Guia de Ética disponibilizado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a Questão Ética 2: Humanos e a Questão Ética 4: Proteção de dados pessoais.

O plano de trabalhos envolveu participantes humanos, indivíduos, que foram capazes de dar consentimento informado, não obstante, alguns fazendo parte de grupos vulneráveis, como minorias. O anonimato de todos os indivíduos foi assegurado.

O direito à imagem (art.º 79º do Código Civil) como projeção física da personalidade assume relevância no caso em apreço, constituindo-se no direito de controlar a captação e divulgação de imagens. Ao captar-se, manipular-se ou difundir-se uma imagem sem autorização do seu titular, estar-se-á a violar uma regra constitucionalmente protegida, pelo que a sua utilização e divulgação será feita ao abrigo do presente artigo, que o permite para finalidades científicas, didáticas ou culturais ou ainda quando a imagem estiver enquadrada em lugares públicos ou factos de interesse público, com a salvaguarda de que esta imagem não será comercializada.

No decurso do trabalho de campo, foram recolhidos e processados dados pessoais sensíveis, designadamente etnia e saúde, no entanto, os mesmos foram protegidos ao abrigo da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia 2012/C 326/02 que prevê no artigo 1º que a dignidade do ser humano é inviolável, devendo ser respeitada e protegida e no art.º 8º o direito à proteção dos dados pessoais, bem como o direito à proteção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito. Assim, sempre que foi necessário para a atual Tese, associar determinados dados recolhidos a um determinado indivíduo, os mesmos só serão divulgados após consentimento escrito por parte do indivíduo, não sendo necessária a sua associação, será garantido o anonimato de todos os participantes.

ANEXO A6.

Guião das entrevistas aos utilizadores dos espaços urbanos públicos em análise

Quadro A6. Guião de Entrevistas [fonte: Ana Cravinho a partir de De Angelis & Castro (2004), Moro (2011) e Szczepańska & Pietrzyk (2019)].

Guião de Entrevista (adaptado a cada perfil de utilizador, ao nível da forma, estrutura e discurso).					
Identificação e perfil sociodemográfico do entrevistado Idade, género, habilitações académicas, profissão, local de residência, ocupação					
Dimensão morfológica	**Classificação qualitativa*** (sempre que aplicável)				
	1	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Como caracteriza este espaço (praça de São Paulo/miradouro de Santa Catarina) em relação à morfologia? Considera este espaço bem articulado com fronteiras distintas? Permitindo uma leitura clara de todo o espaço?					
2. Avalia este espaço como possuindo identidade? Porquê?					
3. Quais os elementos mais atrativos deste espaço? Porquê?					
4. Como caracteriza a inserção deste espaço na malha urbana? Estabelece uma continuidade/permeabilidade no tecido urbano?					
5. Considera este espaço relevante?					
6. Sente-se confortável/desconfortável neste espaço relativamente ao mobiliário e equipamento urbano?					
7. O que sugere que possa ser feito para este espaço tornar-se mais acolhedor e funcional, no que concerne à sua morfologia?					
Dimensão Funcional **Apropriação e usos do espaço em análise**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Que tipo de apropriação faz neste espaço? Quais as atividades? Costuma vir sozinho ou acompanhado?					
2. De que forma se desloca até ao espaço usualmente? A pé/bicicleta/carro/transporte público?					
3. Qual a frequência com que vem? Quais os dias de semana e período do dia?					
4. O que acha mais ou menos convidativo neste espaço?					
5. Que melhoramentos poderiam ser feitos, no que concerne a acessos e mobilidade na sua opinião?					
6. Como caracteriza este espaço relativamente às suas zonas de permanência? São suficientes?					

Dimensão ambiental Qualidade paisagística e qualidade ambiental	1	2	3	4	5
1. Este espaço transmite-lhe bem-estar, no que concerne a odores, tráfego, sujidade, ruído e proteção aos diversos elementos atmosféricos?					
2. Qual a sua opinião sobre a qualidade paisagística deste espaço?					
3. O espaço transmite-lhe segurança (iluminação pública, câmaras de segurança)?					
4. Sente-se confortável/desconfortável?					
5. Que melhoramentos poderiam ser feitos neste espaço que permitiria melhorar a sua qualidade paisagística e ambiental?					
Dimensão Social	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Sente-se bem quando está/percorre este espaço? Transmite-lhe uma sensação de bem-estar?					
2. E relativamente à segurança? Sente-se seguro? Em todos os períodos do dia?					
3. Sempre que permanece neste espaço sente-se de certa forma como fazendo parte do mesmo? Ou sente-se como um estranho? (Sensação de exclusão/inclusão)					
4. Sobre a densidade de ocupação, como classificaria este espaço? Em todos os períodos do dia?					
5. Como categoriza a diversidade cultural e comercial deste espaço? Porquê?					
6. Que possibilidade de ligações individuais e em grupo considera que este e espaço proporciona?					

*** Nota:** Onde: 1 (Mau); 2 (Insuficiente); 3 (Razoável); 4 (Bom); 5 (Muito Bom).

ANEXO A7.
Caracterização dos entrevistados

Quadro A7.1. Caracterização dos entrevistados - técnicos e especialistas da CML.

Técnicos e especialistas da CML				
Nome	**Formação Académica**	**Departamento**	**Assunto**	**Data**
Vasco Martins	Arquitetura	Departamento de Espaço Público	Projeto "Envolvente ao Mercado da Ribeira"	19/05/2023
Graça Azevedo	Aquitetura	Departamento de Planeamento Urbano, da Direção Municipal de Urbanismo	Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Bairro Alto e Bica	26/09/2023
Luís Ruivo	Aquitetura	Departamento de Planeamento Urbano, da Direção Municipal de Urbanismo	Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Bairro Alto e Bica	26/09/2023
Nuno Campos	História	Departamento de Património Cultural, Arquivo Municipal	Evolução morfológica e histórica dos espaços em análise	27/01/2024
Rui Matos	História de Arte	Unidade de Intervenção Territorial do Centro Histórico	Intervenções nos últimos 20 anos no miradouro de Santa Catarina e envolvente	31/01/2024
Pedro Miranda	Arqueologia	Unidade de Intervenção Territorial do Centro Histórico	Intervenções nos últimos 20 anos no miradouro de Santa Catarina e envolvente	31/01/2024
Vitor Carmo	Arquitetura Paisagista	Unidade de Intervenção Territorial do Centro Histórico	Intervenções nos últimos 20 anos no miradouro de Santa Catarina e envolvente	31/01/2024

Quadro A7.2. Caracterização dos entrevistados - utilizadores dos espaços públicos em análise.

Utilizadores dos espaços públicos em análise					
Praça de São Paulo					
Entrevistado/a	**Tipo de Utilizador**	**Género**	**Idade**	**Habilitações Académicas**	**Ocupação**
Entrevistado 1	Artista de Rua	Masculino	21	Secundário	Artista
Entrevistado 2	Artista de Rua	Masculino	25	Licenciado	Música
Entrevistado 3	Artista de Rua	Feminino	30	Licenciado	Artista
Entrevistado 4	Artista de Rua	Feminino	34	Secundário	Pintura
Entrevistado 5	Artista de Rua	Masculino	38	Secundário	Música
Entrevistado 6	Comerciante	Feminino	31	Secundário	Atendimento ao cliente
Entrevistado 7	Comerciante	Feminino	67	Secundário	Farmácia
Entrevistado 8	Comerciante	Masculino	28	Secundário	Gestão
Entrevistado 9	Comerciante	Feminino	40	Secundário	Atendimento ao cliente
Entrevistado 10	Comerciante	Feminino	45	Licenciatura	Farmácia
Entrevistado 11	Comerciante	Masculino	50	Licenciatura	Restauração
Entrevistado 12	Pedinte	Masculino	48	Sem Informação	Desempregado
Entrevistado 13	Pedinte	Masculino	51	Curso Profissional	Desempregado
Entrevistado 14	Pedinte	Masculino	63	Antiga 4.ª Classe	Desempregado
Entrevistado 15	Pedinte	Masculino	60	Sem Informação	Desempregado
Entrevistado 16	Pedinte	Masculino	52	Curso Profissional	Desempregado

Entrevistado 17	Residente	Feminino	66	Licenciatura	Reformada
Entrevistado 18	Residente	Feminino	70	Antiga 4.ª Classe	Reformada
Entrevistado 19	Residente	Masculino	58	Secundário	Desempregado
Entrevistado 20	Residente	Feminino	68	Secundário	Reformada
Entrevistado 21	Residente	Masculino	52	Licenciatura	Gestão
Entrevistado 22	Sem-Abrigo	Masculino	50	Secundário	Desempregado
Entrevistado 23	Sem-Abrigo	Masculino	52	Curso Profissional	Desempregado
Entrevistado 24	Sem-Abrigo	Masculino	63	Sem informação	Desempregado
Entrevistado 25	Sem-Abrigo	Masculino	50	Curso Profissional	Desempregado
Entrevistado 26	Sem-Abrigo	Masculino	65	Sem informação	Desempregado
Entrevistado 27	Trabalhador Local	Masculino	35	Secundário	Restauração
Entrevistado 28	Trabalhador Local	Masculino	31	Secundário	Restauração
Entrevistado 29	Trabalhador Local	Masculino	34	Secundário	Restauração
Entrevistado 30	Trabalhador Local	Masculino	28	Secundário	Restauração
Entrevistado 31	Traseunte	Masculino	40	Licenciatura	Desempregado
Entrevistado 32	Traseunte	Feminino	32	Licenciatura	Estudante
Entrevistado 33	Traseunte	Masculino	23	Secundário	Estudante
Entrevistado 34	Traseunte	Feminino	38	Secundário	Estudante
Entrevistado 35	Traseunte	Masculino	39	Secundário	Gestão

Entrevistado 36	Traseunte	Feminino	42	Licenciatura	Aquitetura
Entrevistado 37	Turista	Masculino	43	Licenciatura	Engenharia
Entrevistado 38	Turista	Masculino	50	Licenciatura	Engenharia
Entrevistado 39	Turista	Feminino	24	Secundário	Estudante
Entrevistado 40	Turista	Masculino	34	Licenciatura	
Entrevistado 41	Turista	Masculino	29	Secundário	Estudante
Miradouro de Santa Catarina					
Entrevistado 42	Artistas de Rua	Masculino	63	Licenciatura	Música
Entrevistado 43	Artistas de Rua	Masculino	30	Secundário	Música
Entrevistado 44	Artistas de Rua	Masculino	39	Licenciatura	Artista
Entrevistado 45	Artistas de Rua	Masculino	30	Secundário	Artista
Entrevistado 46	Grupos de Jovens Portugueses	Masculino	29	Secundário	Estudante
Entrevistado 47	Grupos de Jovens Portugueses	Feminino	30	Licenciatura	Investigação
Entrevistado 48	Grupos de Jovens Portugueses	Feminino	25	Secundário	Estudante
Entrevistado 49	Grupos de Jovens Portugueses	Masculino	33	Licenciatura	Estudante
Entrevistado 50	Grupos de Jovens Portugueses	Masculino	33	Licenciatura	Estudante
Entrevistado 51	Grupos de Jovens Portugueses	Feminino	40	Licenciatura	Investigação
Entrevistado 52	Grupos de Jovens Estrangeiros	Feminino	20	Secundário	Estudante
Entrevistado 53	Grupos de Jovens Estrangeiros	Masculino	26	Secundário	Estudante

Entrevistado 54	Grupos de Jovens Estrangeiros	Masculino	30	Secundário	Estudante
Entrevistado 55	Grupos de Jovens Estrangeiros	Masculino	40	Licenciatura	Estudante
Entrevistado 56	Residentes	Feminino	46	Licenciatura	Artista
Entrevistado 57	Residentes	Feminino	54	Licenciatura	Gestão
Entrevistado 58	Residentes	Masculino	63	Secundário	Jornalismo
Entrevistado 59	Residentes	Feminino	50	Licenciatura	Gestão
Entrevistado 60	Residentes	Masculino	40	Licenciatura	Aquitetura
Entrevistado 61	Residentes	Feminino	51	Licenciatura	Advocacia
Entrevistado 62	Turistas	Feminino	32	Licenciatura	Mãe
Entrevistado 63	Turistas	Masculino	32	Licenciatura	Estudante
Entrevistado 64	Turistas	Masculino	40	Licenciatura	Estudante
Entrevistado 65	Turistas	Masculino	45	Licenciatura	Gestão
Entrevistado 66	Turistas	Feminino	47	Licenciatura	Gestão

ANEXO A8.
Grelhas de análise de conteúdos das entrevistas

Quadro A8. Grelhas de Análise de conteúdos das entrevistas [fonte: Ana Cravinho a partir de Guerra (2014)].

Praça de São Paulo		
Artista de Rua	**Perceções positivas** (alguns exemplos)	**Perceções negativas** (alguns exemplos)
	A praça é um sítio bom para atuar, funciona quase como um anfiteatro... e depois como tem muitos turistas é bom, sobretudo no verão, eles dão sempre qualquer coisa... os portugueses não são tanto de dar (indivíduo do género masculino, 21 anos) Gosto da diversidade de pessoas que podemos encontrar... a densidade de ocupação também é boa... mais pessoas, mais público, mais dinheiro (indivíduo do género masculino, 25 anos) É um sítio bom para atuar, muita gente, de várias proveniências, tudo boa onda (indivíduo do género feminino, 30 anos)	A frequência do espaço nem sempre é a melhor... os sem-abrigo, às vezes pessoas a fazerem as necessidades à luz do dia... é uma porcaria (indivíduo do género masculino, 21 anos) Acho uma pena os edifícios degradados, estraga a paisagem e dá um aspeto velho e sujo à praça (indivíduo do género masculino, 25 anos) Para mim o ponto menos positivo é mesmo a sujidade... a partir de meio da tarde já começa a haver muito lixo... no chafariz, nas ruas e passeios... (indivíduo do género feminino, 34) Não percebo porque não há nenhuma casa de banho pública... o que vale é que o pessoal do café até deixa a gente usar a casa de banho (indivíduo do género masculino, 38 anos)
Ideias Chave Dimensão Morfológica	Identidade Clareza de leitura Atractividade	Ausência de equipamentos Mobiliário urbano desconfortável
Ideias Chave Dimensão Funcional	Boa acessibilidade Zonas de permanência generosas	Apropriação apenas com o intuito de atuar
Ideias Chave Dimensão Ambiental	Proteção aos vários elementos atmosféricos Segurança diurna e noturna	Sujidade Edificado degradado
Ideias Chave Dimensão Social	Diversidade de utilizadores Densidade de ocupação Segurança	Diversidade comercial
Comerciante	Para mim o melhor é mesmo a diversidade de pessoas que podemos encontrar (indivíduo do género feminino, 31 anos) Os clientes são sobretudo estrangeiros. As rendas são muito aliciantes e é uma zona de bastante tráfego, o meu negócio depende do internacional (indivíduo do género masculino, 28 anos) A praça em si é bonita... a arquitetura (indivíduo do género feminino, 67 anos) Isto é bom para quem gosta de vida noturna (indivíduo do género feminino, 40 anos)	O comércio dispersou muito. É só para turistas. Só há restaurantes. Devia-se investir no comércio de proximidade, se calhar até podia trazer mais turistas, porque o turista procura também serviços, ex: ourivesarias... tiraram os bancos do cais do Sodré. Aqui na zona só é bom para quem gosta da vida noturna... está a voltar a delinquência... há 9 anos ainda havia prostituição no Cais do Sodré. De manhã quando chego por volta das 8h30 é um cheiro que não se pode, a urina, cerveja. Não acho que o espaço seja seguro... dantes havia aqui muitas cenas de pancadaria e pequenos delitos no minipreço... os sem-abrigo roubavam e fugiam (indivíduo do género feminino, 45 anos) Têm vindo até aqui ao estabelecimento muitos estrangeiros, principalmente desde 2018/2019, que moram e trabalham cá remotamente.

		Portugueses só com mais de 65 anos e são meia dúzia. Gosto do espaço, pena os edifícios devolutos. A partir das 12h juntam-se grupinhos e tentam vender droga aos turistas (indivíduo do género feminino, 31 anos) A frequência da praça não é muito boa... se os sem-abrigo vierem cedo, depois determinam a dinâmica da praça o resto do dia. No inverno é pior... a praça está mais deserta. A partir das 15h é uma zona insalubre. A toxicodependência é mais chato... mas não são violentos (indivíduo do género masculino, 28 anos) Os sem-abrigo dá mau espeto. Dantes havia mais violência, mas não chateavam nada. Respeitavam a zona, tipo na zona não se roubava, podíamos deixar o carro aberto, havia uma conduta, agora não. Antigamente havia muita droga, trocavam seringas. Continua-se a vender droga, mas são mais conflituosos, não são respeitadores. Os residentes queixam-se do barulho, não dorme... é todos os dias (indivíduo do género feminino, 67 anos) Durante o dia sem problemas, a partir das 17h mais movimento. Os problemas vêm da rua cor-de-rosa (indivíduo do género masculino, 50 anos)
Ideias Chave Dimensão Morfológica	Identidade Clareza de leitura Inserção na malha urbana	Mobiliário urbano desconfortável
Ideias Chave Dimensão Funcional	Boa acessibilidade	Apropriação apenas com o intuito de trabalhar Difícil estacionar
Ideias Chave Dimensão Ambiental	Proteção aos vários elementos atmosféricos Segurança diurna	Sujidade e odores desagradáveis Edificado degradado Pouca segurança sobretudo noturna
Ideias Chave Dimensão Social	Diversidade de utilizadores Densidade de ocupação	Segurança noturna Sensação de bem-estar
Pedinte	Tem sempre muita gente nos meses de verão e por isso é bom (individuo do género masculino, 48 anos) Tem muitos sítios para sentar e descansar (indivíduo do género masculino, 51 anos) Venho cá muitas vezes... é um sítio bom com muita gente, sobretudo turistas (indivíduo do género masculino, 63 anos) Sempre me senti bem aqui, há muita gente como eu (indivíduo do género masculino, 60 anos)	Tanto faz, é um sítio como outro qualquer... desde que tenha gente (indivíduo do género masculino 52 anos)
Ideias Chave Dimensão Morfológica	n.a.	Mobiliário urbano desconfortável
Ideias Chave Dimensão Funcional	Boa acessibilidade Zonas de permanência generosas	Apropriação apenas com o intuito pedir esmola
Ideias Chave Dimensão Ambiental	Proteção aos vários elementos atmosféricos	Tráfego

Ideias Chave Dimensão Social	Densidade de ocupação Segurança diurna	Sensação de bem-estar
Residente	Nasci aqui na praça e sempre residi no n.º (...) gosto de aqui viver. Prefiro ir até outros sítios, mas às vezes durante a semana vou até à praça beber um café e ler um livro. Gosto da praça, o chafariz, a envolvente, a arquitetura, o espaço... sente-se segura. Não ando sozinha à noite, só quando vou ao cinema e não me sinto mal (indivíduo do género feminino, 66 anos) Nunca me senti insegura durante o dia (indivíduo do género feminino, 70 anos) Acho o sítio muito bonito, a igreja, tem identidade, tem presença diversificado (indivíduo do género masculino, 58 anos)	O barulho à noite. A noite em si. Desde que passou a ser um sítio que se vive da noite. O minipreço a fazer descargas às 4h da manhã... e quando saímos à rua são só estrangeiros. Só o vizinho de baixo, o do escritório é antigo, o resto é tudo recente (indivíduo do género feminino, 66 anos) Antes do 25 de Abril a rua Nova do Carvalho concentrava os bares e a prostituição, depois do 25 de Abril proliferou para outras zonas. Havia muita gente e comércio, não era necessário sair do bairro para comprar tudo e agora não. O comércio foi desaparecendo. Só se vive para a noite, o que dá azo ao conflito, juntam-se os que vendem droga, com os que bebem demais... aqui na praça é mais o barulho (indivíduo do género feminino, 70 anos) Devia-se acabar com a copofonia e colocar comércio diversificado (indivíduo do género masculino, 58 anos) O pior é o supermercado e o cheiro a frango assado. As ruas estão sempre muito sujas... quando esteve cá o Papa estava tudo limpinho... as ruas limpas são importantes (indivíduo do género feminino, 68 anos) Acho que se os bancos fossem daqueles de madeira, eram mais confortáveis... assim a pedra é fria... dura (indivíduo do género masculino, 52 anos)
Ideias Chave Dimensão Morfológica	Identidade Clareza de leitura	Pouco conforto do mobiliário urbano
Ideias Chave Dimensão Funcional	Permite várias apropriações Zonas de permanência generosas	Mobilidade difícil por causa do tráfego
Ideias Chave Dimensão Ambiental	Proteção aos vários elementos atmosféricos Segurança diurna	Sujidade Edificado degradado Segurança noturna Ruído
Ideias Chave Dimensão Social	Diversidade de utilizadores Densidade de ocupação	Diversidade comercial Sensação de inclusão Segurança noturna
Sem-abrigo	Venho até aqui porque calha (indivíduo do género masculino, 50 anos) Cerveja mais barata (...) o espaço é indiferente, estou mais na minha... desde que não me chateiem (indivíduo do género masculino, 52 anos) Gosto de cá vir, encontro sempre gente conhecida e dá sempre para darmos dois dedos de conversa, a malta é fixe (indivíduo do género masculino, 63 anos) Sempre me senti bem cá... todos me conhecem e ninguém me trata mal... às vezes até me vêm trazer coisas... livros e	Ciganos, fazem contrabando, sobretudo com turistas (indivíduo do género masculino, 50 anos)

	assim (indivíduo do género masculino, 50 anos) Gosto das sombras... há sempre um sítio bom para estar (indivíduo do género masculino, 65 anos)	
Ideias Chave Dimensão Morfológica	n.a.	Pouco conforto do mobiliário urbano
Ideias Chave Dimensão Funcional	Permite várias apropriações Zonas de permanência generosas Acessibilidade	n.a.
Ideias Chave Dimensão Ambiental	Proteção aos vários elementos atmosféricos Segurança diurna e noturna	Tráfego
Ideias Chave Dimensão Social	Sensação de bem-estar Densidade de ocupação	n.a.
Trabalhador local	Gosto de vir até à praça fumar um cigarro ou assim, fazer uma pausa, quando tenho entregas aqui perto paro sempre por aqui (indivíduo do género masculino, 35 anos) É porreiro, há muita malta que anda a trabalhar por aqui nas estafetas e vem até aqui, temos um grupo de malta que se vai juntando aqui nos bancos (indivíduo do género masculino, 31 anos) Acho um sítio bonito, venho cá muitas vezes (indivíduo do género masculino, 34 anos) É um local sempre muito animado e cheio de gente, gosto muito, sinto-me bem aqui (indivíduo do género masculino, 28 anos)	Opá pronto, realmente é pena a praça às vezes estar um bocado suja... os odores é o mais chato (indivíduo do género masculino, 35 anos) É raro parar aqui durante a noite, tem demasiada gente... durante o dia tudo bem, mas depois à noite não gosto muito de aqui estar (indivíduo do género masculino, 31 anos)
Ideias Chave Dimensão Morfológica	Identidade Inserção na malha urbana	Pouco conforto do mobiliário urbano
Ideias Chave Dimensão Funcional	Permite diversas apropriações Zonas de permanência generosas	Mobilidade difícil por causa do tráfego
Ideias Chave Dimensão Ambiental	Proteção aos vários elementos atmosféricos Segurança diurna	Sujidade Odores desagradáveis Segurança noturna
Ideias Chave Dimensão Social	Densidade de ocupação Densidade de ocupação	Diversidade comercial
Traseunte	É raro estar na praça, mas passo por aqui muitas vezes… parece-me um sítio bom para estar um pouco, beber um café, ou beber um copo (indivíduo do género masculino, 40 anos) É um sítio bonito, a arquitetura, a praça em si com o chafariz e tem muita sombra (indivíduo do género feminino, 32 anos) Às vezes passo por aqui... vou ali ao *Time Out Market*, parece-me ser um sítio bom para estar um pouco (indivíduo do género masculino, 23 anos)	Quando passo aqui durante a noite acho que tem demasiada gente... é só gente a beber cá fora e o barulho... o lixo (indivíduo do género masculino, 40 anos) Acho uma pena os edifícios abandonados, isto aqui deve valer uma pipa de massa e além de dar mau aspeto à praça acaba por chamar muita malandragem (indivíduo do género masculino, 23 anos) Sempre que passo por aqui estou sempre a ver sem-abrigo e muitos pedintes... é uma pena... trazem mau aspeto a todo o ambiente (indivíduo do género feminino, 38 anos)

		Bem podia haver uma casa de banho aqui perto... o que vale é ali o Time Out, tem casa de banho lá e não precisamos consumir (indivíduo do género masculino, 39 anos) Não costumo aqui parar... mas acho que os bancos não devem ser lá muito confortáveis... ali aqueles do jardim ao pé do Time Out são bem melhores... e até têm um espaço para os miúdos e tudo (indivíduo do género feminino, 42 anos)
Ideias Chave Dimensão Morfológica	Identidade Clareza de leitura	Ausência de equipamentos Pouco conforto do mobiliário urbano
Ideias Chave Dimensão Funcional	Boa acessibilidade Zonas de permanência generosas O espaço permite várias apropriações	Mobilidade difícil por causa do tráfego
Ideias Chave Dimensão Ambiental	Proteção aos vários elementos atmosféricos Segurança diurna	Sujidade Odores desagradáveis Edificado Degradado
Ideias Chave Dimensão Social	Densidade de ocupação	Diversidade comercial
Turista	Gosto da arquitetura, aliás toda a cidade é muito bonita, tem muitos espaços como este, onde é possível estar, sentar, descansarmos um pouco (indivíduo do género masculino, 43 anos) Há muitas esplanadas, o que é bom, e é tudo bastante em conta, para comer, beber (indivíduo do género masculino, 34 anos) É um espaço muito versátil, dá para comprar comida ali no supermercado e comer aqui nos bancos, ou se apetecer ir ali até à esplanada (indivíduo do género masculino, 29 anos)	É sítio bonito, apesar de um pouco fechado... o rio mesmo aqui e nem dá para perceber (indivíduo do género masculino, 50 anos) Se calhar o espaço poderia estar mais bem cuidado, os passeios estão sujos e vê-se lixo no chão (indivíduo do género feminino, 24 anos) Estão constantemente a aparecer pedintes na esplanada (indivíduo do género masculino, 34 anos) Não percebo porque não há casas de banho públicas, temos de consumir para poder ir à casa de banho (indivíduo do género masculino, 29 anos)
Ideias Chave Dimensão Morfológica	Identidade Clareza de leitura	Ausência de equipamentos Pouco conforto do mobiliário urbano
Ideias Chave Dimensão Funcional	Boa acessibilidade Zonas de permanência generosas	n.a.
Ideias Chave Dimensão Ambiental	Proteção aos vários elementos atmosféricos Segurança diurna e noturna	Sujidade Edificado degradado Odores desagradáveis
Ideias Chave Dimensão Social	Diversidade de utilizadores Densidade de ocupação Sensação de bem-estar	Diversidade comercial
Miradouro de Santa Catarina		
Artista de rua	A vista é maravilhosa, o ambiente é bom e as pessoas atenciosas (indivíduo do género masculino, 63 anos) Acho que o espaço está quase sempre bastante limpo e sinto-me bem aqui... as pessoas vêm ouvir a música (indivíduo do género masculino, 30 anos)	Pouca diversidade comercial, só há um mercadito mais acima (indivíduo do género masculino, 63 anos) Temos sempre de nos abastecer antes de vir para cá... só há aqui o quiosque... mas tem pouca variedade de comida (indivíduo do género masculino, 30 anos)

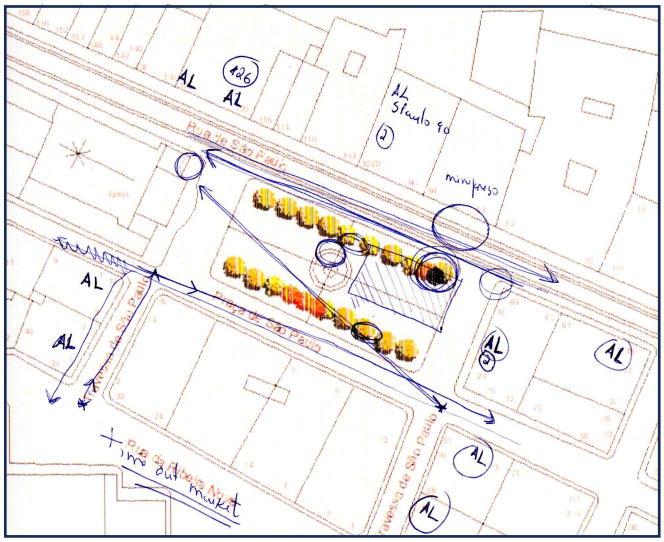
	Vêm cá muitas pessoas, principalmente jovens, estrangeiros, há uma grande diversidade a nível das pessoas (indivíduo do género masculino, 39 anos)	
Ideias Chave Dimensão Morfológica	Identidade Inserção na malha urbana Atratividade	Pouco conforto do mobiliário urbano
Ideias Chave Dimensão Funcional	Permite diversas apropriações Zonas de permanência generosas	Mobilidade Acessibilidade
Ideias Chave Dimensão Ambiental	Segurança diurna	Pouca proteção aos vários elementos atmosféricos Sujidade
Ideias Chave Dimensão Social	Sensação de bem-estar Segurança	Diversidade comercial
Grupos de jovens portugueses	É um sítio espetacular, gostamos muito de vir para cá. É um sítio porreiro, onde podemos estar à vontade (indivíduo do género masculino, 29 anos) É um sítio muito bonito e podemos estar todos juntos... sem precisar de gastar dinheiro... é tipo uma esplanada ao ar livre sem ter de consumir (indivíduo do género feminino, 30 anos) Quando aqui vimos passamos sempre um bom bocado, há malta fixe, música, gosto muito de cá vir (indivíduo do género feminino, 25 anos) Sinto-me sempre bem quando cá venho... mesmo quando está muita gente, nunca me senti inseguro e nunca presenciei desacatos (indivíduo do género masculino, 33 anos) Não há conflito, as pessoas coexistem e respeitam-se. Sempre houve droga por aqui, mas as pessoas respeitam, perguntam uma vez e não aborrecem mais... acho que agora aborrecem e insistem mais (indivíduo do género feminino, 40 anos)	... só é pena ter poucos sítios para comprar coisas, temos sempre de trazer umas pizzas e umas litrosas (indivíduo do género masculino, 29 anos) Eu gostava mais quando podíamos nos deitar na relva... era mais confortável e conseguíamos sempre uma sombra entre as árvores (indivíduo do género feminino, 30 anos) É uma pena não haver sombras... no verão só se consegue aqui estar ao final da tarde (indivíduo do género masculino, 33 anos) Não percebo porque decidiram fechar o espaço... é uma pena, já não podemos vir para cá à noite (indivíduo do género masculino, 33 anos) Quando a casa de banho não está disponível é muito chato... nem sempre podemos ir aqui à casa de banho do quiosque, com tanta gente, aquilo fica bastante sujo (indivíduo do género feminino, 40 anos)
Ideias Chave Dimensão Morfológica	Relevância Inserção na malha urbana Atratividade	Ausência de equipamentos Pouco conforto do mobiliário urbano
Ideias Chave Dimensão Funcional	Permite diversas apropriações	Mobilidade Acessibilidade
Ideias Chave Dimensão Ambiental	Segurança diurna	Sujidade Pouca proteção aos vários elementos atmosféricos
Ideias Chave Dimensão Social	Sensação de bem-estar Segurança	Diversidade comercial
Grupos de jovens estrangeiros	Estou cá estudar e conheci este lugar com um grupo de portugueses e comecei a vir cá... sempre que me vêm visitar a Portugal, trago as pessoas até cá (indivíduo do género feminino, 20 anos) Que paisagem! Parece um teatro para o rio... o por do sol é incrível, gosto muito de vir até cá, principalmente quando tem	Pena não estar aberto durante a noite... lá para as 23h vêm expulsar-nos sempre, ficamos sem sítios para estar à vontade (indivíduo do género feminino, 20 anos) Pena haver poucas lojas nas imediações... se uma pessoa quiser ficar mais um pouco, não tem sítio para comer... o quiosque tem pouca coisa, umas

	música (indivíduo do género masculino, 26 anos) Sempre que cá venho sinto-me bem... nunca assisti a nada, violência ou assim... as pessoas dão-se todas muito bem, mesmo não se conhecendo entre si (indivíduo do género masculino, 30 anos)	tostas e assim (indivíduo do género masculino, 26 anos) Se uma pessoa não quiser gastar muito dinheiro tem de trazer tudo do supermercado (indivíduo do género masculino, 40 anos)
Ideias Chave Dimensão Morfológica	Relevância Atratividade	Ausência de equipamentos Pouco conforto do mobiliário urbano
Ideias Chave Dimensão Funcional	Permite diversas apropriações	Mobilidade Acessibilidade
Ideias Chave Dimensão Ambiental	Segurança diurna	Sujidade Pouca proteção aos vários elementos atmosféricos
Ideias Chave Dimensão Social	Diversidade de utilizadores Densidade de ocupação Segurança Sensação de inclusão	Diversidade comercial
Residentes	Gosto de ir até ao quiosque às vezes ao fim-de-semana, mas lá para meio da tarde torna-se impossível de estar lá com paz e sossego... principalmente nos meses de verão (indivíduo do género feminino, 46 anos) É um sítio muito bonito, sem dúvida, a vista é maravilhosa, é um ponto obrigatório na cidade (indivíduo do género feminino, 54 anos)	A manutenção do espaço por parte da Junta poderia ser mais bem cuidada, nomeadamente na limpeza, cumprir o horário de fecho e abertura e os espaços verdes (indivíduo do género feminino, 54 anos) O pavimento dantes não refletia tanto a luz, era menos espelhado, era calçada portuguesa, não percebo porque mudaram... mudaram para quem? Este pavimento amplifica o desconforto térmico no espaço (indivíduo do género masculino, 63 anos) A zona tem pouca diversidade comercial, mas as pessoas podem deslocar-se Calçada do Combro que é mesmo ali (indivíduo do género feminino, 50 anos) Não me parece que o miradouro tenha sido intervencionado a pensar nos residentes... os lugares para sentar são desconfortáveis, não há sombras... é uma pena, mas não se pode estar aqui a não ser na esplanada do quiosque (indivíduo do género masculino, 40 anos) É um ruído constante, desde que fecharam o miradouro está bem melhor! (indivíduo do género feminino, 51 anos)
Ideias Chave Dimensão Morfológica	Identidade Clareza de leitura Relevância	Pouco conforto do mobiliário urbano
Ideias Chave Dimensão Funcional	Permite diversas apropriações	Acessibilidade Mobilidade
Ideias Chave Dimensão Ambiental	Segurança diurna	Segurança noturna Sujidade Ruído
Ideias Chave Dimensão Social	Segurança diurna Sensação de bem-estar	Diversidade comercial Densidade de ocupação Segurança noturna

Turistas	É um sítio muito bonito… um pouco difícil para cá chegar, mas vale bem a pena! (indivíduo do género feminino, 32 anos) É um sítio verdadeiramente bonito... então o pôr-do-sol, simplesmente lindo! No outro dia estive aqui ao final do dia a beber um copo e a ouvir música, gostei mesmo muito indivíduo do género masculino, 32 anos)	Não gosto muito destes degraus, mas gostei muito de ir ali à esplanada beber um copo (indivíduo do género masculino, 40 anos) A esplanada podia ser um pouco maior... cabem aqui poucas pessoas, tem de se estar à espera bastante tempo por um lugar (indivíduo do género masculino, 45 anos) Isto ao final do dia é um pouco ruidoso... tem muita gente..., mas pronto, os sítios turísticos são assim.… não é? (indivíduo do género masculino, 32 anos) Não percebi muito bem porque é que o espaço está fechado... para aceder ao miradouro tivemos de aceder através do quiosque... é normal estar fechado ao meio-dia durante a semana? (indivíduo do género feminino, 47 anos)
Ideias Chave Dimensão Morfológica	Identidade Clareza de leitura Atratividade	Ausência de equipamentos Pouco conforto do mobiliário urbano
Ideias Chave Dimensão Funcional	Permite várias apropriações	Acessibilidade
Ideias Chave Dimensão Ambiental	Segurança diurna e noturna	Pouca proteção aos vários elementos atmosféricos
Ideias Chave Dimensão Social	Diversidade de utilizadores Segurança noturna e diurna Sensação de bem-estar	Diversidade comercial

ANEXO A9.

Diário de campo gráfico - alguns exemplos



07/04/2023|Sexta-feira|
Feriado|13h às 17h

Utilizadores presentes: Turistas, artista de rua, pedintes, sem-abrigo.

Género: Masculino prevalece ao feminino.

Escalão Etário: Jovens casais e famílias com adolescentes e crianças.

Atividades Observadas: Consumo de bebidas e comida; descanso nos bancos e degraus do chafariz.

Permanência: Bancos aproximadamente 30min; esplanadas +1h.

Pessoas em grupos. Sozinhos apenas género masculino

Crianças só inseridas em famílias de turistas.

Durante este período está sol e calor, as pessoas procuram sombra. Ao sol não está ninguém.

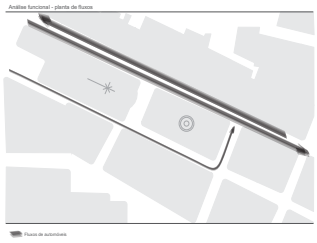


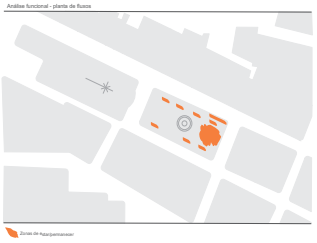




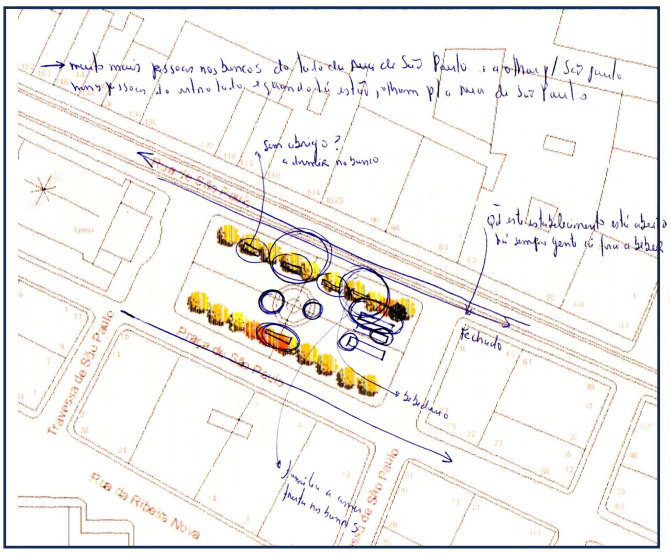












08/04/2023 | Sábado |15h00 às 17h30
Utilizadores presentes: Turistas, sobretudo casais e famílias. grupos de amigos, sem-abrigo.
Género: Masculino prevalece ao feminino. São raras as mulheres que se encontram sozinhas, mas existem homens sozinhos.
Escalão Etário: Jovens casais e famílias com adolescentes. Restantes entre a faixa etária dos 30 aos 50 anos.

Atividades Observadas: Consumo de bebidas e comida; descanso nos bancos e degraus do chafariz.

Permanência: Bancos aproximadamente 30min; esplanadas +1h. Mais pessoas nos bancos do lado da rua de São Paulo, que se sentam voltadas para a praça e para a rua de São Paulo. No lado oposto, quando se sentam, as pessoas sentam-se maioritariamente voltadas para a praça de São Paulo.

Chegada de mais pessoas a partir das 17h.

Quando o estabelecimento de restauração, localizado na esquina da rua de São Paulo com a praça de São Paulo se encontra aberto, existem sempre pessoas no exterior a beber de pé, junto à porta.

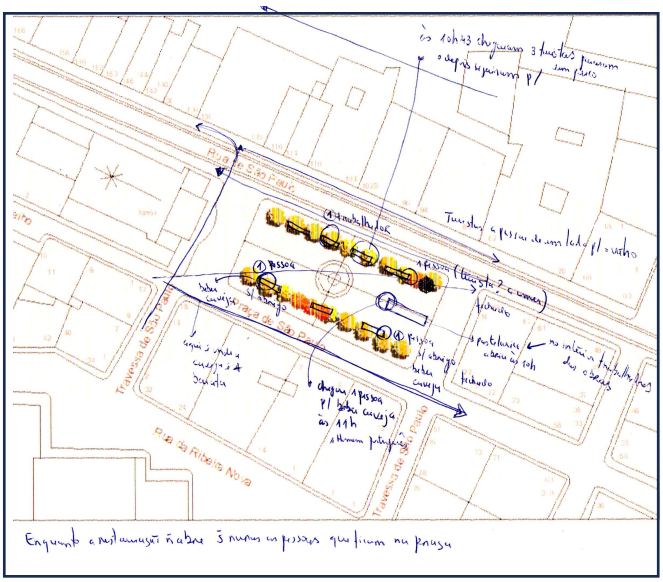












10/04/2023 | Segunda-feira |10h00 às 13h00
Utilizadores presentes: alguns homens, possivelmente trabalhadores locais, sem-abrigo.
Género: Apenas género masculino, sós e em grupo.
Escalão Etário: 1 jovem, os restantes na faixa etária próxima dos 50 anos.



Atividades Observadas: Essencialmente sem-abrigo a dormir e algumas pessoas a comer nos bancos.

Permanência: Às 10h apenas um estabelecimento de restauração está aberto. As esplanadas ainda não estão montadas e existem poucos utilizadores na praça. Os que comem permanecem cerca de 15min.

Chegada de mais pessoas a partir das 12h.



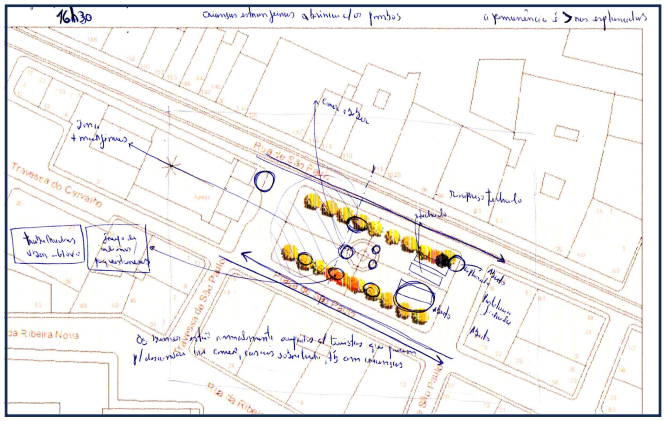












08/08/2023 | Terça-feira |16h30 às 24h30
Utilizadores presentes: turistas em família e em casal, grupos de jovens, sem-abrigo, pedintes.
Género: Essencialmente masculino, mulheres só em grupo ou casal.
Escalão Etário: Sobretudo jovens, escalão etário acima dos 50 apenas em contexto familiar ou sem-abrigo.

Atividades Observadas: Consumo de bebidas e alimentos, repouso e descanso, sem-abrigo.

Permanência: Ao final da tarde, por volta das 18h a praça está cheia e todos os locais onde é possível sentar encontram-se cheios e permanecem cerca de 15 a 30min. Após escurecer são poucas as pessoas que permanecem fora das esplanadas.

Ao final da tarde aumenta o número de pedintes, que abordam sobretudo as pessoas que se encontram nas esplanadas. Pedem cigarros e dinheiro.



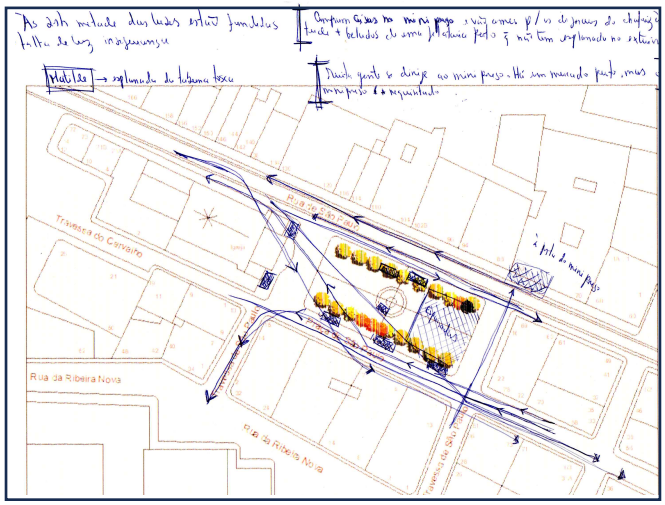






Análise funcional - planta de edifícios





10/08/2023 | Quinta-feira
|21h00 às 2h00
Utilizadores presentes: turistas, artistas de rua, grupos de jovens, sem-abrigo.
Género: Prevalece o género masculino, sós e em grupo.
Escalão Etário: Sobretudo jovens, escalão etário acima dos 50 apenas em contexto familiar ou sem-abrigo.

Atividades Observadas: Consumo de bebidas e alimentos, repouso e descanso, escuta de música, sem-abrigo.

Permanência: Ao final da tarde, por volta das 18h a praça está cheia e todos os locais onde é possível sentar encontram-se cheios e permanecem cerca de 1h, a duração da atuação do artista de rua. Após escurecer são poucas as pessoas que permanecem fora das esplanadas.

Ao final da tarde são muitas as pessoas que se dirigem ao Minipreço para comprar alimentos e bebidas, que depois ingerem nos bancos e degraus do chafariz da praça.

As únicas crianças que se vêm são estrangeiras, acompanhadas pelos pais.

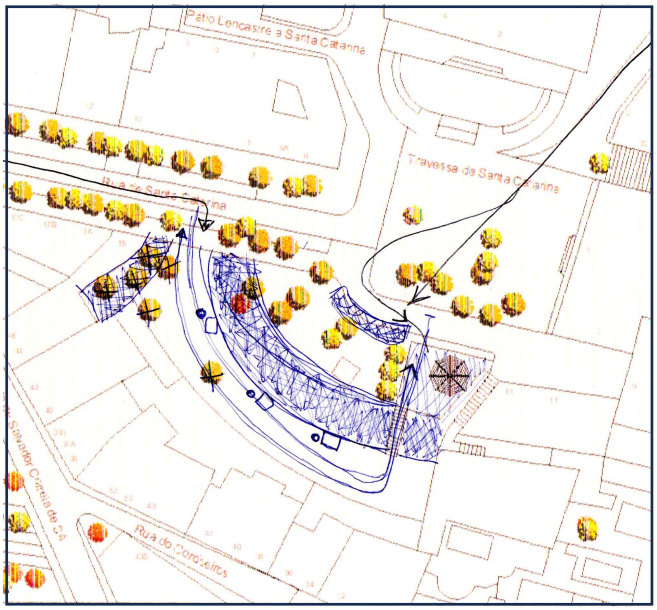
Por volta das 21h é de noite e verifica-se que cerca de metade das luzes estão fundidas.











09/08/2023 | Quarta-feira |18h00 às 22h00
Utilizadores presentes: alguns casais de turistas, artistas de rua, grupos de jovens.
Género: Não existe um género preponderante.
Escalão Etário: Sobretudo jovens e entre os 30 e os 40 anos.

Atividades Observadas: Consumo de bebidas e alimentos, repouso e descanso, contemplação, escuta de música.

Permanência: Mais de 1h, entre 2 a 3h no miradouro. Na esplanada um pouco menos.

A partir das 19h o espaço começa a encher exponencialmente. Às 21h um novo máximo. A maioria das pessoas vai buscar bebida ao quiosque e bebe no miradouro, mas muitas pessoas trazem sacos com comida e bebida de outros locais. A maioria das pessoas abandona o espaço por volta das 22h.

Bastante iluminação à noite. As pessoas mantêm o espaço relativamente limpo.





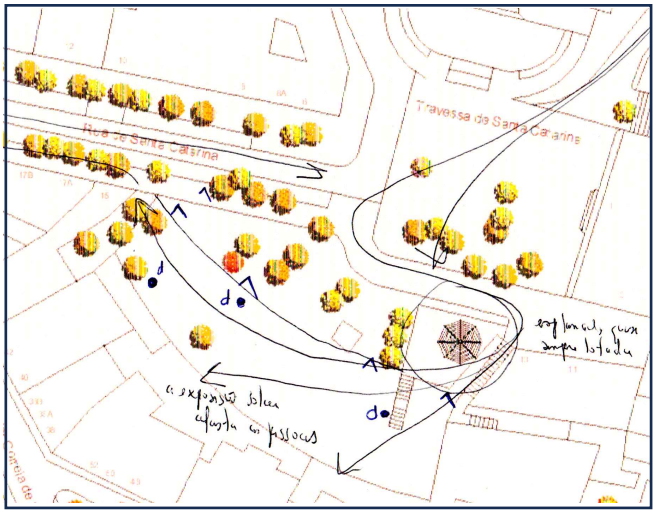




Análise ambiental - planta ambiental







11/08/2023 | Sexta-feira |10h00 às 13h00
Utilizadores presentes: turistas, grupos de jovens.
Género: Maioritariamente feminino.
Escalão Etário: Entre os 30 e os 40 anos.

Atividades Observadas: Consumo de bebidas e alimentos, sobretudo na esplanada, repouso e descanso, contemplação.

Permanência: Entre 30min e 1h.

Entre as 10h e as 13h a esplanada não enche, cerca de 50% da lotação. No miradouro propriamente dito não está ninguém, só na esplanada do quiosque. Aparecem alguns turistas que vão até ao miradouro para tirar fotografias, mas não permanecem mais do que breves momentos.

A partir das 14h30 surgem mais pessoas, sobretudo para apreciar a vista do miradouro. Por volta das 15h a esplanada do quiosque está quase cheia e começam a chegar grupos de jovens ao miradouro que nele permanecem por longos períodos. A partir das 17h a afluência é cada vez maior. Parece ser associado à exposição solar, verificar nas entrevistas junto dos utilizadores.











